

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

FELIPE DE MOURA GARRIDO

**PRODUÇÃO E COMÉRCIO NA VILA DE TAUBATÉ (1780-1830): O PERFIL
ECONÔMICO E SOCIAL DAS ELITES LOCAIS.**

Belo Horizonte

2016

FELIPE DE MOURA GARRIDO

**PRODUÇÃO E COMÉRCIO NA VILA DE TAUBATÉ (1780-1830): O PERFIL
ECONÔMICO E SOCIAL DAS ELITES LOCAIS.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Belo Horizonte

2016

981.61 Garrido, Felipe de Moura
G241p Produção e comércio na vila de Taubaté (1780-1830)
2016 [manuscrito] : o perfil econômico e social das elites locais /
Felipe de Moura Garrido. - 2016.
282 f. : il.
Orientador: Douglas Cole Libby.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. História – Teses. 2. Taubate (SP) – História – Teses .
3.Comércio - Teses. 4.Redes de relações sociais - Teses.
4.Elites (Ciências sociais). I. Libby, Douglas Cole. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

FELIPE DE MOURA GARRIDO

**PRODUÇÃO E COMÉRCIO NA VILA DE TAUBATÉ (1780-1830): O PERFIL
ECONÔMICO E SOCIAL DAS ELITES LOCAIS.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2016.

Aprovado por:

Dr. Douglas Cole Libby (UFMG) - Orientador

Dr. Afonso de Alencastro Graça Filho (UFSJ)

Dr. Marcelo Magalhães Godoy (UFMG/FACE)

Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho (UFMG)

Dra. Denise A. Soares de Moura (UNESP/FCHS)

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2016.

AGRADECIMENTOS

A terminar esta tese de doutoramento devo agradecimentos à várias pessoas e instituições que tornaram possível a realização desta pesquisa. Em muitas ocasiões, pequenos gestos valeram o mundo; por impossível nomeá-los, sintetizo em alguns o desejo de agradecer a todos.

Ao meu orientador, professor Douglas Cole Libby, eu agradeço profundamente por sua orientação ao longo de todo o processo. A objetividade em suas orientações e a autonomia que me confiou na elaboração deste trabalho permitiram expandir os meus horizontes e concluir esta etapa fundamental da minha carreira.

Às funcionárias da Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico de Taubaté: Lia Carolina Mariotto e Amanda Valério de Oliveira Monteiro, que viabilizaram o acesso aos inventários e testamentos e me ajudaram a encontrar livros que compõe a história da cidade de Taubaté. E, aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, especialmente Aparecido de Oliveira Silva, que me auxiliaram na procura por documentos acerca da vila de Taubaté e seus personagens.

Aos professores que participaram da banca de qualificação: Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho e Dra. Cláudia Eliane P. M. Martinez. O questionamento dos professores, as indicações que fizeram e as opiniões emitidas contribuíram muito para desenvolver o texto final da tese. E, aos professores da banca de doutoramento que contribuíram com questionamentos perspicazes e um vasto saber histórico.

Eu também quero agradecer a minha esposa, Laura Joaquim Taveira, que me possibilitou ter tranquilidade para me dedicar aos estudos, mesmo quando passamos por momentos de grandes mudanças em nossas vidas. O meu mais sincero carinho e obrigado.

E, por fim, aos meus pais e irmãs quero agradecer pelo carinho sempre generoso e pelo apoio irrestrito. Especialmente meu pai, Alexandre Garrido, e irmã mais velha, Mírian Garrido, devo agradecer pelas longas horas que passaram no Arquivo de Taubaté fotografando inventários e testamentos para mim.

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender o perfil econômico e social das elites da vila de Taubaté/SP. Para compreender a fortuna apresentada por grandes produtores e negociantes taubateanos iremos estudar o desenvolvimento de diferentes produções na vila e a forma como essas produções se enquadravam nas redes mercantis regionais e imperiais. O estudo também analisa o papel político-social das figuras centrais da vila, as relações que mantinham com a câmara da vila e entre si, através do crédito. Esta pesquisa se estruturou a partir de três coleções documentais: os ofícios e cartas do Arquivo Histórico Ultramarino; os censos dos Maços de População, presentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo; e, os testamentos e inventários das elites taubateanas, sob a guarda do Arquivo Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”.

Palavras-chave: Taubaté, sociedade colonial, redes sociais, elites locais.

Abstract

This work studies the economic and social profile of the elites in the village of Taubaté / SP. We will study the development of various productions and their linkages in trade networks. The study also analyzes the political and social role of the central figures of the village, the relationship they had with the city council of the village and each other through credit. This research was structured from three collections of documents: crafts and letters from Arquivo Histórico Ultramarino; censuses of “Maços de População” present in the Arquivo Público do Estado de São Paulo; and wills and inventories of local elites, under the custody of the Arquivo Municipal de Taubaté "Félix Guisard Filho".

Key Words: Taubaté, colonial society, social network, local elite.

Observações

As citações textuais, correspondentes ao português da época, tiveram a ortografia atualizada, mas mantendo-se a intenção original, com o intuito de facilitar a leitura da documentação. Os valores foram mantidos no original, sendo 1:000\$000 e 900\$000 correspondentes a um conto de réis e novecentos mil réis, respectivamente.

No texto, os inventários foram citados pelo nome do inventariado e ano de abertura do processo – principal forma de consultar o documento no Arquivo Municipal de Taubaté.

Os maços populacionais (listas nominativas) foram citados por localidade e ano. Quando indicamos algum fogo específico fizemos pelo nome do chefe do domicílio. Isto porque, excetuando a primeira companhia, a listagem não seguiu a mesma ordem em todos os anos.

Abreviaturas

AHU. – Arquivo Histórico Ultramarino

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

AHMT – Arquivo Histórico Municipal de Taubaté

DIHCSP – Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo

cx. – Caixa

d. – Documento

f. – Folha

n. – Número

Índice de Tabelas, Figuras e Gráficos

Tabela 2.1 A produção de farinha de mandioca em Taubaté (alqueires).....	84
Tabela 2.2 A produção de feijão em Taubaté (alqueires)	86
Tabela 2.3 A produção de milho em Taubaté (alqueires)	88
Tabela 2.4 Valor da exportação de arroz no porto de Santos (réis)	89
Tabela 2.5 Cultivo de algodão na vila de Taubaté, 1808 (em arrobas)	93
Tabela 2.6 Fazendas produtoras de café e seu comércio na vila de Taubaté (1825)	99
Tabela 2.7 Produção de açúcar entre a elite taubateana	114
Tabela 2.8 Animais marcados e vendidos pelos produtores taubateanos (1808)	122
Tabela 3.1 Posse de cativos por faixa de plantel (1789-1830)	130
Tabela 3.2 Média e medianas do monte-mor das fortunas divididas faixas de fortunas	138
Tabela 3.3 Posse de escravizados nos domicílios taubateanos	145
Tabela 3.4 Distribuição de escravos e proprietários por tamanho de plantel	146
Tabela 3.5 Saldo de dívidas nos inventários	168
Tabela 3.6 Locais de adiantamento/empréstimo de agentes	175
Tabela 4.1 Relação de fogos chefiados por postos em Taubaté (1802)	198
Tabela 4.2 Frequência de ocupação dos cargos na câmara	211
Tabela 4.3 O domicílio dos principais agentes da Câmara de Taubaté (1789 a 1793)	216
Figura 1 O núcleo central da vila de Taubaté	2
Figura 2 Principais rotas e localidades de São Paulo no século XVIII	3

Figura 4.1	Votações dos homens-bons da vila de Taubaté (1780-1798)	202
Figura 4.2	A participação nas vereanças de Taubaté	207
Figura 4.3	Os serviços públicos prestados na câmara de Taubaté	210
Figura 4.4	Os maiores participantes dos cargos públicos na vila	213
Figura 4.5	Redes de crédito geral na vila de Taubaté	225
Figura 4.6	Rede de crédito dos principais inventários em Taubaté	228
Figura 4.7	A extensão geográfica das redes de crédito da vila de Taubaté	239
Gráfico 3.1	Principais itens na composição de fortunas (1780-1830)	136
Gráfico 3.2	Índices das fortunas por item em porcentagem	139
Gráfico 3.3	Evolução do valor médio e valor mediano das fortunas inventariadas	141
Gráfico 3.4	Valores médios dos escravizados distribuídos em três faixas etárias	148
Gráfico 3.5	Evolução dos preços dos bens de raiz, em média (1780-1851)	158

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Observações	vii
Abreviaturas	viii
Índice de tabelas, Figuras e Gráficos	ix
Introdução	1
1 Interpretação e metodologia de estudo da sociedade taubateana	15
1.1 Fontes e metodologia	16
1.2 Historiografia brasileira: diálogos	33
2 Produção e comércio na vila de Taubaté, São Paulo (1780-1830)	75
2.1 Gêneros para alimentação	82
2.2 O algodão e o fumo: mercadoria de comércio local	92
2.3 O desenvolvimento da cafeicultura	97
2.4 O cultivo de açúcar: ser senhor de engenho em Taubaté	105
2.5 A movimentação de tropas e pecuária na vila de Taubaté	114
3 O padrão de riqueza das elites taubateanas	125
3.1 Fortuna na sociedade taubateana	126
3.2 Os escravizados: riqueza, produção e status	142
3.3 Bens de raiz: casas, sítios, chácaras, terras e cafezais	156
3.4 Dívidas ativas: as redes mercantis do interior paulista	167
3.5 O comércio de gado e as redes mercantis	181
4 Trajetórias e redes sociais	193
4.1 Redes Sociais em Taubaté: a relação das elites locais nas vereanças	195
4.2 As redes sociais e sua influência sobre o crédito	221
Considerações Finais	245
Documentos e referências bibliográficas	249

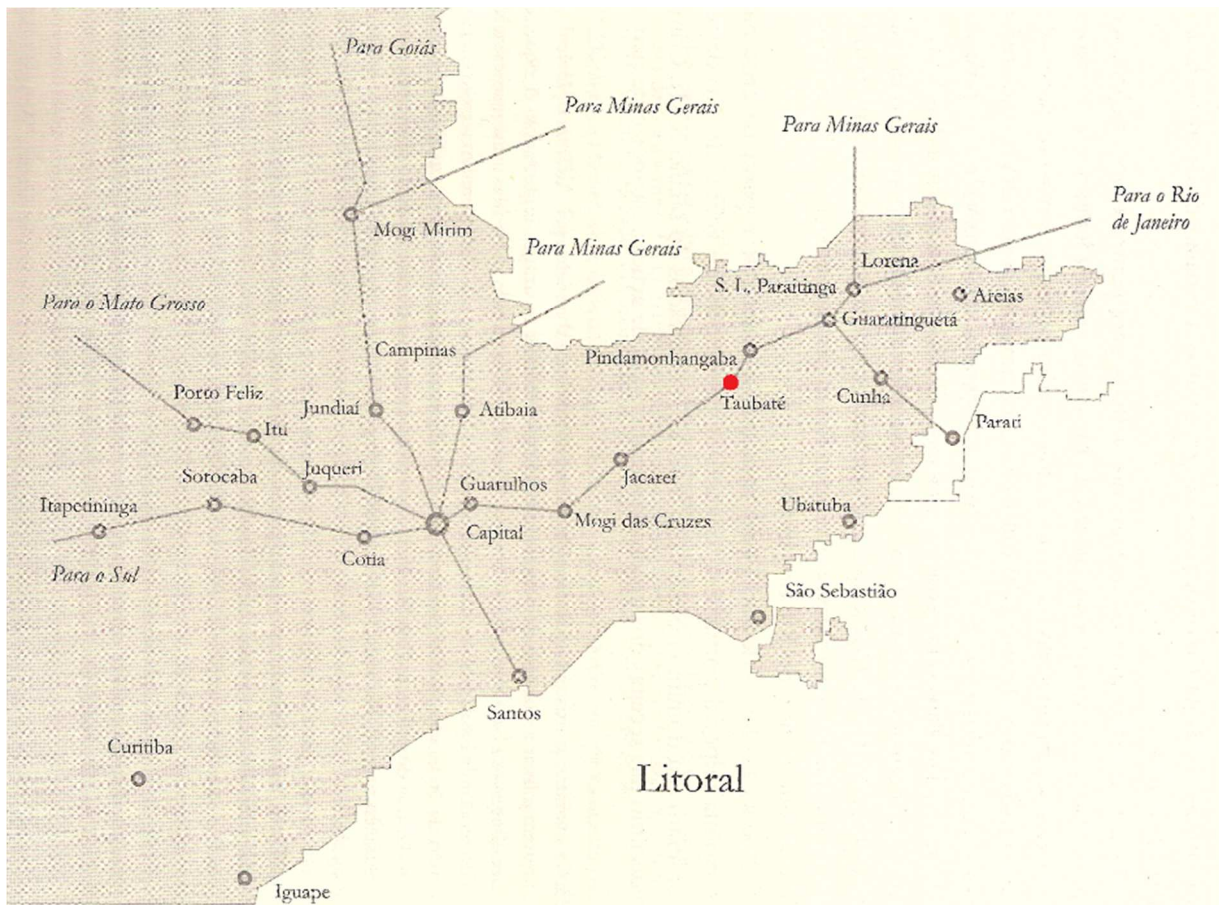
Introdução

Em 1640, o explorador Jacques Félix recebeu autorização da Condessa de Vimeiro, donatária da capitania de São Vicente, para erigir a vila de São Francisco das Chagas de Taubaté na bacia do rio Paraíba do Sul. Félix cultivava suas propriedades na região desde o ano de 1628. Após várias Entradas, os índios que viviam no Vale do Paraíba foram apaziguados. Esta região de planície se formou às margens do rio Paraíba do Sul e entre as Serra do Mar e da Mantiqueira (ORTIZ, 1996: 22-23).

A vila de Taubaté passou a funcionar como um centro irradiador de povoamento para a região Leste da capitania. Esta prática foi recorrente na capitania de São Vicente, pois era a partir destes centros que a colonização no interior era possível e, assim, expandia-se o território português (ALVES, 1999: 1-2; RANGEL, 1990: 42-46). Criou-se o núcleo urbano de Taubaté no topo quase plano de uma colina, a cerca de 575 metros de altitude, “a salvo de inundações prejudiciais”. A pouco mais de 200 metros deste centro, encontrava-se dois córregos que forneciam água para a população branca e ameríndia. Na urbe, o explorador Jacques Félix fez erigir quatro importantes construções: a igreja matriz, a casa do Conselho, a cadeia e o Convento Velho (ORTIZ, 1996: 31-32). Esse pequeno núcleo urbano foi construído de forma planejada, sendo suas ruas largas, retas e perpendiculares, formando uma espécie de retângulo alongado, facilitando o deslocamento pela região do Vale, mantendo-se próximo ao rio Paraíba do Sul e aos córregos da região. Também foram construídos pequenos caminhos que ligavam a vila aos portos do litoral Norte paulista, ao Rio de Janeiro, à vila de Parati e à São Paulo (ORTIZ, 1996: 29-30; 49-51).

A Figura 1 mostra a composição de ruas da vila de Taubaté, no início do século XVIII. Em virtude dessa figura, podemos observar a execução na ocupação do território e verificar duas preocupações de seus moradores: o deslocamento no interior da capitania e o ordenamento da urbe. Também verificamos a existência de cinco importantes construções para a vida na vila: a Matriz; a igreja Nossa Senhora do Pilar; o convento de São Francisco; o largo do Rosário; e, a Cadeia.

Figura 2 – Principais rotas e localidades de São Paulo no século XVIII¹



No final do século XVII e início do XVIII, os moradores da vila de Taubaté organizaram várias Bandeiras em busca de ouro e indígenas. As explorações resultaram no descobrimento de jazidas de metais e no surgimento de várias vilas mineiras, sendo Ouro Preto o principal exemplo. Os caminhos da época passavam pela região do Vale do Paraíba até a chegada no porto de Parati, onde embarcava para o Rio de Janeiro. Para garantir a tributação sobre o ouro foi criada a Casa de Fundição do Ouro na vila de Taubaté, em 1695. Pouco depois, contudo, devido à Guerra dos Emboabas, os paulistas perderam o predomínio sobre a região mineradora e fechou-se a Casa de Fundição de Taubaté (TOLEDO, 1976: 13-15). Para os viajantes Spix e Martius, a vila de Taubaté teria sido a maior beneficiária com a descoberta do ouro (SPIX, MARTIUS, 1976: 110-111).

¹ O mapa foi retirado do estudo de Francisco Vidal Luna e Herbert Klein sobre o desenvolvimento da capitania de São Paulo no século XVIII. O nosso intuito não é estudar toda a capitania de São Paulo, mas focalizar no desenvolvimento da vila de Taubaté. Por este motivo, alteramos o mapa, dando destaque para a vila de Taubaté. Cf.: LUNA, KLEIN, 2005: 50. No livro supracitado de José Bernardo Ortiz encontramos diversos mapas que mostram a região do Vale do Paraíba como a principal via de acesso às minas, contando inclusive com o Roteiro de Antonil para Minas Gerais através dos Cataguás, em 1711. Para mais: Cf. ORTIZ, 1996: 328-329.

A mineração permitiu o rápido desenvolvimento da vila, sendo seu primeiro momento de crescimento econômico (ORTIZ, 1996). A população residente passou a fornecer alimentos e objetos necessários aos que seguiam os caminhos da Serra da Mantiqueira em direção à região das minas e vários taubateanos também se lançaram aos sertões em busca do ouro. O comércio de beira de estrada desenvolveu-se no Vale do Paraíba, estimulando a produção de gêneros de subsistência e o artesanato local. Porém, a construção do Novo Caminho da Piedade, que ligava o porto do Rio de Janeiro diretamente a área mineradora, reduziu o trânsito de tropas em direção à Minas no Vale do Paraíba, enfraquecendo este comércio (REIS, 1968: 25-40; TOLEDO, 1976: 15).

Os documentos oficiais, a memória de governadores e a impressão de alguns viajantes influenciaram sobremaneira a historiografia paulista. Por um longo período, anotou-se a existência de um isolamento da capitania paulista do restante da América e do Império Português com a decadência da mineração. Os paulistas teriam miscigenados com os indígenas e desenvolvido uma economia interna, pouco influenciada pelas flutuações do mercado europeu. Além disso, a primeira metade do século XVIII foi marcada por uma longa decadência (RANGEL, 1990: 46-48; HERRMANN, 1986; BELLOTTO, 2007).

Entretanto, a historiografia mais recente apontou uma nova faceta da mineração na capitania paulista e na vila de Taubaté, especificamente. Maurício Alves, ao trabalhar com os inventários taubateanos, apontou que a descoberta do ouro ocasionou a migração da população para a região mineradora, o que desfalcou as unidades agrícolas de mão de obra. Outros taubateanos passaram a explorar o comércio de beira de estrada. Porém, esse *rush* foi pouco duradouro. De acordo com o autor, após breve período de euforia, ocorreu o retorno da população para a vila e o investimento dos ganhos do ouro em engenhos de açúcar. Já na década de 1720, trinta anos após a descoberta do ouro, os engenhos de açúcar eram dois terços da fortuna inventariada, o que indica investimentos na produção de açúcar na vila (ALVES, 1999: 17-25).

Em outro estudo, o autor retratou diferentes caminhos e passagens que recortavam a região do Vale do Paraíba, o que inviabilizaria pensar na região como isolada do restante da América Portuguesa (ALVES, 2001: 10-15; ORTIZ, 1996: 49-51). Outras pesquisas apontaram que, de um lado, esse período era menos estudado na história paulista do que outras épocas, e, por outro lado, o trânsito nas estradas paulistas sempre foi constante (LUNA, KLEIN, 2005: 15-16). Além disso, por essas estradas a economia valeparaibana se articulou com a capitania do Rio de Janeiro, comercializando ativamente com a Praça do Rio de Janeiro (LUNA, KLEIN, 2005: 17).

Para a vila de Taubaté, portanto, podemos pontuar ao menos três momentos econômicos distintos. Desde sua fundação, em 1640, até o ano de 1690, praticou-se a agropecuária e o apresamento de indígenas. Entre 1690 e 1715, a mineração dominou as forças taubateanas, mas aliada a agropecuária que visava abastecer os aventureiros em rota para as minas, posto que este era o período de euforia com a descoberta do ouro. Após 1715, estabeleceu-se a agropecuária e a plantação de cana-de-açúcar, que podia produzir aguardente e rapadura, para o abastecimento interno, ou o açúcar, geralmente destinado ao porto do Rio de Janeiro (ALVES, 1999: 7-8; ORTIZ, 1996: 44-48).

Na segunda metade do século XVIII a capitania de São Paulo passou por várias transformações. Em 1748, a Coroa decidiu retirar a autonomia administrativa da capitania, incorporando-a a capitania do Rio de Janeiro. Em 1765, a Coroa decidiu restabelecer a autonomia administrativa e selecionou D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão para governador. As instruções passadas ao novo governador mostraram a preocupação da Coroa com os espanhóis, incentivando a organização militar da capitania a todo custo, visando proteger Minas Gerais e o Rio de Janeiro da sanha espanhola.

Uma das estratégias para garantir a defesa da América foi o desenvolvimento da economia. O povoamento da capitania de São Paulo era uma das principais formas de garantir a defesa do Sul. Contudo, nas primeiras instruções o que ficou nítido foi a intenção de proteção. Bellotto resumiu a questão de forma precisa: “as instruções definem-se, portanto, como fundamentalmente militares e bem determinadas. É evidente que D. Luís Antônio receberia, posteriormente, [...] inúmeras ordens para o fomento econômico e a administração da capitania, envolvendo conveniências sociais e políticas” (BELLOTTO, 2007: 59-73, citação p. 71).

Para facilitar a organização militar, o governador instruiu aos capitães-mores de cada vila que criassem listas da população local, focalizando os chefes de cada *fogo* (unidade agrícola) e os homens disponíveis ao serviço militar, além dos escravizados e escravizadas que habitavam os domicílios. Essas primeiras listas, basicamente militares, alteraram suas características no século XIX, quando passaram a contemplar outras informações sobre os fogos. No reinado de D. Maria I, as listas ficaram mais parecidas com censos populacionais, mostrando a produção de cada unidade, os agregados, informações sobre naturalidades de livres e escravizados, além de outras informações econômicas, como local de venda dos produtos ou a existência de sociedades comerciais. Ao final de cada lista, que deveriam ser anuais, também havia a instrução para que fossem criados mapas populacionais, os quais deveriam informar sobre a distribuição da população por faixa etária, o número de

falecimentos e a quantidade de casamentos celebrados em cada vila² (BELLOTTO, 2007: 201-214).

No final do século XVIII, outra importante alteração na capitania ocorreu em virtude da conjuntura político-econômica externa. No Caribe, a revolução haitiana destruiu a produção de açúcar do principal concorrente do Brasil, possibilitando a expansão dos canaviais e aumentando o volume em áreas menos ligadas ao seu plantio (PETRONE, 1976: 9-23). Dauril Alden denominou esse período como “Renascimento Agrícola”, já que foi responsável pela expansão do açúcar em diferentes localidades, inclusive em São Paulo, e pela exploração de novos cultivos (ALDEN, 1998: 556-557).

A conjuntura externa aliada ao desenvolvimento da infraestrutura da capitania, estimulado pelos governadores pós-restauração, criaram um cenário de crescimento da população e da produção paulistas. Estudos demográficos, que tiveram por base as listas nominativas, mostraram crescimento da população total em 57,57%, entre 1803 e 1836, e o aumento da população escravizada na ordem de 48,35%, no mesmo período. Ainda mais significativo, o mesmo estudo demonstrou a desigualdade na posse de escravizados entre os senhores. A maioria dos senhores tinham poucos escravizados, a grande maioria dos proprietários tinham menos de cinco cativos e a mediana era de três escravizados, em 1808 e 1829. Além disso, os pequenos proprietários (até cinco cativos) controlavam 29% da escravaria, em 1804, e 22%, em 1829. Por outro lado, os proprietários de vinte ou mais escravizados eram poucos (cerca de 6% em 1829), mas controlavam de mais de 20% dos escravizados em 1804 e 39% em 1829 (LUNA, KLEIN, 2005: 137-165, citação p. 150).

No caso de Taubaté, os estudos mostram números ainda mais desiguais. Antes da restauração de autonomia, a região valeparaibana era pobre e contava com poucos cativos. A vila de Taubaté ocupava uma posição intermediária nas rendas da capitania, sendo a oitava mais rica de um total de dezenove vilas. A sociedade contava com poucos escravizados que se encontravam nas mãos de poucos proprietários. No período final da colonização, 75% dos domicílios taubateanos não apresentaram mão-de-obra compulsória e, usando o escravizado para medir riqueza, calculou-se um índice Ginide 0,93³ (RANGEL, 1990: 61-76). A posse de

² Esses documentos estão depositados no acervo permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo, atualmente. Eles foram catalogados e microfilmados, ficando o acervo disponível para os pesquisadores. Essa coleção documental, denominada “Maços de População”, tornaram-se a base para novos estudos sobre a História paulista. A série teve início em 1765, ano da chegada do Morgado de Mateus, e se estendeu até 1836. Isso permitiu um mapeamento das condições socioeconômicas de várias vilas paulistas e muitos estudos passaram a utilizar essa documentação. Cf.: MARCÍLIO, 2014; ARAÚJO, 2006; MARCÍLIO, 2000; BACELLAR, 2001.

³ O índice Gini tem por objetivo calcular os níveis de desigualdade que ocorrem em determinada sociedade, utilizando um determinado padrão de riqueza, que varia de 0 a 1, sendo o 0 o menos desigual e o 1 o mais desigual possível.

escravizados, de maneira geral, era mais difundida entre senhores de engenho e menos volumosa para criadores e cafeicultores (RANGEL, 1990: 205-225).

A concentração de renda, contudo, possibilitou o desenvolvimento de novos ciclos econômicos. Se no início do século XVIII as elites econômicas taubateanas utilizavam suas fortunas para monopolizar as atividades mais rentáveis e reinvestir as rendas da mineração em engenhos de açúcar e no comércio com o Rio de Janeiro (ALVES, 1996), na virada do XVIII para o XIX a situação se repetiu. Armênio Rangel pontuou três ciclos econômicos na vila de Taubaté: o primeiro, entre 1798 e 1805, foi de desenvolvimento dos engenhos de açúcar; o segundo, de 1805 a 1817, teve como principal atividade econômica a pecuária; e, o terceiro, entre 1817 e 1835, foi de desenvolvimento da cafeicultura (RANGEL, 1990: 143; 260-268; ALVES, 2001: 15-26).

Em 1822, Augusto de Saint-Hilaire fez uma segunda viagem a São Paulo. Em janeiro desse ano, o aventureiro partiu da cidade do Rio de Janeiro para a capitania de Minas Gerais e, em seguida, atravessou a Serra da Mantiqueira, chegando ao Vale do Paraíba, passando por Taubaté e seguindo viagem para São Paulo. Na volta, Saint-Hilaire e seus acompanhantes tomaram o caminho que atravessava o Vale do Paraíba e rumaram de volta para o Rio de Janeiro. Ao longo do trajeto, o viajante nos deixou importantes visões sobre aquela região, fazendo anotações sobre o clima, o solo, a vegetação, as pessoas e um pouco da história de cada lugar, o que descobriados transeuntes que encontrava no caminho.

No seu caminho de ida, Saint-Hilaire apontou que a região do Vale do Paraíba era “uma bacia entre duas grandes cordilheiras” e a vegetação era muito parecida com a do Rio de Janeiro – “quase a mesma”. Além disso, cultivavam-se os mesmos plantios: “açúcar, café e mandioca” (SAINT-HILAIRE, 1953: 86). As casas que encontrou pelo caminho variavam de acordo com a região em que estava, mas em geral tinham apenas um andar, algumas contavam com engenhos de açúcar, e havia várias vendas nas principais vilas: Guaratinguetá, Lorena e Taubaté. Entre as vilas do Vale do Paraíba as trocas eram feitas constantemente, usando o rio Paraíba do Sul para a ligação das vilas. Os grandes comerciantes e mesmo pequenos mascates preferiam fazer comércio com o Rio de Janeiro, embora existissem riscos na operação que desestimulavam os sujeitos que não tinham capitais disponíveis para negociarem longamente a venda da safra (SAINT-HILAIRE, 1953: 86-90).

A primeira vez que o viajante passou por Taubaté afirmou que essa era “a mais importante de quantas atravessei, desde que entrei na capitania de São Paulo” (SAINT-HILAIRE, 1953: 95). A maioria das casas que encontrou era caiadas e tinham quintal, no qual plantavam bananeiras e cafezais. Na urbe, encontrou várias estalagens, muitas vendas e

“diferentes profissões”. No arredor da vila, o solo era próprio para o cultivo de cana-de-açúcar e café. Nas palavras dele: “antigamente era a cana o que mais se plantava, mas depois que o café teve alta considerável, os cultivadores só querem tratar de cafezais”. A alimentação da vila, porém, provinha do peixe pescado no rio Paraíba do Sul, principalmente para a população mais pobre. Esta mesma camada populacional frequentava a beira do caminho, comercializando bananas, aguardente e fumo (SAINT-HILAIRE, 1953: 95-97).

A sua volta de São Paulo para o Rio de Janeiro legou informações mais importantes. A visita do príncipe D. Pedro sobre a região causou a reforma dos caminhos valeparaibanos. Várias reparações e melhorias foram feitas à espera do príncipe que estava em Minas, mas encaminhava-se para São Paulo. Outro ponto interessante anotou na vila de Jacareí, mais próxima da cidade de São Paulo. De passagem, entrevistou um alferes da vila que lhe informou sobre os cultivos praticados na vila. Antigamente, dizia o alferes, plantava-se algodão e criavam-se porcos. Mas, naqueles dias, “começou-se a plantar muito café”. As exportações deste efeito eram feitas para o Rio de Janeiro ou, “mais frequentemente”, via Santos. Estes mesmos cafeicultores permitiam que seus agregados vivessem em suas terras e mantivessem vendas na beira da estrada. Os vendedores encontrados por todo caminho eram, portanto, agregados dos grandes cafeicultores que encontravam no comércio de beira de estrada a possibilidade de aumentar suas rendas (SAINT-HILAIRE, 1953: 115-118).

A imagem de Taubaté que delineamos até o momento foi o ponto de partida dessa pesquisa. Ao iniciar o estudo sobre esta vila, sabíamos da existência de um passado fortemente conectado às descobertas de ouro e na função de centro irradiador de povoamento, motivo pelo qual nos anos seguintes o território taubateano deu origem a várias vilas. Durante o recorte cronológico selecionado, porém, não houve nenhum desmembramento, o que facilitou nossas comparações da população em anos diferentes (ORTIZ, 1996: 54). Também tínhamos uma ideia geral sobre o desenvolvimento da agricultura na vila, especialmente no quartel final do século XVIII, quando a cana-de-açúcar expandiu pela capitania de São Paulo.

Contudo, algumas questões também permaneciam. Como vimos, o final do século XVIII e o início do XIX foi descrito por diferentes autores como momento de desenvolvimento da agro exportação na América Portuguesa, inclusive em regiões afastadas dos centros comerciais. Todavia, os maços populacionais mostraram a população taubateana pouco interessada na produção de açúcar. A professora Maria Thereza Petrone, em obra pioneira sobre a indústria açucareira em São Paulo, afirmou que “a área ao longo do caminho para o Rio de Janeiro [o Vale do Paraíba], nunca foi grande produtora de açúcar”, pois desde a época de florescimento da cultura da cana, “tinha encontrado sua verdadeira vocação no

cultivo do café” (PETRONE, 1976: 41). Entretanto, não encontramos uma difundida produção de açúcar e nem de café na vila. Na realidade, a análise completa do censo populacional de 1808 nos indicou que somente 8% dos domicílios taubateanos eram proprietários de escravizados, 0,8% foi produtor de açúcar, quase 2% produziu aguardente e o café esteve presente em somente quatro unidades produtivas (0,24%).

Desta maneira, acreditamos que a conjuntura externa não foi capaz de alterar o padrão de cultivo taubateano. Os domicílios da elite econômica se ocuparam da produção e comercialização de açúcar e outros gêneros de maior valor no mercado. Porém, para grande parte da população essa via manteve-se indisponível, ocupando as residências em cultivar produtos para o mercado interno. O maço populacional de 1808 mostrou que a maior parte dos grandes senhores de escravizados, que tinha vinte ou mais cativos, produziam efeitos para o mercado interno, juntamente com a produção de açúcar. Assim, nos perguntamos qual era o perfil de produção na vila de Taubaté? E, quais motivos levaram os grandes senhores a não investirem de maneira monopolizadora na produção de açúcar?

A hipótese que levantamento previamente e iremos discorrer ao longo do texto diz respeito à forma de inserção da econômica taubateana no mercado interno. As elites taubateanas não possuem cabedais suficientes para participarem disputarem negócios mais lucrativos, mas conseguiam abastecer o mercado interno com variados gêneros que, além do mais, tinham uma demanda mais segura.

Armênio Rangel e Maurício Alves fizeram algumas indicações importantes para tentar responder a essas questões. O primeiro afirmou que a produção de açúcar era o mais excludente dos ramos econômicos, pois a instalação de um engenho consumia elevadas somas e dependia de muita mão de obra. Ele também afirmou que, entre 1798 e 1835, as principais atividades econômicas foram a produção de açúcar (1798-1805), a pecuária (1805-1817), preferencialmente o suíno, e a cafeicultura (1817-1835) (RANGEL, 1990: 48-59; 143). Em Alves, encontramos indícios de que a produção de açúcar não deslanchou na vila devido ao caráter excludente da própria sociedade taubateana. Aprofundando a discussão iniciada por Rangel, Alves mostrou que os ganhos da mineração foram investidos na produção de açúcar, mas as elevadas somas envolvidas na operação, o sistema de sesmarias, que garantia as melhores terras para poucos sujeitos, e o elevado preço do escravizado africano, pensando na fortuna média da população, inviabilizou a exploração da cana-de-açúcar em larga escala, mantendo-se restrita aos senhores mais abastados na vila: a elite (ALVES, 1999; ALVES, 2001).

Entretanto, Lucila Herrmann fez uma pesquisa sobre a vila de Guaratinguetá, também no Vale do Paraíba, na qual mostrou que a produção do açúcar alterou o cenário econômico e social da vila, entre 1775 e 1836. No primeiro quarto do século XIX, a população escravizada cresceu constantemente, assim como o volume de produção do açúcar e a denominação “senhor de engenho” passou a vigorar nos documentos oficiais. Além disso, o desenvolvimento da indústria açucareira foi capaz de estabelecer uma nova forma de ocupação da terra, fazendo surgir as casas-grandes, as quais adquiriram traços autossuficientes na vila, produzindo praticamente todo o necessário para o sustento dos moradores e comercializando os excessos (HERRMANN, 1986: 53-56). Portanto, devemos nos perguntar por que na vila de Guaratinguetá o açúcar teve papel tão predominante, enquanto em Taubaté ele ficou restrito a elite econômica? Dificilmente haveria uma sociedade excludente em Taubaté, mas outra mais aberta e dinâmica em Guaratinguetá. Na realidade, a autora citada informou que a plantação da cana-de-açúcar era feita em propriedades menores para abastecer os grandes engenhos de açúcar, o que encontramos somente em poucos casos para Taubaté.

Por fim, outra questão inicial para a pesquisa foi relativamente simples: qual o perfil da elite taubateana? Encontramos em muitos textos sobre a América Portuguesa a menção de uma elite da terra que tinha *prestígio* e *mando*, identificada como o grupo dos principais sujeitos locais. Também encontramos em outros textos a denominação elite mercantil, a qual seria composta por ricos negociantes que atuavam no comércio de grosso trato e concorriam com a elite da terra por *mercês*, *privilégios* e *mando* (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2005; FRAGOSO, FLORENTINO, 1998; FRAGOSO, ALMEIDA, SAMPAIO, 2007).

Contudo, os maços populacionais não informam sobre um perfil claro na elite econômica taubateana. Passamos a estudar os testamentos e inventários *post-mortem* daqueles que faleceram na vila de Taubaté, observando o padrão de fortuna dos sujeitos de destaque social. Selecionamos os testamentos e inventários dos sujeitos que mostraram grande quantidade de escravizados nos maços populacionais, os sujeitos que tiveram atuação constante na câmara da vila e os indivíduos que apresentavam forte ligação comercial com a praça mercantil do Rio de Janeiro.

Desta feita, o cenário taubateano pode mostrar duas situações distintas. A primeira seria a absorção de um grupo pelo outro. Assim, a nobreza da terra ou a elite mercantil teria absorvido o grupo rival, através de alianças ou matrimônio, inviabilizando o conflito pelo domínio local. E, uma segunda possibilidade diz respeito às características profundamente excludentes de Taubaté. Esta situação impossibilitou a ascensão de grupos diferentes, sendo um mesmo sujeito dominante na produção e no comércio dos efeitos.

Esta pesquisa, portanto, objetivou compreender a composição de fortuna dos grupos de destaque social, aqueles que mostraram possuir prestígio na vila e que mantiveram posições de comando, fossem militares ou políticas ou ambos. Podemos adiantar que alguns sujeitos desempenhavam mais de um papel na vila. Também notamos que algumas famílias dominaram o cenário político, econômico e social, conforme outras pesquisas demonstravam (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010).

Também foi parte dos objetivos desta pesquisa identificar as principais atividades econômicas desenvolvidas na vila. A historiografia paulista e os historiadores que se ocuparam da vila de Taubaté afirmaram que a essa região não se especializou em uma única produção (ALVES, 2001; LUNA, KLEIN, 2005). Na realidade, encontramos diferentes produções e variados negócios sendo executados em um mesmo domicílio, especialmente quando eram chefiados por sujeitos de destaque socioeconômico.

E, por fim, queremos mapear o cenário político-social da vila. Para tanto, sistematizamos as Atas da Câmara de Taubaté (GUISARD FILHO, 1943). Esta importante coleção documental indicou a composição das vereanças na vila, informando sobre os ocupantes de cada cargo eletivo, entre 1780 e 1798. Ela também forneceu outras informações importantes para entendermos melhor o cotidiano político da vila, salientando votações que impactavam sobre a população local.

No intuito de cumprir com os objetivos da pesquisa e responder as questões levantadas decidimos dividir essa pesquisa em quatro capítulos. No primeiro capítulo faremos a discussão teórico-metodológica. As pesquisas históricas, em geral, são tributárias de correntes teóricas precedentes, na qual se inserem em alguma medida. Nesse primeiro capítulo vamos arrolar as principais Escolas teóricas que influenciaram este estudo. Todavia, além de pontuar as teorias que nos influenciaram, vamos apresentar os pontos em que houve concordâncias ou discordâncias em nossa pesquisa.

Não obstante, ainda no primeiro capítulo, vamos analisar as fontes utilizadas no estudo. Os maços populacionais, conforme salientamos acima, foram instaurados na restauração da capitania. Contudo, os objetivos destes documentos, sua forma e as informações listadas variaram de acordo com os interesses da administração régia. Além disso, a coleção apresentou uma série de inconstâncias e dificuldades de pesquisa, o que devemos pontuar para esclarecer as opções adotadas ao longo deste trabalho. No mesmo sentido, também iremos apresentar e informar sobre os problemas encontrados nas outras coleções documentais utilizadas na formulação deste texto.

As outras coleções documentais foram: as atas da câmara de Taubaté, transcritas e publicadas por Félix Guisárd Filho; os inventários e testamentos, presentes no Arquivo Municipal de Taubaté “Félix Guisárd Filho”; os documentos concernentes à vila de Taubaté e seus habitantes presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizado em CD-Rom no Projeto Barão de Rio Branco e que atualmente se encontram disponíveis *online* no sítio da Biblioteca Nacional Digital; e, por fim, a documentação oficial da capitania de São Paulo, transcritas e publicadas na coleção denominada Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo que também está digitalizada no *site* da Biblioteca Digital da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

No segundo capítulo vamos adentrar na História de Taubaté, propriamente. Utilizaremos os maços de população da vila para compreender as atividades econômicas desenvolvidas e a composição social. Para tanto, selecionamos as listas nominativas dos seguintes anos: 1789, 1793, 1797, 1802, 1808, 1812, 1818, 1825 e 1830. Tentamos manter um intervalo parecido de anos, mas observando as condições do documento. Também não sistematizamos todos os domicílios arrolados, pois isso acarretaria numa quantidade de informações muito grande e muito repetitiva, pouco contribuindo para a pesquisa. Preferimos formular os bancos de dados com todos os domicílios com dez escravizados ou mais, ou que indicaram alguma atividade mercantil ou, ainda, quando o chefe do domicílio apresentou um posto de oficial nas ordenanças. Selecionamos os anos de 1808 e 1830 para sistematizarmos integralmente as propriedades. Esses dois anos foram selecionados em virtude da qualidade do documento – eram séries mais completas e com maiores detalhes – e, porque representavam anos de grande alteração na pauta produtiva da vila.

Em posse do banco de dados formulado apresentamos as principais atividades econômicas executadas pelas elites locais. De maneira geral, observamos que os domicílios não se restringiam a uma única produção e alguns sujeitos atuavam na produção e no comércio ao mesmo tempo. Algumas informações mostram que as famílias de destaque social atuavam em conjunto em diferentes ramos econômicos. Encontramos, assim, pais, filhos e aparentados mantendo sociedade no comércio de gado do Sul, enquanto produziam açúcar ou outro efeito. Também anotamos famílias inteiras que possuíam postos nas ordenanças, o que revela a características excludente citada por Alves. O comércio de produtos na própria vila circulava valores menores do que os artigos exportados para o Rio de Janeiro, em geral. Também encontramos negociantes que atuavam nas vilas do Vale do Paraíba, na vila de Parati e em Minas Gerais.

No terceiro capítulo buscamos entender a composição da fortuna dos principais sujeitos da vila. Os inventários *post-mortem* e seus testamentos, quando presentes, ajudaram a delinear um padrão de riqueza para os sujeitos de maior destaque social na vila. Os inventários mostraram que a maior parte da fortuna estava investida em quatro tipos de bens: os bens de raiz, os escravizados, as dívidas e, em menor porção, os animais. Portanto, excluímos do cálculo os outros artigos. Em posse dessas informações construímos um quadro acerca dos investimentos feitos por aqueles sujeitos na vila e pudemos comparar as fortunas taubateanas com as de outras partes da América Portuguesa.

O estudo de Carla Almeida possibilitou comparar as nossas informações com as fortunas encontradas em Minas Gerais (ALMEIDA, 2010). Outras pesquisas foram utilizadas para comparar a riqueza taubateana com a vila de Vitória (CARVALHO, 2010), na capitania do Espírito Santo, com a cidade de São Paulo (ARAÚJO, 2006) e com a cidade do Rio de Janeiro (FRAGOSO, 1998). Desta maneira, podemos situar as fortunas dos principais taubateanos com seus pares de outras partes da América. Também podemos comparar características gerais das fortunas: composição das fortunas, importância dos escravizados e características dos principais ativos.

Por fim, no quarto capítulo vamos estudar as conexões das elites taubateanas. Em primeiro lugar, vamos estabelecer a relação das elites com a principal instância administrativa local: a Câmara. O ingresso nesta instância se dava pelo entendimento dos moradores de que o sujeito era “homem-bom”, ou seja, alguém que dispunha de cabedal, prestígio, mando e todas as demais qualidades necessárias na condução da política e administração local. O que significa que a eleição à câmara era feita por sujeitos que se viam como os principais da localidade e escolhiam seus pares para os cargos eletivos⁴. Desta feita, utilizamos as atas das reuniões para mapearmos os sujeitos que tiveram participação nessa instância e, assim, conseguimos formular um panorama de quem eram esses atores e qual a frequência de participação deles. Além disso, conseguimos verificar de que maneira os sujeitos se relacionavam, ocupando as vereanças simultaneamente.

Em segundo lugar, vamos voltar aos inventários *post-mortem* para identificarmos a complexa relação estabelecida pelas dívidas ativas e passivas dos sujeitos inventariados. A sociedade colonial não dispunha de meios oficiais para a concessão de crédito, um banco por exemplo. As moedas eram escassas, mesmo no período da mineração, o que restringia o

⁴ O sistema eleitoral modificou profundamente no Brasil. Na Constituição de 1824, o voto passou a ser censitário, o que alterou acabou com a noção de homem-bom, sendo substituído pela renda. Acreditamos que estas modificações tenham pequena importância na análise desta pesquisa, pois outros autores informaram sobre o poder de permanência das elites estabelecidas no período de transição da colônia para Império.

mercado em bases pequenas. Assim, o adiantamento ou empréstimo eram os métodos mais comuns de comércio. O sujeito de poucas posses, mas que precisava comprar alguns gêneros que não podia produzir sozinho, como ferramentas, podia convencer o dono de uma loja a lhe adiantar o valor do produto. O mesmo dono de loja se tornava devedor de um negociante que trazia do porto do Rio de Janeiro os efeitos manufaturados importados do Reino. O mesmo negociante adquiria crédito com os negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro para adquirir escravizados que seriam, então, levados até a vila de Taubaté e comercializados. Em muitas localidades encontramos o crédito e o adiantamento como o instrumento viabilizador das trocas.

Os inventários *post-mortem* indicam uma grande quantidade de dívidas dentro da própria vila. Muito adiantamentos eram feitos com negociantes do Vale do Paraíba. E, alguns sujeitos, tinham cacife suficiente para ingressarem nas redes de crédito de vilas distantes: como Parati, Rio de Janeiro, Santos e São Paulo. Desta maneira, utilizamos essa parte específica do pecúlio dos sujeitos para identificar as redes de crédito, os atores principais nessa rede e as principais localidades que interagiam com os taubateanos.

As dívidas eram relativamente comuns e perpassavam todas as camadas sociais. Contudo, a sociedade colonial tinha características estamentais. Isto significa que o empréstimo era concedido de acordo com a visão de mundo que credor e devedor tinham. Os empréstimos arrolados nos inventários não eram oficializados, o que significa que seu pagamento dependia da confiança no devedor e nas obrigações morais do credor. Logo, era mais provável para um capitão de ordenanças conseguir um empréstimo do que o escravo *de alguém*. Um capitão, via de regra, tinha um patrimônio superior ao de um escravo *de alguém* e era um sujeito de prestígio local, possuía um posto reconhecido em todo o Império Português, o que lhe garantia uma confiança muito maior de que iria honrar sua palavra. Estas características influenciaram as redes de crédito e iremos apresentar algumas impressões possíveis com a análise destas redes.

Desta maneira, acreditamos que a pesquisa que se inicia se insere na história local, ao identificar os principais agentes político-sociais da vila de Taubaté, mas também se refere a um quadro mais amplo da historiografia. Este estudo tem por base e foco uma vila no interior da capitania de São Paulo, o que diverge das características gerais das vilas litorâneas do Nordeste e Sudeste da América, áreas preferenciais de estudo. Portanto, ajudamos a compor o amplo espectro da sociedade colonial desenvolvida na América Portuguesa e que serviu de base para a sociedade imperial brasileira.

Interpretação e metodologia de estudo da sociedade taubateana

O presente estudo pretende verificar e traçar o perfil das elites locais da vila de Taubaté, interior da capitania/província de São Paulo, entre 1780 e 1830. O que significa que esperamos encontrar condições diferentes das apontadas para áreas mais densamente povoadas e de economias mais dinâmicas, como o Rio de Janeiro, Salvador e Recife¹. Portanto, neste primeiro capítulo vamos apresentar o trabalho técnico desenvolvido com os documentos históricos que nos permitiram levantar hipóteses sobre a sociedade taubateana, focalizando as elites locais.

As fontes da pesquisa foram documentos oficiais feitos por administradores locais, pelos governadores paulistas do período e pelo Conselho Ultramarino. Também utilizaremos viajantes que estiveram na vila, principalmente Saint-Hilaire. E, por fim, mapeamos a documentação cartorária referente aos sujeitos das elites taubateanas.

O capítulo que se inicia vai apresentar os métodos de trabalho e os procedimentos adotados em relação a esta documentação. Vamos abordar os documentos trabalhados, o contexto no qual foram feitos e os diferentes aspectos de cada coleção documental. Também retrataremos as condições de guarda dos documentos, a disponibilidade de uso por outros pesquisadores, a condição geral da fonte e as dificuldades encontradas na pesquisa.

De saída podemos informar que o *corpus* documental contém os papéis do Arquivo Histórico Ultramarino, que compõem o Projeto Resgate Barão de Rio Branco, as ordens e cartas dos governadores paulistas, presentes na coleção *Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo* (DIHCSP), as Atas da Câmara de Taubaté, publicadas de forma incompleta pelo Arquivo Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”, os *Maços de População*, recenseamentos feitos por incentivo da Coroa portuguesa na capitania de São Paulo entre 1765 e 1850, e, por fim, os testamentos e inventários *post-mortem* presentes no Arquivo Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”, parte da Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico da prefeitura de Taubaté.

Estes documentos passaram pelo processo de busca, seleção, transcrição e transformação em bancos de dados. A transcrição foi feita com a atualização da ortografia para facilitar a leitura do documento, mas não se alterou a pontuação para manter o sentido

¹ As elites locais são parte importante dos estudos da sociedade colonial luso-brasileira. No caso das cidades litorâneas, onde o contato com o Reino e outras partes do Império português era mais constante, encontramos elites dinâmicas que souberam aproveitar das redes mercantis fundadas ao longo do Oceano Atlântico e que ligavam a América à África, à Ásia e à Europa, o que acarretava num poder socioeconômico maior do que seus pares do interior. Para mais: FRAGOSO, GOUVÊA, 2014; FRAGOSO, GOUVÊA, 2010; FRAGOSO, 1999; SOUZA, 2006; ALENCASTRO, 2000; SOUZA, 2003.

original. Apresentaremos o tratamento dispensado para cada coleção documental, as hipóteses levantadas a partir dos documentos e as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa. Também tentaremos esclarecer os passos seguidos pelo pesquisador e as soluções encontradas ao longo do trabalho. Por fim, vamos dialogar com as fontes, apresentando a historicidade do documento, ou seja, o contexto em que foram desenvolvidos e de que forma a visão de mundo dos oficiais da câmara, governadores e conselheiros influenciaram a escrita dos documentos.

Contudo, a análise dos documentos em si não basta. Por isso, na segunda parte do capítulo vamos apresentar as correntes historiográficas que se preocuparam com a interpretação da sociedade colonial. De pronto, imaginamos duas influentes discussões na historiografia brasileira: os modelos interpretativos do *Antigo Sistema Colonial* e o *Antigo Regime nos trópicos* e a influente corrente da “decadência paulista” no período pós-mineração. Da mesma maneira, mapearemos outras interpretações sociais que desenvolveram a historiografia brasileira.

Por fim, resta-nos apontar que o capítulo foi elaborado em dois grandes blocos. O primeiro diz respeito às coleções documentais e aos procedimentos técnicos desenvolvidos para análise das mesmas. O segundo bloco se refere aos principais estudos da sociedade colonial que ajudaram a estruturar a interpretação feita acerca da realidade taubateana e do Império português como um todo. No interior dos blocos fizemos novas divisões em tópicos com o intuito de deixar o texto mais fluído e inteligível.

1.1 – Fontes e metodologia.

a) Os maços de população.

A primeira fonte analisada foram os *Maços de População* da Capitania/Província de São Paulo, instaurados pela Coroa portuguesa e efetuados entre 1765 e 1836. Ao longo de todo este período, os oficiais das ordenanças fizeram listas nominativas nas diferentes vilas sobre o controle do Governador e Capitão General de São Paulo. Atualmente, esta documentação está microfilmada sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde pode ser consultada. Algumas listas, dependendo do ano e da vila, também estão disponibilizadas na Internet, no *site* do mesmo arquivo em formato PDF.

A intenção inicial da Coroa era recensear a população masculina disponível para combater os ataques castelhanos na parte Meridional do Império. Estas primeiras listas eram compostas do nome do chefe do fogo, o nome dos filhos e, em alguns casos, o nome dos

escravos. Em geral, as idades eram arredondadas para múltiplos de cinco. A partir do reinado de D. Maria I, em 1797, são introduzidas novas técnicas de recenseamento, mais modernas e mais detalhadas. Ao final do século XVIII, a preocupação da Rainha não estava somente no conflito armado, mas em compreender a população colonial em suas diferentes nuances. Por este motivo, as listas recebem mais informações, tais como os filhos e os nomes deles, o estado civil dos moradores das unidades, as produções feitas na vila ou, ao menos, a ocupação principal do chefe do domicílio e, por fim, os rendimentos conseguidos na propriedade.

É importante salientar que as informações variaram e, como afirmou Bacellar, os capitães-mores de cada vila davam o parecer sobre como deveriam ser feitas as listas. Em outras palavras, a interpretação do capitão-mor sobre a regra imposta pelo governador dava a medida de como seria efetivada a listagem. Além disso, os homens responsáveis pela execução da tarefa “tinham suas limitações pessoais, suas dificuldades de locomoção e falta de tempo, seus interesses diversos em colaborar” (BACELLAR, 2008: 116).

As mudanças ocorridas nos censos são notadas ao longo do período estudado. No primeiro maço populacional analisado, o de 1789, está assinalado o nome dos residentes, a idade dos moradores e o posto nas ordenanças, quando existente, por fim, marcou-se o nome e a idade dos escravos. Contudo, não houve anotação sobre as produções desenvolvidas na propriedade, o ramo econômico ao qual se dedicava o chefe do domicílio e, nem o estado civil dos escravizados (APESP, Maços populacionais: Taubaté, 1789, rolo 200).

No maço de 1802 encontramos novas informações, em decorrência das ordens expedidas por D. Maria I. Esta lista nominativa pode ser considerada a mais completa da série analisada. Nela foram arrolados dados completos sobre os chefes dos fogos, sobre as pessoas livres que viviam na residência e das pessoas escravizadas. Para nosso estudo, esta lista se tornou de suma importância, pois contemplou informações econômicas, como as atividades desenvolvidas na unidade, o rendimento de cada uma delas e informações acerca do comércio realizado pelos moradores do domicílio (APESP, Maços populacionais: Taubaté, 1802, rolo 204).

Como estudo de caso, podemos citar o primeiro fogo arrolado no maço populacional de 1802. Em conformidade com as regras seguidas no documento, o primeiro domicílio era do capitão-mor João Francisco de Abreu Guimarães e sua esposa. Porém, eles haviam falecido e foi anotado que sua família se mudou para o final da primeira esquadra. A segunda residência da lista apresentou o domicílio de Manoel Correa Bitencourt, novo capitão-mor e proprietário de uma nova casa, recém-chegado da 2ª Companhia e natural de Angra dos Reis. E, o terceiro

domicílio listado foi do sargento-mor Eusébio José de Araújo, um nome que será muito repetido ao longo de todo este estudo.

O quarto fogo listado foi do Ajudante de Ordenanças José Pereira da Quadra, proprietários de sete escravizados, inclusive um anotado de Benguela. Ele foi descrito como negociante, comprador de bois em Curitiba e agricultor de diferentes gêneros. Os 490 bois foram adquiridos no Sul por 1:729\$000 réis do negociante Domingos Pereira Porto e revendidos na vila para Brás de Oliveira Arruda com lucro de duzentos mil réis. Na cidade do Rio de Janeiro ele adquiriu quatro escravizados no porto do Valongo, mas não indicou o valor da transação. E, produziu em suas terras 35 alqueires de milho, 12 alqueires de feijão, 40 alqueires de farinha e 30 alqueires de arroz (APESP, vila de Taubaté, 1802).

Portanto, essas anotações exemplificam as diferentes possibilidades que as listas nominativas concedem, principalmente a partir do século XIX. Pois, através dela ficamos informados sobre os ramos mercantis aos quais se dedicavam os moradores da residência, a existência de ativo comércio entre Taubaté e a cidade do Rio de Janeiro, principal porto exportador do Centro-Sul da América portuguesa, e de outras rotas mercantis no interior da América Portuguesa que ligavam Taubaté à Curitiba, por exemplo. Além de informações pessoais, como o falecimento do capitão-mor, o surgimento de um novo oficial para comandar a vila e a emigração de membros de família tradicionais.

As listas posteriores também apresentaram muitas informações de tipos variados. Porém, a partir de 1818, com o desenvolvimento da cafeicultura na vila, percebemos que os sujeitos responsáveis pela execução das listas mantiveram-se mais preocupados em indicar as atividades ligadas ao comércio externo à vila do que ao que ocorria no interior da mesma. Em 1830, por exemplo, as anotações de cunho econômico se restringiram à produção de artigos exportáveis (animais, café e derivados do açúcar) e ao comércio (principalmente dos produtos citados ou das fazendas secas). Nota-se, também, que até a lista de 1825 todos os letrados assinavam a anotação de seu fogo, porém, desta data em diante os chefes dos domicílios não assinavam mais.

Maria Luiza Marcílio percorreu sobre as coleções documentais no Brasil e constatou que existiram três grandes fases distintas: a pré-estatística, a proto-estatística e a estatística. A primeira fase, compreendida “ao início da colonização brasileira, estendendo-se até a primeira metade do século XVIII”, era o momento de quase inexistência de informações que podem ser utilizadas para cálculo da população. A segunda fase, na qual está inserida esta pesquisa, termina com o primeiro censo nacional, em 1872, apresenta dados estatísticos que “chegam a ser ricos e de número apreciável”, ainda que nem sempre confiáveis. E a terceira fase, vivida

depois de 1872, apresenta informações seriadas para o estudo da população brasileira, publicadas por órgão oficial do governo e com alto nível de complexidade (MARCÍLIO, 2000: 32-33).

Ainda de acordo com a mesma autora, a segunda fase pode ser dividida em três períodos, dos quais somente os dois primeiros nos interessam. O primeiro período, entre 1765 e 1797, é marcado pelos “constantes problemas das fronteiras do extremo-Sul, e também na Amazônia, entre as terras das Coroas de Espanha e de Portugal”, assim, “por meio deles [os maços] podia, a Metrópole e seus funcionários na Colônia, conhecer o número de adultos disponíveis para as armas” (MARCÍLIO, 2000: 34). Este ponto, em certa medida, tornou-se pacífico na historiografia brasileira, não havendo discussão acerca da importância da conjuntura político-militar entre as Coroas Ibéricas na execução das listas nominativas. A documentação referente à vila de Taubaté concorda com essa periodização, pois as listas efetuadas até 1797 não apresentaram informações econômicas, somente as informações básicas sobre os domicílios.

O segundo período, entre 1797 e 1830, teve por caráter marcante as “novas orientações [de] uma política mercantilista mais ativa e preocupada em racionalizar a máquina administrativa colonial” e “desenvolver por todos os meios a agricultura e o comércio coloniais”. Neste período foram inseridos os mapas populacionais, que eram resumos da população de cada vila, dividido pelas Companhias de Ordenanças. Ao final da lista nominativa, que já apresentava maiores detalhes do que as anteriores, os mapas que informavam a população existente na vila eram divididos por condição social, as ocupações dos habitantes, os casamentos anuais, os nascimentos e mortes, as importações, as exportações, as produções totais efetuadas na vila e, em alguns casos, o preço corrente dos gêneros produzidos na vila. Por fim, no caso de vilas litorâneas, também existia a quantidade de embarcações que entraram e saíram da vila. A tabulação destas informações era feita de forma simples, mas ampliava o espectro documental, permitindo uma análise mais profunda da economia local e da capitania como um todo. Estes mapas eram feitos pelo capitão-mor de cada vila e depois enviado para a secretaria geral da capitania, que montava os mapas regionais. Por último, o original dos mapas era remetido para Lisboa, mantendo-se uma cópia na secretaria da Capitania (MARCÍLIO, 2000: 38-40, citação na página 38).

Lucila Herrmann notou as modificações sofridas pelos maços populacionais – denominados Levantamentos pela historiadora – no último quarto do século XVIII. De acordo com ela, o critério econômico passou a preponderar, “situando a posição do indivíduo na escala econômica pela inter-relação de vários fatores: sua profissão; sua situação de

proprietário ou não; o volume de sua família [...]; agregados, foreiros, ‘a favor’, escravos; sua renda anual e produção especificada” (HERRMANN, 1986: 53).

Os esforços da administração central completaram em São Paulo um grande volume de documentos que possuem informações valiosas para o estudo da população colonial. Entretanto, isto não significa que a documentação esteja isenta de falhas e equívocos. Ao contrário, encontramos nesta documentação toda gama de problemas.

Os maços populacionais eram efetuados pelo cabo da esquadra, sob as ordens do capitão-mor. O censo podia ser feito de porta em porta, descrevendo o que era encontrado em cada domicílio, ou através da apresentação dos moradores em determinado dia para arrolarem seus bens e produções. Isto significa que os maços eram fotografias da vila, de certa maneira, pois não captavam a dinâmica do cotidiano, mas um instante na vida daquelas pessoas. Assim, a principal atividade econômica era, geralmente, anotada nos maços, mas o mesmo não ocorria com outras atividades que podiam complementar a renda familiar. Algo que devia ser reforçado pela visão dos próprios cabos sobre o que era importante ou não de ser anotado.

Para Sorocaba, Carlos Bacellar afirmou que se fiando somente nas listas nominativas, a impressão que se teria é que a vila era produtora de gêneros alimentícios, formada por “agricultores rústicos, roceiros ou pequenos proprietários”. Isto porque, o comércio de gado, principal atividade econômica da vila, era sazonal e não coincidia com a execução das listas (BACELLAR, 2001: 26-27).

Esta situação era agravada pela visão de mundo dos administradores locais. A sociedade colonial era marcada por características rurais e hierárquicas. O que significa dizer que nem todos tinham a mesma importância e, da mesma maneira, as atividades ligadas a agro exportação tinham uma importância maior aos olhos dos recenseadores. Portanto, os responsáveis pelas listas mostravam inclinação para detalhes quando a atividade exposta estava ligada ao setor produtivo, mas eram menos interessados nos gêneros para abastecimento e nos aspectos comerciais (BACELLAR, 2001: 26-36).

Outra dificuldade que a documentação apresenta são as expressões da época que não ficam claras. Em geral, a lista resume a atividade principal do fogo por uma expressão que pode ter vários sentidos. Provável que na época essa distinção fosse clara, mas com o tempo isto se perdeu. O exemplo mais nítido desse ruído do tempo são as expressões “planta para viver”, “agricultor”, “têm sítio” e “planta para o gasto”. Possivelmente elas tivessem significados distintos, mas num primeiro olhar são muito parecidas e não nos informam qual a diferença entre uma e outra. Bacellar, contempla a mesma questão e afirma que “a resposta

não é fácil, já que não se sabe os critérios adotados, se é que houve algum” (BACELLAR, 2008: 121).

A execução das listas era feita de acordo com a unidade produtiva, chamada de *fogo*. No entanto, um fogo não era sinônimo de uma propriedade e as ordens de listagem não eram as mesmas, o que inviabiliza a análise geográfica da vila por meio dessa documentação. O fogo poderia aparecer na segunda companhia e depois migrar para outra companhia ou para outra esquadra. Todavia, a partir de 1802, as listas nominativas foram divididas em Companhias de Ordenanças, cada qual com seu capitão, alferes efetivo, sargento efetivo e sargento de número. Também existia um cabo responsável por cada esquadra da Companhia. Desta maneira, a geolocalização dos fogos se tornou mais fácil, embora ainda pouco confiável, pois não se sabe ao certo o método utilizado para a listagem.

A dinâmica familiar também foi arrolada em linhas gerais, uma vez que os maços nada falam sobre concubinato ou outros arranjos familiares, ainda que se saiba que essa prática era relativamente comum na sociedade colonial. E, mesmo o sobrenome dos indivíduos podia aparecer com grafias diferentes, ordem de sobrenome trocados ou abreviações que perderam o significado ao longo do tempo (BACELLAR, 2008: 122-131)².

Apesar das dificuldades apresentadas, as potencialidades de estudo com esta documentação são inúmeras. Nas palavras de Bacellar, “o conjunto desses informes, abrangendo vilas inteiras por anos a fio, é inegavelmente de extrema preciosidade”, sendo possível “acompanhar a evolução econômica do domicílio, inclusive a posse de escravos, ao longo dos anos, relacionando-os ao ciclo de vida familiar e à disponibilidade de força de trabalho livre e/ou cativa” (2008: 119). E, de acordo com Maria Luiza Marcílio, “mesmo a Europa do Antigo Regime não possui uma série censitária anual e cobrindo período, espaço e população tão extensos” (MARCÍLIO, 2000: 17). Portanto, ela se tornou o fio condutor da pesquisa desenvolvida neste texto.

Os maços de população selecionados para esta pesquisa foram os de 1789, 1793, 1797, 1802, 1808, 1812, 1818, 1825 e 1830. A transcrição começou em 1789, pois foi o período marcado pelo desenvolvimento da indústria canavieira na vila de Taubaté. Também foi este o primeiro maço a relatar toda a população taubateana.

² Os maços de população constituem, até hoje, numa das principais coleções documentais para o estudo da sociedade colonial paulista. Embora possamos apontar algumas falhas ou inconstâncias da documentação, ela ainda se mantém como parte essencial do estudo da economia e sociedade paulista. O estudo de Marcílio revela as possibilidades dos maços, as falhas e as estratégias desenvolvidas para utilizar esta coleção documental. Anexado aos maços de população eram formulados mapas populacionais que dividiam a população da vila em classes, preocupando-se com os homens disponíveis às armas e com as mulheres em fase de casamento. Para mais: MARCÍLIO, 2000: 27-66; ARAÚJO, 2006: 57-59; BACELLAR, 2008; LUNA e KLEIN, 2005. Para analisar a qualidade desta documentação na província de Minas Gerais: GODOY e PAIVA, 2010: 161-191.

Os três primeiros maços da série (1789, 1793 e 1797) apresentaram poucos detalhes econômicos, restringindo-se a listar os homens adultos da vila e os seus escravos. Os maços de 1802, 1808 e 1812 apresentam grande quantidade de informações e, embora houvesse maior preocupação dos recenseadores em anotarem os produtores rurais envolvidos no comércio externo, formaram as listas mais completas em detalhes, já que não havia um produto monopolizador das atenções dos recenseadores. Os três últimos maços retrataram a instalação e o desenvolvimento da cafeicultura na vila de Taubaté. A produção inicial era pequena e pulverizada pelos fogos, mas em 1825 e 1830 passou a ser concentrada nos fogos mais ricos, que apresentavam grande quantidade de mão de obra escravizada e diversidade de produção. Com isto, os três últimos maços têm várias informações sobre a cafeicultura, mas suprimem detalhes relativos às outras produções.

A escolha dos maços não foi aleatória. Buscamos utilizar aqueles que estavam completos e, ao mesmo tempo, mantendo uma regularidade próxima de cinco anos. Infelizmente, os maços populacionais de 1823 e 1824 estavam incompletos, o que ocasionou uma diferença de sete anos entre 1818 e 1825.

Os maços não foram transcritos integralmente. O objetivo deste estudo é perceber a formação da riqueza das elites econômicas e sociais da vila de Taubaté. Portanto, conceituamos elite na realidade taubateana com os dados disponíveis. E, constatamos que a maior parte da população não era proprietária de escravos e, mesmo entre os senhores, havia uma grande disparidade no volume dos plantéis. Por este motivo, procuramos identificar quais sujeitos fariam parte da elite econômica e social da vila.

A historiografia mostra que os escravizados são uma pista para identificar a elite econômica. Os estudos demográficos, principalmente, mostram que a capitania de São Paulo teve um desenvolvimento tardio, mantendo-se presa à estrutura tradicional de plantio. Isto resultou em plantéis reduzidos, quando comparados a outras regiões do Brasil, e numa média de menos de seis escravos para dois terços dos fogos paulistas (KLEIN; LUNA, 2010: 70). Na região Oeste, onde os engenhos de açúcar eram maiores, empregavam mais mão de obra e tinham maior rendimento, foi verificado que a produção estava concentrada nos engenhos com maior quantidade de escravos. Em Mogi Mirim, em 1825, existiam 76 engenhos em funcionamento, dos quais 65 empregavam menos de 40 escravizados, 6 engenhos empregavam 41 escravizados ou mais e 5 engenhos não utilizaram mão de obra cativa. Os 6 engenhos de maior plantel concentravam um terço da escravaria total e também um quarto da produção. O que indica a maior produção nos engenhos que aplicavam grande quantidade de cativos (KLEIN e LUNA, 2005: 62-63).

Em Taubaté, a concentração de fortuna também existia. As listas nominativas indicam diferença elevada na posse de cativos, pois aproximadamente 75% dos domicílios não possuíam escravos e entre os 25% que detinham mão de obra cativa existiam níveis diferentes de posse. O grupo de proprietários com mais de vinte cativos controlavam a maior parte da população escravizada e seus fogos produziam volumes maiores de gêneros. O desenvolvimento da economia, por outro lado, não garantiu a distribuição de escravizados pelos fogos, mas ocorreu através da concentração da mão de obra cativa nas principais unidades produtivas (RANGEL, 1990: 143-162; ALVES, 2001: 15-27).

Ao se estabelecer o escravizado e a terra como padrões de riqueza, encontra-se a concentração de cativos vivendo em alguns domicílios e estes mesmos proprietários eram, também, donos de grandes extensões de terra, o que indica um quadro de concentração de riqueza. Para Armênio Rangel, “ao lado de uma imensa maioria de domicílios com poucos escravos, figuraram poucos com grandes plantéis. De 1774 a 1835, a grande maioria dos domicílios escravistas possuíam até cinco escravos” (RANGEL, 1990: 205). Os inventários post-mortem indicam uma situação similar. Entre 1680 e 1848, de um total de 718 inventários, 570 processos arrolaram escravizados, mas somente 64 pecúlios apresentaram vinte ou mais escravos (ALVES, 2001: 1-9).

Além disso, o sistema de Sesmarias perdurou até 1822 e criou uma estrutura fundiária concentrada. Poucos indivíduos tinham acesso à terra regulamentada. Em 1817, o relatório geral sobre a propriedade fundiária, em Taubaté, revelou a concentração de terras nas mãos desses poucos senhores. O capitão Manoel Luís da Cunha Guimarães era detentor de três propriedades e, ao total, controlava 11.434,5 hectares de terra, o que representava 12,8% da área total declarada no cadastramento. Analisando os dois dados em conjunto (plantel e propriedade rural), podemos afirmar que, em 1817, as três maiores fortunas da vila eram: do reverendo Francisco Moreira da Costa, proprietário de 109 cativos, 1.089 hectares de terra, engenho de açúcar e criador de porcos; dona Margarida Florinda de Jesus proprietária de 47 escravos, 749,2 hectares de terra e de um engenho de açúcar; e, por fim, o capitão Manoel Luís da Cunha Guimarães, dono de 35 escravos, 11.434,5 hectares de terra e um engenho de açúcar. Estes três personagens tinham 10,5% dos escravos e 15% das terras da vila (RANGEL, 1990: 250-254)³.

³ A tese de doutorado de Armênio Rangel foi fundamental para este estudo, pois lançou luzes sobre a vila de Taubaté, uma área que, embora tenha sido colonizada desde o século XVI, teve poucos estudos sobre o período colonial. Contudo, acreditamos que o autor deu importância muito grande para a concentração de terras, posto que o principal fator de determinação de riqueza em um domicílio era o tamanho da força de trabalho. Mesmo na região do Vale do Paraíba, mais densamente povoada, acreditamos que o acesso à terra não impossibilitava o

Portanto, podemos afirmar que a transcrição completa dos maços populacionais criaria uma base de dados imensa, mas sem foco nas elites. Sabendo que a mão de obra escravizada estava concentrada nas propriedades de alguns indivíduos⁴, passamos a procurar uma faixa de escravos que contemplasse a elite econômica local, mas não excluísse potentados locais que estavam formando suas fortunas. Ao analisar o computo geral da capitania, Klein e Luna chegaram à constatação de que “os proprietários maiores, com mais de 20 escravos, eram poucos (6% do total de proprietários em 1829), mas controlavam uma parcela cada vez maior da força de trabalho total”, passando de um quinto do total de mão de obra, em 1804, para 39%, em 1829 (KLEIN e LUNA, 2005: 150). No entanto, o corte de vinte escravos excluiria uma grande quantidade de fogos e perderíamos a trajetória de desenvolvimento dos domicílios. Optamos, portanto, na faixa de dez ou mais cativos.

Contudo, a análise da historiografia e das fontes mostrou que esse recorte excluiria grande parte dos comerciantes. A maior parte dos sujeitos dedicados prioritariamente à atividade mercantil não investiam em mão de obra escravizada, pois ela não era necessária para o desenvolvimento dos negócios. Somente os negociantes estabelecidos adquiriam escravizados e mantinham grandes plantéis (BACELLAR, 2001; SAMPAIO, 2010; GIL, 2009). Portanto, estabelecemos que todos os sujeitos que fossem identificados pela atividade mercantil seriam arrolados no banco de dados. Eles foram identificados nos maços populacionais por diferentes denominações como: “negociantes”, “agenciantes”, “vive de agências” e “vive de seus negócios”. E, mesmo quando não arrolaram escravizados foram incluídos nos bancos de dados.

Os participantes das companhias de ordenanças também receberam atenção na pesquisa, pois o mando local era um dos fatores na formulação das elites locais. Na realidade, observamos que em grandes centros econômicos e populacionais houve uma grande disputa pelo mando local, já que, era a participação nas instâncias administrativas que reforçava a distinção social (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2010; FRAGOSO, 1998). Sendo assim,

cultivo, sendo caracterizado como um espaço de *fronteira aberta*. Portanto, entendemos que o tamanho dos plantéis de escravos era o fator determinante na formação de riqueza das elites econômicas taubateanas, o que pode ser visto na análise dos inventários *post-mortem*, principalmente no capítulo 3. Para mais: KLEIN e LUNA, 2005. Podemos adiantar que os inventários de Dona Margarida Florinda de Jesus e do reverendo Francisco Moreira da Costa foram sistematizados para este estudo. Contudo, o inventário do Capitão Manoel Luís da Cunha Guimarães não foi encontrado no Arquivo Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”.

⁴ A sociedade colonial tinha como uma de suas características a formação de um pequeno grupo de indivíduos detentores da maior parte da riqueza. Esta lógica influenciou a formação da população taubateana que mesmo no período da mineração, quando ocorreu um grande desenvolvimento econômico na vila, buscou-se manter a riqueza nas mãos de poucas pessoas, havendo a *manutenção da diferença* (ALVES, 1999).

todos os oficiais das ordenanças foram arrolados, independentemente da posse de escravizados⁵.

Estas balizas nos levaram a arrolar 916 fogos, no total. Este número corresponde a menos de 10% dos fogos totais da vila, mas devemos lembrar que a maior parte dos domicílios era ocupada por pessoas que não podem ser consideradas elites. Os fogos arrolados foram: 48 em 1789, 60 em 1793, 62 em 1797, 110 em 1802, 124 em 1808, 118 em 1812, 105 em 1818, 130 em 1825 e, por fim, 159 em 1830. A maior variedade de informações, a partir de 1802, possibilitou arrolar também os negociantes, motivo pelo qual percebemos um aumento substancial na quantidade de fogos arrolados.

Para complementar as informações também transcrevemos integralmente os maços de 1808 e 1830, o que resultou em mais 1.607 e 1.931 fogos, respectivamente, inseridos em bancos de dados distintos. Desta maneira, comparamos as constatações do banco de dados das elites taubateanas ao computo geral da vila. Além disso, os maços populacionais de 1789, 1793, 1797, 1808, 1812 e 1830 apresentaram mapas e contas que retrataram a população taubateana de acordo com sua faixa etária, estado civil e condição de liberdade.

Os bancos de dados foram geridos com as informações: “nome e idade”, “profissão / produto”, “quantidade”, “escravos”, “ordenanças” e “observações”. As entradas foram preenchidas respeitando a documentação e melhoradas na medida em que a pesquisa avançava. Os nomes apresentaram abreviações que, através do cruzamento com outras fontes, eram substituídas pelo nome completo. Em geral, as dificuldades encontradas foram páginas recortadas ou contraste deficiente do microfilme, mas estes problemas tiveram influência pequena no computo geral dos bancos de dados.

Os mapas populacionais informaram que a população taubateana teve um pequeno crescimento de 34,8% entre 1789 e 1830, embora a população escravizada tenha aumentado em 88,5% no mesmo período. No primeiro ano, a população total era de 7.486 almas, contando 1.255 escravos e 6.229 livres, e, em 1830, esse número subiu para 10.097 pessoas, sendo 2.366 escravos e 7.731 livres. Logo, podemos afirmar que a população taubateana era de maioria livre e que o surgimento da cafeicultura da vila não alterou de imediato a estrutura social. O cruzamento dos números populacionais com as atas da câmara da vila nos permite assegurar que não houve epidemia severa até pelo menos 1798. Também não houve desmembramento do território da vila, o que só iria ocorrer em 1855 com a formação de Caçapava.

⁵ Os oficiais das Ordenanças foram entendidos aqueles que tinham uma patente diferente de cabo. Portanto, os soldados milicianos, os sargentos, ajudantes, capitães, tenentes e outros que tenham aparecido foram arrolados.

Portanto, esta primeira coleção documental possibilitou a criação de bancos de dados que continham informações quantitativas e qualitativas e, também, expunham parte da dinâmica social da vila. Principalmente depois de 1802, as informações sobre o comércio de gêneros, redes mercantis e migração se tornaram mais completas e auxiliaram na montagem do panorama mais geral da vila.

b) Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo (DIHCSP).

O passo seguinte foi explorar a documentação referente aos governadores paulistas. Em 1894, o Arquivo Público do Estado de São Paulo deu início a transcrição e publicação de documentos que estavam sob a guarda do próprio arquivo ou de particulares. Estes papéis retratavam a história de São Paulo em manuscritos de cunho variados. Assim, formou-se a coleção “Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo” que, em 95 volumes, apresentou uma grande quantidade de informações sobre a história paulista desde o final do século XVII até o início do século XIX.

No início da pesquisa utilizamos os livros presentes na biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Alguns volumes da coleção apresentavam índice, o que facilitava o levantamento das ordens e cartas que seriam utilizados na pesquisa. Outros volumes foram lidos integralmente, já que não havia índice ou qualquer referência aos documentos que estavam transcritos. Com base neste levantamento, formulamos um sumário com as principais ordens, cartas e ofícios dos governadores paulistas com a região do Vale do Paraíba referentes à produção agrícola, ao comércio e à infraestrutura. Também foram anotados os documentos que tivessem uma importância diversa para o entendimento da sociedade paulista.

Ao todo, anotamos 212 documentos que nos ajudaram a compreender melhor as intenções da administração colonial. Alguns assuntos foram regulares na documentação. O primeiro assunto que teve grande importância foi a autonomia administrativa da capitania de São Paulo, subordinada ao vice-rei do Brasil, em 1748, e restaurada em 1765. O segundo assunto de grande importância foi o estímulo de diferentes gêneros. Entre eles, o fumo teve papel de destaque, já que técnicos nesta produção foram enviados para o Vale do Paraíba com o intuito de aumentar a produção e melhorar a qualidade do efeito. Por fim, o terceiro grupo de ordens foi a construção e manutenção de caminhos que ligavam as vilas do Vale do Paraíba entre si, com o Rio de Janeiro e com os portos paulistas e de Parati.

Atualmente, a coleção Documentos Interessantes está disponível integralmente na Biblioteca Digital da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. O *site* contém métodos de busca por palavras-chave e outros tipos, o que facilitou o acesso e possibilitou a expansão da documentação utilizada. Isto porque, a dinâmica da pesquisa nos manteve sempre atentos a refazer passos quando necessário.

Os Documentos Interessantes se encontram transcritos e impressos, o que facilita a leitura e sua utilização. Contudo, temos que manter em mente que a seleção dos textos a serem publicados respeitou uma ideologia da historiografia do início do século XX. Também temos que lembrar que os governadores, oficiais das câmaras e outros agentes que aparecem nesta coleção tinham intencionalidade naquilo que escreviam e que, em certos momentos, ela ia além do que o documento afirma explicitamente.

c) Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Projeto Resgate Barão de Rio Branco.

Para complementar o estudo sobre a administração colonial utilizamos o Projeto Resgate Barão de Rio Branco. Esse projeto catalogou, microfilmou e digitalizou papéis do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) que se referiam a História do Brasil. O projeto teve início oficialmente em 1995, numa parceria entre os governos do Brasil e de Portugal, no contexto de comemoração dos 500 anos do Descobrimento. Os documentos digitalizados receberam uma folha de introdução com o resumo do documento, sua data e sua referência. O Projeto Resgate foi dividido em CD-ROM de acordo com a capitania que produziu o documento e acompanham estes CDs os índices em arquivo Word. Atualmente, o Projeto Resgate foi disponibilizado na Internet e pode ser consultado no portal da Biblioteca Nacional Digital Brasil, havendo a possibilidade de pesquisar por palavra-chave ou por capitania/código.

Num primeiro momento, consultamos o índice referente à capitania de São Paulo para continuarmos mapeando a administração paulista e sua influência nas vilas do Vale do Paraíba. Anotamos os documentos que se mostravam relevante para a pesquisa no índice do Projeto e, em seguida, passamos a transcrevê-los. Também sistematizamos as saídas de embarcações dos portos paulistas no recorte cronológico da pesquisa. Ainda que não seja possível traçar com exatidão a rota dos gêneros produzidos na vila, a existência embarcações que saiam do porto de Santos em direção ao Reino com os mesmos artigos que eram produzidos em Taubaté é um indicativo de que a expansão de diferentes cultivos na vila

estaria ligada ao comércio com o mercado externo e, não somente, com as redes mercantis locais.

Num segundo momento, cruzamos este documento com o banco de dados dos maços de população a procura dos maiores escravistas da vila de Taubaté ou daqueles que apareciam com postos de destaque na vila. A grande variedade de documentos que compõe a coleção nos forneceram pistas diversas sobre os principais agentes taubateanos acerca da aquisição de sesmarias ou confirmações de carta-patente. Contudo, os agentes taubateanos apareceram pouco nesta documentação de forma individual, sendo mais comum a atuação dos oficiais representantes da câmara.

Por fim, utilizamos a ferramenta *online* para verificar a incidência dos taubateanos de destaque social nos documentos de outras capitâneas. Também tentamos perceber a existência de informações sobre a vila de Taubaté nos documentos de outras capitâneas. Neste caso, encontramos informações referentes às Irmandades existentes na vila (AHU, Códices, 1543 e 1544) e o maço populacional de 1772 enviado para o Conselho Ultramarino (AHU, Códices, 2099).

Os problemas mais comuns na coleção do Arquivo Histórico Ultramarino foram tinta repassada, contraste deficiente na microfilmagem, estado de conservação precário e marcas sobrepondo o texto. Na medida do possível, estes problemas foram contornados, tentamos transcrever o máximo do documento possível e manter a forma. Isto gerou 23 arquivos Word ou Excel acerca dos personagens taubateanos e outros aspectos da vila.

d) Atas da Câmara da Taubaté.

As fontes administrativas até o momento davam conta das intenções do Conselho Ultramarino e dos interesses dos governadores paulistas. Faltava, então, analisar a administração local. A incursão ao Arquivo Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho” nos levou ao contato com as Atas da Câmara de Taubaté. Estes documentos foram limpos, catalogados, transcritos e publicados, em 1943 e 1944, por um grupo de pesquisadores da história do Vale do Paraíba. Todavia, as atas das reuniões feitas entre 1798 e 1823 encontram-se perdidas no tempo. Os volumes publicados contemplam as atas de 1780 a 1798, no volume I, e aquelas posteriores a 1842⁶, nos volumes II a VII.

⁶ O volume V apresenta as atas das reuniões ocorridas entre 1823 e 1837, importante momento de instabilidade política no Brasil. Contudo, não encontramos nas bibliotecas e arquivos consultados esse volume específico. Por este motivo, infelizmente, utilizamos na pesquisa somente o volume I, referente à baliza cronológica da pesquisa.

Para mapearmos as preocupações dos oficiais taubateanos fizemos um banco de dados em Excel que catalogava os nomes dos oficiais eleitos e que atuaram na câmara, o cargo que ocupavam na administração local, a data do documento, a página em que se encontrava a informação, detalhes sobre os sujeitos e, por último, transcrevemos um sumário do assunto tratado. O banco de dados, portanto, tinha seis colunas a serem preenchidas que tinham por intenção deixar as informações completas e facilitar a pesquisa. Este volume contém mais de 400 páginas de atas, retratando quase cem reuniões que ocorreram no período de 1780 a 1798.

Os papéis produzidos pela câmara revelam a manutenção de um pequeno grupo a frente deste órgão. Alguns sujeitos eleitos tinham postos nas ordenanças e compartilhavam diferentes postos, como tesoureiro ou alcaide. Contudo, em algumas questões os documentos assinalam o assunto debatido na sessão, mas não indicam as decisões tomadas ou o desfecho de algumas ações. Em 31 de dezembro de 1789, por exemplo, os oficiais fizeram o arremate das rendas do Conselho, mas não informaram os arrematantes ou os lances vencedores (FILHO, 1943: 236). Portanto, temos a informação parcial.

A participação na Câmara por estes sujeitos indica a proeminência social deles. Uma vez que a Câmara era espaço ocupado por pessoas com “pureza de sangue” e, geralmente, conhecidas por seus serviços prestados à Coroa. Portanto, embora a composição da câmara variasse para cada parte do Império português, em geral, os participantes das vereanças eram sujeitos brancos, enriquecidos, com destaque social e com mando reconhecido pela população local (BICALHO, 2002: 308-319; COMISSOL, 2012: 77-93).

O cruzamento dos diferentes bancos de dados da pesquisa nos forneceram os nomes dos sujeitos de maior destaque na vila. Esta lista nos levou de volta ao Arquivo Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”, onde procuramos os testamentos e inventários *post-mortem* dos sujeitos.

e) Documentos cartorários: Testamentos e Inventários *post-mortem*.

Os inventários *post-mortem* localizados no cartório do 2º ofício contemplam o período de 1646 a 1908 e passaram para a guarda do Arquivo Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”. Neste arquivo, os papéis foram limpos, catalogados, divididos em pastas por ano e colocado dentro de sacos plásticos para melhor conservação. O próprio Félix Guisard Filho auxiliou o trabalho de transferência dos documentos, limpeza e catalogação. Ele

também foi responsável pela publicação do índice dos inventários sob a guarda do Arquivo (FILHO, 1939).

Em posse do índice fizemos uma seleção dos nomes que representariam as elites taubateanas. Procuramos, prioritariamente, os sujeitos que eram proprietários de grande quantidade de escravizados e tinham postos nas ordenanças. Complementamos a lista com os oficiais da câmara que executaram vereanças em diferentes períodos. Por fim, utilizamos os maços populacionais de 1802 e 1808 para investigar os agentes mercantis que, embora não tivessem muitos cativos, mostravam ter ligações com o Rio de Janeiro e Minas Gerais, os principais pontos de comércio para os taubateanos.

A lista total de inventários a serem fotografados e transcritos chegou a 50 nomes, divididos em quatro períodos: 1780 a 1800, 1801 a 1810, 1811 a 1820 e 1821 a 1830. A escolha pelos períodos teve o intuito de analisar a dinâmica na composição das riquezas taubateanas e observar a evolução dos preços dos principais ativos presentes nos inventários. No mesmo propósito, arrolamos três inventários posteriores a 1830, entre os cinquenta nomes, que mantinham negócios na vila durante o recorte cronológico. O número total de inventários representa 14,12% dos processos que compõe o Arquivo para o período estudado.

Alguns processos não foram encontrados no Arquivo, embora estejam presentes no índice publicado. Os inventários do capitão Manoel Luís da Cunha Guimarães, do tenente coronel Cláudio José de Camargo e do capitão-mor Manoel Correia Bitencourt não foram encontrados no Arquivo Municipal de Taubaté. Infelizmente, estes sujeitos apareciam como detentores de grandes fortunas, eram donos de grande quantidade de escravizados, atuavam em diferentes ramos econômicos, eram oficiais das ordenanças e apareceram por diversas vezes nas atas da Câmara. Logo, eles, assim como outros casos, agregariam muitas informações para a pesquisa.

Ao todo, transcrevemos 43 processos de inventário *post-mortem*, o que representa 12,14% do total de documentos que compõe essa coleção, pois outros quatro processos estavam completos e não apresentavam informações que pudesse ser utilizadas pela pesquisa. Embora a quantidade de processos não seja muito elevada, acreditamos que o processo de seleção garantiu uma escolha bem fundamentada, que representou os agentes que atuavam de diferentes maneiras na vila de Taubaté e compunham as elites locais⁷.

⁷ Maurício Alves trabalhou com a mesma coleção documental em Taubaté. Ele arrolou 718 processos de inventários entre 1680 e 1848. E, constatou que somente 64, em todo o período, possuíam 20 escravos ou mais. Além disso, entre 1774 e 1835, somente um quarto da população tinha cativos entre seus bens. Portanto, a nossa seleção foi menor, pois estamos em busca das elites agrárias e mercantis da vila, o que excluiu a maior parte dos inventários taubateanos. Cf.: ALVES, 2001: 1-9.

Esta coleção documental apresentou alguns problemas para sua transcrição. A dificuldade mais comum é relativa ao tempo e mau condicionamento na guarda dos documentos. Algumas páginas estavam recortadas ou com marcas de umidade. Outros fólios apresentaram marcas e símbolos de carimbos inseridos por cima do texto. E, em outros casos, ocorreu o processo de tinta repassada.

Em geral, os inventários seguiam um padrão na escrita do documento. Abria-se o documento com a descrição do sujeito e de seus familiares. Em seguida, o inventariante jurava apresentar todos os bens do falecido para avaliação e dois avaliadores eram escolhidos. Os avaliadores frequentavam as moradas e outros imóveis do falecido, onde estimavam o valor dos bens baseado em suas condições. Ao final, o escrivão fazia o orçamento, no qual apresentava o monte-mor (somatória dos bens) e descontava as dívidas passivas, os gastos com funeral e os legados do falecido. Por último, determinava-se o valor a ser entregue para cada herdeiro e tinha início a partilha dos bens. O último fólio apresentava os gastos dos oficiais na execução do processo.

O documento era feito por fólios, o que significa que uma página era numerada, mas o verso não. Por este motivo, adotamos a letra “b” para designar os versos, tornando a numeração mais precisa possível. Porém, o número indicativo encontrava-se no canto direito superior da página e era comum esta parte estar rasgada, danificada ou dobrada.

Os processos de inventário eram geralmente extensos, incluíam juramentos e movimentações administrativas. Também era comum a desconfiança dos herdeiros sobre os bens arrolados. Os adultos afirmavam que o inventariante não havia apresentado todos os bens, o que levava os avaliadores a retificarem seu trabalho.

No entanto, devemos entender que o próprio documento modificou ao longo do tempo. Nos processos do final do século XVIII encontramos uma preocupação maior com as questões religiosas, doações para Irmandades e desejos sobre as missas de corpo presente. Ao longo do século XIX, o documento se tornou mais profano e adotou um caráter mais racional (ARAÚJO, 2005: 1-20)⁸.

O objetivo principal ao transcrever esta fonte era observar como a riqueza era formada pelas elites taubateanas. Em outras palavras, em quais ativos mais se investia. Por este motivo, anotamos quatro ativos: os imóveis, os escravizados, os animais e as dívidas. Estes itens representaram, em média, 96% da riqueza anotada nos inventários *post-mortem*.

⁸ Os inventários post-mortem se tornaram uma documentação privilegiada para o estudo de fortuna e a partilha de bens na sociedade colonial. Por este motivo, alguns historiadores têm identificados melhores abordagens para trabalhar a documentação. Ver: PEREIRA, BORGES, 2010: 105-129; ARAÚJO, 2006: 55-80.

Os inventários foram transcritos também em bancos de dados do Excel, preenchendo as colunas “descrição”, “valor”, “página” e “observação”. Na mesma pasta eram escritos documentos Word com a metodologia anotada e as impressões sobre cada inventário. O uso do Excel se justificou pelas possibilidades de cálculos matemáticos, pelo conhecimento técnico do pesquisador e pela facilidade de uso. Dos variados bancos de dados criados para cada processo post-mortem, criou-se um banco de dados intitulado *resumo das fortunas*, do qual se derivaram outros, especificando a pesquisa e auxiliando na visualização da composição das riquezas.

f) Análise de Redes sociais: o *software* Pajek.

As coleções documentais formaram vários bancos de dados e mostraram uma série de relações entre os principais potentados locais. Através da documentação percebemos que os sujeitos se relacionavam através da câmara e por dívidas. Estas imbricadas relações eram de difícil montagem textualmente e, por isso, buscamos o *software* Pajek, que possibilita a formação de imagens que demonstram os relacionamentos.

Todavia, nossa intenção não era simplesmente remontar as relações sociais através de imagens, mas identificar os sujeitos que tinham papel central na distribuição de crédito ou na participação nas instâncias de mando. As imagens obtidas com o Pajek garantem maior inteligibilidade para as intrincadas redes sociais. A dinâmica do programa, associado à sua característica imagética, permite uma melhor visualização dos principais *nós* que se estabeleceram na sociedade taubateanas e nos agentes que possuíam maior centralidade ou eram mais essenciais para a formulação das redes. Em outras palavras, o ramo de Análise de Redes Sociais, desenvolvido no seio das Ciências Sociais, trouxe ferramentas que permitem estudar com maior profundidade as questões que permeiam as redes sociais (BOTELHO, ANDRADE, LEMOS, 2013).

Uma das características perceptíveis com o programa foi a forte relação de parentes presente na vila. As famílias inseriam vários membros nas instâncias de comando e se relacionavam nas redes de crédito, o que sugere a atuação das elites como *clãs* ou *bandos*⁹. A participação em vereança com outros indivíduos, os negócios mercantis e as redes de crédito

⁹ A sociedade colonial é entendida como uma formação de grupos familiares que agiam de forma conjunta. Desta maneira, a ocupação de cargo oficial, a inserção em comércio de longa distância, os matrimônios e a participação em redes de crédito eram efetuadas pelo grupo familiar como um todo, dependendo do *prestígio* deste grupo frente aos outros moradores da localidade. Assim, as atitudes dos membros familiares influenciavam todo o *conceito* que a sociedade formava sobre os membros da família e não sobre um indivíduo em particular. Para mais: cf. BACELLAR, 2001: 101-127; GIL, 2009: 222-301; FRAGOSO e GOUVÊA, 2010.

também colocavam os sujeitos em contato. Estas diferentes maneiras de relação entre os taubateanos foram anotadas e compuseram o banco de dados “relações”, sendo a rede de crédito a mais ramificada.

O Pajek permitiu o estudo das redes sociais na vila de Taubaté. As imagens geradas mostram o controle da câmara por um grupo de indivíduos que se mantém por anos a fio e a proeminência de determinados sujeitos nas redes de crédito. No capítulo quatro iremos abordar estas relações em detalhes para vislumbrarmos os sujeitos determinantes na formação das redes sociais e apreender sobre as estratégias de atuação dessas importantes famílias.

1.2 – Historiografia brasileira: diálogos.

Após expormos as múltiplas fontes que formam o *corpus* documental desta pesquisa, faremos agora o mapeamento das questões teóricas que mais influenciaram este estudo e que, em alguns pontos, contrapunham-se à realidade identificada na documentação para a vila de Taubaté.

O principal debate historiográfico decorreu de dois modelos interpretativos acerca da sociedade colonial. O primeiro modelo explicativo do desenvolvimento da América portuguesa foi o *Antigo Sistema Colonial*, pensado por Caio Prado Junior e intensificado por Fernando Novais. Na década de 1970, alguns autores passaram a criticar este modelo, introduzindo novas técnicas e fontes documentais, explorando brechas no modelo explicativo. Porém, na década de 1990, os trabalhos desenvolvidos no seio dos programas de Pós-Graduação identificaram dinâmicas distintas das pontuadas pelo modelo vigente. Este novo grupo de autores formulou a proposta de análise intitulada *Antigo Regime nos trópicos*, que priorizou as análises sociais e as agências populacionais no interior da sociedade colonial.

O segundo grupo de estudos contempla a noção de *decadência* da economia paulista no século XVIII. Grande parte dos historiadores que estudaram a capitania de São Paulo foi influenciada pela documentação oficial publicada, a coleção *Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo*, e pela noção de *sentido da colonização*, desenvolvida por Caio Prado Junior (2011).

Aos governadores paulistas, como registramos anteriormente, interessava demonstrar a capacidade de restabelecer a autonomia administrativa da capitania e, ao mesmo tempo, alinhar a produção paulista com o mercado internacional. Portanto, a produção agrícola deveria expandir e visar ao mercado externo. Os cultivos voltados ao abastecimento tinham menor importância e eram relegados a um plano secundário. Os estudos mais recentes,

todavia, procuram dar novas interpretações para o cenário mapeado pelos governadores paulistas.

O terceiro grupo de interpretações diz respeito à Análise de Redes Sociais. Neste caso, vamos abordar o estudo de redes sociais no seio das Ciências Sociais, os principais teóricos do tema e de que forma estes estudos influenciaram a nossa visão sobre a sociedade taubateana. Também pretendemos esclarecer melhor as possibilidades que o *software* Pajek abre para a pesquisa histórica, indicando outros estudos que fizeram uso do mesmo instrumento e as potencialidades dele para as ciências.

I – Sistema Colonial e Antigo Regime nos trópicos.

Neste primeiro subgrupo vamos anotar as posições principais entre o modelo interpretativo de Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos trópicos. Para facilitar a identificação do estado da arte, preferimos abordar os estudos principais sobre cada teoria e de maneira cronológica. Conforme indicamos, os modelos explicativos ramificaram muito dentro dos programas de pós-graduação e, por isso, seria inviável, desnecessário e repetitivo mapear todos os autores e suas posições. Também não queremos criar uma hierarquização ou gerar dicotomia entre as teorias. Ao contrário, queremos ultrapassar esta situação e dialogar com as teorias com as constatações mais gerais que obtivemos da análise socioeconômica da vila de Taubaté.

O primeiro estudo que vamos nos reportar foi o seminal trabalho de Caio Prado Junior, publicado em 1942. O autor fez parte de um grupo de intelectuais que tentaram identificar os traços mais gerais do desenvolvimento do Brasil, desde a colonização lusitana até a conjuntura em que se encontravam. Caio Prado Junior preocupou-se em identificar o desenvolvimento da economia brasileira, o que levou o país a possuir um atraso econômico, quando comparado com as grandes potências europeias do pós-guerra.

O seu ensaio partiu da identificação de uma linha mestra para todas as nações. Em suas palavras, “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’”. O sentido era formado por “uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação” (PRADO Jr., 2011: 15-16). Em outras palavras, a História de uma nação ocorria por uma linha mestra que determinava os acontecimentos sociais e econômicos desta nação.

A colonização da América, no contexto dos Descobrimentos, foi um acontecimento dentro de uma conjuntura mais ampla: a expansão da empresa mercantil europeia. Neste

contexto, “tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV” e a “descoberta” da América pelos portugueses foi, num primeiro momento, “um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado” (PRADO Jr., 2011: 19).

Isto porque, o território primitivo da América Portuguesa não oferecia nenhum produto comercializável, o que tornava todo o território desprezível em comparação com o Oriente. Em sua interpretação, a América era composta por “um território primitivo, habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável”, o que inviabilizava o sistema de feitorias, a não ser por algum escambo de pau-brasil. Para que a empresa mercantil pudesse utilizar o território era necessário “criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio”, o que fez surgir a ideia de povoamento. Porém, mesmo o povoamento tinha caráter provisório e respondia as tendências dos resultados conseguidos no mercado internacional (PRADO Jr., 2011: 20-21, 73, citação 21).

Como resultado da expansão da empresa mercantil ocorreu o povoamento do Novo Mundo. O *sentido* das colônias, porém, era externo a sua própria população, pois visava abastecer o mercado europeu. De forma resumida o autor pontuou:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JR, 2011: 28)

Assim, “se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer [...] para o comércio europeu” e que tudo se dispôs neste sentido. A sociedade que se formou nos trópicos tinha as características dessa empresa mercantil, uma vez que o branco vinha para explorar o território e utilizava para tanto o serviço de indígenas ou negros importados. As produções eram voltadas para o mercado internacional e neste sentido se formou o Brasil (PRADO Jr., 2011: 28-29).

Desta maneira, criaram-se duas áreas distintas dentro do território colonizado. De um lado, as áreas produtoras de gêneros destinados à exportação eram dinâmicas e povoadas, despertavam interesse na administração central e recebiam investimentos. Do outro lado, as áreas produtoras de gêneros não ligados a exportação eram consideradas “atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras”, elas não teriam “vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas [as exportadoras], a que se

agregam como simples dependência”. Novamente, o desenvolvimento se deu com o *sentido* externo ao próprio território ocupado (PRADO JR., 2011: 128-153, citação p. 128-129).

Para além da economia, a sociedade colonial também foi influenciada pelos objetivos iniciais da colonização. A análise desta sociedade deveria partir da escravidão. Foi este o elemento central da sociedade que se desenvolveu nas colônias. Criou-se na América uma sociedade desigual, na qual grande parte da população era negra escravizada e contrastava com uma minoria de brancos senhores de escravos. Este grupo controlava os meios produtivos na colônia e reforçava sua posição de mando através de símbolos típicos de Antigo Regime.

O trabalho manual ficava por conta dos escravizados e os homens brancos se afastavam desta forma de serviço, preferindo viver sob o domínio de outro senhor branco que tivesse posses. A diferença entre os grupos sociais criou uma camada populacional que dominava o cenário local e monopolizava as unidades produtoras dos gêneros mais valiosos para o mercado externo. Além disso, os senhores de engenho utilizavam a estrutura social para reforçar o mando que tinham em toda a sociedade. As relações sacramentadas de apadrinhamento revelavam o domínio dos senhores de engenho, pois, segundo o autor:

Ele [o senhor de engenho] já será ouvido como um protetor, quase um pai. Há mesmo um rito católico que se aproveitará para sancionar a situação e as novas relações: o testemunho nas cerimônias religiosas do batismo e do casamento, que criarão títulos oficiais para elas. [...] Esta aristocratização não é apenas de nome, fruto da vaidade e da presunção dos intitulados. Constitui de fato real e efetivo; os grandes proprietários rurais formarão uma classe à parte e privilegiada. Cercam-nos o respeito e prestígio, o reconhecimento universal da posição que ocupam (PRADO JR., 2011: 307).

Os padrinhos eram, geralmente, os senhores enriquecidos que traziam as novas crianças ou o novo casal para seu círculo de proteção. Ganhavam os dois lados. O senhor referendava seus status de mando local, mantendo as pessoas sob sua proteção e seu comando, e formava “uma classe à parte e privilegiada” cercada de “respeito e prestígio”. Por outro lado, os agregados recebiam a proteção dos senhores, o que lhes garantia um pedaço de terra para o plantio, talvez um teto sobre as cabeças e, em alguns casos, crédito para seus negócios (PRADO JR., 2011: 285-315, citação 307)

Os estudos de Caio Prado Junior tiveram grande relevância para a historiografia brasileira e se transformou no primeiro modelo explicativo da colonização portuguesa na América. A sua interpretação possibilitava inserir o desenvolvimento da América Portuguesa no quadro mais amplo da empresa mercantil europeia e relacionar a colonização portuguesa com as outras áreas colonizadas no Novo Mundo. A sua interpretação também forneceu um

panorama sobre a colonização, encaixando neste quadro aspectos econômicos, sociais e, até mesmo, culturais da América Portuguesa.

Na década de 1970, num contexto de maior profissionalização do ofício do historiador, Fernando Novais aprofundou e refinou a pesquisa de Caio Prado, utilizando os métodos mais modernos disponíveis naquele momento para trabalhar com a documentação do Conselho Ultramarino (NOVAIS, 2006: 3-15). As suas posições foram sintetizadas em sua tese de doutorado “Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)”, defendida em 1973.

O objeto de estudo de Fernando Novais foi a Crise do Sistema Colonial, momento em que todas as estruturas do Sistema estavam formadas e os conflitos internos forcejavam a ruptura do próprio Sistema. O estudo analisava o período final da colonização no quadro mais amplo das Revoluções Liberais e de Independência que ocorreram na Europa e no Novo Mundo.

No segundo capítulo da tese, ele estabelece as estruturas do Sistema Colonial. O primeiro ponto a ser identificado era estabelecer a relação entre o sistema colonial do mercantilismo com a conjuntura dos Descobrimentos Marítimos. A expansão mercantil levou as nações europeias a colonizarem o Novo Mundo, buscando estimular a burguesia nacional. Nas palavras do autor: “é o *sistema colonial do mercantilismo* que dá sentido à colonização europeia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial” (NOVAIS, 2005: 58).

O Mercantilismo era a guia mestre do plano de colonização. A ideia metalista era o ponto inicial de toda a teoria, sendo necessário buscar os metais e garantir que eles ficassem resguardados dentro da economia nacional. O “receituário mercantilista encaminhava-se para a formulação da doutrina da balança favorável”, o que visava a concorrência favorável no mercado entre as nações. De forma sintética, as nações europeias competiam mercado e buscavam vencer esta competição, utilizando instrumentos como o protecionismo alfandegário, a defesa da manufatura local e o fomento da entrada de mercadorias primárias. Desta forma, as colônias deviam “constituir em retaguarda econômica da metrópole”, pois expandiam o mercado consumidor para a manufatura europeia, produziam as mercadorias necessárias à burguesia mercantil e enquadravam-se na política protecionista ao aceitarem condições desfavoráveis de comércio (NOVAIS, 2005: 61).

Influenciado por Caio Prado Junior, Fernando Novais identificou linhas mestras similares na colonização europeia. Em suas palavras, “a colonização europeia moderna aparece, assim, em primeiro lugar como um desdobramento da expansão puramente comercial” e o povoamento ocorreu para garantir o domínio sobre os novos territórios. A

necessidade de transformar estes territórios em rentáveis levou os artífices da colonização a produzirem na colônia de forma a complementarem a economia metropolitana. Neste contexto, a colonização foi um instrumento de *acumulação primitiva de capitais* da época do capitalismo mercantil, o que favoreceu a industrialização europeia, em detrimento das economias do Novo Mundo (NOVAIS, 2005: 67-70).

O Antigo Sistema Colonial se assentou na produção de matéria-prima que tivesse alto valor no mercado europeu, na exploração extensiva do solo, no trabalho compulsório, principalmente de escravizados africanos, e no desenvolvimento de mercados consumidores de produtos manufaturados europeus. Criava-se, desta maneira, um Sistema que privilegiava a economia metropolitana europeia em detrimento da colonial americana, funcionando esta como “retaguarda econômica da metrópole”. Ainda, para garantir o controle sobre o mercado colonial, a metrópole insistia no *pacto colonial* que garantia o exclusivo metropolitano sobre o comércio dos produtos manufaturados para a colônia e de matéria-prima da colônia para a Europa (NOVAIS, 2005: 57-105, citação p. 61-62).

De forma resumida, o autor identificou a dinâmica de implementação da produção açucareira no Brasil. Em suas palavras, “repetiu-se de certo modo o processo [...] no primeiro contacto (sic) econômico, puramente predatório, não se ia além da comercialização dos produtos naturais [...] na implementação do cultivo da cana e preparo do açúcar, recorreu-se aos recursos particulares, através das concessões das capitanias, em cujos forais aliás se preservaram os estancos régios” (NOVAIS, 2005: 78). Nota-se, portanto, que a colonização ocorreu em busca de produtos que estimulassem o comércio metropolitano e privilegiou a economia metropolitana, em detrimento da colonial.

O Antigo Sistema Colonial arquitetou uma estrutura produtiva e social próprias na colônia. A economia foi entendida por dois setores básicos: o de grandes unidades produtivas, voltadas para o mercado externo e que faziam uso de mão de obra escrava. E, o de pequenas unidades produtivas, voltadas para cultivos de subsistência, trabalho livre e subordinado e dependente do primeiro. A sociedade manteve-se numa estrutura de alto grau de concentração de renda, uma vez que os senhores de escravos eram também os proprietários das empresas produtoras de mercadorias para o mercado internacional. Contudo, o grupo mais favorecido pela colonização encontrava-se na metrópole. A exclusividade de comércio das colônias com suas metrópoles garantia lucros “monopolistas [...] à classe empresária mercantil da metrópole”. Esta forma de comércio seria um privilégio deste grupo de empresários que eram detentores da exclusividade “da venda de produtos europeus no mercado colonial” e, ao mesmo tempo, “da compra dos produtos coloniais” (NOVAIS, 2005: 89-90).

A inovação de Novais ficou por conta da Crise do Antigo Sistema Colonial, a qual decorreu de sua própria estrutura. A produção para o Reino garantia o abastecimento das manufaturas por preços relativamente baixos. Ao mesmo tempo, os colonos se tornaram mercado consumidor das manufaturas europeias. Essa situação ocasionou na *acumulação primitiva de capitais* na Europa, impulsionado pelas facilidades garantidas no pacto colonial, o que criou as condições necessárias para o processo de industrialização europeia. Contudo, o desenvolvimento das manufaturas passou a exigir “no ultramar [as] mais amplas faixas de consumo, consumo não só de camadas superiores da sociedade, mas agora da sociedade como um todo”, o que resultou na *Crise* do Antigo Sistema Colonial, sendo a conclusão dela ocorrida pela quebra do pacto colonial (NOVAIS, 2006: 110-116, citação p. 112).

No caso específico de Portugal e Brasil, o autor notou no Reformismo Ilustrado da Coroa um sintoma da manifestação da crise. Tentava-se com o reformismo pombalino reforçar o pacto colonial e expandir o mercado colonial para as manufaturas lusitanas. No reinado de D. Maria I, buscou-se aprofundar as reformas pombalinas, modernizando o comércio e reduzindo o papel do Estado. O comércio entre as colônias foi permitido e os estancos do sal e o da baleia foram extintos. Variados gêneros agrícolas foram estimulados pelo Conselho Ultramarino, inclusive alimentos, para dinamizar a agricultura colonial. A própria balança comercial, símbolo de prosperidade pela lógica mercantilista, foi sacrificada em relação à colônia para garantir o superávit de Portugal frente às outras nações europeias¹⁰. Contudo, os resultados não foram capazes de inverter o quadro que até então se configurava. (NOVAIS, 2006: 240-254 e 268-294).

As sínteses dos pressupostos de Caio Prado Junior e Fernando Novais nos mostra uma estrutura produtiva baseada nas grandes unidades produtoras, monocultoras, focadas no mercado internacional e com uso de grande quantidade de escravizados. Essa estrutura, porém, foi modificada com o incentivo de novos cultivos na colônia, mas manteve-se o restante de seu núcleo (NOVAIS, 2006: 254-268).

Contudo, devemos ter em mente que o modelo explicativo foi pensado no compute geral do processo de colonização europeia mercantilista na América. O foco do estudo estava

¹⁰ As balanças comerciais entre Brasil e Portugal foram alvo de diferentes estudos. Ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000 os historiadores debateram os números encontrados pelas balanças. Para José Jobson de Arruda e Fernando Novais, elas mostravam a dependência de Portugal dos produtos ultramarinos e a atuação do porto de Lisboa como um simples ponto de rotação de produtos. Por outro lado, Alexandre Valentim e Jorge Miguel Pedreira interpretam os números das balanças como indicativos do desenvolvimento industrial de Portugal, redefinem o papel da Coroa Portuguesa para o Império Ultramarino e repensam a questão da dependência lusitana em relação à Inglaterra. Para mais: Cf. ARRUDA, 1980; NOVAIS, 2006; ALEXANDRE, 1993; PEDREIRA, 1995.

nas áreas mais dinâmicas economicamente, conectadas ao Reino português e a análise ficou centrada na visão da Coroa. Nas palavras de Fernando Novais:

[...] as colônias deviam constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole. Isto, em teoria. A história real, porém, se desenrola mais no plano do atípico e do peculiar do que no quadro dos modelos; e a colonização europeia na época moderna oferece toda uma gama de situações que se afastam ou se aproximam daquele esquema, variando no tempo e no espaço, complicando inexoravelmente a realidade (NOVAIS, 2006: 59-60).

A realidade taubateana impõe novos matizes para o quadro gerado no esquema de Antigo Sistema Colonial. Em primeiro lugar, a vila de Taubaté não sofreu fortes influências pela expansão açucareira na capitania de São Paulo, na segunda metade do século XVIII¹¹. Em segundo lugar, os maços populacionais indicam reduzida incidência de propriedades monocultoras, contrastando com uma grande quantidade de pequenas unidades produtivas policultoras e com baixo uso de mão de obra escravizada. E, em terceiro lugar, a inserção de Taubaté no mercado internacional ocorreu por vias indiretas, através do Rio de Janeiro e Parati, e parte do comércio era praticado com outras vilas do interior, como Sorocaba, Curitiba e vilas de Minas Gerais.

O maço populacional completo de 1808 aponta para a existência de onze fogos dedicados à produção de açúcar na vila de Taubaté. Deste total, somente três engenhos de açúcar produziam exclusivamente este produto. Notamos que havia outros 38 domicílios que produziam derivados de açúcar: aguardente ou rapaduras. Em outras palavras, somente 3,04% das unidades produtivas da vila estavam ligadas a produções vinculadas ao cultivo de cana-de-açúcar e 0,68% eram ocupadas exclusivamente por engenhos de açúcar.

No maço populacional de 1802 encontramos comerciantes que também atuavam como senhores de engenho, agricultores e fazendeiros. Esses sujeitos eram donos de grandes plantéis de escravos e produziam gêneros de exportação juntamente com artigos para subsistência. A atuação mercantil, por sua vez, mostrava toda sorte de negócios num longo novelo de contatos. E, geralmente, esses homens arrolavam patentes militares elevadas, alguns ligados à cavalaria.

¹¹ Este período, identificado pela influência do Iluminismo na administração régia, incentivou a produção de diferentes gêneros no Novo Mundo, reforçou as vantagens comerciais de Portugal sobre seus territórios conquistados e favoreceu a elite mercantil metropolitana e no Ultramar. Dauril Alden, analisando este período, mapeou uma série de cultivos que foram estimulados pela Coroa portuguesa na América e denominou este processo como “Renascimento Agrícola”, quando os esforços metropolitanos abandonaram a mineração e se concentraram novamente na produção agrícola. Cf.: ALDEN, 1999.

O capitão da cavalaria Manoel Luis da Cunha Guimarães era natural de Guimarães, arcebispado de Braga, teve como sócio seu sobrinho¹², João José Lopes, e atuou como negociante, senhor de engenho, agricultor, fazenda seca e fazendeiro.

Em fazenda seca, o capitão fez três anotações: a primeira mostra o lucro de 100 mil réis para ele e seu sobrinho; na segunda afirmou ter investido quase cinco contos de réis em produtos no Rio de Janeiro e vendido parte desses produtos para Agostinho Pereira de Barros, da vila de São Luiz do Paraitinga, com lucro de 160 mil réis; e, na terceira anotação, informou ter adquirido mais 1:800\$000 réis em fazenda seca na vila de Curitiba. Como fazendeiro marcou 60 animais do tipo vacum, 6 potros e 2 burros. Sua produção agrícola produziu 500 alqueires de milho, 150 de feijão, 100 de farinha, 25 de arroz e 120 arrobas de toicinho que foram vendidos no Rio de Janeiro com lucro de 40 mil réis.

Também marcou dois lotes de açúcar enviados para o Rio de Janeiro. O primeiro foi de cem arrobas e lucro de 80 mil réis e o segundo, de 350 arrobas, com lucro de 280 mil réis. E, por fim, como negociante, fora as diferentes transações apontadas anteriormente, afirmou ter adquirido 300 bois em Sorocaba, o que lhe causou prejuízo, e outra tropa de 650 cabeças de bois em Curitiba do tenente-coronel Francisco de Paula Ribas¹³.

O tenente-coronel miliciano Cláudio José de Camargo também indicou uma vasta amplitude de negócios. O seu engenho de açúcar produziu 26 arrobas em 1801 e 140 arrobas em 1802, os quais foram vendidos na Praça carioca, gerando lucro de 138 mil réis. No mesmo engenho, produziu mais 25 arrobas de açúcar branco e 16 arrobas de açúcar redondo, que lhe rendeu 25 mil e 12 mil réis na vila de Taubaté, respectivamente. Ele cultivou gêneros para abastecimento, tais como milho, feijão, farinha e arroz. O tenente-coronel também se envolveu com a criação de animais, tendo marcado três porcos, oito do tipo vacum e oito reses. As reses foram vendidas na própria vila por 32 mil réis.

O detalhe mais pertinente no fogo de Cláudio José de Camargo foi sua relação com as redes mercantis internas. Ele informou o investimento de 800 mil réis em fazenda seca, que lhe deram o lucro de 160 mil réis, a compra de 50 arrobas de açúcar redondo e sua exportação para o Rio de Janeiro, rendendo 50 mil réis, e mais a compra de 1.125 arrobas de fumo na vila e a venda deste produto para o Rio de Janeiro com lucro de 80 mil réis. Portanto, só de lucro o

¹² O uso de parentesco para sociedades era relativamente comum entre os negociantes taubateanos. A historiografia tem notado sistematicamente a existência de redes familiares nas quais os parentes migram do Reino para o Brasil, onde aprendem um ofício desde jovens com membros da família e depois participam de sociedade. Cf.: FRAGOSO, ALMEIDA, SAMPAIO, 2007.

¹³ No capítulo 2 vamos voltar a esse comércio com mais detalhes. Por enquanto, informamos que o tenente-coronel Francisco de Paula Ribas era importante agente do comércio de tropas que ligava o Sul da América portuguesa com a Praça do Rio de Janeiro e esteve envolvido em diferentes negócios. Para mais: BACELLAR, 2005.

tenente-coronel conseguiu 313 mil réis e outros 119 mil réis em rendimentos, sem contar 32 mil réis de seu escravo que atuava como sapateiro. Para completarmos os negócios do tenente-coronel Cláudio José de Camargo, houve a aquisição de um casal de escravizados, vendidos pelo tenente José Lobato de Moura, da vila de São Luiz do Paraitinga, e de uma escravizada parda de nome Joaquina que foi adquirida do alferes Antônio José de Matos.

Como citamos anteriormente, existiu a exportação de açúcar e outros produtos para o Rio de Janeiro, onde, provavelmente, entraria nas redes mercantis atlânticas. Todavia, uma parte do comércio era feito dentro da própria vila. Os mapas anexos ao maço populacional de 1808 dão melhor dimensão desse comércio interno. Os mapas, divididos por companhias, indicam que foram vendidos na vila: 170 arrobas de açúcar por 125 mil réis, 204 alqueires de farinha por 134\$480 réis, 100 panos de algodão vendidos por 14 mil réis, 1.115 arrobas de fumo por 812\$040 réis, 1.636 barris de aguardente por 245 mil réis, 25 alqueires de milho por 12 mil réis, 12 cabeças de gado vacum por 42 mil réis e, por fim, 178 cabeças de porcos por 483\$820 réis.

Os mapas de exportação de Taubaté e os mapas das embarcações dos navios que saíram do porto de Santos em direção a Portugal ajudam a compreender o efeito do mercado internacional em Taubaté. A avaliação do açúcar na vila de Taubaté ficou entorno de mil réis por arroba, enquanto no porto de Santos o preço foi sempre superior a mil e quatrocentos réis por arroba. Os mesmos mapas indicam que os valores praticados para todos os efeitos eram superiores no porto de Santos do que em Taubaté ¹⁴.

Na prática o valor mais elevado fora do local de produção era uma ocorrência esperada. O deslocamento de um produto encarece o mesmo, já que se deve arcar também com os valores do transporte. Ao analisar as redes mercantis europeias, nos séculos XVII e XVIII, Braudel chegou a seguinte constatação:

É por demais evidente que a mercadoria, para se deslocar, deve aumentar de preço ao longo da viagem. A isso chamarei a *mais-valia mercantil*. [...] É claro que, em semelhante trajeto, era necessário que o lucro entrasse no meio para que o circuito começasse a funcionar, a cobrir as despesas de seu próprio movimento. Porque, ao preço de compra de uma mercadoria, junta-se o preço de seu transporte, que outrora era particularmente oneroso (BRAUDEL, 2009: 142; grifos do autor).

¹⁴ Os mapas de exportação de Santos encontram-se no AHU. Cf.: AHU, CX. 11, 1788: D. 532; AHU, CX. 11, 1792: D. 568; AHU, CX. 12, 1795: D. 605; AHU, CX. 14, 1797: D. 683; AHU, CX. 14, 1797: D. 685; AHU, CX. 16, 1801: D.823; AHU, CX. 19, 1803: D. 946; AHU, CX. 19, 1803: D. 955; AHU, CX. 20, 1803: D. 979; AHU, CX. 23, 1804: D. 1044; AHU, CX. 24, 1805: D. 1104; AHU, CX. 24, 1805: D. 1118; AHU, CX. 24, 1805: D. 1126; AHU, CX. 23, 1805: D. 1151; AHU, CX. 27, 1806: D. 1237; AHU, CX. 27, 1806: D. 1257. Os mapas apresentaram os valores e volumes de cada um dos produtos exportados. Acreditamos que os valores indicados eram os praticados no porto de Santos, podendo ocorrer diferenças em outros portos.

Podemos afirmar que a decisão de exportar o açúcar não se restringia a atuação da colônia como retaguarda econômica da metrópole, mas era uma estratégia dos produtores para aumentarem a sua renda. Vencer os tortuosos caminhos até Santos, Parati ou o Rio de Janeiro era uma decisão consciente daqueles que podiam dispor de tempo e dinheiro na busca por melhores valores para seus produtos. Obviamente, nem todos os produtores taubateanos podiam fazer uso desse expediente e acabavam comercializando na vila por cotações menores.

No mesmo sentido, Fernando Novais apontou que a colônia importava os produtos manufaturas da metrópole, o que servia para estimular a economia metropolitana, principalmente às manufaturas.

O inventário de José dos Santos Luz (1780) parece corroborar com a interpretação de Novais. Na descrição de seus bens foram anotados artigos de uso pessoal, escravos, bens de raiz, uma série de dívidas ativas e passivas, animais e o balanço de sua loja de secos e molhados. Os bens de sua loja foram avaliados pelo total de 1:194\$552 réis, o que correspondeu a 41,72% do total de bens arrolados pelo negociante. As suas dívidas ativas representavam mais 1:034\$597 réis (36,13%) (AHMT, 1780: José dos Santos Luz, 14-48b). Significa dizer que nesse inventário os bens importados da Europa correspondiam a grande parte do valor total dos bens. Mas isso decorria de sua atuação como negociante.

No computo geral dos inventários analisados, os bens de raiz, escravizados, animais e dívidas representavam 95% do total do pecúlio mediano e 96% em média simples. Em outras palavras, nos inventários dos homens mais abastados da vila o papel dos produtos manufaturados importados era muito reduzido, ainda que existissem estes artigos em todos os inventários. Porém, devemos lembrar que a nossa seleção é restrita, sendo necessário expandir a pesquisa para entender a real importância dos produtos importados na vila de Taubaté.

A conjuntura econômica mundial era favorável à produção de açúcar com o aumento do volume exportado para a Europa e os conflitos armados no Haiti. O período entre 1780 e 1810 foi de expansão da indústria açucareira para novas áreas, inclusive São Paulo (ALDEN, 1999: 527; SLENES, 2011: 78; PETRONE, 1968).

Entretanto, o maço populacional de 1808 arrolou 124 domicílios que se encaixavam nas balizas da pesquisa. E, entre os maiores escravistas, os que tinham mais de 20 escravos, contabilizamos nove propriedades, das quais três não eram produtoras de açúcar, sendo uma o convento de Santa Clara. Em outras palavras, a conjuntura favorável e o conhecimento sobre as técnicas de produção do açúcar não foram o suficiente para expansão mais profunda desse ramo na vila.

Voltamos a Braudel para tentar explicar esta questão. Analisando os comerciantes europeus, o historiador fez a seguinte afirmação: “o negociante que, numa encruzilhada freqüentada (sic), tem acesso à grande circulação mercantil é constantemente menos especializado do que o varejista” (BRAUDEL, 2009: 125). A vila de Taubaté, conforme exposto na Introdução, encontrava-se no entroncamento dos caminhos que iam para São Paulo, Rio de Janeiro, comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais, litoral Norte paulista e litoral Sul fluminense. Se a lógica funciona para os mercadores, provavelmente funcionava também para os produtores e, principalmente, para os produtores-mercadores de Taubaté. Isto porque, ao residirem numa vila interiorana tinham poucas condições de competirem com os produtores de áreas mais próximas ao litoral e menos capital para disputarem as redes mercantis com os negociantes cariocas ou santistas. Preferiam, assim, diversificar os ramos em que se inseriam.

Nas palavras de Caio Prado Junior, “não é de admirar que tão pequena margem de ocupações se destine ao homem livre”, pois se não podiam ser senhores de escravos também não queriam ser ligados ao trabalho manual. Ao contrário, buscavam a proteção de um senhor de engenho e atuavam em atividades rurais que dessem amparo ao engenho de açúcar (PRADO JR., 2011: 296-307, citação p. 296). Para Novais, o setor produtivo se diferenciava em dois setores. O setor mais produtivo era voltado para agro exportação, monocultor e escravista. E, “outro, subordinado e dependente do primeiro, de subsistência, para atender ao consumo local naquilo que se não importa da metrópole” (NOVAIS, 2005: 106-107). Entretanto, os números apontados nos maços populacionais retratam mais nuances que essa divisão.

O maço populacional de 1808 mapeou o total de 1607 fogos. Deste total, 92,21% não tinham escravizados¹⁵ e 13,75% eram ocupados por sujeitos que se dedicavam aos serviços mecânicos. Os mapas anexos a este maço mostram uma gama de serviços praticados na vila. Ao todo, 127 pessoas envolvidas no comércio local, efetuado na própria vila sem a necessidade de viagem, e outros 251 sujeitos eram artistas, que variavam de um mestre de primeiras letras até fiandeiros, costureiros, gameleiros, sapateiros, oleiros e outros. Logo, distintamente do que foi anotado por Caio Prado e Fernando Novais¹⁶, existia uma vasta gama

¹⁵ A análise de 718 inventários na vila de Taubaté, entre 1680 e 1848, revelou que 148 não arrolaram nenhum escravo e apenas 64 inventários apresentaram vinte ou mais cativos (ALVES, 2001: 1-9).

¹⁶ Importante salientar que, em obra mais recente, o próprio autor vai assinalar que “As populações aparecem, pois, clivadas em dois estratos: os que são compelidos ao trabalho e aqueles que os compelem, os dominadores e os dominados, os senhores e os escravos. Entre os dois polos, toda uma imensa gama de situações intermediárias”. Em outras palavras, ele relativiza a importância do binômio senhor-escravo e indica a existência de grupos de trabalho intermediários (NOVAIS, 2012: 27).

de ofícios a serem executados e diferentes formas de homens e mulheres sem escravos trabalharem na vila. Também poderíamos replicar os inúmeros exemplos de agricultores que não utilizavam mão de obra escravizada, que só na sétima companhia chegaram a 91 fogos do total de 139 agricultores (65,46%)¹⁷.

A sociedade taubateana também não apresentou aquela dicotomia de cores tão intensa. Em 1808, o mapa geral da vila indicou a existência de 8.568 habitantes, sendo 5.726 declarados brancos (66%), 1.381 negros (16%) e 1.461 mulatos (17%). Em 1812 a situação alterou muito pouco, os declarados brancos continuaram a maioria (69%) enquanto os negros (15%) e pardos (15%) eram a minoria. Em 1818, os descritos brancos eram 69% da população, mas os negros (16%) ultrapassaram os pardos (13%) com alguma margem. Em 1830, não ocorreu alteração significativa da população, os brancos foram 68% da população, os negros eram quase 20% da população e os pardos decresceram para pouco mais de 10%. Esses números indicam uma tendência crescente da camada populacional negra em detrimento dos pardos, decorrente do desenvolvimento agrícola e da inserção de mão de obra escrava a ele inerente.

A vila de Jundiaí foi influenciada pelo desenvolvimento da indústria açucareira no Oeste Paulista. Em virtude do desenvolvimento econômico, ocorreu a inversão de capitais na aquisição de mão de obra compulsório africana na segunda metade do XVIII. Porém, a composição demográfica também mostrou um cenário em que as populações branca e parda tinham grande importância no computo geral. No ano de 1778, a população negra correspondia a 20% da população total, baixando para 17% em 1798. Somente no século XIX, a população negra aumentou de forma substancial na vila, partindo de 18%, em 1804, para 38% em 1836.

Na realidade, o estudo de Herbert Klein e Francisco Luna mostra que a população da província de São Paulo não era dominada pelo elemento negro, situação diversa do apontado para o Nordeste da América Portuguesa. Analisando a tabela 5.2 dos autores, verificamos que o Vale do Paraíba registrava baixos índices de negros em sua população quando comparado com a região do Oeste Paulista ou do Litoral. Contudo, os números eram similares a Região da Capital e superiores ao Caminho do Sul. No ano de 1777, cerca de 21% da população valeparaibana era formada por negros, número próximo a Região da Capital (21,8%) e Caminho

¹⁷ Em estudo sobre o papel das mulheres no cotidiano colonial em São Paulo, Maria Odila da Silva Dias anotou o caso de uma senhora que, na ausência de seu marido que estava no Rio de Janeiro a negócios, partiu ela mesma de Taubaté para fazer a condução de tropas compradas pelo marido em Itapetininga. Portanto, existiam múltiplos negócios a serem feitos na sociedade colonial e as realidades encontradas no estudo histórico escapam muitas vezes os modelos adotados. Para mais: DIAS, 1995: 34-35.

do Sul (18,5%), mas inferior aos Oeste paulista (23,9%) e Litoral (29,5%). No século XIX, o desenvolvimento da cafeicultura aproximou a região do Vale do Paraíba aos seus pares do Oeste Paulista e do Litoral. No ano de 1829, os autores anotaram que 30,5% da população vale-paraibana era negra, número que chegou a 32,6% no Litoral e 41,8% no Oeste Paulista. Contudo, a conjuntura teve pouca influência sobre a Região da Capital, que registrou 20,7% de negros, e do Caminho do Sul, que anotou 17,8% de negros (LUNA, KLEIN, 2005: 78-79 e 148).

Em síntese, o Antigo Sistema Colonial visualizava o processo de expansão colonial com os olhos da metrópole. Por este motivo, analisaram o produto que ligava a colônia com a metrópole e deram pouca importância para os outros cultivos. E, da mesma maneira, preocuparam-se com o grupo social que fazia o intercâmbio entre as partes do Império, mas reduziram o papel dos outros grupos que atuavam naquela sociedade. Ainda assim, o modelo inferiu conceitos essenciais para compreender a economia e a sociedade desenvolvidas na América. Como vimos em Taubaté, o açúcar não foi largamente produzido, mas os maiores escravistas da vila estavam envolvidos com sua produção. E, existia uma forte concentração de riqueza, principalmente concentração de mão de obra em alguns poucos domicílios.

As críticas ao modelo de Antigo Sistema Colonial iniciaram com o avanço dos estudos e o desenvolvimento da metodologia historiográfica. O uso de novas fontes, além dos documentos oficiais, capacitou os historiadores a pensarem em novas questões e terem um olhar diferente para a sociedade colonial. O enfoque da pesquisa histórica também mudou. Preocuparam-se menos em analisar a macroeconomia e centraram os estudos nas sociedades que se desenvolveram na América portuguesa.

A crítica mais contundente se iniciou com as pesquisas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino e resultou no grupo de estudos *Antigo Regime nos trópicos*, que pensou numa nova maneira de compreender a sociedade desenvolvida na América portuguesa. Ambos os autores pesquisaram a sociedade colonial e a atuação da elite mercantil carioca, no final do século XVIII e início do XIX.

João Fragoso, em sua obra “Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)”, retomou o *sentido da colonização* para indicar a flexibilidade desta proposta. No mesmo sentido, apontou que a *acumulação primitiva de capitais* tinha brechas, nas quais a acumulação ocorria internamente, movimentando e expandindo o mercado interno colonial.

A flexibilidade econômica pode ser sentida nas flutuações dos preços no mercado internacional e suas consequências para a indústria açucareira na América. Na virada dos

séculos XVIII para o XIX, o preço do açúcar encontrava-se em baixa no mercado internacional europeu. Ainda assim, os produtores fluminenses aumentaram suas receitas e suas produções, o que revela a elasticidade da agro exportação em oposição as conjunturas internacionais.

O principal meio de reproduzir o sistema produtivo com a queda dos preços era através do mercado interno. Analisando o consumo no Rio de Janeiro, constatou-se a existência de uma rede de abastecimento de produtos de subsistência que ligavam a Praça carioca com outras partes da América portuguesa. O charque do Rio de Grande do Sul, a farinha de mandioca e outros produtos abasteciam o mercado fluminense. A esta produção voltada para o mercado interno o autor denominou “mosaico de produções não-capitalistas” (FRAGOSO, 1998).

As trocas internas garantiam *acumulações endógenas*, o que contraria “as teses que sublinham a estrita dependência da primeira em relação à metrópole”. Apoiado em outros estudiosos, Fragoso indicou que o tráfico de escravos, segmento de maior importância para a burguesia mercantil, não era totalmente dominado pelos lusitanos. Na realidade, na Bahia e no Rio de Janeiro este comércio era controlado pela comunidade mercantil local. Ao mesmo tempo, grande parte dos gêneros de subsistência que sustentavam os engenhos de açúcar era comprada em longas redes mercantis que conectavam o litoral com o interior (FRAGOSO, 1998: 15-25, citação p. 22).

Estas novas informações sobre o sistema produtivo efetuado na América portuguesa, porém, não anulam o modelo explicativo de Antigo Sistema Colonial. Fragoso admitiu que:

[...] não queremos dizer que a economia colonial não fosse escravista e exportadora (esses são os seus traços estruturais mais amplos) nem que não estivesse subjugada às conjunturas do mercado internacional. Entretanto, para além desses traços, ela reunia outras características estruturais. Possuía outras formas de produção (ao lado da escravista) e um mercado interno, espaço no qual se realizariam *acumulações endógenas* (FRAGOSO, 1998: 25).

O mercado interno permitia certa autonomia na formação de novas *plantations* também devido aos requisitos necessários para a montagem de uma unidade produtiva: terra, mão de obra cativa e alimentos. Estes eram produtos baratos e acessíveis no mercado local, mesmo quando o comércio atlântico estivesse em crise. As flutuações do mercado internacional não influenciaram de forma decisiva a capacidade de investimento dos agricultores coloniais, uma vez que o mercado local serviria como ponto de apoio para as unidades exportadoras escravistas (FRAGOSO, 1998: 266-295).

O trabalho com inventários *post-mortem* permitiu constatar a composição das fortunas das elites cariocas. João Fragoso dividiu os inventários por faixas de fortuna e notou

que a elite mercantil tinha fortuna maior do que a nobreza da terra, vinculada à produção agrícola. Em suas palavras, “das oito maiores fortunas arroladas, sete tiveram origem em negócios mercantis, e apenas uma, em atividades rurais” (FRAGOSO, 1998: 314). Este dado impõe uma nova realidade sobre o binômio senhor-escravo apontado por Prado/Novais.

Além disso, grande parte da fortuna da elite mercantil foi conseguida pelos empréstimos feitos a negociantes menores. Visto de outra maneira, os comerciantes cariocas tinham maior potência econômica, pois estavam vinculados às rotas mercantis mais valiosas. Fragoso anotou que as 15 firmas cariocas estudadas controlavam 27% do tráfico atlântico de cativos, 14% do açúcar desembarcado no Porto do Rio e 26% a 29% das consignações com Portugal e a Ásia, ou seja, “controlam a reposição de mão-de-obra (sic) escrava, a comercialização do açúcar e a exportação e importação para a Metrópole” (FRAGOSO, 1998: 321). E, por isso, serviam aos negociantes menores, principalmente de partes do interior, como Taubaté, concedendo empréstimos e recebendo em troca os produtos dessas localidades.

Na realidade, João Fragoso anotou dois motivos que levaram os comerciantes cariocas a investirem em diferentes ramos e atividades. Em primeiro lugar, a participação em diferentes segmentos garantia maior estabilidade, reduzindo as perdas em caso de crise. E, em segundo lugar, “a falta de elasticidade do mercado considerado e a sua demanda restrita não permitem a absorção de toda a capacidade de investimento, por parte do grande mercador, em um único setor de atividade”. Desta feita, o negociante se via “obrigado a diversificar as suas aplicações” (FRAGOSO, 1998: 315-326, citação p. 326).

O autor apontou também a influência de estratégias das elites locais, na primeira metade do XIX, sobre a economia da América Portuguesa. As elites locais, em determinado momento de suas trajetórias, investiam parte de seus excedentes em: bens rurais, formando *plantations*; em imóveis, para gerar renda; e, na compra de comendas. Estes investimentos eram menos rentáveis do que a atividade mercantil, mas asseguravam a riqueza familiar e aumentavam o status social ao se afastar do trabalho mecânico. O investimento no status social seria uma característica típica de uma sociedade pré-capitalista, “portadora de uma lógica que não se esgotaria na produção mercantil do lucro”, mas se assemelhava as sociedades de Antigo Regime que tinham por principais distintivos:

uma hierarquia econômica fortemente diferenciada, onde o *sobretabalho* é apropriado por uma diminuta elite; a não-reinversão de parte do excedente econômico na produção, mas, antes, a sua cristalização em uma hierarquia socioeconômica cuja lógica passa pelo status, pelas relações de poder (FRAGOSO, 1998: 335-369, citação p. 359).

A inserção da elite mercantil nas empresas agrícolas visava o status social de uma sociedade agrária-escravista e, ao mesmo tempo, possibilitava os rendimentos da produção – menores e menos arriscados que a atividade mercantil. Como resultado, o autor observou o domínio de diferentes ramos econômicos por uma mesma elite. Em outras palavras, os negociantes que dominavam o tráfico negreiro também controlavam as redes mercantis de abastecimento e possuíam *plantations* com um grande número de escravizados sobre seu poder (FRAGOSO, 1998: 354-369).

No livro “O arcaísmo como projeto”, publicado originalmente em 1993, Fragoso trabalhou ao lado de Manolo Florentino numa “confluência” de suas teses de doutoramento (FRAGOSO, FLORENTINO, 1998: 9). O tema central foi repensar as estruturas do comércio colonial e a sociedade formada na América enquanto um projeto de manutenção do arcaísmo existente no Reino.

Inspirados na historiografia lusa do período, os autores afirmaram que os excedentes produzidos nos domínios coloniais serviam para perpetuar “uma economia e sociedade cujos padrões vinculavam-se ao Antigo Regime”, numa estrutura em que a aristocracia agrária seria o topo da sociedade (FRAGOSO, FLORENTINO, 1998: 13). Ao mesmo tempo, os meios de produção eram relativamente baratos, o que permitia que a camada popular também conseguisse o mínimo necessário para evitar o debacle social (FRAGOSO, FLORENTINO, 1998: 14).

Entretanto, os negociantes interessados em fazer parte da elite social deveriam investir parte de sua renda em “atividades de cunho senhorial”. Em Portugal, a estrutura social arcaica e essencialmente agrária fez a burguesia ficar à margem do processo de revoluções burguesas europeias (FRAGOSO, FLORENTINO, 1998: 27-28). Na realidade, o Estado português estava mais preocupado “na manutenção da sociedade estamental” do que em sua superação (FRAGOSO, FLORENTINO, 1998: 102). Na América, o ideal aristocrático fez com que os negociantes esterilizassem parte de suas fortunas, transformando-se em rentistas urbanos e/ou senhores de terras e de homens. Apesar da menor rentabilidade dos engenhos, as relações de poder ocorriam mediante a posse de homens e terras.

No Império português, portanto, as rendas mercantis foram dedicadas à manutenção da diferença e não ao investimento em novas formas de produção¹⁸. Em síntese, o sentido exterior existia, mas esta não era a única característica ou o aspecto dominante da sociedade

¹⁸ A dissertação de Maurício Alves demonstrou a preocupação da elite taubateana em investir parte das rendas conseguidas com a mineração em engenhos de açúcar, na primeira metade do século XVIII. O autor observou, portanto, que o período de expansão mineradora foi, conseqüentemente, momento de desenvolvimento da indústria açucareira na vila de Taubaté sob bases excludentes (ALVES, 1999)

luso-brasileira. A acumulação primitiva de capitais se destinava ao ideal aristocrático (FRAGOSO, FLORENTINO, 1998: 105-109). Por fim, os pequenos recursos necessários para a implantação de uma propriedade agrícola e a demanda inelástica de possibilitou uma relativa autonomia da economia colonial frente às flutuações do mercado externo (FRAGOSO, FLORENTINO, 1998: 28-29).

Em seguida, em 2001, a obra coletiva “O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)” avançou com as ideias de sociedade de Antigo Regime. Os autores verificaram o movimento de reprodução do sistema com vistas nas mercês régias. A economia tinha o setor produtivo voltado para agro exportação como o mais dinâmico, mas a acumulação primitiva destinava-se à aquisição de bens senhoriais e a elite mercantil local controlava a economia.

Os autores interpretavam a sociedade colonial como uma “sociedade marcada por regras econômicas, políticas e simbólicas de Antigo Regime”, sem limitar as relações Brasil-Portugal pelo aspecto econômico, ainda que este tivesse grande importância para a compreensão da história do Brasil. A relação colônia-metrópole passou a ser um sistema que compunha o Império Português¹⁹. Neste, havia diferentes acomodações entre o centro decisório e as *partes ultramarinas*, as colônias da América, da África e da Ásia. Ao mesmo tempo, os autores assinalam estratégias e símbolos em comum para todo o Império, o que dava fluidez e consistência para a sociedade (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2010: 11-25).

Em 2010, quando foi lançada a obra coletiva “Nas tramas das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII” o grupo havia estabelecido a análise da sociedade colonial como uma parte do Império Português. Esta visão de mundo: estamental, hierarquizada, centralizada na figura do Rei e corporativa; possibilitou uma nova interpretação sobre as sociedades coloniais desenvolvidas em diferentes partes do Império português.

As múltiplas pesquisas históricas feitas nas pós-graduações do Brasil e de Portugal, o intenso intercâmbio entre especialistas de diferentes áreas e o uso de fontes de arquivos americanos, africanos, europeus e asiáticos viabilizaram redimensionar as realidades locais e dinâmicas sociais por todo o território do Império português.

¹⁹ Os Impérios Ultramarinos não foram uma interpretação nova do Antigo Regime nos trópicos. Os historiadores ingleses, especialmente Charles Boxer, Russell-Wood e Stuart Schwartz, analisavam em suas obras os aspectos similares que uniam as diferentes partes do Império português. Russell-Wood analisou, em 1968, o papel das Santas Casas de Misericórdia na composição das sociedades ultramarinas, inclusive na concessão de crédito. Cf.: BOXER, 2002; RUSSELL-WOOD, 1981.

As informações mapearam as similaridades e peculiaridades das sociedades coloniais. Notou-se, porém, que a visão de mundo, que identificava a sociedade de Antigo Regime, era comum a todas as partes do Império Ultramarino Português. Assim, nas várias áreas em que os portugueses colonizaram, os administradores que para lá foram ou os colonos que lá viviam, tinham por objetivo às mercês régias, pois estes eram os símbolos de status social. Os títulos honoríficos e as patentes militares, por exemplo, tinham identificação em qualquer parte do Império e eram concedidas ou confirmadas pelo poder central (o Rei).

A análise das trajetórias de sujeitos com proeminência social revelam a atuação de múltiplas redes mercantis, políticas e sociais. O Império era um emaranhado de redes que conectavam pessoas, produtos e postos. Estes indivíduos objetivavam galgar posições no Antigo Regime, dentro de suas próprias possibilidades. Por este motivo, negros escravizados mantinham estratégias de compadrio para formarem redes de proteção. Ao mesmo tempo, alguns senhores estimulavam seus aparentados a se aliarem aos negros escravizados, com o intuito de pacificar as senzalas²⁰. Na outra ponta da sociedade, as elites buscavam relacionamentos, consagrados ou não, que lhes permitissem vantagens econômicas ou sociais. Além disso, as elites objetivavam, também, contribuir para a grandeza do Império, o que refletiriam em mercês régias que reforçariam suas posições de mando. (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010: 21-30).

Por fim, voltando pela última vez ao conceito de *sentido da colonização*, os autores afirmaram que:

hoje se começa a perceber que a chamada plantation escravista constituía um conjunto complexo de vários aspectos do Antigo Regime, *não sendo mero expediente do capital mercantil a serviço de uma acumulação primitiva de capital*. E, como tal, uma atividade socioeconômica que visava ao sustento da república e contribuía para a Fazenda de Sua Majestade. [...] o sobretabalho produzido na plantation deixa de ser entendido como *mero instrumento do enriquecimento de capitalistas europeus* e passa a ser compreendido também como uma economia, segunda a tradição tomista, para o sustento da república, da monarquia e, nesse cenário, para o sustento do status social da família senhorial. [...] Mais do que isso a existência [da plantation] passa a depender, para além dos humores do capital internacional, também das relações de reciprocidade desenvolvidas no seu interior entre escravos, pardos e senhores, muitas das quais na forma de parentes, em especial a de compadrio (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010: 21, grifos nossos).

Portanto, podemos afirmar que os estudos sobre Antigo Regime foram um avanço da historiografia que identificou uma série de estruturas econômicas e sociais que davam sentido

²⁰ As agências e estratégias desenvolvidas pela população escravizada no interior da sociedade imperial não são objeto específico deste estudo. Porém, podemos perceber que as relações com os escravizados influenciaram as redes sociais de seus senhores e eles tiveram um papel importante na sociedade local. Para entender as relações dos escravizados: SLENES, 2005; MOTTA, 1999.

a colonização. A expansão da empresa mercantil, arranque inicial dos Descobrimentos, não foi a única característica estruturante da colonização, pois os próprios objetivos modificaram ao longo dos séculos de colonização. Na realidade, o desenvolvimento da historiografia e o uso de novas fontes e métodos de análise complexificaram o quadro socioeconômico. Os objetivos e enfoques também modificaram. E, os estudos de micro história possibilitaram mapear as trajetórias locais pelos espaços Imperiais.

Com isso, temos hoje um quadro econômico que revela maiores detalhes. As redes mercantis desenvolvidas no interior do Império ligavam os panos asiáticos ao mercado baiano. Ao mesmo tempo, a aguardente americana ligava-se ao comércio de escravizados na África. E, ainda, as rotas mercantis internas abasteciam as regiões produtivas mais dinâmicas e ligadas as redes internacionais (ANTUNES, 2010).

Socialmente, verificamos que a população de Antigo Regime reproduzia os signos e símbolos que existiam no Reino. Da mesma forma, espelhavam-se na nobreza reinol, mais próxima ao Monarca, para requisitarem mercês, títulos e cargos. A economia funcionava como um instrumento desse objetivo social. Fosse através de *conquistas* ou com o crescimento da Fazenda Real, as elites buscavam mostrar o serviço que praticavam em nome do Rei. E, para não nos estendermos, os escravos e a população livre também operavam nos mesmos moldes, embora em patamares inferiores, pois sabiam que a mobilidade dentro daquela hierarquia era parcial.

Em Taubaté, verificamos que a dinâmica social era muito similar ao modelo desenvolvido pelo grupo de Antigo Regime nos trópicos. Embora o recorte geográfico do grupo tenha privilegiado as áreas mais dinâmicas do Império português, principalmente o Rio de Janeiro. A seguir, vamos passar em revista os pontos que encontramos na vila de Taubaté em comparação com o modelo apresentado.

Conforme abordamos anteriormente, existia na vila de Taubaté uma grande variedade de trabalhadores manuais livres (brancos, pardos e negros). Esta população também apareceu nos inventários dos sujeitos mais abastados como devedores. Os sujeitos de classes subalternas participavam também das redes mercantis, através de comerciantes mais poderosos. Num patamar menor do que no Rio Janeiro, encontramos alguns negociantes taubateanos que monopolizavam o comércio de produtos vindos do Rio de Janeiro e importados de outras partes do Império. Da mesma maneira, os pequenos produtores taubateanos vendiam suas produções para estes negociantes que aproveitavam para comercializar os efeitos no Rio de Janeiro.

O tenente coronel Antônio Moreira da Costa sinalizou esta dinâmica no maço populacional de 1802. Ele atuou em diferentes segmentos, sendo agricultor, senhor de engenho, fazendeiro e negociante. As suas rendas provinham da compra de boiada no Sul e revenda no Rio de Janeiro, da produção de açúcar e da importação de alguns efeitos do Reino e sua redistribuição na vila de Taubaté. O maço populacional arrolou, assim, a compra de 600 arrobas de fumo em Taubaté e o comércio do produto no Rio de Janeiro com lucro de cem mil réis. Este fumo, provavelmente, entrou em redes mercantis imperiais, na aquisição de escravos de Angola (FERREIRA, 2010). O tenente coronel também apontou o comércio de 650 arrobas de açúcar para o Rio de Janeiro, com lucro de 520 mil réis. E, Antônio Moreira da Costa importou vinho, ferro, aço, fazenda seca, escravos, aguardente, vinagre e azeitona, o que foi revendido na vila de Taubaté e lhe garantiu rendimento de, no mínimo, 520 mil réis – pois, muitos efeitos ainda estavam sendo vendidos.

O mesmo Antônio Moreira da Costa revelou o trâmite das patentes militares e a centralidade decisória do Rei. Em 1807, o tenente coronel teve seu posto confirmado pelo Monarca. No requerimento enviado por Alexandre Pereira Diniz, procurador de Antônio Moreira da Costa, houve a indicação do recebimento da patente por ter auxiliado o governador paulista na construção do Hospital Militar e do Jardim Botânico. As duas obras necessitavam de aporte financeiro, o que levou Antônio Moreira da Costa a doar quinhentos mil réis (500\$000) para a conclusão da obra. O Conselho Ultramarino passou carta para o Governador paulista da época, Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, que confirmou a quantia fornecida e confirmou os documentos apresentados. Assim, em 1807, seis anos depois de apresentar o posto, o tenente coronel teve o seu posto confirmado pela Monarquia (AHU, cx. 30: d. 1320).

Do mesmo modo, os produtores taubateanos tinham uma clara noção da importância de suas atividades para a Fazenda Real. Em 25 de novembro de 1775, os “oficiais da Câmara e mais povo da vila de Taubaté” escreveram uma carta na qual pediam a proibição da produção de fumo e aguardente nas capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. De acordo com os petiçãoários o comércio anual de 370 mil arrobas de fumo e 480 mil barris de aguardente renderia anualmente 765 mil réis para a Fazenda Real em direitos de Entrada. A passagem dos rios renderia 170 contos de réis e mais 20 mil réis da passagem de bois do Sul – para carregamento dos produtos. Para o trabalho nestas “ditas fábricas se faz precisa muita escravatura que vinda da Costa da Mina avultavam os direitos nas alfandegas e também nos registros desta para as ditas capitanias em avantajado cabedal”. E, além disso, a medida favoreceria a capitania de São Paulo como um todo e previam que “será notável o aumento

desta capitania porque nas culturas dos referidos gêneros se oferecem aos seus habitantes, também às capitanias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul grandes interesses na saída dos seus efeitos e animais”. Por fim, os taubateanos declaravam que buscavam essas “graças para com maior facilidade concorremos aos socorros com que esta capitania costuma ajudar na defesa das fronteiras, assim pelo Mar como por terra, concorrendo juntamente à segurança da extinção dos Estados [e] aumento do Real Erário” (AHU, Cx. 7: d. 397).

Os taubateanos, portanto, tinham noção da importância de suas atividades para o Erário Régio e para a manutenção da extensão territorial do Império Português. Além disso, revelaram no documento as potencialidades do mercado interno, inclusive, influenciando no tráfico negreiro. Estas percepções enquadram a vila de Taubaté no modelo de Antigo Regime nos trópicos.

As redes mercantis, creditícias e de sociabilidade também fizeram parte da realidade taubateana. A principal trajetória a ser apontada para desvelar as redes mercantis foi o sargento-mor Eusébio José de Araújo e sua família.

As atas da câmara de Taubaté indicam que o senhor Eusébio era um sujeito de destaque desde a década de 1770, pois, em 1780, na primeira eleição dos oficiais da Câmara para o cargo de sargento-mor ele foi o segundo eleito, sendo o alferes Francisco da Cunha Sousa o primeiro eleito. No ano seguinte, em 1781, Eusébio, que servia como alferes, foi eleito para almotacé²¹ da vila. Em 1783, o alferes Eusébio foi eleito e prestou juramento para o posto de juiz ordinário, o qual serviu ao longo de todo este ano. Em 1787, com o posto de capitão, Eusébio foi eleito para Juiz dos órfãos, mas abandonou o cargo, em 1791, para ser o Tesoureiro do Cofre dos Órfãos. A sua atuação na Câmara da vila lhe colocou em contato com diferentes sujeitos da vila, especialmente a elite socioeconômica, posto que o Senado da Câmara era o principal local de validação do mando local (FILHO, 1945: 33-381).

Ao mesmo tempo, os maços populacionais indicam que ele foi o dono do maior plantel de escravos da vila, entre 1789 e 1802. Neste período, a sua escravaria ficou entre 44 escravos, em 1789, e 62 escravizados em 1802. A sua viúva, dona Margarida Florinda de Jesus, arrolou 66 cativos em 1808, um ano após o falecimento de Eusébio. Além disso, o

²¹George Félix de Souza estudou a câmara do Recife, no século XVIII. A sua pesquisa indicou a importância do cargo de almotacé. De acordo com o autor, existiam dois tipos de Almotacés, os maiores e os menores. Aqueles eram eleitos em par para cada mês do ano e estes eram nomeados pelo Conselho. No caso de Taubaté, havia a eleição de pares, mas por três meses. Podiam ser eleitos para esse cargo “os melhores e mais honrados que houvessem na vila, em mais, sem cobiça e sem encargo de outros ofícios em que hajam de servir”. Em geral, eram responsáveis pelo aprovisionamento dos bens necessários para o abastecimento da população urbana. Além disso, “cuidavam da fiscalização dos preços determinados pelo conselho, bem como aferiam as medidas de comprimento e peso utilizados pelos comerciantes locais” (SOUZA, 2003: 49-50).

maço populacional de 1802, conforme exposto acima, indicou uma pluralidade de negócios sendo efetuados no fogo do sargento-mor – patente que apresentou pela primeira vez no maço de 1797. O seu fogo produziu açúcar, milho, feijão, arroz, algodão, tábuas e marcou diferentes animais. Também arrolou o comércio de tropas do Sul para o Rio de Janeiro, tendo como sócio seu filho, o ajudante João Gomes de Araújo.

O seu inventário indicou uma pluralidade de negócios ainda maior. O monte-mor foi de 20:881\$113 réis, que foi partilhado numa terça de 3:297\$282 réis e herança de 732\$729 réis para um de seus nove herdeiros (AHTM, Eusébio José de Araújo, 1807: 86b-87). A composição da fortuna mostrou uma grande importância para os escravos, que somavam 53 peças no valor de 4:101\$680 réis, e em bens de raiz, total de 4 sítios e terras e 8 casas que foram avaliados em 3:030\$800 réis.

Todavia, as dívidas ativas era o ramo de maior importância em sua fortuna. Ao todo, o sargento-mor foi credor de 296 dívidas, no valor de 6:607\$894 réis. Este fato revela a sua centralidade como credor de proprietários e negociantes da vila. De todos os inventários arrolados para a pesquisa, o sargento-mor Eusébio foi o principal prestamista encontrado em número e em valores. Encontramos entre seus devedores, o capitão-mor da vila de Taubaté, Manoel Correia Bitencourt (102\$400), o capitão-mor da vila de Guaratinguetá, Manuel José de Mello (128\$000), vários oficiais das ordenanças da vila e de Minas Gerais e, inclusive, um escravizado que trabalhava na capela Senhor Bom Jesus, em Tremembé, e que teve como fiador Jacinto Barboza (AHTM, Eusébio José de Araújo, 1808: 47-68b). Em face destes dados, podemos afirmar que Eusébio José de Araújo tinha papel central na rede de crédito da vila e, ao mesmo tempo, uma grande participação na rede mercantil de tropas do Sul, já que ele e seu filho movimentaram a maior boiada da vila no período.

O seu papel dominante na vila abriu portas para seus aparentados. A historiografia apontou para o uso dos membros de uma família como instrumentos do desenvolvimento de bandos de poder. Portanto, a atuação de um membro poderia refletir positivamente ou negativamente sobre os outros participantes da casa (GIL, 2009: 119-129, 202-222 e 331-344; FRAGOSO, 2011: 61-69; BACELLAR, 2005: 107-125).

As patentes militares permitem observar essa influência da família de Eusébio José de Araújo na vila de Taubaté. A sua filha mais velha se casou com o alferes José Antônio Nogueira, um dos principais comerciantes de tropas do Sul. O seu filho mais velho era seu sócio no comércio de animais e ajudante das ordenanças. Seu segundo filho era o reverendo Miguel José de Araújo, que atuou na vila e na cidade de São Paulo, para onde migrou em 1807.

Outros dois filhos também tiveram postos nas ordenanças. Em 1808, José Gomes de Araújo foi capitão da 7ª companhia, bairro do Mato Dentro e Francisco Gomes de Araújo ocupava o posto de sargento, embora ainda morasse com a mãe e tivesse apenas 17 anos. Estes dois iniciaram sociedade em 1812, quando José Gomes de Araújo havia se tornado capitão e seu irmão alferes. Depois dessa data, José Gomes de Araújo deixa de ser listado. Francisco Gomes de Araújo, por sua vez, atuou como negociante de fazenda seca, em 1818. E, em 1825, investiu na produção de café e na criação de porcos, além de ter montado um plantel de 42 escravos, o terceiro maior da vila.

O seu comportamento político também revela o prestígio social que o sargento-mor tinha dentro da vila. Em 1798, os documentos mostram uma série de críticas feitas à Coroa lusitana em relação ao governador Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça por parte das elites paulistas. Em diferentes partes da capitania, a atuação do governador desagradava²². Porém, na vila de Taubaté a sua passagem pelo governo era conhecida pela generosidade com a vila e seus moradores, especialmente a elite político-econômica. Por este motivo, neste ano, os oficiais da Câmara e outros membros da vila escreveram uma carta para a Rainha, na qual reconheciam a boa gestão do governador e defendiam-no das acusações sofridas. Entre os oficiais da Câmara, contamos o alferes e vereador José Antônio Nogueira e o procurador do Conselho, o alferes João Gomes de Araújo. Além disso, o documento arrolava “os oficiais da câmara [...] com o corpo Militar, nobreza e povo da mesma vila [...] *com seu Chefe*, o sargento-mor Comandante Eusébio José de Araújo (AHU, Cx. 15: d. 710; grifos nossos).

Portanto, a manifestação pública da Câmara de Taubaté de apoio ao governador substituído tinha como principal personagem o sargento-mor, descrito como comandante, seguido por seu filho e por seu genro. Isto nos informa sobre a articulação da Casa em participar da principal instância de mando da vila. Além destes sujeitos, a elite econômica da vila também estava presente, sendo todos participantes de negócios em conjunto com o sargento-mor²³.

A participação do sargento-mor em redes de sociabilidade locais não se restringiu à Câmara ou às elites locais. Os documentos das Irmandades taubateanas mostram a presença de aparentados do sargento e de seus escravos. Em análise sobre a Irmandade do Rosário dos

²² A política dos governadores foi alvo de diferentes estudos, nos quais ficou apontado as tensões políticas que envolviam as decisões dos governadores. Para mais: MATTOS, 2009; SERRATH, 2007.

²³ No capítulo 4 vamos identificar as relações econômicas e sociais entre as elites taubateanas apontando a confluência de negócios. Podemos adiantar que não foi notado uma situação de conflito. Ao contrário, os sujeitos mantinham vários negócios entre si e eram os principais financiadores das atividades mercantis de seus pares. Cf.: ALVES, 2001: 48-56.

Pretos da vila de Taubaté, Fábria Ribeiro notou uma participação significativa da família de Eusébio José de Araújo e seus escravos.

Os dois escravos africanos que atuaram na irmandade no período de 1802 a 1820 eram de propriedade do sargento-mor Eusébio. O escravo Miguel, “monjolo”, ocupou o cargo de “andador” por três anos consecutivos. Este posto era essencial para a Irmandade, pois tinha a incumbência de se deslocar entre as propriedades rurais convocando os irmãos para as reuniões. Também era responsável por convocar a mesa e os outros membros em caso de necessidade. Em 1808, o escravo Miguel pediu para ser dispensado de suas atribuições, alegando morar longe. Possivelmente, o falecimento de seu senhor no ano anterior tenha modificado suas atividades na faina agrícola ou mesmo sua residência tenha mudado, o que teria impossibilitado sua manutenção como andador (RIBEIRO, 2010: 98-100).

O sargento-mor Eusébio José de Araújo incentivou seus parentes a participarem das irmandades locais. Contudo, foi superado por sua esposa dona Margarida Florinda de Jesus que, quando assumiu o fogo, fomentou a participação de suas filhas e de seus escravos na Irmandade do Rosário²⁴. Inclusive, suas filhas e escravos mantiveram cargos dentro da Irmandade. A autora Fábria Ribeiro descreveu a seguinte situação:

Parentes de dona Margarida Florinda também transitavam pelo Rosário: sua filha Gertrudes Florinda de Jesus foi juíza em 1807, compartilhando o importante cargo com o escravo Domingos, juiz eleito naquele ano. Luiz Vieira, genro e herdeiro da proprietária, casado com sua filha Inês Maria, matriculou a sua escrava Gertrudes em 1812, que três anos depois assumiria a função de mesária. Vieira era proprietário de 28 escravos e possuía uma roça bastante diversificada, cultivando milho, arroz, café, mandioca e ainda um pequeno engenho. O inventário de Margarida revela que Vieira lhe devia 602\$511 réis. Não encontramos Gertrudes no rol de seus ‘bens semoventes’. Ainda relacionados à grande proprietária, encontramos José Antônio Nogueira, que vivia do comércio de fazendas e era casado com uma de suas filhas, Francisca Florinda de Jesus. Este comerciante possuía 13 escravos entre os quais dois figuravam como confrades do Rosário: Maria e Francisco. A africana ‘da costa’ Maria, de 50 anos, que servira como mesária em 1809, encontrava-se doente ‘com lombos e tornozelos inchados’, por ocasião do inventário de Nogueira, que coincidentemente falecera no mesmo ano que a sogra. Outro irmão, Francisco, um mulato de 57 anos, entrou para a Irmandade em 1812 e foi mesário nos anos de 1815, 1818, 1823 e 1827(RIBEIRO, 2010: 105-106).

Concluiu a autora que existia uma teia de relações que ligava os participantes das Irmandades entre si. Esta rede era composta por pessoas de todas as “qualidades”, sendo escravos, senhores (pequenos, médios e grandes proprietários), agregados, libertos e livres

²⁴ Outros autores demonstraram que esta dinâmica era relativamente comum no interior paulista. Os homens tinham maiores possibilidades de ascensão social, mas para as mulheres ficava restrito as instâncias religiosas. Além disso, os homens mantinham suas senzalas sob controle usando de parentes no apadrinhamento de escravos, sem, contudo, serem eles mesmos padrinhos de negros (GUEDES, 2007).

pobres, que transitavam pela vila com autonomia para o cumprimento de suas obrigações religiosas (RIBEIRO, 2010: 106).

A sociabilidade nas irmandades e pelo trânsito na vila ajuda a entender as redes de crédito e vice-versa. Voltando ao inventário do sargento-mor Eusébio José de Araújo, percebemos uma anotação em seus créditos para um “negro da capela Bom Senhor de Jesus” através do fiador Jacinto Barboza no valor de 9\$370 réis. Também percebemos a participação de homens de status social que receberam crédito do sargento-mor e participavam na Irmandade do Rosário dos Pretos. Este foi o caso do capitão-mor Manuel Correia Bitencourt que recebeu empréstimo de 102\$400 réis e era proprietário do rei dos negros de 1807, Antônio Francisco (AHMT, 1807, Eusébio José de Araújo: 53b; RIBEIRO, 2010: 97).

Portanto, os variados documentos pesquisados e os estudos que nos auxiliam indicam que a população taubateana estava dividida em *qualidades* que refletiam sua posição na sociedade, sendo a distinção básica a liberdade. Estas qualidades se mostram nos pedidos por patentes ou nos empréstimos feitos. As dívidas ativas também ajudam a pensar as redes de sociabilidade, pois era através destas que muitos tinham contato com a elite local e conseguiam comprar gêneros importados ou adiantamentos de produtos ou mesmo crédito para suas atividades. Salientamos, ainda, a importância do mercado interno para a elite econômica local. A potencialidade deste mercado ficou nítida pelo documento transcrito acima e pelos vários indícios apontados pelos maços populacionais.

Todavia, entendendo estas qualidades não queremos afirmar que existiam grupos separados. Na realidade, observamos aquela sociedade como uma formação de seres humanos complexos e com agências próprias para suas realidades. Nas palavras de Richard Graham, “essas pessoas ocupavam posições sociais num *continuum*, e não em grupos separados de maneira nítida” e, continua o autor, “há categorias que eu, na condição de historiador, imponho a pessoas que necessariamente não viam a si mesmas como pertencentes a elas”, ou seja, denominamos os grupos e lhes damos características gerais para inteligibilidade do estudo e não como rótulos que eram praticados no dia a dia. (GRAHAM, 2013: 23).

Os maços populacionais também indicaram que os rótulos utilizados eram pequenos para abarcar a realidade taubateana. Isto porque, os produtores taubateanos também eram negociantes de seus efeitos e, por vezes, atuavam em outros negócios, como as tropas do Sul. Fragoso apontou para uma disputa entre a nobreza da terra, a elite estabelecida, e a elite mercantil pelas mercês régias (FRAGOSO, 2010: 29-72). Em Taubaté, não podemos verificar este embate, pois a elite econômica atuava nos dois segmentos: eram senhores de escravos e negociantes.

II – A decadência econômica da capitania de São Paulo: o caso de Taubaté.

As discussões sobre os modelos explicativos acerca da colonização europeia no Novo Mundo influenciaram a historiografia paulista e suas observações sobre a economia local. Neste subgrupo, voltaremos aos documentos oficiais para contrapormos a visão de “decadência” que por muito tempo vigorou na historiografia. As pesquisas mais recentes buscam dar novas cores para o quadro socioeconômico da capitania de São Paulo. Pretendemos trazer novos realces e explicitar a situação taubateana, entre os séculos XVIII e XIX.

Os documentos oficiais que circularam durante o governo do Morgado de Mateus (1765-1775) retratam abandono e decadência na economia paulista. Em correspondência ao Conde de Oeiras, o capitão-general afirmou que a maior parte dos habitantes de São Paulo encontrava-se em suma pobreza. A maior parte da capitania estava abandonada, com mato alto, sem nenhuma espécie de produção e a população sobrevivia com o essencial. A decadência, ainda de acordo com o governador, alastrou-se pela capitania com a construção do Novo Caminho, que desviou o trajeto do ouro, escoando o mineral diretamente para o Rio de Janeiro.

Para solucionar este problema, Dom Luiz de Sousa Botelho Mourão enviou ordens para as câmaras paulistas fomentarem a produção de algodão e estimulou a vinda de técnicos e teares para a capitania (DIHCSP, v. 72, 1765: 70-71). O governador também se mostrou contrário ao comércio com o Rio de Janeiro. Em outra correspondência, afirmou que o “excelente” porto de Santos não fazia comércio pelo domínio mercantil do porto carioca, o que inviabilizava a aquisição de produtos importados, principalmente o vinho. Este, para o governador, era mais um motivo que contribuía para a miséria da capitania (Idem: 71-72).

Em nova carta para o Conde de Oeiras, o governador afirmou que os paulistas viviam em vilarejos afastados, desrespeitando as regras sociais e religiosas. O governador também constatou que grande parte da população era preguiçosa e vivia longe dos desígnios do Rei. Porém, ressaltava o governador, “não falo daqueles filhos do Reino que tem casas de negócio, fazendas ou lavras estabelecidas, nem daqueles fidalgos Paulistas que se conservam com seu modo de vida (...) ou a maior parte do tempo passado, pois é certo que eles têm toda a civilidade que se requer”. Porém, mesmo os fidalgos Paulistas se recusavam a utilizar métodos mais modernos na agricultura. Eles não faziam uso do arado, não adubavam a terra e

praticavam a coivara. Identificava-se, assim, a preguiça paulista. Não obstante, a economia paulista encontrava-se em plena decadência (DIHCSP, v. 23, 1766: 1-10).

O comércio, por sua vez, era praticado na base do crédito. As moedas circulavam pouco pela capitania e os poucos negociantes atuantes controlavam o acesso ao crédito, o que gerava uma situação de constante endividamento da população. Vender fiado era a regra. Isto resultava na ruína de muitos agricultores que se endividavam de tal maneira que declaravam falência (DIHCSP, v. 23, 1766: 33-34).

Os documentos oficiais produzidos no governo de Luiz de Souza Botelho Mourão evidenciam as preocupações do capitão-general. As suas principais medidas visavam: organizar os corpos militares da capitania; estimular o comércio entre Santos e o Reino; e, por último, fomentar a agricultura através de novos cultivos e de novas técnicas produtivas (BELLOTTO, 2007).

As declarações do Morgado de Mateus – que seriam depois retomadas pelo governador Bernardo José de Lorena – serviram de alicerce para o estudo de Maria Petrone, juntamente com os relatos de viajantes e as impressões de contemporâneos. Os objetivos da historiadora era demonstrar “como a cultura da cana é responsável pela transformação da agricultura que deixa de ser predominantemente de subsistência e passa a adquirir características comerciais [...]; [e] como São Paulo se integrou no cenário econômico mundial” (PETRONE, 1968: 7).

Petrone identificou, no discurso das autoridades, o motivo para a decadência econômica e a preguiça paulista. A péssima situação da agricultura e o estado miserável da capitania eram decorrentes da ausência de uma pauta de exportação, o que causava o sistema rústico de produção e a preguiça na população. A expansão de novos cultivos não era o suficiente para restabelecer a economia local, pois o açúcar era o “único produto de importância para a exportação”. Na última década do século XVIII, todavia, vê-se a capitania com maior otimismo. Isto em decorrência do aumento gradativo da exportação de açúcar para o mercado europeu (PETRONE, 1968: 15-18).

Notadamente, José Bonifácio de Andrada e Silva, no início do século XIX, afirmou que o crescimento de povoação e da agricultura era sustentado pelo desenvolvimento dos cultivos de milho, feijão, farinha, arroz, toucinho, carne de porco e outros animais. Todavia, para a historiadora “as observações de Bonifácio foram ditadas mais pela filantropia que pela realidade”, havendo poucos motivos para celebrar a economia paulista antes do desenvolvimento de rotas, caminhos e estradas para o escoamento da cana-de-açúcar (PETRONE, 1968: 20).

Em 1986 foi publicado o estudo de Lucila Herrmann sobre a estrutura econômica-social de Guaratinguetá. Influenciada por Caio Prado, Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna, a autora afirmou que a estrutura econômica era caracterizada pelos latifúndios, monocultores e em regime escravocrata. Assim, a pequena lavoura ou “a economia de subsistência” teria um papel secundário e de nível extremamente baixo. Esta estrutura teve consequências para a sociedade e para a política feita no Brasil. Todavia, “em grande parte a vida social de Guaratinguetá se processou *fora* desses moldes” (HERRMANN, 1986: 6-7, grifos nossos).

A produção de subsistência marcaria o primeiro “ciclo econômico” de Guaratinguetá, o qual a autora denominou “pequena cultura”. O Vale do Paraíba, onde se encontrava a vila, era zona de passagem e sobrevivia do apresamento de índios, comércio de gado, busca pelo ouro e na venda de produtos de subsistência para o litoral. A economia, portanto, diferia de “outros pontos do país”, sendo pequena, rudimentar e executado na beira das estradas (HERRMANN, 1986: 13-23).

Contudo, foi no ciclo do açúcar (1775-1836) que a estrutura econômica guaratinguense modificou. O desenvolvimento de engenhos de açúcar alterou a paisagem que recebeu imigrantes brancos e negros escravizados, substituindo os escravizados indígenas. Ocorreu a construção de vários engenhos de açúcar e a produção local se conectou com o mercado externo. A partir de 1798, surgiu nas listas nominativas a denominação “senhor de engenho” e, ao mesmo tempo, desenvolveu-se o patriarcalismo rural. Além disso, “as casas-grandes se tornaram centros de defesa, centros de produção e consumo de todas as utilidades mais indispensáveis à vida” (HERRMANN, 1986: 53-56).

Portanto, Petrone e Herrmann foram influenciadas pelo *sentido da colonização*, motivo pelo qual buscaram na externalidade da economia o seu sentido e reduziram a importância dos cultivos de subsistência e do mercado interno. Herrmann não fala em decadência, mas em comércio secundário. Já Petrone, apontou o açúcar como peça fundamental da superação da decadência economia e do fim da preguiça produtiva da população paulista.

José Flávio Motta, em 1999, lançou “Corpos cativos, vontades livres”, no qual explorou o desenvolvimento da cafeicultura na vila de Bananal. Analisando o Vale do Paraíba como um todo, percebeu que Taubaté foi o centro irradiador de povoamento no leste paulista. Também foi o responsável por grande parte do movimento Bandeirante e pela descoberta das primeiras jazidas mineral.

No século XVII, o Vale do Paraíba conheceu o florescimento de sua economia através da mineração. Na realidade, os paulistas, depois do *rush* minerador, concentraram suas atividades no abastecimento da população em trânsito para Minas Gerais. Assim, os vale-paraibanos, principalmente, concentraram-se na produção de gêneros de subsistência e no comércio de beira de estrada. Também eram responsáveis pela negociação de tropas de animais do Sul. A construção do Caminho Novo, porém, estrangulou esta estrutura produtiva, motivo pelo qual a vila de Taubaté e suas vizinhas iniciaram um longo processo de decadência. Somente nas duas últimas décadas dos Setecentos haveria um novo impulso econômico, em decorrência do desenvolvimento da indústria açucareira (MOTTA, 1999: 33-46; RANGEL, 1990: I-X, 46-48).

Na segunda metade do século XVIII, impulsionados pelo renascimento agrícola²⁵, os taubateanos desenvolveram a produção agrícola de abastecimento. O algodão expandiu na vila, produzido em fogos com poucos cativos e destinados ao vestuário local. Parte da produção também era destacada para o escambo nas estradas paulistas. O fumo, por outro lado, adequou-se ao clima e ao solo da vila, foi cultivado em propriedades com mão de obra escravizada disponível e se destinou ao mercado internacional. O partido de cana-de-açúcar também foi cultivado, mas para a produção de aguardente. Este gênero tinha ampla demanda e foi responsável por maior concentração de renda. Os fogos produtores de aguardente eram, em geral, proprietários de 9,3 escravos, em média (RANGEL, 1990: 48-59).

Por fim, entre 1765 e 1798, a economia paulista passou por um novo período de desenvolvimento. O crescimento da demanda do açúcar no mercado europeu e o aumento de tropas de animais para Minas Gerais e Rio de Janeiro influenciou de forma positiva a economia paulista. Contudo, Rangel apontou que Taubaté, especificamente, manteve-se à margem do processo de internacionalização do mercado, o que impossibilitou a superação da pobreza (RANGEL, 1990: 103-114).

A pobreza, porém, era inerente ao sistema social. As análises sobre a população paulistana indicam que no período de expansão econômica, atrelada ao crescimento do comércio na capitania com o desenvolvimento da indústria açucareira, houve o aumento da população que sobrevivia pelo comércio de gêneros alimentícios. Estes quitandeiros faziam parte da malha social urbana, mas encontravam-se em situação subalterna, consequência de uma sociedade patriarcal, escravista e ruralizada (DIAS, 1995: 15-16).

²⁵ José Flávio Motta relativiza a importância da política Ilustrada e do renascimento agrícola para a economia bananalense. De acordo com o autor, o ciclo canavieiro foi menos importante para a economia local do que sugerem Petrone e Herrmann. O trabalho com os maços populacionais indicou a manutenção da policultura e pequena parcela dos domicílios produziam açúcar (MOTTA, 1999: 33-46).

Outros estudos, por sua vez, contestam a lógica de decadência. Para Maria Luiza Marcílio, a mineração não causou o abandono da economia agrícola. Ao contrário, para sustentar a população mineira, desenvolveu-se a economia de produtos de subsistência e criaram-se rotas mercantis para abastecimento daquela população. Assim, o crescimento populacional ocasionou o desenvolvimento deste mercado interno, especialmente na capitania de São Paulo e, especificamente, na região do Vale do Paraíba (MARCÍLIO, 2000: 18-19). Também não podemos falar em decadência da população paulista no século XVIII, pois não houve no período anterior um pronunciado aumento material ou humano. Logo, não pode haver decadência se antes não houve crescimento.

Baseada nestes dois pontos, a autora afirmou que a ideia de decadência teve origem nas afirmações de contemporâneos e autoridades metropolitanas da época. Os historiadores, por algum tempo, foram influenciados por esta visão e difundiram a tese de decadência. Contudo, os estudos demográficos apontaram para o aumento extraordinário e continuado da população regional em todo o século XVIII. E, “mais acentuado ainda foi o crescimento verificado nos primeiros cinquenta anos” dos Setecentos, quando, ocorreu o aumento populacional na ordem de 427%, entre as estimativas demográficas de 1690 e o censo de 1777. No aspecto econômico, anotou-se a manutenção de técnicas rústicas de produção, mas um crescente na área de plantio. Em resposta ao estímulo criado pela mineração, desenvolveu-se o mercado interno de abastecimento. Em seguida, a monetarização desse mercado, a “introdução da agricultura empresarial e capitalista de exportação de produtos tropicais” e o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro estimularam a produção agrícola paulista, que passou a participar das rotas mercantis internacionais e produzir para o abastecimento da população carioca (MARCÍLIO, 2000: 189-193).

Se Marcílio questionou a ideia de decadência no século XVIII, Ilana Blaj escreveu de maneira a matizar a noção de pobreza para o século XVII. De acordo com a autora, uma parte da historiografia paulista estava alicerçada na ideologia de subdesenvolvimento da CEPAL, o que resultou num olhar “de viés” para a vila de São Paulo. Os estudos identificavam a pobreza paulista ao compararem o padrão material das prósperas áreas exportadoras do Nordeste, mas não identificavam os grupos mercantilizados na urbe paulistana (BLAJ, 2002: 41-74).

As descobertas auríferas, no século XVII e início do XVIII, estimularam a economia local. A necessidade de gêneros de abastecimento influenciou a composição social e a estrutura produtiva da vila. Ao mesmo tempo, as minas dependiam progressivamente de mão de obra escravizada, o que impulsionou o movimento Bandeirante. Os colonos paulistas assaltavam aldeias e “alimentavam uma crescente base de mão de obra indígena no planalto

paulista que, por sua vez, possibilitou a produção e o transporte de excedentes agrícolas, articulando a região a outras partes da colônia portuguesa” (MONTEIRO, 1999: 57). Neste cenário, modificou-se o sistema de autoconsumo e a sociedade adquiriu novas vicissitudes, erigindo um grupo economicamente dominante. Nas palavras de Ilana Blaj, “não se trata, é claro, de negar a pobreza de largas camadas populacionais da vila, mas de não a absolutizar, discernindo os vários níveis de interesses envolvidos”. Da mesma maneira, matizou-se a relação campo e cidade que passaram a formar “um todo único, seja na esfera econômica, social ou política”. Desta feita, o processo de mercantilização alimentou as expedições ao sertão que, por sua vez, impulsionaram as redes mercantis de abastecimento. Montava-se, assim, um círculo econômico virtuoso, baseado no abastecimento da região mineira (BLAJ, 2002: 96-134, citações p. 102 e 122, respectivamente).

Os estudos que contestaram a visão de decadência da economia paulista, abriram espaço para uma nova interpretação acerca daquela sociedade. Maria Borrego demonstrou que o potencial mercantil da vila de São Paulo, entre 1715 e 1765, contribuiu para a imigração de reinóis que se concentraram nas atividades mercantis e mantinham suas relações familiares, incentivando a vinda de outros parentes. Ao todo, cerca de 90% dos agentes mercantis eram reinóis, a maioria vinda do Minho (64%) e partiam ainda jovens do Reino, embarcavam em Lisboa ou no Porto para o Brasil e transitavam por diferentes localidades até se estabelecerem na vila de São Paulo (BORREGO, 2006: 26-58).

As novas visões sobre a economia paulista levaram os historiadores a reverem alguns postulados. Maurício Alves investigou os inventários post-mortem da vila de Taubaté, entre 1680 e 1729, para identificar aspectos econômicos e sociais desenvolvidos numa área periférica ao circuito aurífero. A História de Taubaté, como foi dito, esteve atrelado às expedições de apresamento de indígenas e às entradas em busca de ouro. De maneira simplista, esperava-se, portanto, encontrar uma sociedade conectada à pequena produção e comércio local de produtos de abastecimento. Todavia, o autor encontrou “a presença de grandes unidades produtivas, voltadas para a produção de cana de açúcar utilizando mão de obra indígena em larga escala” e “após a descoberta do ouro há um crescimento da vila de Taubaté, em estreita sintonia com as Minas [...] mas as transformações [...] conduzem à remontagem de um modelo agro-exportador (sic) baseado agora na mão de obra africana, distinto do esperado” (ALVES, 1998: 1-6).

Os inventários indicaram o estabelecimento sistemático de engenhos de açúcar, mesmo durante a expansão da mineração. O período foi dividido em cinco décadas e os inventários marcados como produtores de cana-de-açúcar e de outras produções. Descobriu-se

que houve um aumento progressivo dos engenhos de açúcar, partindo de 22,9% dos inventários, em 1680, para 63,2%, em 1720. Portanto, anotou o historiador, “passado o primeiro momento de euforia e *rush*, direciona-se novamente a produção rural para a cana de açúcar, de modo que o predomínio da cana cresce paulatinamente” (ALVES, 1998: 15-25, citação p. 17).

A composição das fortunas taubateanas indicou que a sociedade era desigual e a camada mais abastadas da população investia parte de suas fortunas na *manutenção da desigualdade*. Os livros de Registro de Escrituras mostram que, na década de 1710, houve a inversão de investimentos da elite mercantil que, de grandes prestamistas, passaram a investir em bens rurais e em escravizados. Esta mudança decorreu da preocupação da elite local em manter o nível de desigualdade, adquirindo bens senhoriais que, embora menos rentáveis, reforçavam o poder sobre outras pessoas e o status social (ALVES, 1998: 87-94).

Interpretamos este processo de forma distinta do autor. De fato, ao que parece, a elite mercantil tinha predomínio sobre a economia e se estabeleciam como prestamistas de outros indivíduos, principalmente na própria vila – processo que pretendemos explicitar no capítulo 4. Contudo, compreendemos que a aquisição de bens rurais e senhorias visavam, também, expandir os negócios, diversificar o portfólio de investimentos e, assim, resguardarem suas fortunas às flutuações do mercado. Com isso, não estamos negando a busca por status social, mas afirmamos que, juntamente com o status, a elite local praticava a *manutenção da diferença* também no aspecto econômico, dominando diferentes segmentos.

Na região de Mariana (Minas Gerais), a economia manteve-se dinâmica e aumentou o nível de liquidez no contexto de declínio da mineração. Ao mesmo tempo, verificou-se que houve a continuação da estrutura produtiva, altos investimentos em bens rurais e escravizados, aprofundamento da desigualdade social e, por último, “a diversificação econômica como estratégia de redução dos custos da produção, compensação para os rendimentos decrescentes da economia e, principalmente, como mecanismo de resistência às crises conjunturais” (ALMEIDA, 2010: 20-21).

Na Europa, a circulação de capital não era muito distinta dessa realidade. Os ritmos das conjunturas econômicas eram sentidos em vários índices, inclusive na circulação de crédito. De acordo com Braudel, o entesouramento “foi uma força negativa sempre ativa nas economias do passado” e, para salvaguardar os valores, investia-se em terra e bens de raiz (BRAUDEL, 2009: 348-352, citação p. 348).

Isto nos permite verificar a dinâmica de investimentos de maneira mais ampla. A elite mercantil local fazia uso dos investimentos em bens rurais e senhoriais por diferentes

motivos. Em primeiro lugar, podia-se buscar a nobilitação social através de bens rurais e senhoriais, referendando a posição de mando local. Em segundo lugar, também se buscava proteger a fortuna amealhada. E, em terceiro lugar, expandiam os ramos econômicos que participavam, ficando menos suscetíveis às flutuações do mercado.

No mesmo sentido, Araújo procurou desvendar a fortuna da elite mercantil paulistana, na primeira metade do século XIX. Esta elite se formou ao longo do século XVIII e controlava as principais rotas mercantis, as que ligavam São Paulo a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro. O trabalho com os inventários da primeira metade do século XIX deu a possibilidade de comparar fortunas e entender melhor a composição de riqueza nas famílias abastadas da de São Paulo. Ela destacou que a população paulistana era marcada por uma grande desigualdade social e contemplava em seu interior um grupo mercantil capaz de rivalizar com os grandes negociantes baianos e cariocas. Ao todo, treze inventários selecionados tinham monte bruto superior a 50 contos de réis, valor que os colocava entre os mais ricos do Brasil. A dinâmica dessa elite, em geral, envolvia a produção e o comércio de açúcar. Os contatos em Portugal tinham grande importância, pois abriam o mercado europeu para seus produtos. Os escravos eram utilizados em grande número, no cultivo da terra e nos serviços domésticos, sendo que 90,6% dos escravizados “ficavam no campo e somente 9,3% na cidade”. A maior parte dos investimentos dos senhores/negociantes encontrava-se em escravos (25,4% do monte bruto). E, o “estabelecimento desses escravos no interior acabava deslocando parte dos negócios de drogas, fazendas e abastecimento para essas regiões” (ARÁUJO, 2006: 15-53, 151-157, citação p. 153).

Em Taubaté, encontramos um processo econômico que nos ajuda a pensar na composição das fortunas. O século XVIII pode ser dividido em três fases distintas. Entre 1680 a 1720, a mineração se desenvolveu no sertão e os lucros desta atividade foram reinvestidos em engenhos de açúcar. Na segunda fase, entre 1720 a 1780/1790, encontramos o aumento da produção de mantimentos, o desenvolvimento das redes mercantis internas e o declínio dos produtos exportáveis. Na terceira e última fase, entre 1780/1790 a 1830, os domicílios taubateanos reinvestiram em propriedades agroexportadoras, com foco no café, e o comércio de abastecimento decaiu. A análise sistemática dos inventários post-mortem deste período indica a contínua presença de atividades voltadas para a exportação (ALVES, 2001: 15-27).

Portanto, revisitando a historiografia ligada à noção de decadência, percebemos dois pontos básicos que contestam esta visão. Primeiro, a ideia de decadência ou declínio está equivocada, pois, como bem afirmou Marcílio, não houve um período anterior de acentuado avanço econômico. Ao contrário, no século XVIII a economia paulista passou por um longo

período de desenvolvimento. Segundo, a economia paulista, assim como todas pré-capitalistas, tinha flutuações de alta e baixa. E, os agentes mercantis mantinham estratégias de acordo com estas flutuações. A redução da produção do açúcar, ou qualquer outro efeito, não era, necessariamente, uma crise econômica, mas podia significar o investimento em outros setores, por proteção ou por maior rentabilidade.

Por fim, falar em decadência pela situação de vida da maior parte da população é perder de vista os traços gerais da sociedade colonial de Antigo Regime. Nesta, a desigualdade social era um dado inerente à organização social, que contava com meios de reprodução da desigualdade e ampliação do status de uma pequena parcela da população.

III – Análise de Redes Sociais.

O debate exposto anteriormente, entre o Antigo Sistema Colonial e o Antigo Regime nos trópicos, permitiu-nos identificar dois aspectos complementares para entender o desenvolvimento da América portuguesa. No âmbito econômico, constatamos a existência de uma produção voltada para o mercado externo, que concentrava transações de maior volume, e uma série de produções destinadas ao mercado interno. Este mercado tinha duas funções: estabeleciam o controle de diferentes mercados pelos principais produtores/negociantes locais e permitiam maior resistência às flutuações do mercado externo.

No aspecto social, os dois modelos interpretativos coadunam em descrever a sociedade desenvolvida na colônia com características do Antigo Regime. Contudo, as especificidades dos diferentes domínios metropolitanos teriam influenciado no surgimento de novas camadas populacionais. Desta maneira, criou-se a noção de um Antigo Regime nos trópicos. Uma sociedade de Antigo Regime, mas que incorporou o elemento escravizado e indígena, estruturando novos relacionamentos e estamentos diferentes dos originais.

Portanto, entendemos a sociedade taubateana como um grupo de pessoas que se encontravam no interior da capitania de São Paulo, enxergava os seus pares de forma hierarquizada e estabeleciam estratégias para distinção social. E, era dentro dessas hierarquias que tinham interações sociais – umas estratégicas, caso do crédito, e outras cotidianas. Para identificar e mapear as interações sociais utilizaremos a Análise de Redes Sociais (ARS), ramo das Ciências Sociais que tenta visualizar com melhor clareza a estrutura das relações interpessoais, combinando a análise tecnológica com os modelos interpretativos históricos.

Assim, nesta parte final do capítulo, vamos estabelecer a interpretação da sociedade colonial que se desenvolveu na vila de Taubaté, recorrendo aos dados apresentados

anteriormente e introduzindo novas informações para esta análise. Também vamos descrever os métodos operacionais utilizados no ARS para identificar as redes desenvolvidas no seio da sociedade taubateana.

A sociedade colonial foi estruturada por reinóis que iam para o Ultramar com a expectativa de reproduzirem o universo mental e cultural que deixavam para trás. A estrutura do Antigo Regime era corporativa e fundamentava a sociedade em divisões de ordem natural e hierarquizada. O Monarca atuava como ponta da estrutura social²⁶, desempenhando o papel de legitimador da diferença entre as camadas. Para tanto, emanava dele as mercês régias, o fator de distinção social e que podia elevar o status individual. No Ultramar, a estrutura se tornou mais complexa. A adição de grupos africanos escravizados e indígenas criou novas estruturas, ocasionando modificações na formulação básica (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010: 13-16).

Neste cenário, os negros escravizados também buscavam redes sociais que possibilitassem proteção no ambiente hostil em que eram inseridos, distante de sua morada e convivendo com pessoas desconhecidas. As estratégias eram, geralmente, o matrimônio e o apadrinhamento, pois os padrinhos podiam servir como interlocutores com os seus senhores e protetores das crianças (SLENES, 2005).

Destá maneira, estabeleciam-se relacionamentos no interior da sociedade que eram verdadeiras organizações sistemáticas de recursos através de ações e estratégias político-econômicas-sociais e acionadas em diferentes escalas espaciais. As redes eram *networks* de relacionamentos “constituídos a partir das ações e das relações vivenciadas entre diversos indivíduos com acesso a informações e recursos diferenciados entre si” (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010: 23).

As pesquisas mais recentes dão conta de diferentes aspectos dessas *networks*. Elas funcionavam desde os grupos escravizados da população²⁷ até as elites locais e imperiais. Destarte, a atuação em conjunto era feita por estratégias com um objetivo em vista. Nosso foco está em duas estratégias relativamente comuns para as elites locais: a ocupação da câmara e a concessão de crédito.

Russell-Wood apontou as câmaras municipais e as Santas Casas de Misericórdia como os dois pilares do Império português (1981). Era através dessas duas instituições que o

²⁶ O poder régio, por vezes, poderia ser mais simbólico do que prático. Hespanha identificou na legislação do período uma série de autonomias que eram garantidas aos vice-reis e governadores das partes do Império. As câmaras municipais também podiam criar obstáculos para as ordenações régias e, no caso de Macau, praticava-se uma grande autonomia para os administradores locais sobre as ordens régias. Cf. HESPANHA, 2010: 45-75.

²⁷ A agência dos escravizados são temas atualmente debatidos na historiografia especializada. No caso específico das redes sociais podemos destacar: SLENES, 2011; FRAGOSO, 2010.

aparato jurídico-burocrático do Antigo Regime se solidificava e, ao mesmo tempo, adaptava-se as peculiaridades locais (SOUZA, 2003: 68-75). Os estudos mostram que a participação nas câmaras era, em geral, reservada para a elite local, ainda que o entendimento das características da elite tenha variado em cada parte.

Em Taubaté, a câmara era composta por três vereadores, dois juízes ordinários e um procurador, além de outros funcionários, como escrivão, porteiro e almotacéis. Os sujeitos eram eleitos no sistema tradicional de pelouro, que perpassou todo o Império. Esse sistema referendava a importância dos sujeitos de destaque local, denominados pelas atas de “Homens Bons”, únicos que podiam votar e serem votados. Analisando a câmara do Recife, identificou-se que o homem bom típico era “proprietário fundiário, de ascendência cristã confirmada e não-praticante de atividade manual, nem descendente de alguém que as tenha desempenhado” (SOUZA, 2003: 51). No caso taubateano não podemos confirmar que os sujeitos que tenham participado da Câmara seguissem estas características, todavia, veremos que os sujeitos que ocupavam a câmara eram, em geral, proprietários de escravizados e atuavam na produção de gêneros ou em sua comercialização.

Uma vez eleito, o homem bom dispunha da autonomia financeira sobre as rendas das câmaras. Em geral, a participação na Câmara era referendada pelo Ouvidor da capitania, que passava carta de usança, comprovando as credenciais dos eleitos. Na vila de Taubaté, verificamos poucos pedidos de isenção do serviço público, embora a ausência em sessões específicas tenha ocorrido com certa frequência. A maior parte da receita advinha de: aluguel de terras, cobrança de impostos específicos e multas efetuadas pelos almotacéis; mas podiam ocorrer outras penalidades aplicadas pelos juízes que eram convertidas em arrecadação.

Entre 1780 e 1798, verificamos que alguns sujeitos gravitaram ao redor da câmara, sendo eleitos para diferentes cargos ou tendo aparentados ocupando os cargos camarários. Esses homens se relacionavam em seus papéis de mando, mas também em redes de crédito, no comércio local e, em alguns casos, eram aparentados. Notamos, portanto, uma atuação em rede, na qual os homens que se relacionavam e enxergavam outros como pares votavam nos quadros administrativos locais, que influenciavam na vida da coletividade.

A situação encontrada para Taubaté tem referência com o que ocorria no Reino. Analisando os Concelhos de Barcelos e Braga, Fernandes anotou que “as vereanças eram monopólios de algumas famílias nobres”. Como resultado, a elite local aproveitava de sua permanência na câmara para retirar dividendos materiais e, principalmente, prestígio social (FERNANDES, 2006: 57-62, citação p. 58).

Outra instância influenciada pelo prestígio eram as relações creditícias. Isto porque, o crédito tinha papel estruturante na sociedade pré-capitalista. A ausência de instituições legalmente compostas para a concessão de crédito e a reduzida circulação de moedas abriu espaço para que sujeitos enriquecidos cumprissem essa função. Contudo, por serem indivíduos que emprestavam ou adiantavam para outros sujeitos, os critérios de concessão seguiam a mesma noção hierarquizada de Antigo Regime.

Os trabalhos com crédito identificaram que os prestamistas eram, em geral, pessoas de relevância social, ocupavam importantes postos nas ordenanças, exerciam vereanças e compunham as principais famílias locais. Por outro lado, os maiores credores também eram sujeitos de relevância social. Tiago Gil dividiu os credores das vilas de Curitiba, Porto Alegre e Sorocaba em sete categorias: sócio-política; sócio jurídica; parentesco; ocupacional; hierarquia da Igreja; e, gênero. Ao identificar essas categorias, ele percebeu que a disponibilidade do crédito estava associada às regras hierárquicas estabelecidas naquela sociedade. Em termos práticos, capitães, tenentes, coronéis e outros sujeitos com cargos oficiais tinham maior acesso ao crédito de seus pares do que soldados, mulher *de alguém*, artesãos, forros, pardos, escravos e *chinas*. Isto não constituía uma regra exata de medição daquela hierarquia, mas impõe subsídios para pensar na estrutura social do período e sua influência sobre o crédito local (GIL, 2009: 268-272).

Para referendar as suas afirmações, o autor analisou a média de endividamento dos diferentes grupos sociais²⁸. As suas constatações mostram que “o valor médio de endividamento de um agente qualificado como capitão em Porto Alegre, nos anos 1770 é de 89\$200. Na década seguinte, 125\$545 e na de 1790, 72\$923”, mas o endividamento de um escravo *de alguém* foi de “1\$230 em Porto Alegre da década de 1770, 1\$940 na seguinte e 1\$220 na posterior. Em Sorocaba, na década de 1790, um *escravo de* alguém devia em média 1\$498” (GIL, 2009: 271).

A vila de Vitória, no Espírito Santo, possuía características muito próximas a vila de Taubaté. As dívidas ativas e passivas arquetetaram o relacionamento de muitos homens de destaque local. Os estudos mostram que as dívidas a receber correspondiam a 11,31% do valor total inventariado, sendo a terceira maior categoria de bens, atrás somente dos escravizados (49,48%) e dos imóveis urbanos (19,64%). Desta maneira, as relações de crédito

²⁸ O autor, entretanto, não relatou a questão financeira sobre a disponibilidade de crédito. Os capitães, tenentes e outros oficiais tinham maior disponibilidade de crédito, pois tinham fortunas maiores, o que assegurava maior liquidez. Com isso não queremos discordar da análise empregada por Gil, mas afirmar que existiam outras questões que também deveriam influenciar os empréstimos.

tinham uma grande influência na reprodução da produção local e no comércio dos efeitos para o porto do Rio de Janeiro, principal destino da produção local (CARVALHO, 2013: 155-166).

A participação na Câmara de Taubaté e a inserção em redes de crédito eram reflexos de escolhas da sociedade colonial. No caso da câmara, as escolhas se davam dentro de um universo fechado, restrito e, relativamente, legalizado, mas não eram feitas diretamente. Em outras palavras, o camarário não escolhia os parceiros com quem ia atuar, embora fosse escolhido pelos outros “homens bons”. Nas redes de crédito as escolhas eram diretas. Os sujeitos que pediam crédito faziam especificamente para um indivíduo que também escolhia conceder o crédito.

Para contemplar os objetivos da pesquisa e nos adequar as exigências da Análise de Rede Social, detivemo-nos na rede creditícia. A escolha direta facilita entender a ação dos indivíduos sobre outros. E, ao mesmo tempo, todos participavam do crédito, desde escravos que escolhiam seus fiadores para conseguir empréstimos com terceiros até os principais oficiais e produtores da vila. Assim, o uso da ARS para a rede de crédito nos daria uma noção mais abrangente da sociedade taubateana e de seus sujeitos centrais.

Precisamos, portanto, explicitar a teoria de Análise de Redes Sociais e o método de trabalho adotado nesta pesquisa.

O conceito de redes sociais foi estabelecido nas Ciências Sociais e teve um grande avanço com o artigo pioneiro de John A. Barnes. O estudo sobre uma comunidade pesqueira na Noruega permitiu ao autor verificar as relações de parentesco que envolviam a atividade e, ao mesmo tempo, estruturava a sociedade local (BARNES, 1954). Deu-se, então, os primeiros passos de sistematização de um relacionamento identificado como uma estratégia.

O diálogo entre Barnes e Mayer ocasionou a publicação de vários artigos que pretendiam estruturar as ideias levantadas no primeiro texto. Os postulados de Barnes foram, em grande medida, a base fundamental para pensar as relações sociais como estratégias individuais e coletivas (BARNES, 1987).

O conceito de rede social era particularmente recomendado pelo autor nas situações em que grupos persistentes e formalizados, como partidos e facções, ainda não estavam formados. Assim, surgiam indivíduos que eram “continuamente requisitados a escolher sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação”, o que nos levaria a identificar “quem são os líderes e quem são os seguidores, ou a demonstrar que não há um padrão persistente de liderança” (BARNES, 1987: 163).

De forma prática, Barnes indicou que em qualquer sociedade²⁹ um sujeito A influencia os contatos B, C e D, que, por sua vez, impingem sobre os indivíduos E, F e G. Forma-se, assim, uma rede social. A influência de A sobre B, C e D seria uma *estrela de primeira ordem*, pois houve o contato direto. E, o mesmo A interferiu indiretamente sobre E, F e G, o que formou uma *estrela de segunda ordem* (BARNES, 1987: 167-171).

No nosso caso, utilizaremos a Análise de Redes Sociais sobre os créditos apontados nos inventários post-mortem. O que nos leva a crer na existência de estrelas de primeira e segunda ordem. Ao mesmo tempo, acreditamos que a *densidade* da rede será elevada, pois, como estabeleceu Tiago Gil, todos eram credores e devedores de todos. Todavia, nosso objetivo será anotar os sujeitos *centrais* para a concessão de crédito. Desta maneira, vamos abordar os temas de *densidade, agrupamento, centralidade e membro essencial*.

De acordo com John Barnes, a densidade “é a quantidade de conexões feitas em relação ao total de ligações que poderia existir” (1987: 175). O agrupamento era a denominação de um “conjunto de pessoas cujas conexões entre si são comparativamente densas, sem que, necessariamente se constituam num clique [relação] no seu sentido estrito” (Idem: 173). O membro essencial era o responsável por manter elevada densidade na rede social, ou seja, o sujeito que conectava os indivíduos centrais aos periféricos da rede. E, da mesma maneira, a centralidade era um atributo que determinava o sujeito que tinha maior quantidade de conexões influentes em si (Idem: 177).

A pesquisa que iremos desenvolver busca se adequar aos postulados do grupo de estudos liderado por Harrison Colyer White, da Universidade de Harvard. De acordo com este grupo, identificado como precursores da ARS, enquanto um campo de estudos específico, as principais características deste tipo de estudo são:

1. A ARS (Análise de Redes Sociais) é motivada por uma intuição estrutural baseada em laços que ligam os atores sociais;
2. Ela é baseada em dados empíricos sistemáticos;
3. É fortemente calcada em imagens gráficas;

²⁹ Entendemos que sociedade é a ação de indivíduos sobre outros. Desta maneira, um grupo de homens não formaria uma sociedade. Ela se forma pela relação. A sociedade colonial como um todo tinha características de Antigo Regime, identificadas anteriormente, e respeitava atributos de distinção social, regras de etiqueta e distanciamento entre os estamentos. Além disso, grupos com características monopolistas se formavam e eram contestados por adversários, economicamente e socialmente. Em geral, existiam ao menos dois grupos dentro das elites locais: os estabelecidos, perpetuadores das condições de destaque social das famílias tradicionais, e os *outsiders*, sujeitos que buscavam se nobilitar e concorriam pelas mercês régias. A ARS, portanto, auxilia-nos a pensar sobre a influência dos sujeitos na composição desta sociedade (ELIAS, 2001; ELIAS, 2000: 19-49; BOURDIEU, 2005).

4. Baseia-se no uso de modelos matemáticos e/ou computacionais (BOTELHO, ANDRADE, LEMES, 2013: 7-14).

Voltando a Taubaté, identificamos na metodologia de ARS uma possibilidade de mapear as relações de crédito entre os principais agentes da vila³⁰. Isto porque, pelo que ficou exposto, sabemos que os agentes de crédito (credores e devedores) selecionavam com quem iam se relacionar, tendo em vista a própria visão de mundo hierarquizado. Assim, os sujeitos que se estabeleciam como agentes centrais no crédito (os que conectavam vários grupos) deveriam ser pessoas de grande prestígio na vila, pois eram vistos por seus pares como homens de importância econômica e social. E, concomitantemente, os maiores devedores também tinham grande importância, já que sua palavra era o suficiente para receber o crédito que queria. Desta maneira, acreditamos que mapear a rede de crédito na vila permitirá conhecer melhor as características das elites locais.

Por fim, as informações sobre as dívidas ativas e passivas encontradas nos inventários foram incluídas no banco de dados geral e no banco de dados específico das dívidas. Uma das planilhas deste banco de dados foi formatada com os seguintes campos: “emprestou”, “recebeu”, “cidade”, “referência”, “valor”, “fólio”, “imagem” e “inventário”. E, em seguida, utilizamos o programa *Excel to Pajek*, o qual transformou o banco de dados em matrizes do Pajek.

A partir dessas matrizes, o *software* gerou o gráfico das redes. Os pontos eram os vértices (as pessoas) que se ligavam por arcos (setas), pois se tratava de uma ligação direta mediante escolha. Em alguns casos, a seta apontava para os dois vértices, pois os mesmos sujeitos eram credores e devedores entre si. Na sequência, utilizamos outras ferramentas do Pajek para indicarmos a relevância da ligação, de acordo com o valor emprestado, o que deixou os arcos mais ou menos espessos. E, em uma terceira ferramenta, modificamos as cores dos vértices de acordo com a localidade de residência do agente mercantil. Os resultados mostraram um mapeamento visual da rede de crédito na vila de Taubaté, os principais agentes envolvidos, os sujeitos que tiveram maior quantidade de valores envolvidos e as praças mercantis envolvidas no crédito.

O capítulo que se encerra teve por objetivo identificar as principais correntes teóricas e arrolar os procedimentos adotados com as coleções documentais consultadas. Em primeiro

³⁰ No capítulo 4, quando iremos tratar diretamente das redes sociais, iremos utilizar a tese de doutoramento de Tiago Gil como uma base metodológica e de diálogo. Também vamos nos sustentar pela coletânea “Redes Sociais e História”, que apresentou uma série de artigos que indicam as várias possibilidades abertas pela Análise de Redes Sociais (BOTELHO, ANDRADE, LEMOS, 2013; GIL, 2009).

lugar, buscamos mostrar o *corpus* documental, os motivos que nos levaram a elas, as dificuldades encontradas para o uso desses documentos e os procedimentos para utilização na pesquisa histórica. Em segundo lugar, apresentamos as correntes teóricas que influenciaram a interpretação da sociedade pesquisada. Identificamos complementariedade num debate profícuo que ocorreu no interior da Historiografia brasileira, especialmente nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

Por fim, resta-nos informar que este capítulo apresentou a base teórica e metodológica que alicerçou os outros capítulos desse trabalho. No capítulo 2, vamos analisar os principais ramos produtivos da vila de Taubaté. Os maços populacionais, os Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo e os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino permitem mapear o que era produzido e como era escoada a produção. Assim, começaremos a estabelecer o perfil das elites socioeconômicas da vila de Taubaté.

Produção e comércio na vila de Taubaté, São Paulo (1780-1830)

O presente capítulo tem como objetivo identificar os cultivos mais difundidos nas propriedades taubateanas. Conforme apresentado no capítulo anterior, o foco da pesquisa está na identificação dos agentes e das dinâmicas das elites socioeconômicas da vila de Taubaté. Através da documentação oficial, procuramos verificar as produções mais comuns na vila e as redes mercantis nas quais elas estavam inseridas. Na medida do possível, iremos comparar a realidade local com a produção de outras partes da capitania/província de São Paulo.

Para completar o objetivo da pesquisa julgamos necessário percorrer a evolução econômica e social da região do Vale do Paraíba paulista, na qual Taubaté está inserida. Desta maneira, poderemos inferir algumas hipóteses sobre as atitudes adotadas pelas elites locais na administração de seus fogos. Ao mesmo tempo, devemos abordar a interpretação da historiografia paulista para o período em questão, relacionando o capítulo 1 com o presente texto.

A capitania de São Paulo sofreu constantes reduções em seu território nas primeiras décadas do século XVIII. A descoberta de minas no interior da América Portuguesa dificultava a defesa contra os perigos de invasão de outras nações europeias. Uma das medidas adotadas foi reorganizar a administração colonial, desmembrando o território paulista para formar as capitanias de Minas Gerais, em 1720, e as capitanias de Goiás e Mato Grosso, em 1748. Nesta conjuntura, a própria capitania de São Paulo perdeu a autonomia administrativa e foi subordinada ao governo do Rio de Janeiro. Porém, não podemos associar este período a decadência econômica. Ao contrário, “São Paulo continuou a apresentar um crescimento modesto”, as exportações cresceram, as populações livre e cativa aumentaram e houve a substituição gradativa da mão de obra indígena pela africana (KLEIN e LUNA, 2005: 40).

Em 1765, o declínio progressivo da mineração e a crescente preocupação com as disputas entre as Coroas Ibéricas no Sul da América, ocasionou o retorno da autonomia administrativa da capitania de São Paulo. O novo governador, Antônio Luiz de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, “criticou amargamente o que via como atraso econômico da região e propôs modos de incrementar o comércio, agricultura e a população local, além de organizar a defesa contra as incursões espanholas no Sul” (KLEIN e LUNA, 2005: 41).

Em 1768, o governador de São Paulo escrevia suas *Considerações sobre o estado econômico da Capitania*, na qual descrevia seus esforços pelo desenvolvimento da economia e da população paulista. Nesta, afirmou que “para remediar a pobreza” dos paulistas era

necessário “introduzir nela comércio”, pois através do lucro o povo seria convidado a trabalhar. O governador incentivou as embarcações lusitanas a frequentarem o porto de Santos e a organizar nesta vila uma sociedade de “homens de negócio” que tivessem disponibilidade financeira para comprarem os “efeitos da terra e os carregassem para o Reino” (DICHSP, v. 23: 382-387).

Em correspondência com D. Luís de Almeida Melo Silva Mascarenhas, Marquês de Lavradio, o governador comparou seu trabalho na capitania com a obra de Jesus Cristo. Em suas palavras, a capitania encontrava-se morta, mas “ressuscitar foi milagre reservado para Cristo” (DIHCSP, v. 72: 29).

Notamos uma tendência retórica do governador em rebaixar a economia paulista, aumentando na mesma proporção a importância de seus esforços. Em certa medida, ao afirmar que a economia paulista estava caótica o governador garantia que qualquer sinal de melhora seria um mérito de sua administração. Este discurso criou raízes em São Paulo e os governadores seguintes também descreviam sistematicamente a economia paulista como atrasada, estagnada ou em decadência.

O capitão general Bernardo José de Lorena governou São Paulo entre 1788 e 1797 e afirmou que o comércio efetuado na capitania era reduzido. De acordo com este governador, o grande problema da economia paulista era sua estreita ligação com a capitania do Rio de Janeiro. Assim, para aumentar as rendas era necessário evitar o comércio de cabotagem e investir no comércio direto com o Reino. Neste sentido, adotaram-se várias medidas para “evitar a saída de efeitos de comércio com a Europa para o Rio de Janeiro”, para que os mercadores paulistas deixassem de atuar como “caixeiros dos do Rio” (DIHCSP, 1797, v. 45: 208). Estas mudanças privilegiaram os negociantes da vila de Santos, criando-se um caminho calçado que atravessava a Serra do Mar e ligava com maior velocidade a cidade de São Paulo ao porto de Santos. O governador insistiu na exportação direta entre o porto de Santos e o Reino e monopolizou a exportação da capitania neste porto.

O discurso dos governadores paulistas influenciou a historiografia que se dedicou ao tema. Em diferentes obras, os termos de declínio e estagnação da economia paulista aparecem, seguindo a lógica do Morgado de Mateus e casando o discurso político com a interpretação de “sentido da colonização”. A obra de Maria Thereza Petrone, “A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1850)”, de 1968, pode ser apontada como um exemplo desta tradição historiográfica paulista. A obra praticamente inaugurou os estudos sobre a indústria açucareira na capitania de São Paulo e, embora essencial na

historiografia paulista, ela interpretou que o progresso e o desenvolvimento econômico estavam associados com as grandes produções agrícolas exportáveis.

Ao retratar as vilas do Vale do Paraíba, a autora afirmou que “a cana de açúcar não monopolizou todas as forças dessa área, embora constituísse produto de importância para a economia das vilas ali situadas”, as quais eram “todas muito pobres e a maior parte miseráveis” e concluiu que esta área “nunca foi grande produtora de açúcar”, mas encontrou “sua verdadeira vocação no cultivo do café”. Apesar disso, os viajantes indicados pela própria autora afirmaram que, em 1817, as vilas da região cultivavam víveres e tabaco, produziam mantimentos e algodão e também criavam gado, porcos e galinhas (PETRONE, 1968: 39-41). Em outras palavras, embora a autora tenha visualizado a produção de diferentes gêneros, o que de fato importava era a produção de artigos exportáveis, o açúcar e o café.

Entretanto, as pesquisas mais recentes indicam que os discursos dos governadores visavam a privilegiar grupos distintos da capitania. O comércio de cabotagem favorecia aos negociantes do Vale do Paraíba e litoral Norte que tinham como principais parceiros comerciais os mercadores de Parati e do Rio de Janeiro. Por outro lado, o monopólio de exportação em Santos favorecia claramente aos santistas, mas impunham uma barreira para os vale-paraibanos que, devido à distância, ficavam impossibilitados de enviarem seus gêneros para Santos. Isto influenciou a política de exportação adotada na capitania que ora visava o monopólio de exportação por Santos e ora liberava o comércio para todos os portos, de acordo com o grupo que os governadores queriam favorecer (MATTOS, 2009: 60-168; MEDICCI, 2010).

A documentação oficial revela outro aspecto da administração colonial. Os governadores preocuparam-se em explorar novos cultivos e em aumentar a produção de gêneros agrícolas. Em 1797, o governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça escreveu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado, reafirmando a preocupação em “animar a Agricultura”, erigindo novas vilas com o intuito de expandir o plantio e o consumo de produtos importados do Reino (DIHCSP, v. 29: 44-46). Em 1800, o mesmo governador informou sobre a distribuição de sementes de linha cânhamo para os produtores paulistas, tentando introduzir este cultivo (DIHCSP, v. 29: 146-148). Ainda, no mesmo ano, o governador estimulou a farinha de mandioca com “dobrada energia” através da “liberdade de comércio” dos portos paulistas (DIHCSP, v. 29: 156-157).

A documentação do Conselho Ultramarino indicou as intenções dos produtores paulistas. Em 1775, as câmaras de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luiz do Paraitinga, Jacareí, além das de Mogi das Cruzes e São Paulo enviaram ofício ao governador

solicitando a proibição das plantações de tabaco e cana de açúcar na capitania de Minas Gerais. Na carta dos oficiais de Taubaté argumentou-se que os rendimentos de passagem de mercadorias de São Paulo para Minas Gerais garantiriam para a Fazenda Real mais 170 contos de réis anuais. O transporte dos efeitos movimentaria grande quantidade de animais do Sul, o que renderia mais 20 contos de réis anuais para a Fazenda Real. E, para a produção dos efeitos, era necessário a aquisição de grande quantidade de “escravatura [...] vinda da Costa da Mina [que] avultaram os direitos nas alfândegas e também nos registros”. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da economia para abastecer as minas refletiria no crescimento dos Dízimos e “aumento das referidas fábricas, pela infalível saída daqueles gêneros naquelas capitanias por serem os que nesta se fabricam de melhor qualidade para o gosto e para a saúde”. Por fim, a medida não beneficiaria somente a capitania de São Paulo, já que “será notável o aumento desta capitania porque nas culturas dos referidos gêneros se oferecem aos seus habitantes, mas também as capitanias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul grandes interesses na saída dos seus efeitos e animais” (AHU_ACL_CU_023, Cx. 7, D. 397).

Em 1803, a câmara da vila de São Sebastião escreveu ao Monarca pedindo a suspensão dos impostos sobre o açúcar, o sal, a aguardente, o café, o arroz e o algodão. Nas palavras dos oficiais, estes tributos prejudicavam os produtores e estavam causando “sua total ruína”, penalizando aqueles que eram zelosos no Real Serviço e haviam derramado sangue e perdido a vida “em defesa e aumento da Coroa de Vossa Alteza” (AHU_ACL_CU_023, cx. 28, d. 1264).

Portanto, percebemos que as vilas do Vale do Paraíba se dedicavam a diferentes gêneros agrícolas, muitos dos quais tradicionalmente ligados à alimentação, e que montavam variadas redes mercantis. João Luís Fragoso apontou que esse “mosaico de formas não-capitalistas de produção” arquitetava redes mercantis ao longo de todo o Império português, possibilitando o aumento de riqueza por parte da população colonial e favorecendo a economia local, mesmo em período de queda nos preços internacionais dos produtos exportáveis (FRAGOSO, 1998: 16-27 e 315-333). O estudo de caso da vila de Taubaté ajuda a entender a dinâmica do mercado colonial.

A vila começou a ser colonizada em 1636, quando Jaques Félix recebeu provisão para “poder penetrar no sertão de Taubaté” e, em companhia de moradores de São Paulo, seus escravos e indígenas pacificados, fundou a matriz e uma pequena cadeia. Em 1645, as obras foram concluídas e criou-se a vila de São Francisco das Chagas de Taubaté. As incursões no sertão paulista e as primeiras descobertas de ouro transformaram a vila, que se tornou ponto

obrigatório no abastecimento das Bandeiras e, em 1695, criou-se uma casa de Fundição de Ouro no local (TOLEDO, 1976: 11-15; ORTIZ, v. 1, 1996: 619-638).

A construção do Caminho Novo desviou o trânsito do ouro de Taubaté. Este caminho conectou o porto do Rio de Janeiro diretamente às minas, sem passar por Taubaté e pelo porto de Parati. Logo, houve o fechamento da casa de fundição, o que foi entendido por alguns autores, como um baque na economia local, reduzindo a participação dos taubateanos na extração de ouro (REIS, 1968: 25-33). A vila de Guaratinguetá, vizinha de Taubaté, também participou deste processo e teria concentrado esforços na produção de alimentos para abastecer Minas Gerais. Na concepção de Lucila Herrmann, a ausência de um comércio externo, “não estimula a ambição, torna inútil uma exploração mais intensa e extensa do solo e mais favorável ao enriquecimento”, resultando na decadência da economia vale-paraibana, restringindo-a ao pequeno comércio de beira de estrada (HERRMANN, 1976: 13-51, citação p. 50).

A análise dos inventários possibilitou matizar o pessimismo indicado por Herrmann. Eles mostraram que a economia taubateana se vinculou de diferentes formas à economia mineira. Para Maurício Alves, “passado o primeiro momento de euforia e *rush* [com a mineração], direciona-se novamente a produção rural para a cana de açúcar, de modo que o domínio da cana cresce paulatinamente”, resultando no desenvolvimento da agricultura exportadora da vila de Taubaté, antes do declínio da extração do ouro. Nesta interpretação, mostrou-se a estratégia da elite econômica para reproduzir a diferença social, pois, sendo aquela uma sociedade escravista e rural, a posse de cativos e a denominação “senhor de engenho” eram os requisitos básicos de distinção social, mais do que o estabelecimento de fortuna (ALVES, 1999: 13-35, citação p. 17).

Em síntese, podemos afirmar que a vila de Taubaté, ao longo do século XVIII, era produtora de açúcar e outros gêneros comercializados, principalmente, nas capitânicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. As elites taubateanas tinham plena noção da importância do comércio regional para a arrecadação da Fazenda Real e sentiam-se capazes de influenciar o governador e o Conselho Ultramarino.

O recorte cronológico da pesquisa, 1780 a 1830, não marcou o estabelecimento de uma elite econômica voltada para a produção agrícola e comércio destes gêneros, mas observou a cristalização do poder desta elite econômica que foi responsável pelo desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba durante o século XIX.

Neste capítulo tentaremos entender a dinâmica produtiva e comercial da elite taubateana. As ordens dos governadores para a expansão da pauta de cultivos da capitania,

citadas acima, revelam algumas pistas sobre os gêneros que eram produzidos na vila. Estas informações estavam detalhadas nos maços de população, especialmente nas listas de 1802, 1808 e 1812, e nos indicaram que a vila era produtora de gêneros exportáveis e, principalmente, de efeitos destinados ao mercado interno. O açúcar, a aguardente e o comércio de animais eram ramos quase que exclusivos da elite econômica. O tabaco, o algodão e o café eram produzidos em diferentes fogos, sem uma especialização clara e destinavam-se a exportação. Por fim, os gêneros de subsistência – milho, feijão, arroz e farinha de mandioca – eram produzidos em variados domicílios agrícolas taubateanos e abasteciam o mercado local, exceção feita ao arroz que teve papel no mercado internacional. Importante assinalar que praticamente não encontramos fogos dedicados a produção de um único gênero. Em geral, as propriedades rurais praticavam o cultivo de diferentes gêneros.

Os gêneros cultivados em Taubaté tiveram dinâmicas distintas. A farinha de mandioca foi incentivada pelos governadores paulistas e pelo Conselho Ultramarino. A produção manteve-se praticamente no mesmo nível ao longo de todo o período pesquisado, embora houvesse ordens que estimulavam o plantio e comércio deste efeito para o abastecimento das diferentes partes do Império e das embarcações. O feijão também era um gênero ligado ao consumo e não foram encontradas informações relativas ao comércio de monta deste produto. O arroz, ao contrário, tem vasta literatura e muitos documentos que indicaram o comércio para sustentar partes do Império. Além disso, os mapas de carga de embarcações que partiram do porto de Santos revelam o comércio constante deste produto com o Reino. Portanto, estes produtos estavam diretamente ligados a subsistência, mas não foram totalmente excluídos do comércio local, sendo, no caso do arroz, um gênero de importância no comércio Atlântico.

O algodão e o fumo tinham maior vinculação ao comércio. Ambos eram comercializados dentro da vila, na região do Vale do Paraíba e na cidade do Rio de Janeiro. O algodão era utilizado na produção de tecidos rudimentares, usados para a vestimenta de escravos e pessoas humildes. O fumo, por sua vez, também devia ser consumido na vila, mas a maior parte da produção era comercializada com o porto do Rio de Janeiro. Portanto, acreditamos que ambos os gêneros faziam parte de redes mercantis externas à Taubaté.

O açúcar foi o principal gênero de exportação na capitania de São Paulo no século XVIII. O consumo interno era restrito, sendo a produção destinada aos portos de Santos, de Parati e do Rio de Janeiro. Em Taubaté, a produção de açúcar não alcançou os mesmos níveis que no Oeste paulista. Poucos fogos se dedicaram exclusivamente a produção de açúcar. Mas

este gênero esteve associado aos grandes proprietários de escravos que recebiam a denominação “senhor de engenho” nos recenseamentos.

Os sujeitos mais importantes da vila eram os donos das grandes propriedades açucareiras. Em geral, eles participavam da câmara, tinham postos nas ordenanças e dispunham de capital investido em escravos africanos. O maço de 1825 revelou o aumento da produção de café e a retração da produção de açúcar.

A cafeicultura teve início em fogos humildes da vila, geralmente produzindo em conjunto com outros gêneros. No entanto, a partir do maço de 1825 o café expandiu para as propriedades com mais escravos disponíveis para o trabalho e, em 1830, ele chegou aos fogos mais abastados da vila. A lista nominativa de 1830 indicou uma especialização do cultivo de café na vila de Taubaté. Diferentemente do açúcar, o café teve uma grande influência sobre os produtores taubateanos, monopolizando a força produtiva da vila e transformando alguns domicílios em monocultores de café. No século XIX, a cafeicultura se tornou o principal produto da economia paulista ao ultrapassar o açúcar em meados da década de 1850.

Dividimos este capítulo em cinco tópicos em concordância com os gêneros estudados. O primeiro discorre sobre os alimentos, mapeando as características dos domicílios que os cultivavam e de que forma eles se inseriam no mercado interno. O segundo tópico analisa a produção de algodão e tabaco na vila. Estes gêneros, podemos adiantar, tinham uma dupla inserção no mercado, podendo abastecer os trabalhadores manuais da própria vila – fiandeiros, costureiras e tecelãs – e eram vendidos para fora da vila, inclusive no porto do Rio de Janeiro. O terceiro tópico preocupa-se com a descrição do desenvolvimento da cafeicultura em Taubaté. Esta produção se tornou o grande motor da vila no século XIX, mas seus primeiros passos ocorreram nos domicílios humildes da vila, tendo, paulatinamente, migrado para as propriedades dos grandes senhores de escravos, na primeira metade do século XIX. O quarto tópico analisa a produção de açúcar na vila. O primeiro ponto de destaque foi a prática do cultivo de cana de açúcar que não monopolizou as forças produtivas taubateanas. O segundo ponto verificável foi o caráter elitizado da produção de açúcar, posto que poucos eram proprietários de engenhos de açúcar e, em sua grande maioria, eram participantes das instâncias de mando local. Por fim, o quinto tópico indica a participação dos taubateanos na criação e comércio de animais, conectando o Sul da América Portuguesa com os mercados consumidores do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda que este ramo mercantil fosse dominado por sorocabanos e curitibanos, os taubateanos também participaram desta atividade.

2.1 – Gêneros para alimentação

As propriedades rurais de Taubaté geralmente plantavam gêneros alimentícios, fosse para o consumo próprio ou fosse para a troca na vila. A necessidade por alimentos nas diferentes vilas pode ser percebida, inclusive, pela documentação oficial. Em São Paulo, o governador ordenou que uma relação de pessoas enviasse para o Almojarife da Fazenda Real trinta alqueires de farinha, pelas quais receberiam 480 réis por alqueire, em 1775. O intento do governador era sustentar a tropa paga (DIHCSP, 1775, v. 33: 187-188).

Vinte anos depois a preocupação da metrópole estava no abastecimento do próprio Reino. O Secretário de Estado, D. Luís Pinto de Souza Coutinho enviou carta ao governador de São Paulo instruindo-o a alavancar o plantio de mandioca “tudo quanto possível”, pois existia em Portugal um déficit grande de pão, o que poderia ser remediado pelo envio da farinha paulista (DIHCSP, 1795, v. 25: 135-136).

As ordens do Secretário de Estado, porém, devem ter se repetido nos anos seguintes. Isso porque, em 1801, o governador Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça despachou carta para Portugal afirmando que estava animando o quanto possível o cultivo da mandioca, em virtude das “repetidas ordens que a esse respeito [...] tem sido dirigidas” ao seu governo (AHU, São Paulo, cx. 18, d. 896; a mesma ordem é encontrada em DIHCSP, 1801, v. 30: 122).

Entretanto, Portugal não era o único local do Império a precisar da farinha de mandioca paulista. Em 1799, o governador Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça escreveu para o Secretário de Estado afirmando ter recebido o aviso que lhe pedia para enviar a farinha para o Reino e informou que estava fazendo a maior diligência possível para o comércio “sem embaraço” do produto, uma vez que seu preço estava muito alto “na Bahia, Rio, e mais capitanias do Norte”, além do consumo imediato que as embarcações e comboios faziam da mercadoria (DIHCSP, 1799, v. 29: 101).

Os maços de população não deixam dúvida sobre a produção de farinha. Em 1802, o banco de dados foi formado por 110 entradas, embora quatro unidades tenham sido arroladas por homens ausentes. Deste total, 55 fogos se dedicaram à produção agrícola¹ e dezessete foram produtores de farinha (30,9%). Maria Leme do Prado, dona de 14 escravos, foi a maior

¹ Os fogos agrícolas foram todos aqueles em que existia a produção de gêneros agrícolas ou que o seu proprietário tenha sido descrito como “agricultor”, “senhor de engenho” e/ou “planta para sustentação” ou ainda que tenha informado o cultivo de gêneros para alimentação. Portanto, as residências dedicadas à criação de animais, ao comércio e/ou as atividades manuais não foram contadas como agrícolas. A classificação foi inspirada no livro “Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836” de Maria Luiza Marcílio, especialmente a descrição feita na página 111.

cultivadora da mandioca com sua produção de 210 alqueires, dos quais 150 foram vendidos na própria vila por 72 mil réis. Portanto, a produção da farinha tinha por viés o consumo próprio, mas existia uma demanda local pelo produto.

Em 1808, o banco de dados indica 125 unidades arroladas, das quais 63 eram agrícolas e doze produziram farinha, o que resulta em cerca de 20% das propriedades. E, o volume de produção não alterou muito, sendo o maior produtor a senhora Maria Leme do Prado, novamente, com 138 alqueires fabricas e 90 alqueires vendidos por pouco menos de 60 mil réis.

Nos maços de 1810, 1812 e 1818 somente a residência de Maria Leme do Prado produziu o gênero, sempre em quantias menores que 150 alqueires, mas destinadas ao mercado local com valores que variaram entre 27 e 75 mil réis.

Em 1825, os fogos de Joaquim Bernardo e Antônio Barboza de Moraes são os responsáveis por produzir 70 alqueires de farinha, resultando em pouco menos de 45 mil réis. Antônio plantou a mandioca, milho e quatro mil pés de café, perfazendo uma produção de 63 arrobas de café, 12 alqueires de milho, 10 alqueires de farinha e 12 barris de aguardente, o que lhe rendeu pouco mais de 100 mil réis. Por outro lado, Joaquim Bernardo produziu farinha em 1825 (60 alqueires, 38 mil réis) e também em 1830 (20 alqueires, 8 mil réis), mas seu rendimento foi pequeno e, em 1830, existe a marcação “planta para sustentação”.

Portanto, a farinha, de certa forma, resume a lógica produtiva de grande parte dos fogos taubateanos. Por ser um gênero abundante na região, a farinha era produzida para o consumo e o excedente era encaminhado para as trocas locais. Isso permitia aos fogos mais humildes um ganho extra com uma produção relativamente simples. Entre 1802 e 1830, somente no ano de 1802 existiam domicílios com mais de 20 escravizados dedicados ao cultivo da mandioca. O fogo do reverendo Francisco Moreira da Costa produziu farinha, milho, feijão, arroz e açúcar. Ele foi o único proprietário com mais de quarenta escravos em seu plantel a produzir a farinha.

O maço de população de 1808 na vila apresentou anexado uma “conta corrente dos lucros que obtiveram os agricultores e criadores” para cada Companhia da vila. Acreditamos que os números apresentados sejam relatos dos produtores que foram anotados pelos oficiais, mas não temos certeza que todos os produtores mantivessem controle exato para o volume de produção de cada um de seus efeitos. Contudo, o volume de produção da farinha mostra a relevância dela para os agricultores taubateanos neste ano. As sete Companhias que compunham a vila de Taubaté produziram 3.498 alqueires de farinhas, ao todo, dos quais 516 alqueires foram comercializados por 367\$960 réis. Na Primeira Companhia, 204 alqueires de

farinha foram vendidos por 134\$480 réis, o que representava o terceiro efeito mais importante para os agricultores da companhia, atrás do açúcar vendido no Rio de Janeiro (620 mil réis) e de mantimentos vendidos na vila (289\$800 réis). Na Terceira Companhia, somente os 94 porcos vendidos por 176\$190 réis foram superiores aos 225 alqueires de farinha comercializados por 142\$520 réis. Isto nos informa que havia a produção deste gênero na vila e um ativo mercado consumidor local.

As contas correntes de 1830 apresentam uma nova conjuntura econômica da vila. A expansão do café reduziu a produção de outros efeitos. Como resultado, somente a 11ª Companhia, que não existia em 1808, anotou o comércio de farinha de mandioca por 33 mil réis, mas não apontou o volume. As outras Companhias arrolaram a produção de café, açúcar, aguardente, rapadura, fumo e o comércio de animais. A tabela 2.1 mostra a produção de farinha entre os fogos arrolados para a pesquisa entre 1802 e 1830 e podemos observar a redução progressiva deste gênero entre os agricultores com mais de dez escravizados.

Tabela 2.1 – A produção de farinha de mandioca em Taubaté (alqueires).

Ano	1802	1808	1812	1818	1825	1830
Volume	824	557	150	68	70	20

A farinha não foi o único gênero produzido para a alimentação. O feijão e o arroz também estiveram presentes nas propriedades taubateanas.

O feijão foi cultivado em 50 das 55 propriedades (90,9%) taubateanas dedicadas à agricultura, em 1802. O volume de produção variou entre 2 a 150 alqueires, sendo que a produção total foi de 1601 alqueires, a média por propriedade foi 32 alqueires e a moda foi de 30 alqueires. A planta foi produzida em maior volume nas residências com maiores plantéis de escravos, mas existiram exceções como a casa do sargento-mor Eusébio José de Araújo – dono de 62 escravos –, que fabricou pouco menos de 40 alqueires. Por outro lado, o alferes Francisco Ramos da Silva, proprietário de nove escravos, produziu setenta alqueires de feijão. Por fim, Alexandre Luís de Menezes (12 escravos) produziu 20 alqueires de feijão e os vendeu na vila por 9\$600 réis.

Em 1808, menos fogos plantaram feijão: 36 produtores de feijão ante 54 domicílios agrícolas (66,6%). A tendência de feijão por escravo se acentuou, sendo que todos os maiores plantéis também contaram com os maiores volumes produzidos.

Em 1812, o plantio do feijão foi executado em 16 residências de um total de 58 fogos agrícolas (27,5%), o que retrata uma queda na proporção de sujeitos dedicados ao plantio do gênero. João da Costa Braga foi quem conseguiu a maior renda através do feijão, uma vez que vendeu 40 alqueires no mercado local por pouco mais de 25 mil réis.

Em 1818, somente seis propriedades cultivaram o feijão (11,5% dos fogos agrícolas), sendo o ano com a menor produção de feijão e também de menor participação nos fogos. Por outro lado, 75 alqueires de feijão foram vendidos na vila por um valor de 55\$360 réis, o que sugere um rendimento de 738 réis por alqueire de feijão.

Por fim, no ano de 1825, um quarto das propriedades agrícolas produziu feijão. A colheita total foi de 1.127 alqueires, ocasionando a venda de 300 alqueires por um valor de 270\$400 réis e um rendimento de 901 réis por alqueire. Todavia, o domicílio do capitão da 5ª companhia, Francisco Gomes de Araújo, foi responsável pela venda de 200 alqueires de feijão no valor de 200 mil réis. O rendimento de mil réis por alqueire resultou no aumento do rendimento médio.

Em 1830, o café estava se desenvolvendo rapidamente da vila. Por este motivo, acredito que os recenseadores estavam mais preocupados em listar as produções exportáveis, principalmente o café, e acabaram não arrolando os gêneros que não se destinaram ao comércio interno.

No início do século XIX, a coroa teve preocupação em estimular o cultivo de feijão. Em 1803, o governador da capitania, Antônio José da Franca e Horta, e o Secretário da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, trocaram correspondência sobre a melhor forma de estimular e desenvolver a agricultura paulista. Sob a ótica do secretário, o melhor a se fazer era garantir o comércio direto entre Santos e Lisboa ou Porto e, ao mesmo tempo, os produtores deveriam estar aptos a atenderem a demanda das embarcações “sem embarço” com anil, algodão, milho e feijão (AHU, São Paulo, cx. 19, d. 947).

O milho, por sua vez, embora fosse utilizado na alimentação, também tinha vital importância para o comércio de animais como ração para as tropas que cruzavam a capitania de São Paulo. Em 1774, o governador expressou a necessidade de paradas ao longo dos caminhos que ligavam a sede do governo ao Rio de Janeiro e, também, aos criadores de gado do Sul, em função do comércio e da possibilidade de conflitos com a América espanhola (DIHCSP, 1774, v. 33: 135-136).

Em 1776, a abertura do caminho para o Rio de Janeiro fez o governador Saldanha enviar uma ordem à câmara de Taubaté, na qual afirmava ser necessário findar as proibições que existiam para o comércio de mantimentos nos caminhos à beira de estrada e, além disso, o governador ordenava o envio de mantimentos para os trabalhadores de Guaratinguetá, sendo que o restante desse comércio deveria ser direcionado para os comerciantes da vila de Guaratinguetá que, no momento, estava desabastecida (DIHCSP, 1776, v. 76: 151).

A conta corrente de 1808 possibilita analisar o conjunto da vila de Taubaté e confirmar a constatação de que o feijão estava mais ligado ao consumo do que ao comércio. Neste documento verificamos que o “feijão colhido” alcançou a cifra de 4.429 alqueires, mas somente 98 alqueires foram comercializados pela soma de 58\$440 réis. Na tabela 2.2 contabilizamos toda a produção de feijão que foi arrolada pelos fogos que se encaixaram nas balizas da pesquisa entre 1802 e 1830. A tabela mostra a tendência de redução da produção de feijão entre 1802 e 1818 e, em 1825, o volume volta a superar a casa de mil alqueires.

Tabela 2.2 – A produção de feijão em Taubaté (alqueires).

Ano	1802	1808	1812	1818	1825	1830
Volume	1601	844	573	75	1127	--

Em Taubaté, o milho tinha maior importância para a economia local, pois era utilizado na subsistência da população e na alimentação dos animais em trânsito. A vila de Taubaté era uma passagem entre São Paulo e o Rio de Janeiro e, principalmente no século XIX, a Praça carioca demandava grandes quantidades de animais, fosse pela carne ou para o transporte.

Os maços de população indicam que, em 1802, existiam 52 propriedades no setor primário e 49 destas plantaram o milho, ou seja, mais de 90% dos fogos. O volume de milho produzido variou em cada domicílio, mas a produção total foi pouco maior que nove mil alqueires, sendo que a média por propriedade foi de 186 alqueires e a moda foi 100 alqueires. Ao todo, 550 alqueires de milho foram comercializados nesse ano, o que gerou uma renda de mais de 130 mil réis.

A produção do milho chama atenção, principalmente, nas propriedades envolvidas no comércio e criação de animais. O capitão-mor da vila, Manoel Correia Bitencourt, era proprietário de 36 escravizados e comercializava açúcar no Rio de Janeiro. Ainda assim, além de produzir quinhentas arrobas de açúcar, ele produziu quatrocentos alqueires de milho e cem de feijão. O capitão de cavalaria José Correia Leme Marzagão tinha campos de criar que alugava para outros, era proprietário de 21 escravizados e arrolou agregados em Minas Gerais e em Curitiba, o que indica sua participação no comércio de gêneros e animais. Além disso, o capitão informou ser senhor de engenho e a produção de 80 alqueires de milho e 30 de feijão. Todavia, os maiores produtores de milho não estavam ligados diretamente à criação de animais. Francisco Ramos da Costa, alferes da 6ª companhia, era dono de nove escravos e produziu mil alqueires de milho e era dono de engenhoca, mas não criava animais. João Moreira da Costa, capitão da 3ª companhia, também produziu mil alqueires de milho e não criou animais. João, além disso, era dono de cinco escravos e vendeu mais dois cativos na vila

de Sorocaba, o que demonstra seu conhecimento sobre a feira de animais mais importante do Centro-Sul do Brasil.

Em 1808, existiam 55 fogos dedicados ao setor primário na vila, sendo que 35 plantaram o milho. A produção total foi de 3.482 alqueires, variando entre 10 e 800 alqueires. A média de produção era de quase 100 alqueires por domicílio, mas a moda foi de 20 alqueires.

A propriedade de Dona Margarida Florinda de Jesus tinha 66 escravos e plantou 800 alqueires do milho, o que poderia sugerir que o tamanho do plantel determinava a quantidade de alimentos que era cultivada. No entanto, os fogos de Maria do Nascimento e Feliciano Pereira Barros tinham mais de vinte escravos e fabricaram 200 e 60 alqueires de milho, respectivamente. E, por outro lado, as residências com plantéis entre 10 e 20 escravos fabricaram entre 20 e 300 alqueires. Outros dois casos neste ano são interessantes: Joaquim Ramos dos Santos, proprietário de dois escravos, fabricou 50 alqueires de milho e vendeu 20 alqueires no mercado local por 9\$600 réis; e, o seu vizinho, Antônio Alves Ramos, vendeu 5 alqueires por 2\$400 réis. Esses dois homens eram sargentos da 4ª Companhia de Taubaté, mas Antônio também era dono de uma engenhoca, na qual produziu 512 rapaduras por 5\$129 réis. Ele também criou animais e vendeu 20 bois por mais de 70 mil réis. Esse exemplo mostra que mesmo a existência de animais não causava um plantio grande do gênero obrigatoriamente.

Em 1812, a produção de milho ultrapassou os 15 mil alqueires em quinze propriedades, o que sugere uma média de mil alqueires por domicílio. Essa média, porém, foi muito elevada devido à produção de 10 mil alqueires por José Gomes de Araújo. Esse sujeito era filho do influente casal D. Margarida e o sargento-mor Eusébio José de Araújo, citados acima. José era capitão da 7ª Companhia, produtor de milho, feijão, arroz e fumo e criador de porcos. A sua produção de milho deve ter sido utilizada na criação dos porcos, posto que vendeu 136 animais no Rio de Janeiro pelo valor de 500 mil réis e, na mesma praça, vendeu 50 arrobas de fumo por 50 mil réis. O comércio, ao que tudo indica, foi praticado pelo seu sócio: o irmão e alferes na mesma companhia Francisco Gomes de Araújo que assinou enquanto negociante e afirmou ter ganhado 40 mil réis neste ano.

O maço de 1818 não arrolou o plantio de milho, com exceção do domicílio de Gaspar Leme do Prado que produziu 70 alqueires de milho que vendeu por 22 mil réis na própria vila. Outras propriedades arrolaram a criação de porcos e outros animais, o que sugere que os recenseadores deste ano não tenham se interessado em anotar a produção de milho.

Em 1825, a produção de milho foi listada em catorze propriedades. A produção total foi de 2.362 alqueires e 212 alqueires foram comercializados na vila, o que rendeu quase 16

mil réis. Os maiores produtores de milho foram: Domingos Antunes Correa e Joaquim de Carvalho. Este era dono de dez cativos, com os quais produziu milho, feijão, arroz e marcou 50 porcos e 12 vacas. Aquele era dono de onze escravos e produziu milho, feijão, arroz, fumo, farinha de mandioca e criou 40 porcos. Por fim, em 1830, a produção de milho não foi listada e, novamente, acredito que isso tenha ocorrido pelo desinteresse dos recenseadores².

Tabela 2.3 – A produção de milho em Taubaté (alqueires).

Ano	1802	1808	1812	1818	1825	1830
Volume	9145	3482	5300	70	2362	--

A Tabela 2.3 resume a produção de milho entre os fogos com mais de dez escravizados na vila de Taubaté. Podemos perceber que o volume era superior ao de feijão e farinha de mandioca. A conta corrente de 1808 informa a produção de 19.384 alqueires de milho na vila e o comércio de 204 alqueires pela quantia de 147 mil réis.

Não é possível desenvolver uma regra clara para a produção de milho na vila de Taubaté neste período. A planta não necessitava de muitos cuidados e estava presente na vila de Taubaté desde a época dos Bandeirantes (TOLEDO, 1976). Portanto, o mais provável é que o milho suprisse uma primeira necessidade dos taubateanos e o excedente era direcionado, primeiro, para os animais da casa e, segundo, para o mercado local. Uma terceira via eram os mercadores na beira das estradas que cortavam a vila e que foram descritas por Saint-Hilaire. Embora fosse um produto de primeira necessidade, em essência, o milho envolveu 114 domicílios, entre 1802 e 1830, e rendeu pouco menos de 183 mil réis.

Na vila de Taubaté, em 1808, existiam 1744 fogos, entre os quais 924 eram chefiados por agricultores ou pessoas ligadas ao setor primário. Desse total, 667 plantaram milho em suas residências, ou seja, mais de 2/3 das propriedades produziram milho, o que revela a extensão desse cultivo na vila. Em 1830, somente cinco dos mais de dois mil fogos da vila de Taubaté indicaram milho e todos eles afirmaram ter vendido o produto no mercado local. Portanto, esse dado reforça a percepção de que os recenseadores nem sempre anotaram o milho, somente quando ele teve interesse econômico direto para a administração local.

O arroz, embora similar ao milho, tinha uma demanda maior no mercado local e mesmo no Império português³. Os mapas das embarcações que partiram do porto de Santos

² Voltarei a este ponto quando estiver descrevendo a produção de café, porém, os maços de população indicam que o plantio de café, a partir de 1825, monopolizou o interesse dos principais produtores taubateanos e, principalmente em 1830, tornou-se central o papel dos recenseadores em indicar a produção do café, especificamente. Nesse maço existem detalhes sobre outras produções, mas vários domicílios foram anotados como “planta para sustentação” e os fogos melhor descritos eram os dedicados ao plantio de café.

³ Esse assunto foi trabalhado no capítulo 1. Porém, cabe lembrar que o açúcar, assim como outros gêneros, foi incentivado pelos governadores e pelo Conselho Ultramarino. Essas ordens e as tentativas de aumentar a produção de arroz na capitania de São Paulo estão extensamente presentes nos Documentos Interessantes para a

para diferentes portos do Reino indicam o volume e os valores despendidos em variados efeitos paulistas. O arroz apareceu em quase todas as embarcações que zarparam de Santos, entre 1780 e 1808⁴.

Em 1788, a galera Santa Rita partiu do porto de Santos em direção a Lisboa. O arroz esteve presente na carga da embarcação, o valor do alqueire era o mais baixo registrado nesse mapa. No entanto, mais de 50% do volume da galera era ocupado pelo arroz, índice muito maior do que o aconselhado pelo Conselho Ultramarino, e a “importância” gasta no efeito era 25% de todo o dinheiro gasto para abastecer a embarcação. No entanto, essa galera possuiu a peculiaridade de ter sido mantida no porto de Santos por mais de 20 meses a espera da mercadoria, o que pode ter influenciado nas escolhas do mestre da embarcação.

A tabela a seguir indica a ocupação do arroz nas embarcações que partiram de Santos nesse período, em volume (arrobas) e em valor (réis):

Tabela 2.4 – Valor da exportação de arroz (em réis)⁵

Nome da Embarcação (data)	Volume	Vol. Proporcional	Valor	Valor Proporcional	Preço/arroba
Santa Rita (1788)	4000	57,8%	2:560\$000	25,4%	640
Senhor dos Passos (1792)	3782	34,1%	2:419\$520	14,4%	640
Senhora da Cana Verde (1792)	3010	10,2%	2:408\$000	4,3%	800
Triunfo do Mar (1797)	5002	13,8%	4:001\$600	6%	800
Santíssimo Sacramento (1801)	132	1,3%	79\$500	0,5%	600
Pensamento Ligeiro (1803)	218	2,7%	218\$000	0,7%	1\$000
Senhor Vitória (1803)	600	1,2%	600\$000	3,03%	1\$000
Ástrea (1803)	-	-	1:200\$000	4,3%	2\$000**
Pensamento Ligeiro (1804)	4410	16,8%	4:410\$000	8,3%	1\$000
Desejada Paz (1805)	-	-	5:760\$000	23,1%	2\$400**
Ástrea (1805)	990	6,3%	1:088\$000	2,6%	1\$200
Pastor (1805)	-	-	5:760\$000	92,9%	7\$680*
Mentor (1805)	3184	22,85%	3:056\$640	10,2%	960
Pensamento Ligeiro (1805)	-	-	7:273\$200	10,6%	6\$960*

História e Costume de São Paulo e, embora não se possa ter certeza da efetividade da correspondência administrativa, indica a preocupação da Coroa com o estado da agricultura paulista. Em 1768, D. Luiz Antônio de Souza escreveu ao Conselho Ultramarino afirmando que estava promovendo o cultivo de arroz entre os homens “afazendados” da capitania e que o arroz “produz aqui com muita facilidade e abundância”. (DIHCSP, v. 23: 382-387).

⁴ Em 1790, o capitão-general e governador Bernardo José de Lorena passou comunicado para todos os capitães-mores de São Paulo afirmando que ele havia aberto uma rota direta entre o Porto de Santos e os portos do Reino e, portanto, todos deveriam “empregar o seu cuidado” para “promover a cultura dos gêneros, mais próprios para aquele comércio, como são principalmente: açúcar, café, goma, anil, arroz e algodão” (DIHCSP, v.46: 67-68).

⁵ Os mapas das embarcações se encontram nos seguintes documentos: AHU, CX. 11, 1788: D. 532; AHU, CX. 11, 1792: D. 568; AHU, CX. 12, 1795: D. 605; AHU, CX. 14, 1797: D. 683; AHU, CX. 14, 1797: D. 685; AHU, CX. 16, 1801: D.823; AHU, CX. 19, 1803: D. 946; AHU, CX. 19, 1803: D. 955; AHU, CX. 20, 1803: D. 979; AHU, CX. 23, 1804: D. 1044; AHU, CX. 24, 1805: D. 1104; AHU, CX. 24, 1805: D. 1118; AHU, CX. 24, 1805: D. 1126; AHU, CX. 23, 1805: D. 1151; AHU, CX. 27, 1806: D. 1237; AHU, CX. 27, 1806: D. 1257. Os mapas apresentaram os valores e volumes de cada um dos produtos exportados. Acreditamos que os valores indicados eram os praticados no porto de Santos, podendo ocorrer diferenças nos preços usuais no comércio da vila ou em outros portos. A indicação do volume total e do volume de cada produto em arrobas possibilitou o cálculo simples do volume proporcional do arroz em relação ao restante dos produtos inseridos na embarcação. O mesmo cálculo pode ser feito para o valor investido no arroz, em relação ao restante dos produtos da embarcação.

Conceição Minerva (1806)	6077	32,1%	5:469\$750	13,2%	900
Correta Vitória (1806)	2600	15,5%	2:400\$000	8,4%	2\$000

* O volume não foi anotado, pois apareceu na documentação em sacas. Isto explica, também, o motivo pelo qual os preços apontados na documentação são muito distintos dos praticados nas outras embarcações.

** O volume apareceu em alqueire e o mapa não deixa claro se o preço anotado foi por arroba ou por outro volume.

Os mapas das embarcações indicam que o negócio do arroz não ocupou proeminência quando comparado com outros efeitos, especialmente com o açúcar, mas ele foi presente em quase todas as embarcações e, em alguns casos, o volume exportado e os valores utilizados na compra do arroz foram substanciais.

O mapa do navio “Desejada Paz” (AHU, cx. 24, 1805: d. 1104) revelou que o mestre da embarcação gastou quase 25% de seu capital para adquirir o cereal, algo muito superior ao que foi praticado pelas embarcações antecedentes. E, além disso, a valor pago pelo arroz foi mais que o dobro que o navio Pensamento Ligeiro (AHU, cx. 23, 1804: d. 1044) que zarpou de Santos quase um ano antes.

O bergantim Pastor (AHU, cx. 24, 1805: d. 1118) apresentou o caso mais diferente no comércio de arroz. Em primeiro lugar, a embarcação parece ter atracado no porto de Santos para adquirir o cereal. Em segundo lugar, o bergantim se destinava ao porto de Figueira, localizado entre Lisboa e a cidade do Porto, próximo a Coimbra. E, também, além do arroz e do açúcar, a embarcação carregou couros e solas.

Portanto, a produção do arroz possuía uma participação no mercado atlântico, ainda que em pequenas quantidades e por preço menor do que o açúcar e café. Assim, existe a possibilidade de que o excedente de arroz produzido em Taubaté fosse direcionado para o comércio ultramarino, partindo do porto de Santos.

A produção do arroz, em Taubaté, apresentou-se em volumes menores do que os outros gêneros, expostos acima. Em 1802, as 52 propriedades ligadas ao setor primário obtiveram diferentes produções, mas somente 33 delas produziram arroz, o que totalizou um volume de 664 alqueires. O maior produtor de arroz foi o alferes Francisco Ramos da Silva, que também foi o maior produtor de milho neste ano. Por outro lado, o alferes Amaro Antônio de Carvalho, proprietário de oito escravos, produziu apenas dois alqueires de arroz, além de 400 alqueires de milho, 31 alqueires de feijão e produziu 50 arrobas de tocinho que estava esperando comprador na cidade do Rio de Janeiro. O preço médio do arroz, neste ano, foi de 320 réis por alqueire.

Em 1808, o volume total de arroz produzido foi de 717 alqueires divididos em 28 propriedades. A maior produção de arroz ocorreu no domicílio de Margarida Florinda de Jesus que anotou 300 alqueires. O alferes Manuel Antônio Alves afirmou ter vendido a sua

produção de 20 alqueires de arroz por 6\$400 réis. Os catorze escravos também produziram 300 alqueires de milho, 30 alqueires de feijão, marcou 28 cabeças de gado e 11 de cavalo, além disso, vendeu 20 alqueires de farinha por 18 mil réis.

Em 1812, o volume total de arroz foi de 563 alqueires em catorze fogos, mas a média foi de pouco mais de 40 alqueires por propriedade. Apesar do aumento na média, nenhum fogo indicou ter comercializado essa mercadoria e não houve nenhum sujeito que tenha informado um plantio que chegasse a uma centena de alqueires. E, em 1818, nenhum fogo entre os arrolados no banco de dados plantaram o arroz.

Em 1825, o arroz foi colhido em onze propriedades, num volume total de 464 alqueires e 100 alqueires desse volume foi vendido, gerando uma renda de 40 mil réis. Os alqueires comercializados foram todos da propriedade de Claro Francisco Marques, dono de onze cativos, que arrolou também a produção de milho, feijão, fumo, porcos e sevados⁶. A produção de arroz não foi arrolada pelos recenseadores no ano de 1830.

A conta corrente de 1808 mostra um cenário distinto do encontrado nos maços populacionais. Os oficiais das ordenanças anotaram a produção de arroz em todas as sete Companhias, o que somou em 4.404 alqueires colhidos, ou seja, uma produção superior ao que aparentava nos fogos com mais de dez escravizados. Também foram vendidos 37 alqueires por 12\$320 réis, o que revela um pequeno comércio local.

As informações registradas sobre o arroz não diferem daquelas expostas sobre o milho, exceto pelo volume. Assim como ocorreu com o milho e o feijão, o arroz foi cultivado a princípio para alimentar a família, a escravaria e os agregados e, em seguida, o excedente foi posto no mercado local. Alguns eventos, como a transferência da corte real para o Rio de Janeiro, poderiam estimular o plantio dessas mercadorias para o abastecimento da Praça fluminense. Entretanto, a conta corrente de 1830 informou o comércio de 77 alqueires de arroz pelo valor pouco superior a cinquenta mil réis. Desta maneira, acreditamos que a colheita de arroz era utilizada para o abastecimento dos domicílios e o comércio interno da vila.

⁶ Os dicionários atuais compreendem sevado como: Ralar, reduzindo a mandioca a farinha. Confrontar: cevar. "**sevado**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://priberam.pt/dlpo/sevado> [consultado em 14-10-2015]. Esta indicação deveria se referir a produção de farinha de mandioca, um ramo muito incentivado pelos administradores da capitania/província na documentação oficial. Da mesma maneira, no dicionário Raphael Bluteau existe a inscrição "cevada" que é descrita como: "o grão, com que sustentamos as bestas cavallares, muares e de serviço, e do qual também se faz pão em tempo de carestia de trigo", in Vocabulário Portuguez & Latino, <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/cevado> [consultado em 14-10-2015]. Portanto, a produção de farinha de mandioca poderia se destinar ao sustento dos animais ou mesmo para alimentação.

2.2 – O algodão e o fumo: mercadorias de comércio local.

O plantio do algodão era feito para suprir as necessidades do mercado regional e para consumo local. Em todos os bairros da vila, principalmente na primeira Companhia, área central da vila, existia uma grande quantidade de fogos ocupados de fiandeiras, tecelões, alfaiates e costureiras, ligados ao consumo do algodão que aparecem nos maços de população de Taubaté de 1808.

Os mapas de população da vila apontam que, em 1808, existiam 17 alfaiates na vila, quinze deles na área central, que em média receberam 29 mil réis por seus serviços. Na primeira Companhia encontramos 25 costureiras que ganharam 317 mil réis, uma média de 12,7 mil réis para cada. Ao mesmo tempo, outros 49 fogos eram ocupados por fiandeiros que totalizaram 579 mil réis, média de 11,8 mil réis para cada. E, por fim, os alfaiates eram 13 domicílios na vila, que obtiveram 447,2 mil réis, alcançando uma média de 37,26 mil réis.

Os números apresentados, todavia, podem ser divididos por grupos sociais. As costureiras eram donas de 21 escravizados, o que reflete numa média de 0,84 escravizado por residência, mas quase metade (10 fogos) não listaram nenhum cativo. As mulheres eram a grande maioria deste grupo (24 fogos) e seus rendimentos foram na ordem de 12,39 réis por domicílio. As propriedades também apontaram três fogos de mulheres pardas dedicadas as costuras e que tiveram rendimento de 28,8 mil réis, uma média mais baixa que o restante (9,6 mil réis).

Outro grupo de trabalho com o algodão foram as fiandeiras. Ao todo, encontramos 49 fogos descritos como fiandeiros na primeira companhia, sendo somente um chefiado por um homem. Os fogos de fiandeiros possuíam 26 escravos, tiveram rendimento de 579 mil réis e, em média, 11,8 mil réis por fogo. Os domicílios que listaram escravizados (12 ao total) tinham rendimento médio maior, na casa de 13,8 mil réis. A maior diferença que encontramos ocorreu nos fogos ocupados por chefes negros. Os dois fogos com estas características tiveram rendimento de 14 mil réis, uma média de 7 mil réis por fogo.

E, por fim, também elencamos os alfaiates da primeira companhia. Ao todo, 13 fogos foram listados com esta função, sendo 4 fogos proprietários de escravizados. Os rendimentos dos alfaiates eram maiores, chegando a 447,2 mil réis, o que alcançou a média de 37,26 mil réis. A propriedade de cativos não fez grande diferença no rendimento médio: 38,45 mil réis nas residências com escravizados e 35,42 mil réis naquelas sem cativos. A maior discrepância ocorreu nos quatro domicílios chefiados por pardos que tiveram rendimento de 80,6 mil réis, uma média de 26,86 mil réis.

O que queremos registrar, porém, foi a importância do algodão no abastecimento dos profissionais locais. A produção de algodão na vila era utilizada para abastecer os artesãos da própria vila e, num segundo momento, era comercializado para outras partes da capitania.

Em 1802, entre as maiores escravarias da vila, dez propriedades indicaram produzir algodão, perfazendo uma produção total de 54 arrobas do gênero, pouco mais de cinco arrobas por fogo, em média. Em 1808, os números são muito semelhantes, sendo que somente o alferes Antônio Moreira de Andrade, dono de três escravos, indicou ter vendido 20 arrobas no comércio local por 16 mil réis.

Em 1812, somente o alferes Domingos Moreira de Castilho e Anna Maria de Jesus plantaram o efeito. Em ambos os casos, todavia, a produção foi comercializada no mercado local, sendo que o alferes vendeu oito arrobas por 7\$680 réis e a senhora vendeu 16 arrobas por 16 mil réis. Interessante notar, inclusive, que ambas as residências haviam construído engenhocas para a produção de rapaduras e aguardente. O alferes afirmou ter feito 20 barris de aguardente, que foram vendidos por 16 mil réis, e três mil rapaduras, o que lhe rendeu 30 mil réis. E, Anna Maria de Jesus arrolou 6 mil rapaduras por 60 mil réis, mas não fabricou aguardente. Em 1818, Antônio Leite da Silva, quinze escravos, fabricou 200 varas de algodão e vendeu por 32 mil réis. E, em 1825, Salvador da Cunha comercializou 20 arrobas de algodão por 16 mil réis.

O maço populacional de 1808 confirma as hipóteses sugeridas. Na tabela seguinte consta a produção de algodão da vila de Taubaté dividida pelas Companhias de Ordenanças para 1808.

Tabela 2.5 – Cultivo do algodão na vila de Taubaté, 1808 (em arrobas)

Companhia	Fogos	Volume	Volume Consumido	Vendido	Fogos com mais de 10 escravos
1ª	4	17	17	0	1
2ª	52	270	154	116	1
3ª	79	239	235	4	1
4ª	69	213	174	39	0
5ª	53	203	152	51	0
6ª	14	78	53	25	0
7ª	37	306	205	101	1
Total	308	1326	990	336	4

A Tabela 2.5 revela o padrão de plantio do algodão sendo fortemente ligado às pequenas unidades produtivas. Na realidade, mesmo entre os plantéis com mais de 5 escravos a quantidade de algodão colhida foi pequena. O algodão estava mais presente nas residências que não tinham escravos ou tinham entre um e cinco cativos. Isso ocorria porque o valor da arroba do algodão era baixo, ficando entre 800 e 986 réis, o que desencorajava os donos de

plantéis maiores em empregarem seus cativos neste plantio. Apesar do baixo valor, pouco mais de 220 mil réis foram envolvidos em trocas relativas ao algodão.

Os mapas de exportação do porto de Santos indicam o comércio de algodão entre São Paulo e o Reino. Todavia, a exportação do algodão foi secundária ocupando uma pequena parte das embarcações e envolvendo valores pequenos em comparação com outros efeitos. Entre as catorze embarcações somente quatro apresentaram o algodão em suas listas e nenhum apresentou o fumo.

A galera Santa Rita, em 1788, indicou o valor de quatro mil réis por arroba de algodão e que esse efeito totalizou pouco mais de um por cento da carga. Já a embarcação Santíssimo Sacramento, em 1801, ocupou mais de três por cento da sua carga com algodão, gastando mais de 500 mil réis com a mercadoria. E, por fim, o navio Pensamento Ligeiro atracou no porto por duas vezes, uma em 1803 e outra em 1805, mas não carregou nem um por cento de sua carga com o algodão e o valor investido nos efeitos não chegou a 200 mil réis quando somadas as duas viagens.

Portanto, apesar do contexto favorável, com o desenvolvimento das manufaturas europeias, principalmente inglesas, (ALDEN, 1999: 564-569) e dos estímulos dos governadores paulistas, citados acima, o algodão foi arrolado somente pela camada mais popular de Taubaté. A produção de algodão era feita para suprir a demanda do mercado local, resultando nos vários fogos chefiados por sujeitos que eram alfaiates, tecelões, fiandeiros e costureiros. Essas atividades do setor terciário garantiam a sobrevivência de suas famílias que complementavam a renda familiar com o comércio feito às margens dos caminhos que levavam ao Rio de Janeiro, São Paulo e as Minas Gerais (RANGEL, 1990: 48-55; SAINT-HILAIRE, 1953: 90-95).

Os produtores de fumo utilizaram esse gênero em diferentes rotas comerciais. Assim como o algodão, ele serviu para o consumo local, porém sua abertura para o mercado externo foi maior, havendo comércio de fumo em diferentes redes mercantis.

Em 1802, sete indivíduos arrolaram o fumo em suas listas de plantio, totalizando 1.184 arrobas, sendo que todos venderam ou estavam esperando vender os efeitos na vila ou no Rio de Janeiro. O caso mais significativo foi do alferes João Fernandes Vieira que colheu 747 arrobas de fumo e as levou para vender no Rio de Janeiro, mas ainda estava aguardando o comprador. Antônio Luís Pereira fabricou 42 arrobas de fumo e as vendeu por mais de 30 mil réis na própria vila. O alferes José Correia Siqueira fabricou 105 arrobas de fumo que estavam para serem vendidas no Rio de Janeiro. O sargento João Evangelista de Camargo, por sua vez,

vendeu sua produção de 80 arrobas de fumo no Rio de Janeiro com lucro⁷ de 80 mil réis, mas a mesma quantidade rendeu somente 64 mil réis para Thomaz da Vila Nova Guedes, pois ele decidiu negociar na própria vila.

Em 1808, percebemos a existência de um padrão de cultivo e de comércio para o fumo diferente do que ocorria com os outros efeitos listados acima. Neste ano, somente seis fogos declararam que cultivavam o fumo e somente quatro tinham plantéis com mais de dez escravos, os outros dois eram oficiais das ordenanças. Além disso, todas as unidades produtivas afirmaram terem vendido a mercadoria para o Rio de Janeiro ou na vila, mas não houve consumo próprio.

Nos anos seguintes o padrão se repetiu. Os taubateanos fabricaram entre 6 e 200 arrobas de fumo e comercializaram toda a produção, fosse para o Rio de Janeiro ou fosse para as vendas da vila. Ao se atentar aos resumos de produção, anexos às listas nominativas, notamos que o fumo era produzido para o comércio na vila e o seu excedente era vendido, preferencialmente, para o Rio de Janeiro – abre-se a possibilidade de que este fumo tenha sido destinado para o tráfico negreiro, participando das redes mercantis que conectavam os portos africanos com o Rio de Janeiro (ANTUNES, 2010; ALDEN, 1999).

O plantio do tabaco, portanto, ficou restrito às unidades produtivas que contavam com pouca mão de obra, sendo que somente quatro fogos detinham ao menos uma dezena de cativos, enquanto 99 fogos tinham entre 1 e 10 escravos. Assim como o algodão, o fumo foi vendido localmente, mas também exportado para o Rio de Janeiro, onde rendeu valores maiores. A explicação, em partes, estava no contexto em que se inseria a vila de Taubaté, na qual a mercancia de pequena monta era parte importante da economia da vila, sendo o caminho para o Rio de Janeiro o local preferencial para o estabelecimento das vendas.

Os números das listas nominativas revelam que o fumo vendido na vila de Taubaté totalizou 1:947\$740 réis e o fumo vendido para o Rio de Janeiro foi da ordem de 662\$200 réis, o que reflete uma média de 687 réis na vila e 770 réis no Rio de Janeiro, por arroba. Logo, apesar dos baixos valores por arroba, as residências envolvidas com o plantio desse efeito conseguiram um acúmulo de dinheiro para um mercado consumidor praticamente certo, posto que a movimentação de tropas no caminho para o Rio de Janeiro era constante. Resta ressaltar que a diferença do valor por arroba praticado no Rio de Janeiro explicaria, ao menos

⁷ As listas nominativas sofreram várias alterações durante o tempo e, algumas delas, ocorriam de acordo com a declaração dos proprietários ou pelo nível de interesse daqueles que faziam as listas. O lucro era declarado em alguns anos e alguns fogos, existindo expressões como “com lucro de”, embora a maioria das anotações tenha indicado “soma de”, o que não revela o lucro, mas o valor da venda do produto. Dessa forma, a expressão lucro será mantida quando estiver presente na lista nominativa.

em partes, porque o Vale do Paraíba “economicamente sempre esteve ligado ao Rio de Janeiro” (PETRONE, 1968: 169).

A análise completa da lista nominativa de 1808 forma um panorama mais completo sobre a produção do fumo. Neste ano, a vila produziu 3.668 arrobas de fumo ao todo, parte desse volume foi vendido, tanto na vila quanto no Rio de Janeiro, o que rendeu 2:606\$120 réis. Todavia, a produção de mais de 90% desse volume foi feita pelos fogos com até dez escravos, enquanto três fogos com mais de 10 escravos plantaram 350 arrobas (9,5%) de fumo. A renda da produção indica a mesma proporção entre os fogos.

Não obstante, Rangel afirmou que a produção de fumo era o segmento mais importante da economia taubateana, entre 1765 e 1798. Embora, fossem o açúcar e a criação de animais as atividades responsáveis pelo desenvolvimento da economia local (RANGEL, 1990; 110-114).

Por fim, resta lembrar que a produção de tabaco de Taubaté exportada para o Rio de Janeiro se encontrava naquela Praça com outro comércio importante relevo mercantil no contexto imperial. Em 1751, as mesas de inspeção tiveram como objetivo a promoção do cultivo do fumo “em áreas onde não existia ou estava em decadência”, o que levou a cultura para áreas como o Rio de Janeiro (ALDEN, 1999: 561). A produção de tabaco baiano foi incorporada no comércio com duas áreas distintas: a Europa (Portugal, portos italianos, norte da Alemanha, Espanha e a França) e a África. Em 1765, para resolver o problema da falta de navios regulares na *Carreira da Índia*, o marquês de Pombal decidiu abrir o comércio com a Ásia para os negociantes estabelecidos na metrópole (ANTUNES, 2010: 386). A partir dessa data, portanto, os navios partiam de Lisboa e faziam escala ou na Bahia ou no Rio de Janeiro “para acabar[em] de carregar os porões com tabaco e patacas da América espanhola, mercadorias que em muitos casos iriam servir de pagamento dos têxteis indianos” (ANTUNES, 2010: 387).

Não obstante, a partir de 1776, ocorreu a entrada sistemática de tabaco baiano nos portos orientais, fato que foi acompanhado pela reestruturação do Estanco Real do Tabaco pela coroa e pela proibição de tabaco de Balagate e outros portos, além do combate aos contrabandistas que atuavam no comércio da região. Essas medidas, adotadas pela coroa para proteger as rendas para a Fazenda Real, estimularam o comércio do tabaco da América para os mercados de Goa e da Índia (ANTUNES, 2010: 387-388).

O uso do tabaco em diferentes regiões do império refletiu no aumento gradativo da sua produção entre as décadas de 1750 e 1800 (ALDEN, 1999: 561-564). Em Taubaté, a produção de fumo foi feita pela camada popular com o intento de diversificar seus cultivos e

conseguir novas rendas para a subsistência da família. De acordo com Armênio Rangel, uma das rotas mercantis do fumo era a capitania de Minas Gerais que, todavia, a partir de 1770, deixou de comprar o fumo taubateano para comprar o baiano, o que levou a decadência do plantio (RANGEL, 1990: 55-57). Ainda em Minas, o fumo também era negociado no Rio de Janeiro e servia como moeda nas trocas locais, além de balancear as finanças em épocas de queda nos preços de outros efeitos (ANDRADE, 2008: 1-11). O comércio feito com o Rio de Janeiro, portanto, era uma reminiscência de uma rota mercantil mais ativa no século XVIII, mas que estava em decadência no início do XIX.

2.3 – O desenvolvimento da cafeicultura.

A cafeicultura na capitania de São Paulo se desenvolveu, a partir da segunda década do século XIX, quando as fazendas produtoras de gêneros para o abastecimento passaram a cultivar também o grão do café. O tempo de maturação do café dificultava o acesso ao plantio, sendo necessário ao produtor esperar cerca de quatro anos até ser feita a primeira colheita, o que obrigava manter outras produções concomitantemente.

No caso da vila de Areias, início do plantio do café em larga escala na capitania, o grão migrou do Vale do Paraíba fluminense e alterou a paisagem local, refletindo na transformação das unidades produtivas de alimentos, principalmente, em fazendas cafeicultoras. Assim, “houve estreita relação entre a produção inicial de café e o plantio do milho e outras culturas [...] o café e o milho evoluíram juntos nessa fase inicial da história do café em São Paulo” (KLEIN e LUNA, 2005: 82).

Ainda no início, as fazendas de café foram pequenas, policulturas e com pouca participação dos escravos em seu cultivo. A documentação oficial indica a insistência de alguns administradores em estimular o cultivo do café. O governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, que governou a capitania de São Paulo de 1797 a 1802, afirmou em suas memórias a possibilidade de aumentar o comércio direto entre Santos e Lisboa, mas este só seria possível com o aumento do plantio de café e de algodão, pois, em suas palavras, “estes gêneros são os que oferecem uma carga que por ser especificamente mais leve é mais apropriada para os altos das embarcações” (DIHCSP, v. 44, 1802: 129-132, citação p. 131). O mesmo governador estabeleceu a suspensão dos tributos sobre o açúcar, sal, aguardente, arroz, algodão e café, também com o intuito de expandir a produção destes gêneros⁸. A

⁸ Importante salientar que a segunda metade do XVIII foi marcada pelas tentativas da Coroa em expandir a agricultura no Brasil e, ao mesmo tempo, aumentar as importações dos produtos manufaturados portugueses por

atitude do governador foi endossada pelo Conselho Ultramarino que enviou parecer favorável a essa suspensão em 1806 (AHU, cx. 28, 1806: d. 1264).

Os poucos beneficiamentos necessários a esse cultivo e os custos relativamente baixos para a compra e plantio do pé de café possibilitava a exploração dessa planta por fogos mais humildes, sem grande participação de cativos e com rendas reduzidas, ao mesmo tempo em que dava resposta aos anseios dos administradores imperiais (KLEIN e LUNA, 2005: 82-83). Todavia, a produção em larga escala do café ocorreu com a sua transferência para as unidades produtivas com maior quantidade de mão de obra cativa disponível. No início da década de 1830, o café ultrapassou a produção do açúcar “em valor total de exportações” e se tornou responsável por “metade do valor exportado total” (KLEIN e LUNA, 2005: 84).

Em Taubaté, percebemos que o café era produzido no início do século XIX. Na lista nominativa de 1802 o alferes Francisco da Cunha e Souza, proprietário de 24 cativos, afirmou ter fabricado 30 arrobas de café no ano anterior, as quais foram vendidas no mercado taubateano por mais de 52 mil réis. A fazenda do alferes seguia o padrão relato por Herbert Klein e Francisco Luna: além do café, foi colhido milho, feijão, arroz e farinha. E, o mesmo alferes indicou ter marcado 27 cavalos em sua “fazenda de criar”. Nota-se que, para ter colhido o gênero em 1802 o plantio deve ter sido feito por volta de 1798, o que indica uma tentativa prematura de cultivo desta mercadoria.

Em 1808, Maria Leme do Prado, citada anteriormente como produtora de algodão, colheu duas arrobas de café, conjuntamente com feijão, farinha, arroz e o algodão. Outros três fogos foram produtores de café e tinham menos de dez cativos: Máximo Cordeiro da Silva era pardo e dono de sete escravos, em sua fazenda colheu milho, feijão, farinha, seis arrobas de café e arroz, criou cinco bois vacum e trabalhou em seu ofício de carpinteiro, com o qual recebeu 100 mil réis no ano; Manuel Leite de Toledo era natural de Pindamonhangaba, mas casado com uma taubateana, dono de dois cativos com os quais produziu feijão, arroz, oito arrobas de café e dez barris de aguardente, apesar de não ter indicado possuir engenhoca; e, por fim, José Ignácio de Oliveira também era de Pindamonhangaba, mas não possuía

parte das colônias. Assim, observamos na documentação o estímulo à plantação de novos gêneros ou a expansão dos existentes em outras capitanias, como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 1778, o vice-rei do Brasil, o marquês de Lavradio, enviou ofício para a Rainha sobre os impulsos para novos cultivos no Rio de Janeiro, afirmando que iniciou o plantio de Guaxima e café na fazenda Santa Cruz, antiga propriedade dos Jesuítas (AHU_ACL_CU_017, cx. 105, 1778: d. 8868; AHU_ACL_CU_017, Cx. 154, D. 11698). Na capitania de Minas Gerais, em 1801, também havia informações de tentativas de plantio de novas culturas, entre elas o café, na vila de Paracatú (AHU_MG, cx. 156: d. 84). Os mapas das embarcações, citados na nota de rodapé número 9, também indicam a presença do café na exportação de Santos para o Reino. O volume exportado e o valor empenhado na aquisição do café eram menores do que para o açúcar e o arroz, mas mostra a inserção deste produto em rotas mercantis atlânticas numa fase em que a produção ainda era limitada, em sua grande parte, aos domicílios mais humildes das vilas paulistas.

escravos, logo, plantou sozinho feijão, farinha, arroz e oito arrobas de café (renderam 16 mil réis). A conta corrente anexada ao maço populacional informou a pequena produção de café na vila. Na Terceira Companhia foi única anotação deste gênero, indicou-se a colheita de 22 arrobas de café e o comércio de 4 arrobas por 2\$880 réis.

Em 1812, o café começa a migrar para as residências com mais cativos. O tenente miliciano Manoel Dias da Cunha proprietário de 19 cativos foi arrolado como agricultor, mas fabricou 120 arrobas de café e 200 arrobas de açúcar, conforme ele mesmo indicou seus efeitos ainda não haviam sido vendidos, mas estavam destinados a isso. Na mesma Companhia, o guarda-mor José Ferreira de Castro utilizou seus 53 escravos para produzirem exclusivamente 500 arrobas de café, sendo que metade desse volume foi vendida em São Sebastião pelo valor de 50 mil réis.

Em 1818, a vila de Taubaté ainda não estava focada na produção do café. O fogo de Pedro da Fonseca Teles foi o único a cultivar café, tendo produzido 72 arrobas da rubiácea e, também, 380 arrobas de açúcar, o que lhe rendeu 144 mil réis e 380 mil réis, respectivamente, no porto do Rio de Janeiro.

Não obstante, a partir de 1825 o cenário taubateano mudou consideravelmente, já que a maior parte das fazendas passou a cultivar o café. Foram listados 127 fogos que se adequavam às balizas dessa pesquisa, dentre eles 41% faziam atividades não ligadas a terra, tais como comércio, vendas, agências ou mesmo viviam na mesma residência do pai, apesar de terem postos nas ordenanças, e os outros 59% estavam ligados a terra através do plantio ou da criação de animais. Entre os ligados a terra mais da metade (55%) fizeram o plantio do café, ainda que em algumas residências ele ainda não tivesse sido colhido.

As 41 fazendas cafeicultoras de Taubaté que foram arroladas pela pesquisa computaram 233.900 pés de café e negociaram 3.846 arrobas por 4:982\$800 réis. No entanto, entre as 41 fazendas, nove produtores ainda não haviam colhido e por isso não venderam o produto, quatro destinaram algumas arrobas para a venda, mas a transação não havia se concretizado, e em duas fazendas os pés de café ainda não estavam maduros. A tabela a seguir indica a produção do café dividido por faixas de escravos:

Tabela 2.6 – Fazendas produtoras de café e seu comércio na vila de Taubaté (1825).

Plantéis	Fogos	Escravos	Média	Pés	Média	Arrobas	Média	Valor*	Média
Menos de 10	13	75	5,75	36900	2838	380	29,23	636\$960	48\$996
10 a 20	16	246	15,37	73000	4562,5	1068	66,75	2:000\$880	125\$055
21 a 40	8	223	27,87	73000	9125	1572	196,5	1:764\$960	220\$620
Mais de 40	3	154	51,33	51000	17000	1150	383,33	580\$000	193\$334
Total	40	698	17,45	233900	5847,5	4170	104,25	4:982\$800	124\$570

* Valor está em réis.

A tabela, porém, deve receber alguns ajustes devido ao contexto do plantio, já que algumas propriedades ainda estavam iniciando o cultivo e por isso não venderam suas colheitas ou não sabiam quantos pés haviam plantado para a colheita. Entre os maiores produtores somente um fogo não informou o valor que recebeu pelo comércio de sua colheita, o mesmo sucedeu na camada entre 21 e 40 escravos, mas na segunda camada três indivíduos ainda não haviam comercializado suas colheitas enquanto um quarto não sabia o valor que iria render o comércio de suas 24 arrobas de café. E, por fim, na primeira camada existe a maior parte de pessoas que estavam experimentando o gênero, o que reflete na existência de quatro fogos que ainda estavam plantando os pés de café. Embora tenham ocorrido esses casos, acreditamos que os números pouco iriam interferir na nossa análise.

A divisão do plantio de café por camadas sociais confirma a possibilidade dos maiores proprietários em investirem numa nova cultura em volumes muito maiores, expendendo grande cabedal para a instalação dos pés de café, o que é facilitado pela melhor condição de inserção de seus efeitos no mercado local e regional. Embora a quantidade de cativos empregados na cafeicultura da segunda camada seja menor do que da terceira, a média do terceiro grupo é muito superior à média do segundo grupo.

Além disso, o valor conseguido com a venda do efeito e a média de ganho por fogo demonstra a maior possibilidade de retorno financeiro por parte dos maiores escravistas. Apesar de o segundo grupo ter vendido mais café, o terceiro e quarto grupos tiveram maiores médias, o que significa uma negociação melhor por arroba. Não obstante, no quarto grupo estava alocado o alferes Francisco Moreira da Costa, dono do maior plantel da vila com 67 escravos, e que plantou 30 mil pés de café e vendeu 800 arrobas de café, mas a remessa ainda se encontrava no Rio de Janeiro esperando comprador. Ou seja, após a venda do café do alferes Francisco é bem provável que a média de ganho do quarto grupo ultrapasse o do terceiro grupo. Na realidade, existe a possibilidade que até mesmo em valores absolutos o quarto grupo ultrapasse o terceiro grupo, posto que o preço da arroba de café era 2 mil réis, em média.

O cultivo do café teve início nas propriedades mais populares da vila, onde uma boa colheita permitia um ganho valioso e servia para diversificar a produção, ficando menos sujeitos às intempéries ou uma redução do preço como o açúcar. No mesmo período, na vila litorânea de Ubatuba e na vila de Areias, o café passou a ser cultivado num regime similar ao do engenho de açúcar, com o uso intenso de escravos, monopolizando a área de cultivo e com destino ao porto do Rio de Janeiro. Esses exemplos devem ter estimulado os agricultores taubateanos que viam o desenvolvimento da cafeicultura na província. No ano de 1825,

portanto, estamos observando o reflexo do desenvolvimento do mercado cafeeiro na vila de Taubaté.

A comparação entre as listas nominativas completas de 1808 e 1830 revelam a importância do café para os domicílios humildes da vila. Em 1808, entre todos os agricultores da vila encontramos apenas quatro produtores de café: um não era dono de escravos, dois tinham entre um e dez escravos e o quarto produtor era detentor de mais de dez cativos. Todos os quatro produtores eram moradores da 3ª Companhia da vila, um bairro rural, mas pouco afastado da área urbana da vila. Por outro lado, em 1830, o número de fogos produtores deste gênero subiu para 208, sendo dois fogos donos de mais de 40 escravos, quarenta domicílios na faixa de 10 a 40 escravos, 57 fogos tinham até dez cativos e, por fim, 111 unidades produziam café com força de trabalho exclusivamente familiar. A produção total da vila ficou em 11.846 arrobas de café e as residências mais humildes anotaram 2.029 arrobas, o que equivale a 17,12% da produção. Estes indícios nos levam a reafirmar que a cafeicultura fez parte de uma política régia de ampliação dos gêneros exportáveis no Brasil, mas a concentração de escravizados e terras nas mãos de poucos sujeitos impossibilitou a expansão do café nos fogos humildes. Logo, o aumento do comércio do café ocasionou a mudança de cenário na vila de Taubaté, tendo a elite econômica assumido papel preponderante no desenvolvimento da cafeicultura⁹.

Ainda em 1830, podemos visualizar que dos 162 fogos das elites taubateanas 45 produziram 8.358 arrobas de café. A produção desse gênero rendeu 16:377\$840 réis por 7.958 arrobas, média simples de 2.058 réis. Porém, o mapa anexo ao maço indicou a produção de 13.536 arrobas de café e rendimento de 21:322\$540 réis, média de 1.575 réis por arroba. O açúcar, entretanto, rendeu somente 400 mil réis em 200 arrobas produzidas. Portanto, a partir de 1818 teve início o processo de transformação econômica da vila, alinhando-se com a produção agroexportadora do café, que foi intensificado em 1830¹⁰.

⁹ As questões de concentração de terras e de escravizados na vila de Taubaté foram debatidas no capítulo seguinte desta tese. Também é importante ressaltar que a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte da capitania foram responsáveis pela expansão da cafeicultura, pois, em certa medida, não estava solidificada a produção de açúcar, como foi o caso de Itu e Porto Feliz. Desta feita, a elite econômica destas regiões assistiu ao aumento sistemático do preço do café e também do interesse dos negociantes atlânticos, o que os fez investir nesta produção.

¹⁰ O capítulo 1 trouxe informações acerca da dinâmica da própria documentação paulista. Os maços de população eram instrumentos de mapeamento da capitania de São Paulo e, assim sendo, modificaram sua forma e conteúdo de acordo com o interesse dos administradores locais. Por este motivo, existe a possibilidade que o capitão-mor da vila, na época Vitoriano Moreira da Costa, tenha percebido a importância que a cafeicultura estava adquirindo na vila e, por isso, tenha ocultado ou dado pouca importância para as informações acerca de outros gêneros, o que reforça o movimento de investimento no café que estamos observando.

Os estudos de caso ajudam a entender esse processo. Em 1825, Vitoriano Moreira da Costa, dono de 25 escravos, plantou 15 mil pés de café, colheu 100 arrobas que foram vendidas por 200 mil réis e, além disso, marcou 300 cabeças de gado vacum e mais 30 cabeças de cavalares. Em 1830, Vitoriano foi anotado como agricultor, dono de 35 escravos, proprietário de fazenda de cria, na qual marcou 30 cavalos, 28 bestas e 20 bois, e produtor de 800 arrobas de café que lhe renderam 2:560\$000 réis no Rio de Janeiro. Logo, em cinco anos ele adquiriu dez novos escravos, reduziu sua atividade criatória, mas aumentou muito suas rendas com a cafeicultura.

Na primeira companhia, o ajudante das ordenanças Faustino Braz Esteves era dono de 22 escravos, plantou cinco mil pés de café com os quais vendeu 200 arrobas que lhe renderam 540 mil réis. Em 1830, o mesmo Faustino listou 26 escravos e uma produção de 400 arrobas de café em duas partes, uma de 300 arrobas e outra de 100 arrobas. A primeira parte foi vendida no Rio de Janeiro por 1:068\$000 réis e a segunda parte foi vendida por 200 mil réis, mas não indicou o local da venda. Assim como o capitão, Faustino aumentou a produção de café, mas adquiriu menos escravos. Ademais, mais do que dobrou suas rendas com o comércio de café.

Pedro Pereira da Fonseca Teles e o alferes Francisco Moreira da Costa foram os proprietários das fazendas que mais plantaram café, alcançando a marca de 30 mil pés. Logo, ambos se dedicaram exclusivamente ao plantio do café, sendo que o alferes produziu 800 arrobas do produto – o maior volume registrado – e Pedro produziu 700 arrobas. Embora ambos tenham transacionado seus efeitos, o café de Pedro foi vendido por “apenas” 400 mil réis, talvez por que tenha comercializado somente parte de sua colheita, mas se assim fez não indicou nos maços, e para o alferes Francisco ainda não havia valores, pois estava no Rio de Janeiro “em ser”.

Em 1830, Pedro da Fonseca Teles produziu 300 arrobas de café que lhe renderam 600 mil réis. Enquanto o alferes Francisco Moreira da Costa arrolou 69 escravos e uma produção de 500 arrobas de café, rendendo um conto de réis.

Entre os que conseguiram os maiores rendimentos têm destaque o sargento-mor Manoel Dias da Cunha Guimarães, natural da cidade do Porto, que com seus dezoito escravos e seis mil pés de café produziu 280 arrobas do produto que lhe renderam 560 mil réis. E, também, o capitão da 5ª companhia, Francisco Gomes de Araújo, filho de D. Margarida Florinda de Jesus com o sargento-mor Eusébio José de Araújo, que neste ano plantou 19.000 pés de café com os quais colheu 250 arrobas que foram vendidas por 500 mil réis.

Em 1830, o sargento-mor Manoel Dias da Cunha Guimarães anotou 20 escravos e produziu 200 arrobas do produto que lhe renderam 800 mil réis. Portanto, embora tenha produzido menos café, ele conseguiu ganho muito superior ao de cinco anos antes. E, o capitão Francisco Gomes de Araújo também anotou 22 escravos, produziu 200 arrobas por 400 mil réis e vendeu 25 sevedos por 200 mil réis.

Todavia, em 1825, o capitão de cavalaria João Fernandes Vieira foi o responsável pelo maior rendimento com o comércio do café ao ter vendido 400 arrobas do efeito por 800 mil réis, produzidos com seus vinte escravos em seus dez mil pés de café. Não obstante, os negócios do capitão não se restringiam ao plantio de café, mas estava atrelado também à criação de animais, já que ele também listou cem cavalares no ventre e afirmou ter marcado outros vinte cavalares, além de ter vendido vinte potros por 200 mil réis. Além disso, João Fernandes Vieira era homem de confiança de Antônio da Silva Prado, um dos maiores empresários do comércio de animais da Província de São Paulo (PETRONE, 1976:6-13).

Em 1830, o capitão João Fernandes Vieira concentrou suas energias na produção de café. Ao todo, o capitão João arrolou 36 cativos e produção de 400 arrobas de café com rendimento de 800 mil réis. Logo, embora tenha aumentado seu plantel de escravos, a sua produção de café manteve-se a mesma de cinco anos antes. O maço de 1830 priorizou a anotação do café, conforme afirmei acima, porém o comércio de animais e a marcação dos mesmos não deixaram de ser retratado pelos recenseadores. Portanto, neste caso, existe a possibilidade de que o capitão tenha encerrado seus negócios com o comércio de animais para se dedicar à produção de café e seu comércio.

Portanto, apesar dos altos ganhos que a cafeicultura permitia, alguns sujeitos mantinham-se ligados a outros cultivos ou à criação de animais. Em 1825, existiram catorze fogos monocultores de café, enquanto outros dez eram dedicados também à criação de animais e outros sete possuíam engenho de açúcar junto com o plantio do café. Ademais, um boticário também fabricou o efeito, enquanto três propriedades colheram alimentos e café, dois fogos produziram os alimentos e criaram animais, duas residências eram dotadas de engenho e criavam animais e outras duas colheram alimentos e tinham engenho de açúcar. Em 1830, os fogos monocultores de café passaram a ser 31, ao todo, mas existiram outros 15 domicílios que produziram outros gêneros concomitantemente, principalmente cana-de-açúcar e a criação de animais.

Assim, o período que se inicia no maço de 1818 e se estende até 1830 foi de virada da produção agrícola taubateana. A produção voltada para o mercado externo esteve presente na vila em todo o período analisado, entre 1780 e 1830. Todavia, a cafeicultura representou o

momento de guinada econômica da vila. As rendas adquiridas com os engenhos de açúcar possibilitaram aumentar as rendas e também sustentar uma nova dinâmica econômica na vila, mais rápida e conectada ao Rio de Janeiro. Porém, a cafeicultura possibilitou ganhos maiores com a agricultura e causou uma atenção maior por parte dos potentados locais e também dos administradores, como o maço de 1830 indica.

Armênio Rangel observou que, entre 1765 e 1835, houve três ciclos econômicos em Taubaté: o ciclo canavieiro, o ciclo da pecuária e o ciclo cafeeiro. Cada um dos ciclos teve aspectos distintos e foi resultado do desenvolvimento econômico local e das pressões do mercado regional. A produção açucareira, entre 1765 a 1805, teve como principais características a “concentração da produção em poucos domicílios e elevada participação na renda monetária da agropecuária” e, embora concentrasse renda nas mãos de poucos sujeitos, a produção de açúcar “poderia estimular outras atividades complementares à agricultura ao dinamizar a economia mercantil da capitania” (RANGEL, 1990: 152). Os ciclos anteriores viabilizaram o estabelecimento da cafeicultura, pois as rendas da cafeicultura e da pecuária possibilitaram a aquisição de mão de obra cativa e o investimento na nova produção (RANGEL, 1990: 147-179).

As vilas de Areias e Bananal tiveram um desenvolvimento parecido com Taubaté, embora tenham sido as pioneiras e as maiores exploradoras da cafeicultura. Motta, afirmou que a vila de Bananal desenvolveu a cafeicultura ainda nos primeiros anos do século XIX. Neste período, o café era tido como uma novidade na região e poucos agricultores se dedicavam ao cultivo. Porém, em pouco tempo, a produção de café dominou a paisagem do “fundo do Vale”, região mais próxima do Rio de Janeiro, atingindo o apogeu na década de 1850. A produção de Bananal foi a maior da província e o rendimento era superior ao da capital. Todavia, a expansão da cafeicultura para as vilas do Oeste causou o rápido declínio de Bananal, Areias e todas as vilas do Fundo do Vale (MOTTA, 1999: 47-63). Klein e Luna, por sua vez, apontam que a produção de café era mais democrática que do açúcar, pois não necessitava de muitos investimentos em maquinário e podia ser produzido em consonância com outras plantas, principalmente alimentos. Os senhores de engenho, todavia, resistiam em substituir o cultivo, posto que, haviam investido na formação dos engenhos. Os dois livros apontam a década de 1850 como o período de desenvolvimento da cafeicultura no Oeste paulista e a paulatina decadência da cafeicultura no Vale do Paraíba. (KLEIN e LUNA, 2005: 91-94).

Na conclusão de “A lavoura canavieira em São Paulo”, Thereza Petrone afirmou que foi a indústria canavieira a “responsável pela modificação completa do panorama econômico

e social da região”, retirando a economia paulista de seu atraso e a alinhando com o mercado internacional. A infraestrutura criada e as rendas acumuladas permitiram, mais tarde, “o rápido crescimento dos cafezais na hinterland de Santos”. Essa infraestrutura – estradas, pontes, caminhos e comunicação – foi desenvolvida no período entre o governo do Morgado de Mateus e o de Mello Castro e Mendonça. Por fim, de forma conclusiva, “Santos, antes de ser o porto do café, foi o porto de açúcar” (PETRONE, 1968: 223).

Da mesma forma, podemos apontar que o desenvolvimento da agricultura taubateana, na segunda metade do XVIII e primeira do XIX, criou as condições necessárias para a expansão da cafeicultura, a partir de 1818 e definitivamente em 1830. O capítulo seguinte vai trabalhar mais detidamente com os principais potentados, indicando a riqueza no momento de abertura de seus inventários. Fica registrado que grande parte dessa riqueza acumulada teve início com a expansão do açúcar, tornando-se nesse momento a consolidação de uma elite econômica e social que iria se beneficiar, em seguida, do desenvolvimento da cafeicultura.

2.4 – O cultivo do açúcar: ser senhor de engenho em Taubaté

A produção de açúcar na capitania de São Paulo teve início na baixada santista, ainda no século XVI, sob as ordens de Martim Afonso de Souza. O empreendimento foi logo marcado pela estagnação e pelo declínio na mesma época em que se deu o início da produção no Nordeste da América Portuguesa, área que tinha terras mais férteis e estava mais próxima do mercado consumidor. Com o declínio do açúcar, os paulistas passaram a se dedicar ao apresamento de índios e na busca de ouro.

Apesar dos engenhos de açúcar, nunca terem desaparecido da capitania paulista, foi na segunda metade do século XVIII que teve início o estímulo sistemático dessa indústria por parte da metrópole. Na época, “as mudanças de hábitos alimentares na Europa”, o aumento do preço do açúcar e a crise na colônia francesa de Santo Domingo, atual Haiti, favoreceram o desenvolvimento da indústria canavieira na capitania de São Paulo (PETRONE, 1968: 9-10).

A restauração da autonomia administrativa da capitania de São Paulo¹¹ foi conduzida pelo governador D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão. Procurou-se estruturar a

¹¹ O debate historiográfico acerca da decadência econômica paulista e sua consequência administrativa estão inseridos no capítulo anterior e, resumidamente, na introdução deste capítulo. Porém, lembramos que, em 1748, a Coroa decidiu por submeter a administração da capitania paulista para o Vice-rei do Brasil, no Rio de Janeiro. Em 1765, sob a ótica Ilustrada e procurando estimular a economia paulista, além das dificuldades do Vice-rei em administrar um território tão vasto, foi restabelecida a autonomia administrativa paulista e Luiz Antônio de

capitania, incentivando a criação de uma infraestrutura que permitisse escoar rapidamente a produção da capitania, organizar o serviço militar, devido à ameaça constante no Sul da América Portuguesa por parte dos espanhóis, e estimular ao máximo os diferentes tipos de cultivos, principalmente aqueles que tivessem como destino Portugal. Essas ideias de Mourão estão descritas nos documentos do Conselho Ultramarino, em 1769 (AHU, São Paulo: cx. 5, d. 347).

O governador afirmou ser necessário plantar o máximo de açúcar possível para baratear o produto e “transportar para fora” (DIHCSP, 1767, v. 67: 169). Da mesma forma, afirmou que navios aportavam no porto de Santos com interesse na aguardente paulista, mas faltavam gêneros que pudessem ser embarcados nos navios, o que desanimava os compradores, algo que deveria ser alterado o mais rápido possível (DIHCSP, 1768, v. 23: 193-196 e 385). Entretanto, só foi a partir do governo de Bernardo José de Lorena que a agroindústria exportadora do açúcar criou forma na capitania de São Paulo.

Influenciado pela política Ilustrada do Conselho Ultramarino, o governador Lorena advertiu várias vezes os capitães e as câmaras paulistas sobre a necessidade de praticar a exportação dos gêneros através do porto de Santos. Para o governador, o monopólio de exportação por Santos era necessário, pois a livre escolha servia apenas para sustentar o comércio de cabotagem que auferia menores rendas para a capitania e não desenvolvia o plantio. A solução, para esse governador, estava no comércio direto para o Portugal (PETRONE, 1968: 14-18).

Todavia, Bernardo José de Lorena não se contentou em escrever sobre a necessidade de exportação, o governador organizou e pôs em prática a construção de um novo caminho que ligava a vila de São Paulo ao porto de Santos, o que garantia melhor acesso, facilitando o comércio e, ao mesmo tempo, cuidando para que a produção do açúcar não sofresse com as intempéries da viagem, o que poderia ocasionar numa redução da qualidade do produto. A criação do “caminho do Lorena” refletiu no próspero período de 1780 e 1790 quando as duas principais áreas de cultivo paulistas chegaram a produzir mais de 80 mil arrobas de açúcar (ALDEN, 1999: 559-560).

Na capitania de São Paulo, portanto, ocorreu uma grande mudança no padrão de comércio e produção na segunda metade do século XVIII. A mudança, porém, “não foi no sentido de uma economia miserável para uma economia fértil”, mas numa economia que

Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, foi nomeado governador da capitania, cargo que ocupou por dez anos.

deixou de ser voltada para o abastecimento interno e “passou a dirigir-se ao mercado externo” (SERRATH, 2007: 93).

Na vila de Taubaté, contudo, esse processo foi mais sutil. Embora tenha ocorrido o aumento substancial de escravos africanos, os taubateanos não desenvolveram a indústria açucareira da mesma forma que seus pares do Oeste paulista ou mesmo de Guaratinguetá (HERRMANN, 1986: 53-108). E, entre 1805 e 1817, houve o declínio da agricultura de exportação, o que ocasionou a inversão de capitais na criação de animais, “cujas vendas atingiram uma participação máxima de 69,4%” dos fogos (RANGEL, 1990: 110-114, citação p. 119).

O aumento da produção voltada para a exportação ocasionou o desenvolvimento da economia taubateana como um todo, o que proporcionou a formação de novas famílias na vila, contando com a imigração de pessoas livres para Taubaté e no aumento de escravizados, especialmente homens jovens. Este processo resultou no crescimento da população taubateana (RANGEL, 1990: 162-179). Essa realidade, porém, não foi exclusiva de Taubaté, mas fez parte da conjuntura do Vale do Paraíba que, até 1808, possuía muitos engenhos com poucos escravos (KLEIN e LUNA, 2005: 55-60).

A instalação dos engenhos em Taubaté remonta ao período das duas primeiras décadas dos setecentos quando ocorreu a inversão de capitais auríferos para a instalação de engenhos de açúcar, sendo que, na década de 1720, a produção do açúcar foi arrolada em mais de 70% dos inventários do período. Portanto, o período de euforia com a mineração serviu, também, para o investimento de parte das rendas em engenhos de açúcar, num contexto de redução da pecuária. Logo, anotou-se que neste período 1/3 da fortuna declarada em inventários taubateanos estavam investidas em engenhos de açúcar ou em escravos (ALVES, 1998: 14-18). Assim, verificamos que a produção de açúcar esteve presente na vila de Taubaté ao longo de todo o século XVIII, sendo substituída paulatinamente pelo café no século XIX, embora Petrone tenha afirmado que somente “nas últimas décadas do século XVIII [...] a população passou a interessar-se pelo cultivo da cana de açúcar, animado com as possibilidades de exportação para o Rio de Janeiro e Europa” (PETRONE, 1968: 38-41, citação p. 38-39).

Apesar de Alves ter percebido o investimento dos taubateanos em engenhos de açúcar, a produção taubateana não pode ser comparada com as áreas do Oeste paulista. No Vale do Paraíba, como um todo, o açúcar não teve o papel estruturante e monopolizador como em outras áreas. Esse desinteresse do vale-paraibano criou a noção nos administradores da época, e também para viajantes e analistas do período, de que a região seria pobre e

decadente, já que não produzia grandes volumes de açúcar que era considerado o principal gênero da colônia (SAINT-HILAIRE, 1953). De acordo com o governador Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, em 1799, a vila de Taubaté teria catorze engenhos, assim como a vila de Pindamonhangaba e a vila de Guaratinguetá tinha 65 engenhos e a de Lorena mantinha 31 (PETRONE, 1968: 37-39).

A explicação para essa situação reside na forma de plantação praticada no Vale do Paraíba paulista que privilegiava a policultura e a criação de animais, especialmente porcos. Isso está explícito no Registro de Boa Vista, na estrada de Guaratinguetá para Cunha, que informou a passagem de 15.605 arrobas de açúcar, 161 medidas de aguardente, 21.039 arrobas de toucinho e 15.021 arrobas de fumo e no Registro de Piraí, no qual passaram 347 arrobas de açúcar, toucinho, fumo e algodão em pano (PETRONE, 1968: 39).

De acordo com Petrone, o café também teria influenciado a indústria açucareira taubateana, pois seu surgimento ainda no século XVIII causou a concorrência de investimentos o que levou ao desenvolvimento do café em detrimento do açúcar. A autora afirma que o café, no início do XIX, “já era o produto mais importante, responsável pelo papel econômico, social e político do Vale do Paraíba paulista”, apesar de a cana não ter desaparecido das residências vale-paraibanas e taubateanas (PETRONE, 1968: 41).

Os maços de população refletem a importância do açúcar na economia e sociedade taubateanas. Apesar do açúcar não monopolizar as forças produtivas da vila, a sua presença nos maços foi constante e em volumes superiores aos dos outros artigos.

Em 1802, dezesseis propriedades listaram o cultivo da cana, o que totalizou um volume de 3.325 arrobas de açúcar e este comércio movimentou 1:328\$600 réis em vendas feitas no Rio de Janeiro e na própria vila. Entre os produtores de açúcar todos executaram outra produção, fosse o simples plantio de alimentos ou a criação de animais ou mesmo o serviço de negociante, e somados tinham 391 escravos, incluindo os dois maiores plantéis da vila: o do sargento-mor Eusébio José de Araújo com 62 cativos e do reverendo Francisco Moreira da Costa com 44 escravos. As propriedades produtoras de açúcar somadas detinham mais de 40% da mão de obra cativa, entre os fogos das elites. E de todos os fogos listados com açúcar somente Lourenço Garcia de Toledo e Francisco Moreira da Costa não apresentaram posto nas ordenanças.

O fogo do capitão de cavalaria Manoel Luís da Costa Guimarães era um dos mais bem-sucedidos da vila, em todo o período dessa pesquisa. No ano de 1802, o capitão se dedicou a diferentes segmentos: primeiro ele manteve negócio de fazenda seca em sociedade com seu sobrinho João José Lopes, com a qual cada um lucrou 100 mil réis; segundo, ele

afirmou ter marcado diferentes animais, além de ter vendido 300 cabeças de bois em Sorocaba, o que lhe deu prejuízo, mas, ainda assim, comprou outras 650 cabeças por 2:400\$000 réis; terceiro, no Rio de Janeiro, ele comprou diferentes artigos para fazenda seca, gastando perto de cinco contos de réis, o que lhe rendeu 160 mil réis de lucro na vila, mais 160 mil réis de lucro na vila de São Luiz do Paraitinga, onde revendeu os efeitos para Agostinho Pereira de Barros¹², e vendeu perto de dois contos de réis em fazenda seca na vila de Curitiba; quarto, vendeu 450 arrobas de açúcar no Rio de Janeiro, o que lhe auferiu lucro de 360 mil réis; quinto e último, ele colheu milho, feijão, farinha, arroz e fabricou 120 arrobas de toucinho que foram vendidos no Rio de Janeiro com lucro de 40 mil réis.

O capitão Manoel Luís da Cunha Guimarães¹³ era o maior proprietário de terra da vila de Taubaté, ele “possuía três imóveis localizados nos bairros rurais de Jacutinga, Piracongana e Caçapava, com 2.178, 4.900,5 e 4.356 hectares de área respectivamente” (RANGEL, 1990: 236). Suas terras representavam quase 13% de toda área da vila e, ao mesmo tempo, a sua fortuna foi considerada uma das três maiores da vila, quando se analisou a quantidade de escravos, as terras de que era dono e os instrumentos adquiridos nessas terras. Juntas, as três maiores fortunas taubateanas, em 1817, controlavam 10,5% dos escravos e 15% das terras da vila (RANGEL, 1990: 250-254).

O capitão José Gomes Vieira de Almeida também foi arrolado como senhor de engenho e fabricou, ao todo, 650 arrobas de açúcar que foram exportadas para o Rio de Janeiro, mas ainda não haviam sido vendidas. Além disso, o capitão também colheu milho, feijão e arroz, com seus 30 escravos, incluindo onze africanos, um deles foi comprado no mesmo ano direto do capitão José Dias instalado no Rio de Janeiro.

Outro sujeito que teve uma participação importante na produção de açúcar da vila foi o tenente-coronel de milícias Antônio Moreira da Costa que, assim como Manoel Luís, dedicou-se a vários setores produtivos. Como senhor de engenho fabricou 650 arrobas de açúcar, que foram exportadas para o Rio de Janeiro com lucro de 520 mil réis, e, também, 25 barris de aguardente, que foram vendidas na própria vila com lucro de 20 mil réis. Já na sua fazenda de criar animais, ele marcou 53 animais entre gado vacum, cavalares e bestas. Nas

¹² Agostinho Pereira de Barros era parente de Feliciano Pereira Barros, sócio de Pedro Pereira da Fonseca Teles. Ao falecer, em 1851, Feliciano deixou em seu inventário quase 40 contos de réis em bens. Ao todo, anotou 53 escravos de diferentes idades e listou onze bens imóveis, sendo três cafezais pelo valor de 4:080\$000 réis e um engenho por 200 mil réis. Os inventários e a genealogia da família indicam que, na primeira metade do XIX, essa família tinha negócios por todo o Vale do Paraíba, participava do comércio de animais em Curitiba e Sorocaba e, também, possuía negócios na Corte.

¹³ Infelizmente, o inventário do Capitão Manoel Luís da Cunha Guimarães está atualmente dado como perdido pelo Arquivo Municipal de Taubaté, existindo somente um auto de notificação de 1824, mas que não contém informações sobre as atividades econômicas do capitão.

terras destinadas a policultura, ele colheu milho, feijão, arroz, farinha e 600 arrobas de fumo, que foram vendidas no Rio de Janeiro com lucro de 100 mil réis. Por fim, o tenente-coronel Antônio também atuou como negociante, comprando no Rio de Janeiro ferro, aço, fazenda seca, escravos, sal, vinho, aguardente do Reino, vinagre e azeitona, o que somado confere o valor de 8:102\$000 réis em artigos, e, até aquele momento, havia correspondido ao lucro de 640 mil réis. Logo, o tenente coronel Antônio Moreira da Costa foi o negociante que mais investiu na importação de produtos do Reino para a vila de Taubaté.

Em 1808, a flutuação dos preços do açúcar parece ter influenciado o plantio da cana o que resultou numa colheita ainda maior. Isso porque, nove fogos indicaram a produção do efeito, dos quais seis possuíam postos nas ordenanças e um era o Reverendo Francisco Moreira, totalizando 5.420 arrobas em mercadoria e um comércio que movimentou 1:025\$000 réis entre a vila e o Rio de Janeiro. O valor menor de rendas do açúcar, em comparação com 1802, ocorreu, pois, o reverendo Francisco Moreira da Costa, que produziu 2.500 arrobas de açúcar, e o capitão-mor Manuel Correa Bitencourt, fabricante de 500 arrobas, não informaram o valor de seus produtos.

O tenente-coronel Cláudio José de Camargo¹⁴, dono de trinta escravos, foi responsável por negociar 100 arrobas de açúcar e as vendeu na vila por 60 mil réis, assim como vendeu aguardente por 50 mil réis. E, além disso, ele comprou artigos no Rio de Janeiro que perfizeram mais de quatro contos de réis e os vendeu para os comerciantes da vila com lucro de 800 mil réis.

O alferes José Reis da Silva deixou a sua propriedade sob os cuidados de seu filho, o alferes José dos Santos Silva, enquanto se ausentava em Curitiba. Na propriedade foram marcados 26 animais, produzidas 400 arrobas de açúcar e outras 800 arrobas de açúcar do ano anterior foram negociadas com lucro de 600 mil réis, provavelmente com a chancela do pai.

Ao contrário da situação verificada em 1802, no ano de 1808 existiram propriedades monocultoras do açúcar, o que sugere uma especialização do plantio, o que ocasiona a concentração dos mecanismos geradores de grandes lucros nas mãos de poucos enquanto “grande parte da população desenvolve apenas atividades de baixa lucratividade” (ALVES, 1990: 32).

O maço completo de 1808 apresentou a produção de 8.470 arrobas de açúcar, entre o açúcar produzido no próprio ano e o que havia sido produzido no ano anterior. O comércio de açúcar resultou no ganho de 1:425\$000 réis, mas nem toda a produção foi vendida. A maior

¹⁴ O inventário do tenente-coronel também não se encontra no Arquivo Histórico Municipal de Taubaté.

parte da produção do açúcar (3.150 arrobas) foi feita na primeira companhia, sendo o domicílio de Francisco Moreira da Costa responsável pela produção de 2.500 arrobas. Na segunda companhia, Feliciano Pereira de Barros produziu 600 arrobas de açúcar e Francisco Mendes Portela produziu outras 70 arrobas. Na quinta companhia, José Reis da Silva produziu 400 arrobas e vendeu outras 800 arrobas do ano anterior. E, por fim, na sétima companhia João da Costa Manso produziu 100 arrobas de açúcar e 20 barris de aguardente. Portanto, conforme indicado anteriormente, a produção de açúcar, em geral, ficou restrito aos principais domicílios da vila, mas proporcionou o desenvolvimento de outros ramos econômicos para sustentar a agro exportação.

Em 1824, veio a óbito o reverendo Francisco Moreira da Costa. Em seu inventário, aberto em 1824, mas partilhado no ano seguinte, foram descritos três bens de raiz, uma morada sobrada na Rua Direita (1:600\$000r.), a fazenda Santa Ana de Itaim Mirim (4:800\$000r.) e um cafezal com oitenta mil pés na mesma fazenda, que foi descrito separadamente (3:200\$000r.). Portanto, embora tenha sido um grande produtor de açúcar, na década de 1820, o reverendo investiu na produção de café e passou a comercializar o produto. No mesmo inventário, há a anotação de 112 arrobas de café vendidos no Rio de Janeiro em benefício do coerdeiro o capitão-mor Vitoriano Moreira da Costa e outras 36 arrobas também estavam para venda no Rio de Janeiro e deveriam favorecer o mesmo herdeiro (AHMT, 1824, Francisco Moreira da Costa: 22-24)¹⁵.

A partir de 1812 a situação do açúcar na vila foi de declínio acentuado, uma vez que somente cinco fogos fabricaram essa mercadoria neste ano. Mesmo assim, estas cinco propriedades fizeram 1.250 arrobas de açúcar, mas o cultivo ainda não estava maduro ou a cana ainda não havia sido negociada e, por isso, não são relatados os valores do comércio. Esses fogos tinham 150 escravos ao seu dispor, menos de 15% dos escravos arrolados pela pesquisa.

O domicílio do tenente Manoel Dias da Cunha Guimarães fabricou 200 arrobas de açúcar e 120 arrobas de café com o trabalho de seus 19 escravos. Feliciano Pereira Barros foi dono de 24 escravos e o único dos produtores a não arrolar um posto nas ordenanças, mas afirmou ter se dedicado exclusivamente ao açúcar, produzindo 400 arrobas. O capitão Francisco Ramos da Silva também foi monocultor e fez 300 arrobas de açúcar que foram

¹⁵ No próximo capítulo iremos de detalhar o inventário do reverendo Francisco. Porém, além dos investimentos na cafeicultura e nos bens imóveis, o reverendo emprestou pouco mais de 21 contos de réis para diferentes pessoas da vila, inclusive pessoas de sua sociedade. E, por outro lado, anotou cerca de 22 contos de réis como dívidas ativas. Além disso, investiu 6:93\$880 réis em 59 escravos e adquiriu mais 32 escravos por 6:175\$000 réis com o comerciante Manoel Guedes Pinto da cidade do Rio de Janeiro. Acredito que os escravos foram subanotados ainda assim, pois os maços de população revelam que, em 1818, ele tinha 105 escravos.

repassadas ao Rio de Janeiro, mas ainda não haviam sido vendidas. Por fim, o alferes José Rodrigues da Silva fabricou 200 arrobas de açúcar que ainda não estavam prontas e negociou 80 mil réis do açúcar do ano anterior, além disso, marcou 36 animais.

No entanto, o principal fogo era, novamente, do reverendo Francisco Moreira da Costa que, com seus 128 escravos, fabricou 150 arrobas de açúcar, marcou 57 animais e criou 120 porcos, e vendeu 200 mil réis em mantimentos na vila.

Em 1818, a cana de açúcar foi cultivada em nove unidades, o que resultou em 1.506 arrobas de açúcar e foram transacionadas 516 arrobas totalizando 652 mil réis. Entre os fogos foram utilizados 314 escravos que correspondiam a 1/3 dos cativos arroladas pela pesquisa, sendo que, novamente, o fogo do Reverendo Francisco Moreira da Costa teve o maior plantel de toda a vila com 105 escravos e mais dois de seus agregados. Além disso, cabe registrar que os três maiores plantéis da vila eram de proprietários de engenhos que utilizaram seus cativos para produzir açúcar.

Todavia, o único fogo a se dedicar exclusivamente ao açúcar foi o de Antônio Vieira Silva, dono de treze escravos, que afirmou ter sítio com engenho e com este fabricou 50 arrobas, vendidos na vila por 100 mil réis. Não obstante, o capitão José Correia de Siqueira foi o proprietário da menor quantidade de escravos (11) a arrolar o açúcar, embora, ao que tudo indica, a produção do açúcar não era central para esse senhor, já que ele também era criador de animais¹⁶. Na realidade, ele afirmou ter marcado quarenta animais e vendido quarenta rezes, por 80 mil réis, seis potros, por 48 mil réis, e vinte porcos, por 40 mil réis. Ainda assim, o açúcar tinha um papel importante nas suas finanças, uma vez que ele vendeu as 50 arrobas que fabricou pelo valor de 100 mil réis, ou seja, o açúcar correspondeu pouco mais de 1/3 das suas rendas anuais.

O cultivo do açúcar conjuntamente com a pecuária foi a regra na vila, cuja exceção foram os fogos de Antônio Vieira Silva e de Pedro da Fonseca Teles. O senhor de engenho e capitão da cavalaria Manoel Luís da Cunha Guimarães possuía 43 escravos e fabricou cem arrobas de açúcar, marcou cinquenta animais e vendeu cem cabeças de porcos que lhe renderam 300 mil réis. O tenente reformado Francisco Mendes Portela foi descrito como

¹⁶ Em 1824, o capitão José Correia de Siqueira faleceu e deixou para sua esposa, dona Ana Francisca de Jesus, as seguintes terras: dois engenhos (14 mil réis), uma casa com engenho (64 mil réis), um sítio de morada (um conto de réis) e um cafezal “arruinado pelas formigas” (40 mil réis). Por outro lado, deixou os seguintes bens de raiz: uma morada na Rua das Flores, região central, no valor de 1:790\$200 réis e uma fazenda de cria no bairro do Borbá, na vila de Pindamonhangaba, pelo valor de 907 mil réis. Na listagem dos animais transparece que o capitão investiu em diferentes seguimentos econômicos, pois também arrolou 62 animais de diferentes tipos no valor de 554 mil réis (AHMT, 1824, José Correia de Siqueira: 7:18).

“agricultor” e sua produção foi de 20 arrobas de açúcar, que lhe renderam 40 mil réis, mais cinco vezes vendidas por 15 mil réis e outros oito animais marcados.

O caso de Manuel Borges Serra é interessante por mostrar a importância da pecuária na vila, uma vez que as rendas com o açúcar, 32 mil réis por 16 arrobas do produto, foram muito menores do que as auiltadas com os animais: 120 mil réis por 15 potros, 40 mil réis por 20 bois e mais de um conto de réis por 350 cabeças de porcos. Da mesma forma, o já citado Reverendo Francisco Moreira da Costa, fabricou açúcar e aguardente, mas sua maior renda veio da venda de 234 porcos pelo valor de 702 mil réis, embora suas 500 arrobas de açúcar ainda não tivessem sido vendidas.

A propriedade do senhor de engenho Pedro da Fonseca Teles é o último caso da lista nominativa que merece destaque. Em primeiro lugar, porque esse senhor afirmou ter fabricado 380 arrobas de açúcar e mais 72 arrobas de café, o que lhe renderam 380 mil e 144 mil réis, respectivamente, ambos vendidos no Rio de Janeiro. E, em segundo lugar, pois ele indicou, também, que Feliciano Pereira Barros, seu sócio, morava com ele naquele ano. No entanto, na lista de 1812, os dois senhores aparecem em fogos diferentes, sendo que Feliciano era o dono do engenho e havia fabricado 400 arrobas de açúcar, enquanto Pedro se dedicava exclusivamente para a criação de porcos que vendia no Rio de Janeiro.

A partir de 1825 ocorreu uma mudança sensível nos plantios feitos na vila de Taubaté, sendo que o café passou a ganhar cada vez mais importância, ainda que não tenha substituído por completo o açúcar. Não obstante, neste ano quatro fogos se dedicaram à produção do açúcar, nenhum sendo de forma exclusiva. A colheita foi da ordem de 354 arrobas, com rendimentos de 584 mil réis.

O capitão Antônio Alves dos Santos fabricou 80 arrobas de açúcar e 80 barris de aguardente, o que lhe rendeu 96 mil e 56 mil réis, respectivamente, mas ele também colheu os alimentos milho e feijão, ambos comercializados no mercado local.

Enquanto isso, o sargento-mor Francisco Ramos da Silva, dono de 23 escravos, fabricou 100 arrobas de açúcar, que vendeu por 200 mil réis, e criou cem porcos, além de ter vendido a carne de outros 25 porcos por mais de 110 mil réis. E o reinol e capitão reformado Soledônio Antônio de Andrade, com seus 20 escravos, fez a transição entre o açúcar e o café, além de ter criado animais. O açúcar lhe rendeu 24 arrobas e um valor de 48 mil réis, enquanto na cafeicultura foram plantados três mil pés, o que produziu 25 arrobas do efeito vendidas a 32 mil réis.

Por fim, Antônio Vieira da Silva indicou estar num plantio de transição. Ele colheu 150 arrobas de açúcar e os comercializou por 240 mil réis, mas também havia plantado mil pés de café e colhido 24 arrobas, mas que ainda estavam “em ser”.

Tabela 2.7 – Produção de açúcar entre a elite taubateana.

Ano	1802	1808	1812	1818	1825	1830
Produção (@)	3325	5420	1298	1506	354	200
Valor (mil réis)	1.270	956	80	652	584	400
Escravos	391	231	240	314	82	15

A Tabela 2.7 resume a produção de açúcar na elite taubateana, ou seja, nos fogos que mantinham mais de dez escravizados e/ou que tinham postos nas ordenanças ou ainda quando eram também ligados ao comércio. Os dados mostram que a evolução do açúcar se estendeu até 1808 e depois sofreu um declínio naquelas propriedades. Em 1830, somente o fogo de Antônio Vieira listou a produção de 200 arrobas de açúcar e o valor de 400 mil réis nesta produção.

Entretanto, alguns pontos merecem destaque e ressalvas. Em primeiro lugar, o foco dessa pesquisa está na formação das elites e, por isso, os fogos com menos de dez escravos não foram listados. E, como foi indicado na lista de 1808, alguns fogos mais humildes também fabricaram o açúcar, geralmente utilizando o engenho de vizinhos, embora tenham sido poucos. E, em segundo lugar, a redução do açúcar nos fogos pode ter ocorrido em função do desenvolvimento de outras atividades mais rentáveis, como a pecuária e a cafeicultura, e não devido à estagnação da economia taubateana ou por “preguiça” de seus moradores ou mesmo pela queda nos preços. Conforme afirmou Saint-Hilaire, “antigamente [em Taubaté] era a cana que mais se plantava, mas depois que o café teve alta considerável, os cultivadores só querem tratar de cafesais (sic)” (SAINT-HILAIRE, 1953: 95).

2.5 – A movimentação de tropas e pecuária na vila de Taubaté

O comércio de gado foi uma das atividades mais rentáveis da capitania de São Paulo durante e após a mineração. As áreas mineradoras dependiam do suprimento de animais para poderem exportar o ouro extraído e utilizavam esses animais para o transporte de mercadorias trazidas para a área de mineração. Da mesma forma, as áreas próximas às minas e que praticavam a agricultura também dependeram da tração animal.

Na primeira metade dos setecentos, a região Sul da América portuguesa desenvolveu a criação de animais advindos da parte espanhola da América. Esses cavalos eram considerados mais fortes e resistentes do que os cavalos produzidos na América portuguesa.

Além disso, outros animais eram criados nessa área propícia e depois enviados para os mercados consumidores, principalmente Minas Gerais e as indústrias açucareiras que utilizavam a força de tração dos quadrúpedes (GIL, 2009).

Ao menos desde 1750, a feira de Sorocaba ficou conhecida como o principal ponto de comércio e distribuição do gado que “despontava do longo caminho vindo do Sul”. A feira ocorria de forma intensa uma vez ao ano, quando os negociantes se reuniam para avaliar e comprar o gado, que depois seria levado pelos tropeiros até o comprador. O século XVIII foi chave para o desenvolvimento desse comércio e dessa vila, pois com a estabilização da demanda mineira, mas com o aumento da procura desses animais pela capitania do Rio de Janeiro e das lavouras canavieiras do Oeste paulista, ocorreu o forte desenvolvimento desse comércio, quando a vila de Sorocaba “especializou-se [...] na intermediação do gado sulino” (BACELLAR, 2001: 26).

Nota-se, portanto, que Sorocaba não era o centro produtor do gado, mas o centro de negócios referentes à pecuária. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, estimulou ainda mais os negócios do gado, havendo uma euforia por parte dos sorocabanos e a escassez de gado e carne nas outras partes (BACELLAR, 2001: 32).

As pesquisas tentam quantificar melhor o trânsito de animais pela capitania/província de São Paulo. No século XVIII, a documentação é mais restrita e a quantificação se torna um pouco mais difícil, embora existam estimativas. Para o século XIX, os documentos e as séries estatísticas são mais confiáveis, ainda que não seja possível quantificar o volume exato. O panorama geral indica que houve um progresso contínuo, mas suave, da exportação de animais no século XVIII. Na primeira metade do século XIX esse comércio se tornou mais dinâmico, mas, a partir de 1850/60, houve um declínio acentuado do comércio de animais na feira de Sorocaba. Utilizando os registros de passagens e os documentos sobre os tributos do Novo Imposto, diferentes autores sugerem que o no triênio de 1820-1822 tenha passado entre 14 e 21 mil animais por Sorocaba. O rebanho vacum estabeleceu-se entre 6 e 7 mil animais, enquanto o cavalariço tenha passado de 1.919 animais em 1821 para 7.400 em 1829 (SUPRINYAK, 2008: 41-46).

Em 1770, o governador de São Paulo, Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, escrevia ao marquês de Lavradio advertindo sobre o comércio de burros que a capitania de Minas Gerais estava tentando fazer, importando animais de outras partes e criando-os próximos a áreas mineradoras. Isso era um problema para São Paulo, pois a “passagem delas [as bestas] e os direitos que pagam nos registros são a principal renda que tem a Provedoria de Viamão e a desta capitania de São Paulo” e, assim, o governador tentava coibir a criação de

animais por parte dos mineiros, mas até aquele momento suas ordens não haviam surtido efeito, tendo prevalecido “a conveniência particular” (DIHCSP, 1770, v. 34: 284-285).

A dificuldade desse comércio pode ser apontada como uma das causas para que não tenha havido uma especialização nesse negócio, no qual mesmo um grande negociante fazia investimento com parcimônia, sabendo que esse comércio possuía um tempo próprio, mais lento e que envolvia outras praças mercantis (GIL, 2009: 54).

No entanto, Antônio da Silva Prado, que depois se tornaria o Barão de Iguape, foi um dos negociantes que concentraram esforços no comércio de animais. No período de 1818 a 1826, Antônio registrou em sua documentação particular vários detalhes sobre o comércio de gado, no qual ele era ativo participante. Após sua migração de Catité, na Bahia, para São Paulo, o negociante fez uma série de investimentos, inclusive arrematando os impostos cobrados sobre o trânsito do gado, tornando-se um dos homens mais ricos da Província (PETRONE, 1976: 6-7).

A atuação de Antônio da Silva Prado na pecuária dependia de locais apropriados para as invernadas de seus animais e de parceiros que mantivessem a tropa. No Vale do Paraíba, existiam áreas favoráveis à invernada do gado e, devido à proximidade com o Rio de Janeiro, os animais faziam uma parada obrigatória nos arredores da vila de Taubaté. A parada servia, também, como centro regulatório do fluxo de animais para o Rio de Janeiro, o que possibilitava maior controle sobre os ganhos com o negócio.

João Fernandes Vieira e Alexandre Gonçalves do Vale eram os “encarregados de vigiar o tratamento do gado invernado nessa localidade” e responsáveis pela organização das bestas que deviam partir para o Rio de Janeiro. A delonga da tropa ocorria para engordar alguns animais que chegavam a Taubaté, o que aumentaria o valor deles no Rio de Janeiro, e por isso, João Fernandes Vieira era encarregado de cuidar desses animais. A estadia dos animais, porém, não era sem custos, havendo cobrança por cabeça ou por tempo de uso do pasto. Em 1821, Alexandre Gonçalves do Vale informou que gastou 397 réis por cabeça, o que totalizou 96\$529 réis com os pastos taubateanos (PETRONE, 1976: 65-67).

Outro problema encontrado pelos negociantes das boiadas eram os caminhos que deviam percorrer que chegava a mil quilômetros. Entre 1780 e 1810 foram contadas mais de duas mil viagens de transporte de animais, apenas no sentido Sul-Norte, envolvendo mais de quinhentos negociantes que foram ajudados por um número incalculável de peões, capatazes, fiadores, cobradores, fiscais e outros homens que forneciam desde estadia até os alimentos necessários para os trabalhadores (GIL, 2009: 60). Era necessário, portanto, que os caminhos

estivessem bons e com paradas, além de um sistema de comunicação que permitisse a circulação de informações, como o preço do animal no local de destino.

Em 1774, o governador de São Paulo passou ordens para que os capitães de diferentes partes executassem a construção e manutenção das paradas que existiam entre Viamão e o Rio de Janeiro. As paradas serviram para manter eficiente comunicação entre as vilas do caminho, o que asseguraria mais rápido despacho de cartas e notícias. Da mesma forma, uma ordem semelhante foi enviada para os capitães de Mogi das Cruzes, para que existissem paradas conservadas no caminho entre a vila e Minas Gerais (DIHCSP, 1774, v. 33: 156-158). Isso porque, em 1771, o mesmo governador já havia mostrado interesse na estrada entre a capitania e o Rio de Janeiro, enviando o tenente Policarpo Joaquim de Oliveira ao caminho, indicando-lhe que examinasse o caminho para relatar com detalhes o modo pelo qual ele podia ser melhorado (DIHCSP, 1771, v. 65: 357).

O novo governador pedia ao Vice-rei, em 1775, que enviasse portaria para ser expedida a Gabriel Alves da Costa que ficaria responsável por fazer melhoramentos no caminho que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, o que, de acordo com o governador, teria muita utilidade e comodidade para as capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (DIHCSP, 1775, v. 42: 36-37). Alguns meses depois, o governador enviou carta ao Vice-Rei agradecendo pela portaria expedida a Gabriel Alves da Costa e garantiu que a melhoria da estrada não incentivaria o contrabando de ouro ou o envio do ouro por mar, uma vez que a estrada seguia em direção ao Rio de Janeiro e a viagem até o porto de Santos seria muito longa e dificultosa, o que inviabilizava o descaminho do ouro (DIHCSP, 1776, v. 42: 90).

A má conservação das estradas foi um problema constante da capitania que diferentes governadores tentaram resolver, mas não obtiveram sucesso. Alguns trechos eram pontilhados por ervas que prejudicavam os animais, especialmente entre Sorocaba e Taubaté, e os condutores deveriam estar atentos. Por outro lado, em algumas localidades o excesso de chuva causava o surgimento de atoleiros que cobriam até os joelhos dos animais com uma lama pegajosa. O interesse dos governadores em melhorar as estradas esbarrava, geralmente, na alegada falta de rendas para a feitura das obras (PETRONE, 1976: 55-57).

Ainda assim, em 1806, o comércio de tropas era responsável por grande parte das rendas do governo. O “cofre do Rendimento das Boiadas” estava com quase 900 mil réis de renda e, por estímulo do governador, essa quantia deveria ser utilizada para auxiliar os pobres e os necessitados através da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital de São Paulo. Da mesma forma, o governador Franca e Horta acatou a ideia do juiz ordinário da câmara de

Lorena para a construção de uma ponte na vila que possibilitasse o trânsito mais rápido das boiadas (DIHCSP, 1806, v. 57: 5).

Aos taubateanos era solicitado, ainda em 1776, que fossem enviados víveres e mantimentos para os trabalhadores de Guaratinguetá que estavam abrindo o caminho do Vale do Paraíba com o Rio de Janeiro. De acordo com a ordem, o caminho seria benéfico para todos os moradores dessas vilas e, por isso, os taubateanos deveriam ir ao socorro com a maior brevidade possível, pois existia abundância de mantimentos na vila, enquanto em Guaratinguetá havia a necessidade extrema (DIHCSP, 1776, v. 76: 151).

Na realidade, a participação de Taubaté no comércio de animais ia além de paradas para internada ou no auxílio à construção de estradas e caminhos. Os fogos taubateanos eram responsáveis pelo fornecimento de animais e de carne para a região e para a cidade do Rio de Janeiro.

Em 1802, havia diferentes formas de inserção no mercado de bestas e muars. Ao todo, 29 fogos registraram que criaram ou comercializaram diferentes animais, sendo que em seis residências foi usada a denominação “fazendeiro” que estava associada com a criação de animais. O alferes Francisco da Cunha Souza fabricou milho, feijão, arroz, farinha e café, mas foi listado como fazendeiro por ter marcado 27 cavalos. Da mesma forma, o capitão reformado da cavalaria Antônio Cordeiro Coutinho foi arrolado como fazendeiro e como senhor de engenho. Na primeira atividade marcou 10 bestas, 12 cavalos e 24 animais do tipo vacum, dos quais 10 foram vendidos na própria vila por 32\$000 réis. Na segunda atividade fabricou milho, feijão e 100 arrobas de açúcar que ainda estavam maturando.

No entanto, os maiores fazendeiros da vila foram: o tenente coronel Antônio Moreira da Costa e o capitão da cavalaria Manoel Luís da Costa Guimarães, ambos citados anteriormente. Analisando somente os seus animais, Manoel Luís da Costa Guimarães foi responsável por marcar mais de 60 animais e por ter vendido 120 arrobas de toucinho no Rio de Janeiro, o que lhe garantiu lucro de quarenta mil réis. Não obstante, como negociante de tropas comprou 300 bois em Sorocaba que foram vendidos com prejuízo. Ainda assim, ele encomendou mais 650 bois por mais de dois contos de réis em Curitiba, diretamente do Tenente Coronel Francisco de Paula Ribas. Antônio Moreira da Costa, por sua vez, marcou 53 animais, entre bovinos, cavalaes e bestas, mas não participou da venda dos animais.

Além deles, José Correa Leme Marzagão, também capitão da cavalaria, arrolou diversos agregados em Curitiba e em Minas Gerais, informando, ademais, que era proprietário de “campos de criar” animais, os quais alugavam por 50 mil réis para o alferes Joaquim Moreira Vieira. O ajudante João Gomes de Araújo também tinha campo de criar, no qual

marcou cinco cavalos, e participava do comércio de gado de Curitiba, tendo comprado 1050 bois por 4:400\$000 réis que se encontravam no Rio de Janeiro esperando para serem vendidos. Em seu inventário, em 1807, o capitão João Gomes de Araújo listou 93 animais de diferentes tipos, um lote de cinco capados pequenos, mais 19 cabeças de porcos e 20 leitões, somando 530\$760 réis, além de “uma fazenda de criar, no lugar chamado Pirangoa, com dois lanços de casa de pau e barro, cobertos de palha, já muito velho” avaliado por 151\$000 réis (AHMT, 1807, João Gomes de Araújo: 8-15b)¹⁷.

Nesse primeiro maço, portanto, percebemos que na vila de Taubaté existiam campos de criar que, provavelmente, eram utilizados para internada do gado em trânsito com a cobrança de certa quantia. No entanto, essa não foi a única forma que os taubateanos encontraram de participar nesse negócio. Conforme foi citado, existiam também negociantes que iam para Curitiba e Sorocaba para adquirirem suas próprias boiadas e de lá retornavam para revender os animais na vila ou no Rio de Janeiro.

Em 1808, o número de sujeitos declarados fazendeiros aumentou para cinco, mas o sargento Vicente Ferreira do Apocalipse não tinha escravos e não informou nenhum detalhe sobre seus negócios. Entre as outras propriedades têm proeminência o fogo do reverendo Francisco Moreira da Costa que, além de ter fabricado 2.500 arrobas de açúcar com seus setenta escravos, havia marcado 39 animais nesse ano. Não obstante, o reverendo afirmou ser irmão do tenente coronel Antônio Moreira da Costa, o que mostra a importância da família na pecuária e na economia taubateana como um todo. E, outro caso interessante, foi o alferes João Fernandes Vieira que afirmou ter marcado vinte animais, além de ser o homem de confiança do barão de Iguape, Antônio da Silva Prado, e de ter comprado quase cinco contos de fazenda seca no Rio de Janeiro, cuja revenda lhe rendeu 400 mil réis.

Cláudio José de Camargo, outro importante negociante da vila, arrolou 100 arrobas de açúcar, mais aguardente, e 46 animais marcados. Além disso, o tenente coronel afirmou ter lucrado 42 mil réis com reses vendidas no Rio de Janeiro, local onde comprou mais de quatro contos em fazenda seca, revendidas com lucro de 800 mil réis na vila.

¹⁷ Ainda sobre o inventário do capitão João Gomes de Araújo, é importante ressaltar a composição da fortuna de seu inventário. A sua fortuna total ficou próxima dos três contos de réis, o que o colocaria no grupo de fortuna média. Ao todo, empenhou mais de 40% em escravos, 20% em animais e quase 25% em dívidas a receber. Os seus gastos com bens de raiz foram de apenas 5% (150 mil réis). Na data de seu falecimento, João Gomes de Araújo tinha cerca de 30 anos de idade e, por isso, ainda estava estabelecendo sua fortuna, o que fica claro pelo registro de suas dívidas. Embora 22 pessoas devessem mais de 600 mil réis para ele, João havia adquirido empréstimo no valor de mais de um conto de réis, estando, portanto, “negativo”. O sargento-mor Eusébio José de Araújo era seu pai e emprestou 800 mil réis, valor que não foi cobrado, posto que o pai faleceu no mesmo ano, alguns meses depois e deixou o perdão da dívida em testamento. A divisão de fortunas de inventários em grupos foi descrita em: ARAÚJO, 2006.

Por fim, o guarda-mor Manuel Ribeiro Pinheiros foi outro negociante que investiu na criação de animais, tendo marcado 40 animais vacum e comercializado outros dez bois na vila, lucrando 50 mil réis. O gado e a fazenda seca, que havia adquirido no ano anterior, ainda não tinham lhe rendido e por isso não sabia se teria lucro ou não.

João da Costa Manso e Anna Joaquim Correa foram os dois fogos que listaram campos de criar. Esta foi agricultora e marcou sete vacas, enquanto aquele colheu alimentos, açúcar e marcou dez animais, entre gado vacum e cavalos.

No entanto, a carne de porco foi o efeito que mais avançou na vila. Ao todo, dez unidades produtivas listaram 171 porcos que foram vendidos por um total de 375\$800 réis e, somam-se a isso, 201 arrobas de toicinho vendidas para o Rio de Janeiro pelo valor de 191 mil réis.

Em 1812, foram anotadas catorze propriedades que marcaram 197 animais do tipo vacum, outras duas compraram 80 bois em Curitiba e venderam dois bois na vila. Além disso, 133 cavaleiros foram marcados em nove fazendas de criar e 717 porcos foram criados em 14 fazendas distintas, cujo valor chegou a 1:640\$200 réis, embora os 120 porcos do reverendo Francisco Moreira da Costa ainda estivessem “em ser”.

Alguns anos adiante, em 1818, a situação alterou pouco, sendo três fazendas de criar listadas. Mas a maior parte dos animais não foi criada nesses locais. Na realidade, foram catorze unidades que criaram 256 animais vacum, enquanto 11 dessas unidades marcaram 180 cavalos. A criação de porcos, porém, foi feita de duas formas: a primeira contabilizou os animais que estavam em engorda e a outra arrolou a quantidade de animais que tiveram sua carne vendida. Ao todo, 752 porcos tiveram suas carnes vendidas pelo valor de 1:492\$400 réis, dividido em catorze propriedades. Por outro lado, cinco fogos listaram 1.194 porcos que foram engordados e vendidos por 2:102\$000 réis.

Manuel Borges Serra, dono de dezenove escravos, foi agricultor, fabricante de açúcar e também criador de diversos animais, entre eles cavalos, gado vacum, potros e porcos capados. A população de porcos chegou a 350 unidades que foram vendidas por mais de um conto de réis, ou seja, quase 50% de todo o mercado. Ao mesmo tempo, o reverendo Francisco Moreira da Costa foi responsável por criar 234 porcos e vende-los por 702 mil réis, controlando outros 33% do mercado. E, o capitão da cavalaria Manoel Luís da Cunha Guimarães foi responsável por vender outros 100 porcos por 300 mil réis, o que sugere o ganho de 14% do mercado. O que significa que os três senhores juntos detinham quase todos os porcos vivos comercializados.

Entre os produtores de carne, dois homens tiveram proeminência no segmento. O tenente da cavalaria José Vieira da Silva vendeu cem porcos por 300 mil réis, no Rio de Janeiro, enquanto Manoel Rodrigues Ferraz vendeu trezentos porcos por 384 mil réis, na vila de Taubaté. Juntos eles eram responsáveis por pouco mais de 45% do capital e mais da metade dos animais envolvidos no negócio na vila.

Em 1825 foram arrolados doze fogos como “fazendas de criar” que marcaram 189 cavalares, mas outros 418 cavalos foram anotados “no ventre”, outros 129 animais bovinos foram marcados ou estavam no ventre e as vacas eram 98 animais, algumas no ventre e outras marcadas.

Entretanto, algumas residências não indicaram a fazenda de criar, mas informaram a existência da pecuária. O capitão-mor da vila, Vitoriano Moreira da Costa, foi um desses exemplos que não listou uma fazenda de criar, todavia, arrolou 350 animais vacum, 300 cavalos no ventre e outros 30 cavalos marcados. O segundo ajudante da vila, Pedro Theodoro de Tuves, também registrou 26 animais do tipo vacum e 50 cavalares. Além disso, ele informou que alugava seus campos por 150 mil réis.

Portanto, ao somarmos todo o gado vacum da vila, independentemente do registro como fazendeiro, verifica-se dez propriedades que marcaram ou tinham em ventre 649 vacuns, dezesseis fogos com 902 cavalares, também entre marcados e em ventre, e quatro fogos discriminaram os potros perfazendo um total de 122 animais desse tipo. O negócio, somando os valores transacionados por todos esses animais, ultrapassa 700 mil réis, sendo que 400 mil foram recebidos por 20 potros e 20 potrancas.

A criação de porcos foi mais volumosa. Ao todo foram criadas 1.911 unidades e ceifados 393 unidades que geraram uma renda de 1:332\$000 réis. O preço por um porco ceifado ficava entre 3 e 4 mil réis, sendo que o sargento-mor reformado Ignácio Vieira de Almeida conseguiu vender suas 12 unidades por 60 mil réis, ou seja, cinco mil réis cada. Contudo, Ignácio fez outros bons negócios como vender 40 potros e potrancas por 10 mil réis cada, totalizando 400 mil réis. A título de comparação o café, principal produto agrícola naquele ano, foi vendido, via de regra, por 2 mil réis a arroba, a metade do valor médio do porco.

Entre os criadores alguns homens merecem maior destaque, como é o caso do capitão da 5ª Companhia, Francisco Gomes de Araújo que afirmou ter sítio e fazenda de criar. No sítio ele cultivou dezenove mil pés de café que produziram 250 arrobas vendidas por 500 mil réis. Já na fazenda de criar, o capitão Francisco criou 500 porcos e vendeu 50 deles, o que rendeu 300 mil réis. Não obstante, o mesmo sujeito ainda vendeu 200 alqueires de feijão por

200 mil réis. O capitão-mor Vitoriano Moreira da Costa extraiu cem arrobas de café com seus quinze mil pés o que lhe rendeu 200 mil réis. Mas foi na pecuária que os números foram mais avultados, tendo criado 350 unidades de gado vacum e mais 330 unidades de cavalares.

Por fim, a conta corrente do ano de 1808 fornece mais informações sobre a criação de animais na vila. Os dados foram resumidos na tabela seguinte e mostram a importância dos porcos para os rendimentos dos criadores taubateanos. Ela também informa sobre as médias de comércio, o que revela o valor dos cavalos para a sociedade rural.

Tabela 2.8 – Animais marcados e vendidos pelos produtores taubateanos (1808)

Tipo de Animal	Vacum	Potros	Cavalares	Bestas	Porcos	Toicinho
Marcados	207	108	62	29	1052	481
Vendidos na vila	79	-	4	-	1050	481
Valor (mil réis)	332,36	-	32,4	-	2355,93	-
Valor médio (mil réis)	4,207	-	8,100	-	2,243	-

As outras vilas do Vale do Paraíba também nos forneceram subsídios para pensar nas estratégias econômicas possíveis com a criação de animais. O mapa de exportação da vila de Lorena, em 1802, anexado ao maço populacional, anotou o valor médio dos produtos importados, exportados e consumidos na vila. Neste mapa, os valores médios do açúcar e do toicinho são idênticos, 1\$280 réis, o que mostra a importância da criação de animais para os pequenos produtores, principalmente. Os maços populacionais de São Luiz do Paraitinga também apresentaram mapas de exportação e importação nos anos de 1802 e 1808. Nestes documentos, a vila de Taubaté aparece como produtora de panos de algodão e aguardente. Além disso, o preço médio do toicinho era 1\$120 réis e 1\$920 réis em 1802 e 1808, respectivamente.

Os números da pecuária, portanto, sugerem que esse ramo da economia possibilitava ganhos consideráveis para os envolvidos no negócio, mesmo entre aqueles que não possuíam conexões em outras vilas e acabavam vendendo seus animais na própria vila. A diferença de preços entre os animais comercializados na vila ou levados ao Rio de Janeiro não foi significativa.

O caso dos suínos abria a possibilidade, também, para que sujeitos com poucos meios pudessem participar de um ramo que agregava grande valor ao fogo. Os porcos ceifados eram vendidos na vila e no Rio de Janeiro por valores que chegavam a 3 e 4 mil réis por cabeça e, além disso, esses animais podiam ser criados com extrema facilidade, sem a necessidade de grandes cuidados dos criadores.

Por outro lado, entre os fogos com maior quantidade de escravos e, principalmente, entre aqueles envolvidos com o comércio, a pecuária surgiu como uma fonte de renda

complementar a agricultura e com menor variação de preços, de acordo com a documentação. Os casos arrolados em 1802 são o exemplo concreto das possibilidades abertas pela pecuária. Isso porque, naquele ano, verificamos que alguns sujeitos que atuavam como negociantes de produtos do Reino em Taubaté, também praticavam o comércio de animais de Sorocaba e Curitiba para o Rio de Janeiro. Esse trânsito pelo interior paulista lhes garantiu rendimentos elevados para o contexto taubateano e, provavelmente, esses homens estavam entre os mais ricos da vila.

Na realidade, a hipótese que estamos aventando por todo esse estudo é a não especialização de produção por parte dos taubateanos. O que verificamos foi a atuação dos taubateanos, especialmente entre os mais ricos, em diferentes setores produtivos, sendo agricultores, senhores de engenho, fazendeiros e negociantes, sem uma especialização fixa em nenhum produto. Ao longo da exposição, percebemos que os casos de monocultores, para não dizer monoprodutores, eram raros, sendo a regra taubateana a pluralidade de produções.

A pecuária teve um papel essencial nesse sentido, pois permitiu o contato com os mercados do Sul e também do Rio de Janeiro, mas sem monopolizar as forças produtivas taubateanas. Alguns sujeitos trabalharam para os grandes negociantes de Sorocaba, enquanto outros eram negociantes dos animais e, em ambos os casos, esses homens também conseguiam fabricar efeitos agrícolas.

Neste capítulo o objetivo foi verificar quais eram as principais atividades econômicas executadas pelas elites taubateanas. Este grupo social produzia diferentes gêneros que tinham mercados distintos e criava animais para abastecer o Rio de Janeiro e participar da Feira de Sorocaba. O milho, o feijão e a farinha de mandioca eram gêneros de consumo, mas podiam ser comercializados no interior da vila e à beira dos caminhos que levavam para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O algodão e o fumo eram produtos consumidos na vila, mas a principal vinculação se dava com a Praça do Rio de Janeiro. O açúcar era o gênero de exportação típico. Ele era produzido pelos principais senhores de escravos da vila, que recebiam a denominação “senhor de engenho” na documentação oficial. A exportação deste efeito era feita através do porto do Rio de Janeiro, embora os governadores paulistas tenham tentado evitar o comércio de cabotagem. Por fim, o café surgiu na vila no início do século XIX e houve o aumento desta produção nas duas primeiras décadas, tornando-se produto de exportação dos principais fogos taubateanos em 1830. Neste período, o café alcançou o posto de principal produto de exportação da vila de Taubaté e se tornou a única produção de alguns domicílios.

O capítulo seguinte vai apresentar a composição de fortuna das elites taubateanas. Pelo que ficou exposto aqui, podemos adiantar que os principais da vila investiam prioritariamente em escravizados, em propriedades rurais e em dívidas ativas. A produção era feita em grandes propriedades rurais que não se especializavam em um gênero e, em sua maioria, comercializavam a produção com o Rio de Janeiro. Os maços de população apontaram que os efeitos tinham o porto do Rio de Janeiro como principal mercado consumidor, o capítulo seguinte vai revelar as conexões entre taubateanos e cariocas e, ao mesmo tempo, tentará dar conta sobre os principais negociantes que atuavam neste comércio. Portanto, se este capítulo nos indicou o que era feito nos fogos taubateanos, no capítulo seguinte visualizaremos como era composta a riqueza de parte da população taubateana. Também verificaremos a atuação das elites taubateanas nas redes de crédito, algo que não está presente na documentação dos maços populacionais, mas surge em detalhes nos inventários *post-mortem*.

O padrão de riqueza das elites taubateanas

Os dados que compõe esse capítulo foram tabulados com base nas informações contidas, principalmente, nos inventários e testamentos da vila de Taubaté, cruzando-os com os bancos de dados dos maços de população e, também, das atas da Câmara da mesma vila. Ao todo foram transcritos 40 inventários do período de 1780 a 1830 e mais três inventários em período posterior, pois se referem a sujeitos proeminentes na sociedade taubateana que vieram a falecer depois do recorte da pesquisa.

Nem toda a documentação pertinente foi utilizada, no entanto. O inventário do guarda-mor Joaquim dos Santos Alves de Abreu (1788), por exemplo, foi desmembrado e somente uma parte, relativa às dívidas do casal com a Ordem Terceira da vila, resistiu ao tempo (AHMT, 1788: 1). O inventário do Tenente Antônio Correia Santiago (1783) também não pode ser utilizado, pois o documento é a interdição da família sobre os bens do tenente que se encontrava, segundo sua esposa, “desajuizado e claramente fora de juízo” (AHMT, 1783: 1). Francisco José Bitencourt (1801) esteve presente em reunião da câmara e seu sobrenome era utilizado por pessoas importantes da vila, mas seu inventário registrou a pequena fortuna de 71\$110 réis somente, não apresentou dívidas ativas e/ou passivas e nem bens de raiz, logo não foi utilizado na pesquisa. E, por fim, em situação distinta, o capitão-mor João Francisco de Abreu Guimarães (1802), nascido na vila de Guimarães, bispado de Braga, deixou testamento, mas não inventário e, portanto, não apresentou os valores de seus bens¹.

Desta feita, se no capítulo anterior identificamos os principais cultivos produzidos na vila de Taubaté, neste capítulo iremos mostrar como as fortunas dos taubateanos se formaram. A partir desse capítulo e no próximo, pretendemos identificar de forma qualitativa e quantitativa quem eram os sujeitos que se destacavam economicamente e socialmente na vila de Taubaté. Para isso, o capítulo será dividido nos seguintes tópicos: primeiro, visa estabelecer a distribuição da riqueza entre a população de Taubaté, focalizando os bens que compunham a fortuna familiar; o segundo apresenta os detentores dos maiores plantéis da vila e a importância do escravo na formação do pecúlio; o terceiro tópico analisa a importância dos bens de raiz na fortuna inventariada; o quarto tópico tem a preocupação de perceber a

¹ Os inventários do capitão Manoel Luis da Cunha Guimarães e Tenente Coronel Cláudio José de Camargo, infelizmente, encontram-se perdidos e por isso não puderam ser utilizados nessa pesquisa, mas, provavelmente, conteriam uma grande quantidade de informações que permitiram estruturar melhor o poder econômico de alguns poucos senhores na vila. Os dois sujeitos arrolaram nos maços de população grandes plantéis de escravos, superando a marca de 35 cativos, e também informaram, em 1802 e 1808, atuarem como senhores de engenho e negociantes de mercadorias importadas, trazidas do Rio de Janeiro.

atuação de negociantes na vila, a composição de suas fortunas e suas ligações com outros indivíduos, especialmente através das dívidas ativas e passivas; e, por fim, o quinto tópico informa sobre a produção e comércio de animais na vila, um ramo econômico que ocupava boa parte da população taubateana.

3.1 – Fortuna na sociedade taubateana

A distribuição da riqueza foi motivo de estudo de vários autores e iremos dialogar com essa historiografia, tentando entender como se encaixava a vila de Taubaté no panorama mais geral da província de São Paulo e no Brasil. A forma mais básica de determinar riqueza, em finais do século XVIII e início do XIX, era através dos escravos. A mão de obra cativa era um artigo de valor elevado e, ao mesmo tempo, representava mais do que um bem material, mas aumentava consideravelmente a produção do fogo e, ao mesmo tempo, era o primeiro passo para ascensão social.

A terra tinha um valor fundamental na sociedade colonial, pois era o que possibilitava a produção colonial. Todavia, “a posse de cativos foi a forma crucial de riqueza disponível no Brasil colonial e imperial”, enquanto a terra tinha valor “como meio de produção, como reserva de valor e até como instrumento de poder”. O tamanho da força de trabalho foi o “fator mais importante na determinação da riqueza de um domicílio”, posto que, “o total de escravos, agregados, trabalhadores assalariados e membros da família era fundamental para determinar a capacidade de trabalho de um domicílio” (KLEIN e LUNA, 2005: 138).

No caso de São Paulo, um terço dos domicílios possuía escravos e os cativos eram entre 20 a 33% da população local. Klein e Luna afirmaram que “por trás da expansão da economia paulista no início do século XIX esteve o poder crescente dos proprietários de escravos”, porque eram eles “os grandes empreendedores da economia paulista”. Analisando os maços de 1777, 1804 e 1829, os autores constataram que a população livre teve crescimento menor do que a população escravizada neste período, reflexo do desenvolvimento econômico. No caso específico do Vale do Paraíba, a população escrava aumentou de 8.863, em 1803, para 11.831, em 1817, e depois para 25.438, em 1829, o que significa que a população cativa mais que dobrou em doze anos (KLEIN e LUNA, 2005: 139-141).

Na vila de Guaratinguetá, o desenvolvimento da indústria açucareira causou o aumento acelerado da população escrava². As pesquisas indicaram que “em 1805, a população de cor constitui 36% da população total do Município [de Guaratinguetá]; em 1829, período de transição econômica, a mão de obra de cor se eleva a 42%; em 1836, a taxa se eleva a 44%” (HERRMANN, 1976: 118-119).

Thereza Petrone analisou os dados de 1813 e 1836 e projetou a população paulista nesse período. Em 1813, havia 160.969 habitantes livres e 48.245 escravos. Em 1836, a “população livre era de 238.969 e a escrava de 86.933 habitantes”. Em outras palavras, a população livre aumentou 44,7%, enquanto a população escrava aumentou 80,1%. O aumento da população escrava decorreu da expansão da produção açucareira e da introdução da cafeicultura no Vale do Paraíba. Ainda assim, Petrone informou que a região a Oeste de São Paulo concentrou mais escravos, porque estas vilas tinham engenhos maiores e que necessitavam de mais mão de obra. Em Campinas, em 1816, os escravos variaram entre 1 e 83 por engenho, sendo a média por fazenda próxima de 24 escravos. Em Guaratinguetá, em 1825, a variação por engenho seria de 1 até 45 escravos (PETRONE, 1968: 110-114).

Os escravos estavam presentes por todas as vilas e em diferentes domicílios, não se restringindo aos engenhos de açúcar. Todavia, o desenvolvimento da indústria açucareira acelerou a migração forçada de africanos escravizados. Esta situação ficou clara ao se analisar a população cativa ao longo do século XVIII, com a instalação progressiva dos engenhos de açúcar.

Até por volta de 1770, todas as regiões paulistas (Vale do Paraíba, Capital, Oeste e Caminho para o Sul) tinham plantéis médios similares, mas, a partir de 1804, a “média de escravos variava de cinco cativos por proprietário na região da Capital a sete por proprietário no Oeste”. E, em 1829, a distância entre as regiões aumentou consideravelmente. Na região Sul, os engenhos de açúcar eram incomuns, havendo produção local de gêneros alimentícios e outras produções ligadas ao transporte de animais, o que acarretou na média de cinco escravos por proprietário. Por outro lado, o Oeste se tornou a grande região produtora de açúcar e, ao mesmo tempo, apresentou a maior média de escravos, marcando onze por domicílio³ (KLEIN e LUNA, 2005: 141-146).

² Importante ressaltar que a economia de Guaratinguetá era distinta da taubateana. Como vimos no capítulo anterior, o café teve uma influência maior na economia taubateana do que o açúcar. Porém, em Guaratinguetá, conforme apontou a autora, foi a indústria açucareira que viabilizou o desenvolvimento econômico e social da vila.

³ Os grandes plantéis de escravos na região Oeste favoreceram, inclusive, o surgimento das famílias escravas e garantiram também maior estabilidade para a perpetuação delas ao longo do tempo (SLENES, 2011: especialmente capítulo 2). Isto não significa que não houvesse famílias escravas nas outras áreas. Na região do

A posse de cativos pode ser dividida também por ramo de negócios dos proprietários. Neste caso, a agricultura tem grande domínio sobre a posse de escravos. Na população das vilas paulistas cerca de 70% dos proprietários eram dedicados à agricultura e controlavam mais de três quartos da escravaria. Nas regiões do Oeste Paulista, Vale do Paraíba e do Litoral mais de 70% da escravaria trabalhava na agricultura. E, na região da Capital, havia maior proporção de escravos trabalhando com artesanato e outros serviços. Em 1829, computando as fazendas de toda a capitania, os engenhos de açúcar detinham, em média, 31 escravos, enquanto as plantações de café marcavam dez cativos no mesmo período (KLEIN e LUNA, 2005: 146-149).

Por fim, a posse de escravos era muito desigual em toda a capitania. Essa disparidade aumentou ainda mais com o tempo e com o desenvolvimento da cafeicultura. Novamente, Klein e Luna sintetizaram os dados sobre o período:

[...] De fato, a maioria dos proprietários possuía poucos cativos. Em 1804 e 1829, os proprietários com cinco ou menos cativos compunham a maioria dos proprietários e a mediana na posse de escravos resultava em três escravos nos dois anos. Mas a parcela da escravaria pertencente a esses pequenos proprietários era apenas 29% do total da província em 1804 e caiu para 22% em 1829. Os proprietários maiores, com mais de vinte cativos, eram poucos (6% do total de proprietários em 1829), mas controlavam uma parcela cada vez maior da força de trabalho total, aumentando sua participação de mais de um quinto do total da mão de obra cativa de província em 1804 para 39% em 1829. (KLEIN e LUNA, 2005: 150).

Em síntese, a posse de escravos era extremamente desigual na capitania de São Paulo: poucos sujeitos controlavam a maior parte dos escravos da vila. Essa situação favorecia as fazendas dedicadas à produção de açúcar e de café, a partir de 1820. A pecuária também necessitava de mais mão de obra, fosse para a condução das tropas ou mesmo para o trato com os animais. Por outro lado, no século XIX os proprietários taubateanos passam a utilizar sua mão de obra para a produção de gêneros exportáveis.

A concentração de escravos em Taubaté mostrou-se consistente com o restante da capitania/província. Rangel identificou que, em Taubaté, “ao lado de uma imensa maioria de domicílios com poucos escravos, figuraram poucos com grandes plantéis. De 1774 a 1835, a grande maioria dos domicílios escravistas possuíam até cinco escravos” (RANGEL, 1990: 196-200 e 205). A quantidade de escravizados no Vale do Paraíba aumentou em 82,5%, no período de 1765 a 1798, mas a posse dos cativos ainda se manteve sob o controle de grupo social. A maior parte dos domicílios (75%) não possuía escravos e, entre os donos de

Vale do Paraíba, onde os escravos não representavam uma parcela tão grande da população, também existiram famílias escravas e alguns escravizados conseguiram arquitetar estruturas de sobrevivência nas Irmandades locais (ALVES, 2001; RIBEIRO, 2010).

escravos, existiam vários níveis de escravismo que refletia no poder econômico e, provavelmente, no poder social (RANGEL, 1990: 68-107).

Os bancos de dados específicos dos anos de 1808 e 1830 apontam que quase 80% dos fogos não tinham escravos e entre os escravagistas também houve concentração de mão de obra em determinados fogos. As propriedades com até dez escravos representavam 18,9% dos domicílios e detinham 55,56% dos escravos e, por sua vez, as residências com mais de dez escravos eram 1,86% do total de fogos e era dona de 44,44% dos escravos (AESP, Maços de população, 1808: Taubaté).

Em 1830, a situação não modificou. Os dados apontam que 79,73% das residências não tinham escravos. Os fogos com até dez cativos eram 17,81% do total e detinham 54,45% da mão de obra escrava, enquanto os fogos com mais de dez escravos eram 2,45% dos domicílios e detinham 45,55% dos escravos. Percebe-se que a introdução da cafeicultura não teve impacto significativo na divisão dos escravos entre a população taubateana, nesse primeiro momento (AESP, Maços de população, 1830: Taubaté).

Os números apontados por Klein e Luna, citados acima, são resultado do estudo das listas nominativas de várias vilas do Vale do Paraíba, o que interfere na análise sobre Taubaté. Isto porque, a presença de mão de obra escrava em Taubaté era menor do que nas vilas de Lorena e Guaratinguetá que investiram muito mais em mão de obra ao desenvolverem de forma mais acelerada a indústria açucareira.

Em 1798 foi remetido um mapa dos engenhos de açúcar em funcionamento na capitania. Esse documento registra a existência de dez engenhos em funcionamento na vila de Taubaté, os quais utilizavam 114 escravos para a produção de 496 arrobas de açúcar. Em Pindamonhangaba, também existiam dez engenhos em funcionamento, nos quais trabalhavam 98 escravos que produziram 1.165 arrobas de açúcar. Porém, as maiores diferenças estão nas vilas de Guaratinguetá e Lorena. Na primeira, eram 65 engenhos em funcionamento nas mãos de 392 escravos e com produção de 7.878 arrobas de açúcar. E na segunda, 27 engenhos empregaram 442 escravos que produziram 1.968 arrobas.

Na região Oeste paulista a quantidade de engenhos, o volume de mão de obra empregado e o volume de produção são mais elevados do que no Vale do Paraíba. Em Itu, a maior produtora paulista de açúcar do período marcou 104 engenhos que utilizavam 2.106 escravos na produção de 64.611 arrobas de açúcar. E, Porto Feliz tinha 42 engenhos que empregavam 725 escravos com produção de 21.110 arrobas de açúcar (AHU, 1798: d. 698).

Portanto, a indústria açucareira se desenvolveu mais na região Oeste paulista do que no Vale. Ao mesmo tempo, esses números também mostram que os engenhos do Oeste produziam volumes superiores aos vale-paraibanos.

O mesmo documento revela os donos dos engenhos de açúcar em Taubaté. Ao todo foram listados onze homens, sendo que seis tinham posto nas ordenanças e um deles era o reverendo Francisco Moreira da Costa. Joaquim Alves dos Santos afirmou ter usado engenho alugado para a fabricação de oito arrobas de açúcar. E, o capitão-mor João Francisco de Abreu, Lourenço Gouvêa de Toledo, o alferes Francisco Ramos da Silva e Francisco Moreira da Silva informaram a produção de açúcar em mais de um ano.

O fato do setor produtivo voltado para a exportação ser menos dinâmico em Taubaté, provavelmente, influenciou os números apresentados. O banco de dados geral dos maços de população estabelece outras questões para as elites⁴ taubateanas. O panorama geral dos domicílios das elites, entre 1789 e 1830, aponta que o percentual de fogos arrolados com mais de 20 escravos ficou entre 6,67% (1818) e 16,12% (1797). E, também entre os fogos com mais de 20 escravos, o percentual de escravos arrolados pelas elites nessa faixa foi entre 24,6% (1789) e 46,88% (1797). Excetuando o ano de 1789, os fogos das elites que tinham mais de 20 escravos sempre representaram mais de 30% do total de escravos arrolados e nunca ultrapassaram a marca de 16,12% dos domicílios. Portanto, percebemos que entre os detentores da maior quantidade de escravos, os ocupantes de postos nas ordenanças e os negociantes, ou seja, as elites da vila, também houve concentração de escravos. A tabela a seguir mostra a divisão dos escravos de acordo com a faixa de plantel ao longo do tempo:

Tabela 3.1 – Posse de cativos por faixa de plantel (1789-1830).

ANO	21 ou mais		20 ou menos	
	% fogos	% escravos	% fogos	% escravos
1789	8,33	24,6	92,66	75,38
1793	11,66	35,81	88,34	64,19
1797	16,12	46,88	83,88	53,12
1802	11,81	44,91	88,19	55,09
1808	7,25	38,89	92,75	61,11
1812	11,01	46,32	88,99	53,68
1818	6,67	32,76	93,33	67,24
1825	10,77	36,55	89,23	63,45
1830	11,32	37,56	88,68	62,44

⁴ Ao longo da pesquisa foi utilizado o termo elites, no plural, por entender que diferentes sujeitos e grupos compunham as instâncias de mando local e controlavam, também, a economia taubateana. Em determinados momentos esses grupos atuavam em conjunto, mas as tensões podiam surgir, o que causaria o rompimento dos grupos. Para mais: cf. FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO, 2007, 19-20.

Fonte: AESP, Maços de população, Taubaté.

A análise dos inventários do período permitiu verificar a composição da riqueza individual e a importância dos cativos na formação das fortunas. As duas coleções documentais indicam que os taubateanos gastavam muito dinheiro na compra de cativos, encomendados, geralmente, do Rio de Janeiro.

O senhor Eusébio José de Araújo foi um dos potentados locais da vila. Em 1789, Eusébio apresentou o posto de capitão das ordenanças e um plantel de 44 escravos. Em 1793, arrolou o mesmo posto e um plantel de 57 escravos. Em 1797, o plantel subiu para 58 escravos e ele apresentou o posto de sargento-mor. Nos três anos em questão somente o domicílio do sargento listou mais de quarenta escravos na vila. Em 1802, Eusébio voltou a informar o posto de sargento-mor, mas agora contava com 62 escravos. Em 1807, o sargento-mor veio a óbito deixando como inventariante sua mulher, dona Margarida Florinda de Jesus. Entre os bens arrolados foram descritos 53 escravos que somaram o montante de 4:101\$680 réis. O investimento em escravos representou quase 20% da fortuna de Eusébio (AHMT, Eusébio José de Araújo: 1807).

Quando do falecimento de Dona Margarida Florinda de Jesus, em 1820, novo inventário foi aberto para a partilha dos bens. O monte-mor desse segundo inventário foi de 13:506\$340 réis, frente ao de 20:881\$113 réis do sargento-mor, embora o valor dos escravos tenha passado para 6:239\$400 réis em 39 peças (AHMT, 1807, Eusébio José de Araújo: 86b-87; AHMT, 1820, Margarida Florinda de Jesus: 146). Portanto, os escravos representavam pouco menos de 20% da fortuna de Eusébio quando faleceu, mas cerca de 40% do inventário de sua esposa dez anos mais tarde.

Eusébio José de Araújo faleceu com 62 anos, aproximadamente, e sua esposa veio a óbito com 70 anos, também aproximadamente. Apesar da idade similar, os negócios na sociedade colonial eram espaços frequentados majoritariamente por homens e os maços de população mostram que Dona Margarida se preocupou com a manutenção de seu domicílio e não com aquisição de mais fortuna, já que preferiu o cultivo de gêneros alimentícios e não houve criação de animais. Além disso, grande parte dos ganhos familiares vinham das sociedades de Eusébio com seus filhos, João e José, e com seu genro, alferes José Antônio Nogueira, na compra de animais do Sul e na revenda no Rio de Janeiro. Eusébio tinha 133 animais criados em seus campos na vila de Taubaté, o que representava 665\$740 réis e, outros três lotes de animais adquiridos no Sul com seu genro, anotavam mais 5:348\$300 réis para a fortuna de Eusébio. Ao mesmo tempo, grande parte da fortuna estava investida em

empréstimos, sendo 258 devedores para 6:607\$894 réis e 18,5% desse valor foi emprestado por crédito. Por outro lado, em 1820, ao falecer, sua esposa deixou catorze lotes de animais, que representavam 119\$640 réis, e as dívidas ativas eram 4:344\$980 réis. Podemos concluir, portanto, que a fase da vida de um sujeito influenciou a composição de sua fortuna. E, os negócios não eram feitos por homens e mulheres da mesma forma⁵. Por fim, os escravos, embora representassem parte significativa da fortuna dos taubateanos, não eram a única maneira de acumular fortuna e nem o único investimento, especialmente entre os negociantes.

Os inventários transcritos para este estudo indicaram que os bens de maior valor na composição da fortuna eram os escravos, seguidos pelos bens de raiz e depois as dívidas ativas e os animais. Em média, a análise desses quatro itens correspondia a 97% do valor total do inventário. Em média, os escravos correspondiam a 46% do total das fortunas, os bens de raiz eram 28%, os animais eram 6% e as dívidas ativas 15% do valor total da fortuna bruta. Roupas, utensílios, ferramentas, imagens religiosas e outros aparatos tinham pouco valor individual e não somavam, em média, nem 3% do valor total do pecúlio. A transcrição dos inventários revela uma mobília simples, pouca ostentação nos imóveis e poucas roupas de valor. Em alguns inventários existiram as contas das fazendas secas, mas esses casos foram raros.

O inventário de João Antônio Bernardes (1808) foi o único a não apresentar nenhum cativo. O guarda-mor Joaquim dos Santos Alves de Abreu e Manuel Antônio Alves, ambos falecidos em 1822, listaram poucos escravos que não representavam nem 10% de suas fortunas. O monte-mor dos três fogos foi de 350\$700, 1:873\$814 e 3:349\$950 réis.

Por outro lado, Amaro Teixeira Bitencourt (1790) e o alferes João Garcia Cordeiro (1795) foram os inventários em que os escravos mais pesaram na formação da fortuna. Amaro era dono de nove escravos que somaram para 495\$600 réis, 79% da fortuna total (AHMT, 1790, Amaro Teixeira Bitencourt: 5b-6). E, o alferes João Garcia Cordeiro listou doze cativos que totalizavam 664\$200 réis, o que correspondia a 94% de sua fortuna. Porém, no caso do inventário do alferes João um casal de escravos casados, com idade entre 50 e 55 anos, ambos

⁵ Carlos Bacellar afirmou que os fenômenos de nascer, casar e morrer são mais amplos do que simples fatos biológicos. Esses fenômenos “refletem, em dimensões e formas diversas, o contexto social circundante” (BACELLAR, 2001: 73). A acumulação de bens também foi influenciada pelo ciclo de vida. A expressão “quem casa, quer casa” demonstra uma prática social e também um desejo que aguça à medida que a pessoa envelhece. Renato Marcondes foi capaz de demonstrar a influência que o ciclo da vida teve sobre as fortunas na vila de Lorena (MARCONDES, 1998). E, da mesma forma, Herbert Gutman, em trabalho seminal, demonstrou a idade do senhor estava relacionada com o tamanho de seu plantel, ocorrendo a redução da escravaria com o envelhecimento do senhor (GUTMAN, 1977). Na cidade de São Paulo os agentes mercantis mais velhos também eram os mais empobrecidos e que apresentaram menor quantidade de escravos, ainda que esse item tenha sido o de maior relevo na composição do pecúlio (BORREGO, 2006: 206).

“criolos”, foi penhorado. A mulata Quitéria de 18 anos foi vendida e o escravo crioulo Antônio estava fugido. Esses escravos somados representavam 162\$400 réis (AHMT, 1795, João Garcia Cordeiro: 8-8b). O monte-mor de Amaro Teixeira era de 631\$020 réis e o do alferes João Garcia Cordeiro foi de 704\$155 réis, embora ele tenha listado bens que somava 1:403\$252 réis.

Os bens de raiz somavam em média 28% da fortuna nos inventários taubateanos. Porém, isso não significa que todos os inventários tinham grandes propriedades. Antônio José Pinto e Souza (1830), Amaro Teixeira Bitencourt, José dos Santos Luz (1780), João Gomes de Araújo (1807), José Antônio Nogueira (1820), Francisco Leite do Prado (1799), Manuel Antônio Alves (1822) e Antônio Cordeiro Coutinho (1786) não investiram nem 10% de suas fortunas em bens de raiz, muito embora os casos sejam distintos entre si. Antônio José Pinto e Souza não era proprietário de nenhum imóvel, caso único entre os inventários transcritos. Amaro Teixeira Bitencourt era dono de uma única “morada de casa de telha e parede de mão” que foi avaliada em 25 mil réis (AHMT, 1790: 6b).

Por outro lado, Manuel Antônio Alves amortizou 7% de sua fortuna em uma única casa que valia 250 mil réis (AHMT, 1822: 37b) e o alferes José Antônio Nogueira (1820) tinha quatro casas de morada situadas na área urbana da vila e mais uma chácara denominada “pastinho” que somavam 736\$200 réis. A sua casa na Rua da Igreja foi avaliada em 600 mil réis, um dos maiores valores encontrados para um imóvel. Portanto, apesar do valor proporcional dos imóveis ser importante para compreender a formação das fortunas, também devemos analisar o investimento absoluto feito nos bens de raiz.

Feliciano Pereira de Barros (1851) foi o detentor da segunda maior fortuna arrolada no banco de dados. A data de seu falecimento dificulta a comparação com os outros indivíduos, pois neste período é perceptível uma grande valorização no preço dos escravos e também nos bens de raiz. Todavia, a atuação de Feliciano Pereira de Barros pode ser observada desde 1808, quando sua propriedade listou 21 escravos e a produção de 600 arrobas de açúcar, 60 alqueires de milho e 70 alqueires de feijão. A partir de então, Feliciano produziu açúcar e, a partir de 1818, também comercializou café. Em 1825, o seu fogo anotou o comércio de 200 arrobas de café por 400 mil réis e também que havia na propriedade 10 mil pés de café plantados, além de 34 escravos, e animais criados.

O seu inventário arrolou outras plantações de café, o que confirma que essa produção aumentou nas décadas seguintes. Uma de suas casas estava situada na Rua Bom Jardim, área central da vila, e a outra estava na freguesia de Caçapava, avaliadas em 1:273\$896 e 120\$000 réis, respectivamente. Também foram anotados quatro cafezais no valor total de 5:040\$000

réis e 92 mil pés plantados, sendo que 30 mil pés foram plantados em sociedade com seu filho e herdeiro Jordão Pereira Barros⁶. As outras propriedades contavam com um sítio com morada de mais de dois contos de réis; um engenho, avaliado em 156 mil réis; um sítio no sertão de Capivaré com “660 braças de testada e $\frac{3}{4}$ de sertão”, valendo mais de 3 contos de réis; e um “sorte de terras” de 450 braças por 500 braças, avaliada em quase um conto e meio de réis. O valor total de seus bens de raiz somava 13:589\$896 réis, ante um monte-mor de 39:961\$276 réis (AHMT, 1851: 5b-8b, 22).

O inventário de dona Margarida Florinda de Jesus (1820) descreveu e avaliou quinze propriedades que totalizaram o valor de 11:112\$240 réis, para um monte-mor de 13:506\$340 réis⁷. Os imóveis na parte urbana da vila eram formados por três “casas de moradas”, duas na Rua das Flores e um na Rua Direita, que somaram pouco mais de um conto e meio de réis. As áreas produtivas específicas eram um “arrozal pequeno inferior”, no valor de 640 réis, “um quintal de amendoim”, por dois mil réis, e dois canaviais, somados em 40 mil réis. Além disso, também descreveu quatro campos de criar pelo valor total de 1:251\$200 réis e, por fim, nove sítios, fazendas e terras que contabilizavam 8:252\$400 réis. As suas principais propriedades eram dois sítios, localizados no bairro do Mato Dentro, que apresentaram seis lanços de moradas, três novos e três velhos, dois oratórios e que, somados, valiam 5:200\$000 réis (AHMT, 1820: 26b-31, 55-58, 95).

A configuração da fortuna de Dona Margarida se explica pela fase de sua vida. Como sabemos, ela ficou viúva em 1807, aos 52 anos de idade, e não contraiu novas núpcias. O seu marido, um dos homens mais abastados da vila, lhe deixou uma situação financeira confortável e a viúva passou a investir na produção de alimentos, como mostram as listas nominativas, e adquiriu imóveis na área urbana da vila. Os bens de raiz foram alugados para

⁶ A história da família Pereira de Barros está intimamente ligada com a produção cafeeira e com o desenvolvimento da vila de Taubaté. Por volta de 1730 nasceu em Barcelos, Portugal, Pedro Pereira de Barros que residiu em Taubaté, no final do século XVIII, onde contraiu matrimônio com dona Quitéria da Fonseca Telles. A trajetória de Pedro foi descrita da seguinte forma: “foi pessoa destacada na vila e fez parte do governo da terra como procurador do Conselho, primeiro na década de 1770 e depois em 1781, vereador em 1786, e juiz ordinário em 1790”. Os seus filhos – Pedro Pereira da Fonseca Teles, Feliciano Pereira de Barros e Agostinho Pereira de Barros – utilizaram a fazenda Pasto Grande, situada no bairro do Mato Dentro, e que ainda existe na cidade de Taubaté. O falecimento de Pedro Pereira de Barros ocorreu em 1793, porém não encontramos seu inventário no Arquivo Municipal. Essa família teve grande relevância no cenário político, econômico e social da vila de Taubaté, sendo Feliciano, inclusive, vereador no período da Independência, em 1822. O seu casamento ocorreu na vila de Taubaté em 1800, quando contraiu núpcias com dona Ana Maria Vieira, descendente de Pedro Dias, um dos fundadores de São Paulo. E, um de seus netos, Antônio Moreira de Barros se tornou o Conselheiro Barros, um dos homens mais ricos da história de Taubaté no século XIX. (ORTIZ, 1996: 47, 87-88; PASIN, 2001: 117-126).

⁷ Embora o monte-mor indique o valor de 13:506\$340 réis, a somatória dos bens de raiz, escravos, animais e dívidas ultrapassa os 21 contos de réis. A diferença nos valores pode ter ocorrido pela penhora de bens ou distribuição deles para os herdeiros sem que tenha sido notificado nas páginas ou mesmo outro arranjo feito durante o inventário.

garantir uma renda extra para Dona Margarida. O seu próprio filho, o reverendo Miguel José de Araújo, pagava aluguel de pastos para internada de seus animais e uma moradia na Rua Direita (AHMT, 1820: 31-31b).

As dívidas ativas eram mecanismos utilizados, principalmente, por negociantes para o estabelecimento de redes mercantis. Essa atuação tinha grande valor naquela sociedade, pois a circulação de moedas era restrita e a principal forma de aquisição era por crédito individual. Todavia, alguns sujeitos não apresentaram dívidas ativas, caso de Francisco Xavier de Camargo (1785), Pedro Moreira de Castilho (1813), Filipe Vieira de Toledo (1816), Salvador Cursino dos Santos (1818), Francisco Vieira da Silva (1823) e Vitoriano Moreira da Costa (1849).

Alguns sujeitos empregaram grande parte de suas fortunas nas dívidas ativas. O alferes João Garcia Cordeiro (1795) emprestou 462 mil réis, o que representava 66% da sua fortuna (AHMT, 1795: 9-12). E, o reverendo Francisco Moreira da Costa, um dos homens mais ricos de Taubaté no período, anotou quase 24 contos de réis em dívidas ativas, que resultavam em 49% de sua fortuna (AHMT, 1824: 36b-40b). O segundo maior valor empregado nas dívidas ativas ocorreu no inventário do sargento-mor Eusébio José de Araújo, também um dos homens mais ricos de Taubaté na primeira metade do XIX. O sargento-mor emprestou valores que totalizaram 6:607\$894 réis, o que correspondia a 32% de sua fortuna (AHMT, Eusébio José de Araújo, 1807).

O Gráfico 3.1 sintetiza a distribuição dos principais itens na formação dos pecúlios analisados na vila de Taubaté. Nota-se a importância dos escravos, seguidos pelos bens de raiz, dívidas ativas e dos animais. Esta divisão das fortunas também ocorreu em outras partes.

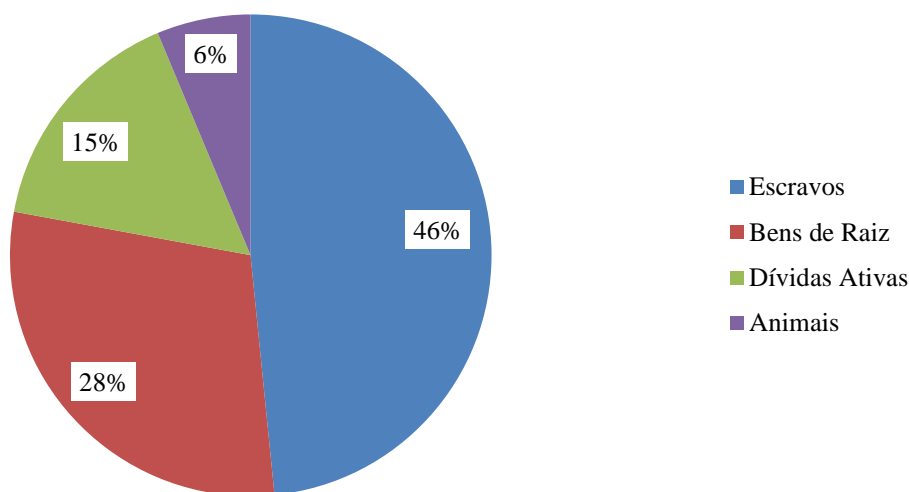
Na cidade de São Paulo, ao longo do século XVIII, os agentes mercantis que atuaram em instâncias de mando na cidade tiveram patrimônio entre 61 contos de réis e 260 mil réis. Em uma pesquisa focada nos agentes mercantis paulistanos, 32 inventários foram transcritos e divididos em três grupos. O primeiro grupo foi formado por 12 agentes que tinham lojas ou “trastes de venda” e os arrolaram nos processos. Os itens de maior valor para esse grupo foram as dívidas ativas, os bens comerciais e os imóveis. O segundo grupo, formado por 10 inventários, retrataram “vínculos com o comércio de bens de raiz, nas dívidas ativas e passivas e nos testamentos, embora as mercadorias envolvidas nas transações não fossem avaliadas”. A riqueza do segundo grupo “estava assentada, por ordem decrescente de importância, em dívidas ativas, escravos e bens de raiz”, sendo que as dívidas ativas representaram mais de 48% do total da riqueza, ou seja, atuavam “como prestamistas”. E, por fim, o terceiro grupo era composto por 8 agentes mercantis que “no passado, havia atuado no

mundo dos negócios – com loja de fazenda seca e/ou abastecendo a cidade e outras regiões – mas, no final da vida, não apareceram ligados ao comércio”. Por estarem no fim da vida, esses sujeitos foram os mais empobrecidos da análise da autora e, em geral, os escravos, depois dívidas ativas e, último, os bens de raiz eram os artigos mais importantes na composição das fortunas (BORREGO, 2006: 191-214, citações p. 192 e 206).

Portanto, em média, os pecúlios taubateanos mostram uma situação em que não existe o domínio da elite mercantil, ainda que ela esteja presente no rol de inventários. Isso porque, os investimentos que compõe os inventários taubateanos se assemelham mais ao terceiro grupo anotado por Borrego do que com o primeiro grupo, sendo que este era composto pela elite mercantil atuante, enquanto aquele era formado pelos homens mais velhos e que haviam abandonado o comércio.

No entanto, também não podemos nos esquecer de que, como visto no capítulo anterior, a atividade mercantil não estava apartada da agropecuária na vila de Taubaté. Ao contrário, os principais comerciantes eram também grandes produtores. E, diferentemente do caso carioca, em que as rendas mercantis foram utilizadas para aquisição de propriedades rurais e a conquista de status (FRAGOSO e GUEDES, 2014: 24-29), em Taubaté, esse movimento não pode ser percebido com clareza, seja através das listas nominativas seja através dos inventários.

Gráfico 3.1 - Principais itens na composição das fortunas (1780-1830).



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”, Inventários e testamentos, Cartório de 2º ofício.

Os investimentos médios taubateanos foram distintos dos apresentados na cidade de São Paulo e para a vila de Lorena. Nesta vila, vizinha de Taubaté, investiu-se mais em dívidas ativas (62%), imóveis (14%), escravos (13%) e dívidas passivas (4%), de acordo com os inventários abertos no período áureo da produção cafeeira. Por outro lado, na cidade de São Paulo, na primeira metade do XIX, os ativos mais importantes foram os imóveis (25,7%), dívidas ativas (23,4%), escravos (23,3%) e bens profissionais (13,4%), enquanto os outros bens somados não chegaram a 15% (ARAUJO, 2010: 97-100). Taubaté apresentou um quadro distinto, em que os investimentos foram feitos em setores mais conservadores (escravos e bens de raiz), possivelmente devido à expansão da cafeicultura e retração da produção açucareira.

Os inventários analisados foram divididos em quatro grupos de acordo com o valor de suas fortunas. João Fragoso, estudando as fortunas dos negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro, estabeleceu a divisão dos inventários em três grupos: os muitos ricos com mais de cinquenta contos de réis; os ricos com fortuna avaliada entre dez e cinquenta contos de réis; e as fortunas médias da cidade que tinham fortuna de até dez contos de réis (FRAGOSO, 1998). Essa divisão foi seguida por Mara Lucília Viveiros Araújo para rebater a ideia de decadência econômica de São Paulo, mostrando que houve, na primeira metade dos oitocentos, aumento na fortuna média dos paulistanos (ARAÚJO, 2006: 73-79 e 89). Todavia, Taubaté apresentou uma realidade econômica mais modesta que grandes centros comerciais, como Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, e também não conseguiu rivalizar com grandes vilas produtoras, como a vila de Itu.

Da mesma maneira, o vale do Paraopeba, em Minas Gerais, também era uma região economicamente menos dinâmica e voltada para a produção de gêneros alimentícios, em que o comércio tinha importância relativa, sendo o porto do Rio de Janeiro o local de exportação dos efeitos e de importação dos produtos do mercado internacional. A riqueza declarada nos inventários pelas elites taubateanas e do vale do Paraopeba, portanto, são menores do que aquelas apontadas para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (MARTINEZ, 2006). Por este motivo, a divisão das fortunas em grupos teve que ser repensada⁸.

⁸ A divisão das fortunas deve respeitar a especificidade de cada região e em cada período, o que não isola o estudo. Martinez resumiu esta mesma posição da seguinte forma: “Embora cada autor apresente uma metodologia específica para a divisão dos grupos, “classes”, estratos, setores, faixas ou camadas sociais – fato que se justifica em função das características internas de cada sociedade – isto não inviabiliza o estudo comparativo. Muito pelo contrário, essas diferenças revelam o quanto a sociedade brasileira se mostrou multifacetada e dinâmica, variando no tempo e no espaço” (MARTINEZ, 2006: 133). Uma excelente síntese dos estudos com inventários, inclusive mostrando essa questão da divisão dos pecúlios em grupos econômicos, pode ser encontrada em: ARAUJO, 2006: 71-87.

O grupo A foi formado pelos inventários que mais de 20 contos de réis em seus pecúlios brutos. Nesse grupo foram alocados quatro indivíduos: o reverendo Francisco Moreira da Costa, o capitão Feliciano Pereira Barros, o sargento-mor Eusébio José de Araújo e o capitão Antônio Moreira da Costa que informaram monte-mor no valor de 49:417\$217, 39:961\$276, 20:881\$113 e 20:280\$670 réis, respectivamente.

O grupo B foi formado pelos sujeitos com fortuna avaliada entre dez e vinte contos de réis. Também, neste caso, foram encontrados quatro inventários nessa situação: Dona Margarida Florinda de Jesus (13:506\$340), o alferes José Antônio Nogueira (12:475\$753), o capitão Dâmaso Alves de Abreu (11:886\$060) e o capitão Soledônio Antônio de Andrade (11:128\$480).

O grupo C foi formado pelas fortunas médias que computaram pecúlios maiores de um conto de réis e menores de dez contos. Ao todo, esse grupo assinalou 21 diferentes inventários, sendo o capitão Gaspar Leme do Prado o único a ultrapassar os cinco contos de réis, tendo arrolado fortuna de 6:351\$560 réis.

E, por fim, o grupo D, formado por valores mais modestos, apresentaram dez entradas que não alcançaram um conto de réis, embora os sujeitos arrolados tenham se mostrado influentes na vila de Taubaté ou tenham vindo de famílias tradicionais na vila. A tabela seguinte explicita as médias e medianas das fortunas arroladas de acordo com o grupo:

Tabela 3.2 – Média e medianas do monte-mor das fortunas divididas faixas de fortuna.

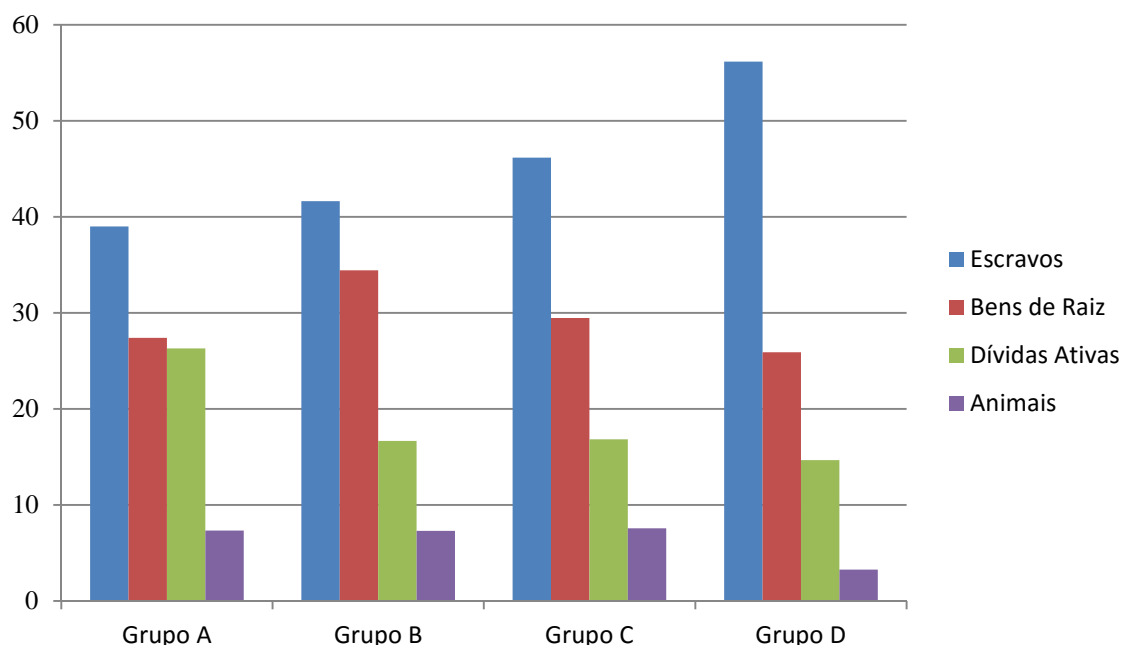
Grupo	Inventário	Média	Mediana
A	4	32:635\$069	30:421\$195
B	4	12:249\$158	12:180\$907
C	21	2:683\$250	2:196\$960
D	10	504\$183	481\$551

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Taubaté, Inventários e Testamentos, cartório de 2º Ofício.

O grupo A teve grande papel de destaque frente à população taubateana, o que fica mais claro quando se percebe o peso relativo das fortunas desse grupo na soma total de bens. Os quatro integrantes do grupo A representavam 10% dos inventários arrolados e possuíam 54,18% do valor total dos bens. Esse número se aproxima da realidade carioca, conforme descrita por Fragoso, onde 10% dos homens mais ricos da capitania tinham 2/3 do patrimônio inventariado (FRAGOSO, 1998: 90). E, no caso da vila de Vitória, a principal vila mercantil da capitania do Espírito Santo, os homens que compunham os 10% mais ricos da vila eram detentores de 49,07% do pecúlio (CARVALHO, 2010: 89-90).

O Gráfico 3.2 explora a formação dessas fortunas e permite inferir de que forma os inventários estavam compostos e qual a proporção de um grupo econômico para outro.

Gráfico 3.2 – Índices das fortunas por item em porcentagem.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”, Inventários e testamentos, Cartório de 2º ofício.

Em síntese, o gráfico e a tabela mostram as diferentes faces de uma mesma moeda. A acumulação de fortuna criou um grupo de sujeitos muito enriquecidos que controlavam grande parte dos ativos da vila e atuavam em diferentes segmentos econômicos. Porém, a riqueza de um inventário tinha, em média, os escravos como principais bens, seguidos pelos imóveis, depois as dívidas ativas e, por fim, os animais. Outros bens dos inventários (roupas, objetos de madeira, ferro, cobre, estanho, ferro e ouro, móveis e imagens) não foram listados, mas apresentaram baixíssimo valor frente aos quatro itens apresentados acima.

Os inventários foram divididos, também, por período com o intuito de verificar se houve o desenvolvimento econômico da vila e se esse desenvolvimento pode ser notado nas fortunas individuais. Da mesma forma, a cafeicultura, como apontado no capítulo anterior, teve grande relevância para a aquisição de escravos e, portanto, é sugestivo que o aumento da produção de café tenha refletido na formação de riqueza. Para tanto, foram estabelecidos quatro períodos: 1780 a 1800 (1), 1801 a 1810 (2), 1811 a 1820 (3) e 1821 a 1830 (4). Além disso, Dâmaso Alves de Abreu, Vitoriano Moreira da Costa e Feliciano Pereira Barros foram utilizados como números de referência, pois seus inventários foram abertos depois do recorte cronológico da pesquisa, mas a atuação econômica e política dos três teve início do período da pesquisa.

O grupo (1) foi formado por nove inventários e anotou o monte-mor médio de 1:403\$863 réis e mediana de 704\$155 réis, mas nesse grupo não está locado nenhuma das

grandes fortunas taubateanas, sendo o maior monte-mor o do inventário de João Antônio da Silva (1797) com 4:457\$888 réis. Por outro lado, o capitão Guilherme Moreira Cabral arrolou bens no valor de 409\$680 réis e seu monte-mor foi anotado no valor de 252\$440 réis.

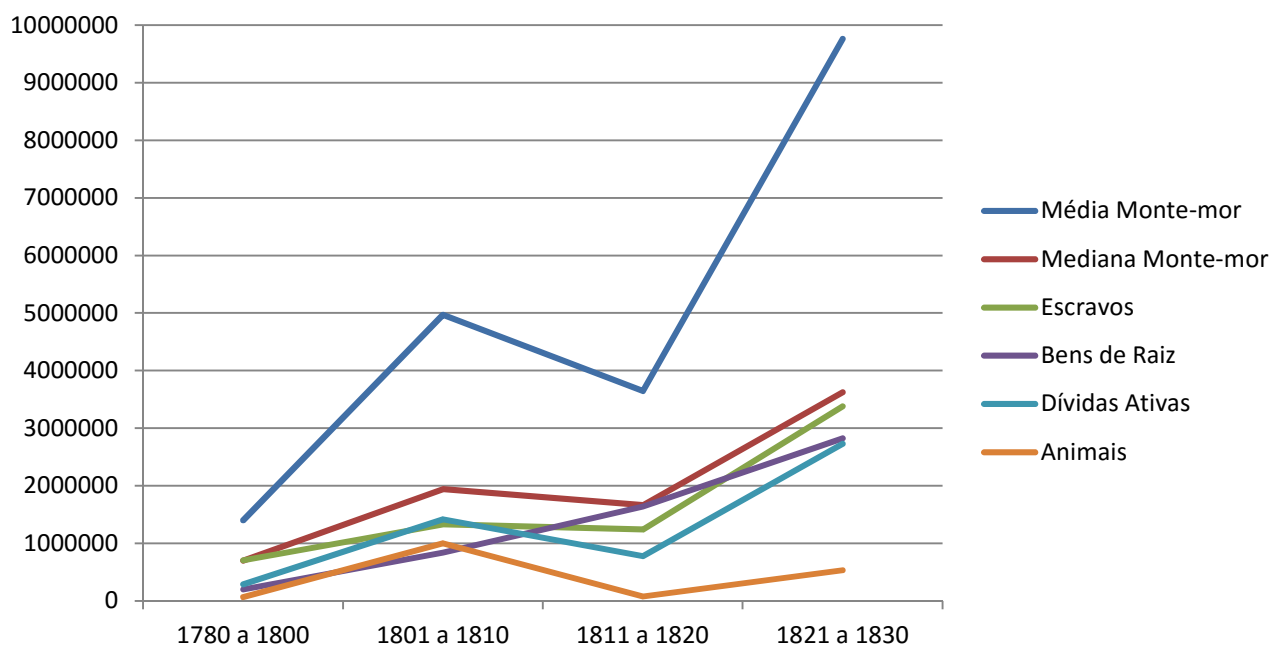
O grupo (2) sofre uma grande distorção em sua média em virtude do sargento-mor Eusébio José de Araújo (1807) que impactou sobre os outros cinco inventários que formam este grupo. A fortuna avaliada em mais de 20 contos de réis aumentou a média do grupo para 4:969\$274 réis, mas a mediana marcou 1:942\$725 réis. Em contraste, o inventário de João Antônio Bernardes (1808) apresentou monte-mor de 350\$700 réis e seu principal bem foi uma casa de morada no valor de 250 mil réis.

No grupo (3) foram situados dez inventários que apresentaram fortuna média de 3:648\$585 réis e a mediana de 1:662\$443 réis. A grande diferença da média para a mediana ocorreu porque o inventário de Dona Margarida Florinda de Jesus (1820) e do alferes José Antônio Nogueira (1820) foram muito superiores aos demais, o que alavancou a média do grupo, algo parecido com o que ocorreu no grupo (2).

Por fim, o grupo (4) inicia a contagem em 1821, momento em que o café estava se estabelecendo como principal produto da vila de Taubaté. Conforme apontado no capítulo anterior, a partir de 1818 o café se espalhou pela vila e, em 1830, ele praticamente monopolizou as forças produtivas da vila, especialmente entre os principais fogos. O crescimento do café causou um aumento também na média do grupo que chegou a 9:761\$561 réis e a mediana ficou em 3:629\$210 réis. Novamente, dois inventários elevaram a média do grupo. O inventário do capitão Antônio Moreira da Costa (1830) arrolou o monte-mor de 20:280\$670 réis, enquanto o seu parente, o reverendo Francisco Moreira da Costa (1824), apontou fortuna de 49:417\$217 réis. Ainda assim, esse grupo foi o único que não teve inventário com menos de um conto de réis, o que também ajudou a manter uma média alta.

O Gráfico 3.3 mostra a evolução das médias e medianas dos pecúlios encontrados nos inventários divididos por períodos e também dos quatro principais itens que compunham os inventários. No entanto, o escopo da pesquisa não nos permite afirmar com dados conclusivos a evolução econômica da vila, mas confirma alguns indícios que vêm sendo apontados desde o capítulo anterior: o período final do século XVIII estruturou a economia voltada para a exportação e, na primeira metade do século XIX, investiu-se em café e na aquisição de mão de obra africana, o que expandiu substancialmente a economia taubateana.

Gráfico 3.3 – Evolução do valor médio e valor mediano das fortunas inventariadas.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”, Inventários e testamentos, Cartório de 2º ofício.

Na cidade de São Paulo, a autora Maria Lucília Viveiros Araújo dividiu os 146 inventários analisados em dois períodos distintos: de 1800 a 1824 e 1825 a 1850⁹. No primeiro período, os inventários do brigadeiro Luís Antônio e de Ana Francisca Novais de Magalhães representavam 2,8% do período, mas arrolaram 70,4% dos montes brutos. No segundo período, os 14,7% dos inventários que formavam o grupo A (monte maior de 50 contos de réis) detinham 74,3% da riqueza (ARAÚJO, 2010: 93-95). Portanto, a concentração de riqueza na mão de poucos indivíduos e seu aumento progressivo no século XIX não foi uma situação *sui generis* de Taubaté.

A força das elites não foi sentida somente na capitania de São Paulo. Ao contrário, em áreas economicamente mais dinâmicas, o perfil social das elites modificou também com maior velocidade. Não obstante, Sampaio apontou que, na Praça do Rio de Janeiro, o século XVIII foi o momento de virada econômica, o que acarretou no fortalecimento da elite mercantil: elite excludente e que baseava sua força de controle social através do crédito e da mão de obra. Em síntese,

⁹ A periodização dos gráficos foi feita em bases regulares decenais. A escolha se deu devido aos métodos de busca dos inventários, que tentou ser regular em todas as décadas. Também discordamos da periodização efetuada por Armênio Rangel para a vila de Taubaté, pois não encontramos grandes fluxos econômicos em uma atividade ou outra, o que inviabiliza pensar num período de grande expansão econômica de uma atividade e retração de outra, pelo menos até o desenvolvimento da cafeicultura. Para testarmos nossas hipóteses também fizemos o gráfico com as datas-limites impostas pelo autor que se mostrou muito similar ao utilizado na pesquisa. Por este motivo, decidimos manter o gráfico com as barreiras decenais, conforme pensado inicialmente.

esse grupo controlava redes de endividamento que cobriam a América portuguesa e estendiam-se à África. O principal mecanismo de produção dessa rede era o adiantamento. Esse podia ser tanto de mercadorias para um senhor de engenho que precisava garantir o bom funcionamento de sua propriedade quanto para um pequeno comerciante que revendia nos confins da colônia os produtos que adquiria nos grandes centros (SAMPAIO, 2014: 329).

Ainda que Sampaio não tenha indicado o montante da fortuna desses grupos, o trabalho com os inventários e com as listas nominativas delineiam um quadro em que os negociantes e produtores de Taubaté seriam tributários dos grandes comerciantes cariocas. Esta situação aparece no inventário da maior fortuna da vila: o do reverendo Francisco Moreira da Costa, em 1824. O documento mostrou a compra de 32 escravos africanos na cidade do Rio de Janeiro das mãos do capitão Manoel Guedes Pinto e, além dessa, o reverendo apontou em suas dívidas passivas quase 14 contos de réis para o mesmo capitão carioca (AHMT, 1824: 18b e 42).

Por fim, nesta altura podemos mapear a vila de Taubaté em termos de dimensão econômica e em sua evolução conjuntural. Por um lado, a soma dos inventários transcritos indica que a fortuna amealhada na vila de Taubaté era reduzida em comparação com centros comerciais maiores, caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, mas rivalizavam com centros menores como o Vale do Paraopeba e a vila de Vitória. Além disso, no contexto do interior da capitania/província de São Paulo, alguns sujeitos formaram pecúlios consideráveis, o que lhes permitiu se estabelecer entre os homens mais ricos da região e, ao mesmo tempo, dominaram a cena socioeconômica da vila, estabelecendo ramificadas redes de empréstimo e possibilitando a inserção de seus familiares nos postos de mando locais. Por outro lado, esse domínio restringiu o poder de investimento da vila, o que resultou em uma distribuição de ativos nos itens escravos e bens de raiz, o que sugere uma vila rural, ainda que houvesse redes mercantis ligando-a ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

3.2 – Os escravizados: riqueza, produção e status.

No tópico anterior expusemos a importância dos escravos na composição do pecúlio das elites taubateanas. Os cativos eram o ativo mais importante na maioria dos inventários, independentemente da divisão feita. Resta saber a composição dos principais plantéis de escravizados da vila de Taubaté.

A contagem dos escravos pelos inventários apresentou algumas incongruências quando feito o cruzamento com os maços de população. A partilha dos cativos podia ocorrer

antes do começo do processo, com o intuito de reduzir os impostos a serem pagos ou para burlar a administração, o que resultava na sub-anotação do ativo (ARAÚJO, 2010: 140-149). Porém, as listas nominativas também mostravam algumas sub-anotações. Primeiro, a instalação das listas nominativas pelos governadores paulistas foi feita com o intuito de mapear os braços disponíveis para as armas, o que resultava no desinteresse ou pouco caso dos administradores em retratarem fielmente os números secundários, como a quantidade de escravos. Segundo, houve o temor constante dos moradores do interior com o alistamento e também com a cobrança de imposto. E, por fim, as listas não tinham um padrão fixo, variando sua qualidade com o esforço do capitão-mor da vila (BACELLAR, 2001: 27). Logo, o cruzamento das duas fontes revela diferenças nos tamanhos de plantéis, mesmo quando o processo de inventário foi aberto apenas alguns meses depois da confecção da lista nominativa.

A média total de escravos foi de 15 cativos por inventário, o que representavam um investimento de 1:827\$431 réis e um preço médio de 112 mil réis por cativo. A idade média dos escravos foi de 25 anos, plantel em idade produtiva e jovem. Porém, é importante informar que nem todos os escravos foram declarados, muitos diziam ser “já velho” ou “muito velho” ou, ainda, “criolinho”, “mulatinho”, “rapazinho”, “rapariga” e não informaram idade, o que influencia a idade média. Em números absolutos foram anotados 611 cativos: 557 tiveram suas idades informadas, 117 afirmaram ser casados, 179 eram escravos africanos, 134 eram “mulatos”, 220 eram “criolos” e 23 eram “cabras”¹⁰. Entre esses inventários houve predileção pelos homens, já que 344 escravos eram homens e 259 eram mulheres, e houve 31 crianças anotadas com suas mães. Além disso, a pirâmide etária dos cativos apresenta 227 escravos menores de dezenove anos (40,7%), 286 estavam em idade produtiva (51,3%), entre 15 e 59 anos, e, por fim, 44 cativos tinham mais de 60 anos (7,8%)¹¹.

¹⁰ Nos dicionários de época estas características foram definidas da seguinte maneira. Criolo: “escravo que nasce em casa de senhor”. Mulato: “filho ou filha de preto com branca, ou às avessas, ou de mulato com branca, até certo grau”. Cabra: “o filho ou filha de pai mulato e mãe preta, ou às avessas”. Os dicionários consultados foram: Raphael Bluteau (1728), Antônio de Moraes Silva (1789) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832); que fazem parte do acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Para mais, Cf.: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>, consultado em outubro de 2015.

¹¹ A divisão de idades foi feita de acordo com os dados dos maços populacionais. Em geral, os mapas populacionais apresentavam a estrutura etária em intervalos regulares de 10 anos. Por este motivo, seguindo a lógica de Maria Luiza Marcílio, decidimos que jovens seriam todos entre 0 e 20 anos, adultos seriam as pessoas entre 21 e 60 anos e velhos todos acima dos 61 anos. Conforme escreveu a autora citada: “Os censos de 1798 e 1836 permitem decompor a população acima de dez anos por grupos decenais. Por esta razão, embora uma classificação feita a partir de três grupo – crianças (0-14), ativos (15-64) e velhos (mais de 65 anos) – seja a mais conveniente para uma população que começava a trabalhar bem cedo (por volta dos 14 a 15 anos para os livres e ainda bem mais cedo para os escravos), fomos obrigados a seguir o método de classificação mais usual, devido à apresentação dos dados dos recenseamentos [...] Desta forma, a população foi repartida nos três grupos

Os mapas populacionais anexados às listas nominativas de 1808 e 1830 ajudam a compreender a composição da população taubateana neste período e nos permite comparar com o universo mostrado nos inventários.

Em 1808, foi anotada uma população total de 8.758 pessoas, divididos em 6.042 (68,98%) brancos, 52 livres e 1.380 (15,75%) cativos, mas 1.284 pessoas não foram registradas, embora estivessem na conta geral feita pelo capitão-mor. O mapa geral da população branca registrou 3.351 (55,4%) jovens com até 20 anos de idade, 2.426 (40,1%) entre 20 e 60 anos e 270 (4,4%) pessoas com mais de 60 anos. Entre os “pretos cativos” foram anotadas 587 (42,5%) jovens até 20 anos, 742 (52,1%) pessoas entre 20 e 60 anos e 51 (3,6%) escravizados com mais de 60 anos de idade.

Em 1830, os mapas populacionais indicaram o aumento da população total e, principalmente, da população negra na vila. Os declarados brancos perfaziam 7.474 pessoas (68,3%), os pardos eram 1.373 almas (12,5%) e os negros eram 2.094 (19,1%) pessoas. Os escravizados, entre negros e pardos, eram 2.379 pessoas ao todo, o que chegaria a 21,7% da população local. Entre os pardos encontramos 997 livres e 376 cativos, enquanto os declarados negros eram 91 livres e 2.003 escravizados.

A pirâmide etária da população também mostra diferenças entre os grupos. Os jovens negros, contando livres e escravizados juntos, somaram 855 pessoas, o que representou 40,8% da população negra. A população negra com idade entre 21 e 59 anos somou 1.176 pessoas (56,1% do total de negros), sendo 47 livres e 1.129 escravizados. E, por fim, a população negra livre acima dos 60 anos de idade somou 12 almas, enquanto os seus pares escravizados eram 51 pessoas, o que representava 3% da população negra total somados livres e cativos. A população parda também era dividida entre livres e cativos. Os livres até 20 anos eram 525 jovens e os cativos eram 204 (53% da população parda). Os pardos entre 21 e 60 anos somaram 603 pessoas, sendo 436 livres e 167 escravizados, o que computava 43,9% da população parda. E, por fim, os pardos velhos eram 36 livres e 5 cativos, que totalizavam 41 pessoas ou 2,9% dos pardos da vila.

Embora nosso intuito não seja fazer um estudo demográfico denso, podemos anotar que a população taubateana faz parte do “fenômeno da população jovem”, uma característica das populações do tipo antigo, nas quais os velhos eram parte muito pequena em relação aos

outros dois grupos. Esta característica também foi anotada na cidade de São Paulo e em paróquias francesas para o mesmo período (MARCÍLIO, 2014: 157-158)¹².

As constatações sobre a posse de cativos na documentação dos maços populacionais também nos permitem verificar as diferenças entre a população taubateana e comparar com a realidade dos inventários. A tabela a seguir nos aponta a divisão de posse de escravizados na vila de Taubaté:

Tabela 3.3 – Posse de escravizados nos domicílios taubateanos divididos por faixas (1808 e 1830).

Faixa	1808				1830			
	Fogos	Escravos	% fogos	% escravos	Fogos	Escravos	% fogos	% escravos
0	1275	0	79,24	0	1849	0	79,73	0
1 a 5	249	514	15,48	30,61	344	802	14,83	33,18
6 a 10	55	419	3,42	24,95	69	514	2,98	21,27
11 a 20	20	273	1,24	16,25	39	565	1,68	23,38
21 a 40	5	128	0,31	7,62	17	467	0,73	19,32
+ 40	5	345	0,31	20,54	1	69	0,04	2,85
Total	1609	1679	100	100	2319	2417	100	100

A tabela mostra que a posse de cativos estava restrita a uma parcela da população taubateana que se manteve estável no período analisado. Um quinto da população somente arrolou mão de obra compulsória em suas propriedades. Isto suscita de início uma distinção com os inventários utilizados nesta pesquisa, pois somente João Antônio Bernardes (1808) não teve escravos entre seus bens. Escrito de outra maneira, 97,5% dos inventários arrolados para esta pesquisa eram proprietários de escravos.

A tabela também revela a importância dos grupos mais abastados. Em 1808, os fogos com mais de dez cativos somavam menos de 2% do total e eram proprietários de 44% do total de escravos da vila. Em 1830, os fogos com mais de dez cativos chegaram a 2,46% do total e arrolaram 45,55% do total de escravos da vila. Nos inventários, aqueles que tinham mais de dez cativos representaram 41% do total de processos e eram detentores de 78,56% do total de escravos inventariados. Portanto, em ambos os casos percebemos que os indivíduos que eram donos de mais de dez escravizados podiam ser considerados elite escravista da vila, mas nos inventários os números aparecem com maior desigualdade.

Esta situação fica ainda mais evidente quando selecionamos somente os grandes proprietários de escravizados, ou seja, aqueles que tinham mais de 40 cativos em suas senzalas. Nos maços de 1808 eles representavam 0,31% das propriedades e controlavam um quinto dos escravos. Em 1830, por outro lado, somente um sujeito arrolou mais de 40 escravos em suas propriedades, o que significava pouco mais de 2% do total de escravizados da vila. E, nos inventários, encontramos cinco processos (12,82%) que arrolaram mais de 40

¹² A professora Maria Luiza Marcílio fez um longo e denso trabalho acerca da evolução das estruturas demográficas da capitania de São Paulo. Cf.: MARCÍLIO, 2000: 77-95.

escravizados e correspondiam a quase metade (48,12%) do total de cativos inventariados. Desta feita, num primeiro momento podemos sustentar a ideia de concentração deste ativo nos domicílios de alguns indivíduos, embora o panorama de 1830 revele uma situação menos concentrada que em 1808.

Todavia, a comparação da posse de cativos com o restante da capitania e com outras partes da América Portuguesa mostra uma estrutura menos concentrada do que grande parte das áreas escravistas produtoras de açúcar para exportação. A tabela a seguir (3.4) foi retirada da obra “Escravidão no Brasil” de Herbert Klein e Francisco Vidal Luna (2010: 71) e aponta a distribuição de escravizados em trinta localidades distintas da capitania paulista, em 1777-1778.

Tabela 3.4 – Distribuição dos escravos e proprietários por tamanho do plantel, em trinta localidades de São Paulo, 1777-1778.

Tamanho do plantel	% dos proprietários	% dos escravos
1-5	69%	30%
6-10	18%	25%
11-20	9%	24%
21-40	3%	13%
41+	1%	7%
(n)	4.746	25.859

Os estudos de Klein e Luna mostram que os números encontrados para a vila de Taubaté estavam de acordo com a estrutura de posse de cativos para a capitania de São Paulo. Sem embargo, os pequenos proprietários eram a grande maioria e tinham posse considerável de escravizados. Por outro lado, os grandes plantéis eram raros. Assim, constatamos que a estrutura produtiva de Taubaté era diferente do apontado para áreas tradicionalmente ligadas a exportação de açúcar como o Nordeste da América Portuguesa ou as ilhas das Antilhas, muito embora os autores tenham levantado os números somente para engenhos produtores de açúcar e não para o computo geral da população paulista. Nas palavras dos autores:

Os engenhos baianos eram maiores, com plantel médio de sessenta escravos, e tinham estrutura ainda mais homogênea, com um terço dos cativos residindo nos engenhos com mais de cem escravos. O Rio de Janeiro, onde os engenhos de açúcar possuíam uma média de 36 escravos, era comparável a São Paulo, mas apresentou mais dispersão em torno da média, com um número razoável de unidades menores e, como na Bahia, com um terço dos escravos residindo nas propriedades que continham cem cativos ou mais [...]. Os engenhos paulistas parecem ter atingido um tamanho relativamente homogêneo em meados do século XIX e eram menores que o padrão verificado nas outras regiões, especialmente os engenhos nordestinos. A tendência ao tamanho crescente logo se nivelou (KLEIN, LUNA, 2005: 64).

O valor dos escravizados também variou no período analisado, ocorrendo uma valorização ao longo da primeira metade do século XIX. Isso pode ser percebido pelos inventários posteriores a data limite de 1830. Se os escravos de Feliciano Pereira Barros

(1851), Dâmaso Alves de Abreu (1836) e Vitoriano Moreira de Castro (1849) tivessem sido contabilizados eles aumentariam todas as médias, excetuando a de idade.

Separados por período, verificamos que na década de 1811 a 1820 houve a diminuição do preço médio dos escravos para o valor de 99 mil réis, seguido por uma grande valorização na década seguinte, quando a média chegou a 177\$875 réis. Os inventários posteriores a 1830 indicaram uma média de 386 mil réis por escravo, uma valorização de 218% em 20 anos.

Para indicar essa valorização no preço unitário analisamos o processo de Francisco Xavier de Camargo (1785) e do capitão Antônio Moreira da Costa (1830). O primeiro atuava restritivamente na produção, pois apontou um grande sítio e uma casa com plantação, mas não informou a criação ou comércio de animais e somente três entradas nas dívidas ativas, que somaram para 10 mil réis, enquanto o segundo atuava em vários ramos, sendo criador de animais, prestamista e também produtor. No primeiro inventário são anotados 8 escravos – quatro crianças e quatro adultos, um casal – e o segundo inventário anotou 29 escravos – sendo cinco crianças, quatro idosos, dois sem anotação de idade e dezessete adultos, incluindo dois casais. Francisco Xavier de Camargo anotou um escravo homem, de 34 anos, “Angola” e casado com sua escrava mulata de 25 anos, aquele avaliado em 70 mil réis (AHMT, 1795: 2b). Antônio Moreira da Costa, por sua vez, anotou o escravo José Leite, de 30 anos, “nação”, também casado, pelo valor de 400 mil réis (AHMT, 1830: 16). Portanto, dois escravos com praticamente as mesmas características foram avaliados por valores completamente distintos. Ainda que houvesse outras características utilizadas para a avaliação dos escravos, a discrepância dos valores permite afirmar com alguma certeza que houve uma forte valorização do preço unitário dos cativos¹³.

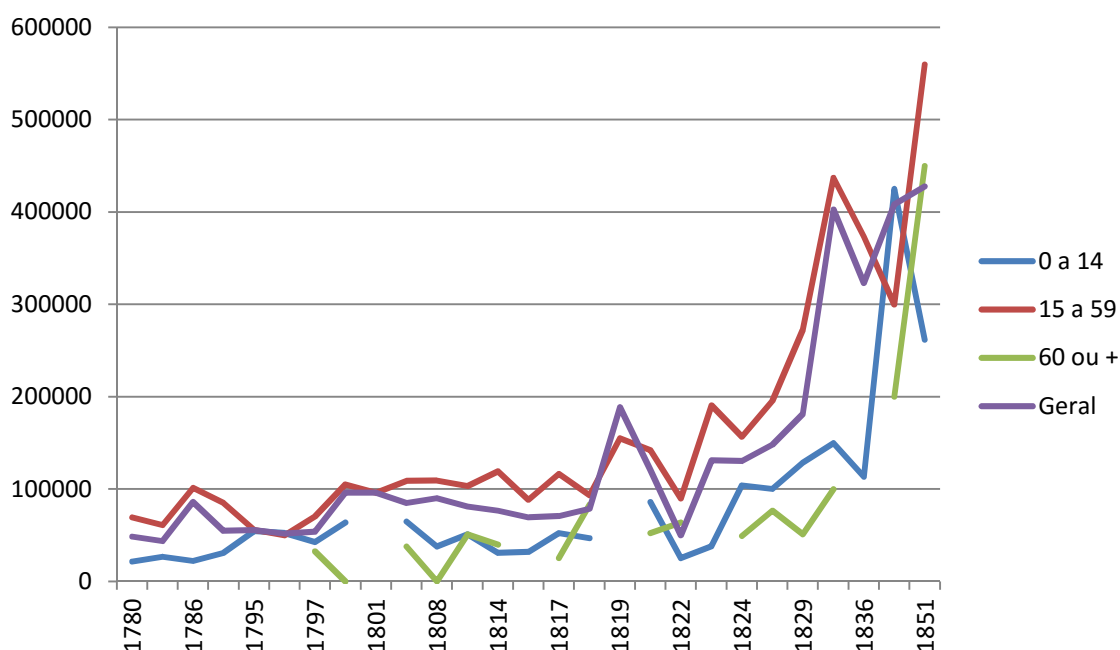
O gráfico seguinte aponta para o preço médio dos escravos divididos por faixa etária ao longo do período pesquisado. Nem todos os processos indicaram a idade de todos os escravos, mas a incidência alcançou 93,2% dos cativos arrolados¹⁴. E, alguns escravos receberam anotação de “doente”, “com moléstia” ou “quebrado”, o que reduziu o valor unitário da peça. Mas esses casos incidiram somente sobre os inventários de Manuel Antônio

¹³ A pesquisa não tem a intenção de ser definitiva quanto aos valores apontados, mas utilizam-se esses números como valores de referência, pois se sabe que o escopo da pesquisa é curto para fazer inferências gerais e definitivas.

¹⁴ As idades usadas como referenciais para as faixas etárias respeitaram a divisão feita na própria documentação. As mulheres até os 14 anos de idade eram consideradas “raparigas”, por uma noção geral de fecundidade da época. Por outro lado, os homens eram listados a partir dos 15 anos de idade que seria a idade disponível para as armas. Decidimos utilizar a idade das mulheres no gráfico. Por fim, pessoas acima dos 60 anos não eram mais fecundas e os homens têm um decréscimo constante em seus valores, sendo considerados velhos. Para mais: Cf. MARCÍLIO, 2000: 33-38.

Alves (1822), Salvador Correia Siqueira (1829), Antônio Moreira da Costa (1830) e Feliciano Pereira Barros (1851) e tiveram uma pequena relevância nos valores. Também cabe ressaltar que nos anos em que foram transcritos mais de um inventário foi anotada uma média simples dos valores dos escravos para cada faixa etária. E, por fim, os inventários posteriores a 1830 foram incluídos no gráfico como pontos de referência.

Gráfico 3.4 – Valores médios dos escravizados distribuídos em três faixas etárias (1780-1851)



Fonte: Arquivo História Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”, Inventário e Testamento, 2º cartório de ofício.

O gráfico revela a evolução dos preços dos cativos de acordo com os inventários, que anotaram 611 escravizados ao todo. Essa documentação não é específica sobre os cativos, que podiam variar de preço, mas serve como referência dos valores praticados. Um dos fatores que chama atenção é o forte aumento do preço do cativo após a Independência e, principalmente, a partir de 1829. Em contraste, até esse período de valorização os preços médios dos cativos, ainda que flutuem, ficaram sobre uma margem¹⁵. Algumas linhas, porém, não foram constantes, posto que nem todos os inventários arrolados possuíam escravos em todas as faixas etárias.

Esses números explicitam um cenário de desenvolvimento do Brasil após a chegada da Família Real e, economicamente, com o desenvolvimento da cafeicultura (MARCÍLIO, 2000: 178). No caso de Guaratinguetá, vila vizinha a Taubaté, o “ciclo do café” teria

¹⁵ O preço do cativo, no entanto, variou no período, na localidade em que era comercializado e, também, na conjuntura em que tal comércio ocorria. No Rio de Janeiro, no período de 1671-1700 o preço médio de um escravo adulto era de 84 mil réis, valor que aumentou para 197 mil réis na década de 1710 (SAMPAIO, 2007: 239).

aumentado a presença de escravos na vila e, num primeiro momento, este crescimento seria focado nos homens (HERRMANN, 1976: 117, 129-146). Em certa medida, o mesmo movimento foi encontrado pelos inventários taubateanos.

Todavia, nas outras partes da província de São Paulo encontramos um cenário distinto. A região do Oeste paulista e também do Caminho para o Sul investiram menos em escravos com a cafeicultura do que o Vale do Paraíba, embora o comércio de escravos tenha crescido entre 1825 e 1839 (KLEIN e LUNA, 2010: 90-105).

O banco de dados dos maços de população indicou que, entre os homens considerados elites, os fogos sem escravos anotados foram de 11,95% até 26,61%, em 1830 e 1808 respectivamente. Em média, um quinto das elites taubateanas não arrolaram nenhum escravo nos maços de população. Contudo, estudos demográficos mostram que a maior parte da população paulista não possuía escravos. Geralmente, entre 20% a 30% dos fogos paulistas apresentavam escravos. Os mesmos estudos também mostram que mais da metade dos fogos tinham menos de cinco cativos. O que mostra que o banco de dados foi abrangente na abordagem e grande parte dos sujeitos com postos ou comerciantes que não tinham escravos ainda não se constituíam elite econômica (KLEIN e LUNA, 2010: 155). Além disso, Marcílio informou que os fogos simples eram 75 a 90% dos domicílios vale-paraibanos (MARCÍLIO, 2000: 96-104). Em outros termos, a população cativa no Vale do Paraíba era restrita a um pequeno grupo que, via de regra, tinha bens suficientes e deixaram inventário.

Entre os inventários anotados somente o de João Antônio Bernardes não indicou escravo. A sua fortuna era composta basicamente por seus bens de raiz, suas dívidas ativas e outros itens como ferramentas. O seu nome, todavia, esteve vinculado à atuação na câmara da vila de Taubaté. Em 1793, João Antônio Bernardes e Antônio Luiz Pereira foram eleitos para o cargo de almotacé da vila. Em 30 de novembro do mesmo ano, Bernardes e outros “homens bons” assinaram um termo de compromisso de divisão dos gastos para as festividades de comemoração do nascimento da Princesa da Beira. E, 1795, ele e os “homens bons” novamente se reuniram na câmara para discutirem uma nova forma de contribuição do dízimo para a reforma da Igreja Matriz da vila (FILHO GUISÁRD, 1943: 336-337, 350-351 e 380-381). Portanto, embora tivesse uma fortuna pequena frente aos outros pecúlios do banco de dados, cerca de 350 mil réis, e não tivesse escravos para partilhar, Bernardes era um sujeito atuante na vila. Isto mostra que em áreas economicamente menos dinâmicas e de população menores as escolhas na câmara não ficavam restritas aos grandes proprietários de escravos ou à elite mercantil.

Outros indivíduos também investiram pouco na aquisição de cativos. O guarda-mor das minas do Rio dos Peixes, Joaquim dos Santos Alves de Abreu, era natural de São Paulo e se estabeleceu em Taubaté. Em 1802, ele apresentou seis cativos (três africanos) e produziu milho, feijão, arroz, farinha e açúcar em sua engenhoca. Ao mesmo tempo, criou gado vacum, cavalos e potros, estes vendidos na própria vila por 30 mil réis. Em 1808, aos setenta anos de idade, o guarda-mor indicou praticamente a mesma produção, mas não arrolou a engenhoca. Em 1812, ele só criou três potros. Em 1818, afirmou ser proprietário de quatro escravos e vendeu três éguas e dois bois por cerca de 30 mil réis. Neste último maço, a sua naturalidade foi modificada para Mogi das Cruzes ao invés de São Paulo.

O inventário do guarda-mor foi aberto em 1822 e apresentou dois escravos velhos, acima de 60 anos de idade, um de nação Banguela e outro “criolo”, que totalizaram 80 mil réis. Joaquim dos Santos também era proprietário de um sítio na freguesia de Caçapava com “casas de purgar, engenho, uma capela, tudo coberto de telha” e terras que compunham essa propriedade, o que juntas somavam 800 mil réis. E, embora não tenha anotado “campos de criar”, foram arrolados 34 animais, entre cavalares e gado vacum. As suas dívidas ativas eram próximas a 70 mil réis, enquanto as passivas eram de praticamente 24 mil réis, fora as dívidas com a própria inventariante, sua filha, Dona Clara Ramos de Oliveira. Portanto, nota-se que as propriedades eram subutilizadas e houve pouco investimento em escravos. Isso deve ter ocorrido pela idade avançada do guarda-mor que faleceu com mais de 70 anos de idade (AHMT, 1822, Joaquim dos Santos Alves de Abreu: 10-23).

Manuel Antônio Alves escreveu testamento em 1815, sete anos antes de seu falecimento, e nele indicou que era natural da cidade do Porto, na freguesia de Santa Maria. O seu primeiro casamento foi feito com Leonor Bezerra Cabral, filha do alferes de Pindamonhangaba, Francisco Xavier de Araújo Bezerra. O seu segundo casamento foi feito em cartório de Taubaté com Maria Magdalena. Os cativos anotados foram três mulheres, uma de “nação banguela, já velha”, outra escrava Banguela de nome Maria com 24 anos de idade e, também, Benedita, uma “mulatinha” de um ano e filha de Maria. Não houve indícios do pai da escrava Benedita e sua mãe, Maria, não foi descrita como casada e nem como viúva. Suas escravas somaram para praticamente 180 mil réis (AHMT, 1822: 2:3b e 13).

O parco investimento de Manuel Antônio Alves em escravo explica-se pela composição de seu pecúlio. A maior parte dos ativos de Manuel eram as dívidas ativas, que totalizavam mais de um conto e 200 mil réis, e, principalmente, seus negócios efetuados no Rio de Janeiro em sociedade com o falecido sargento-mor Antônio Fernandes Vaz. Ao longo das páginas 58 e 58b foi anexada uma conta do livro de dívidas dos dois falecidos que expõe

as dívidas de um para com o outro e, também, os juros que corriam entre um pagamento e outro. O documento revela que Manuel Antônio Alves manteve comércio ativo de bens importados do Reino com Antônio Fernandes Vaz. Este comprava artigos do Reino e aquele recomprava para posterior venda na vila de Taubaté.

Na página 68b a inventariante, sua segunda esposa, anotou dinheiro amoedado em 250 mil réis, mas que deveria ser utilizado para “pagamento do que se deve no Reino”. Em outras palavras, Manuel Antônio Alves tinha como atividade principal o comércio e, portanto, não dependia de mão de obra escrava para executar seus negócios. Assim, as escravas que foram avaliadas em seu inventário deviam trabalhar dentro de sua casa ou em sua loja, mas não na lavoura.

Os animais arrolados foram todos cavalos para montaria, o que indica que não havia criação, mas uso dos animais. E, por fim, em seus bens de raiz consta uma “morada de casa de taipa de pilão, coberta de telha, com dois lanços” e com um grande quintal que dava para a Rua do Gado (AHMT, Manuel Antônio Alves, 1822: 13-79). Não obstante, a soma dos quatro principais ativos dos inventários (escravos, bens de raiz, dívidas e animais) chegou a 51% do pecúlio de Manuel Antônio Alves somente, a menor proporção entre os sujeitos selecionados. O que indica que ele tinha mais ativos em objetos pessoais e, principalmente, artigos para sua loja que deveriam estar para venda.

Da mesma sorte, em 1780, José dos Santos Luz veio a óbito e abriu-se inventário. Neste, os escravizados foram anotados na quantia de sete, seis homens e uma mulher, que somaram para 340 mil réis. Todavia, o seu maior ativo eram os artigos de sua loja de fazenda seca que foi avaliados em 1:126\$936 réis, seguido pelas dívidas ativas que eram mais 1:034\$597 réis. Ao se somar dívidas e bens da loja, chega-se ao total de 2:161\$533 réis, o que representava 78% do pecúlio total arrolado. Todavia, suas dívidas passivas superavam os dois contos, o que reduziu muito sua terça (AHMT, 1780: 1-48).

Portanto, os menores investimentos em escravos eram feitos por sujeitos ligados ao comércio que não dependia de mão de obra escrava em sua atividade econômica. Essa constatação confirma o que os maços de população já sugeriam, uma vez que estes arrolavam fogos com menos escravos quando a atividade declarada era ligada ao comércio.

Entrementes, os principais plantéis de escravos estiveram nas mãos do reverendo Francisco Moreira da Costa (92), do sargento-mor Eusébio José de Araújo (53) e do capitão Feliciano Pereira de Barros (53). As médias de investimento, porém, foram muito distintas: Francisco Moreira da Costa pagou 144 mil réis por escravo, enquanto o sargento-mor Eusébio pagou 77 mil réis e Feliciano investiu 427 mil réis em cada cativo. A soma total desse ativo

também mostrou diferenças significativas. Francisco Moreira da Costa apresentou escravos num valor total de 13 contos de réis, enquanto Eusébio empenhou 4 contos de réis e Feliciano despendeu 22 contos de réis. A grande discrepância que existe entre eles pode ser explicada pelo período em que cada um viveu. O sargento-mor faleceu em 1807, quando o preço do cativo se mantinha em bases mais modestas, mas Francisco absorveu parte do aumento do valor dos escravos da década de 1820 e Feliciano faleceu em 1851, período em que os preços de escravos estavam num patamar muito acima do anterior.

O inventário do reverendo Francisco Moreira da Costa apresentou 60 escravos trabalhando em suas propriedades e outros 32 escravos comprados no Rio de Janeiro, do negociante Manuel Guedes Pinto, mas que ainda não haviam chegado a Taubaté. A média de idade entre os escravos antigos foi de 33 anos, mas essa média ficou em 20 anos entre os novos escravos, o que resultou numa média de idade total de 29 anos de idade. Assim, a escravaria estava envelhecendo, embora ainda em idade ativa na média, e necessitou de novos escravizados jovens.

Na faixa etária de 0 a 14 anos estavam alocados 15 cativos, oito escravizados eram considerados idosos (acima de 59 anos), enquanto os escravos adultos (entre 15 e 59 anos) eram 68 almas, no total. O investimento total nos escravos foi de 13:253\$800 réis. Este valor, dividido em faixas etárias, mostra que os escravos adultos eram 749% mais caros que os idosos e 135% mais valiosos que os menores de quinze anos. O grande número de escravos permitiu o desenvolvimento de família no seio da senzala, onde foram anotados 34 escravos casados, formando catorze casais, incluindo, duas mulheres casadas com homens que compraram as próprias alforrias. Não obstante, essas famílias tiveram três crianças também listadas como escravas. Portanto, ainda que tênue, posto que essa não seja uma análise central da pesquisa, temos indícios de que a família escrava também era mais estável dentro dos maiores inventários, da mesma forma que as mulheres tinham maior *potencialidade* para o matrimônio (SLENES, 2011: 82-87, 101 e 118).

No inventário do reverendo Francisco encontramos também escravos com outras atividades profissionais que não a lide agrícola. Manoel Teixeira, um escravo “criolo”, que contava entre 50 e 60 anos de idade era oficial de carpintaria, mas foi constatado pelos avaliadores sintomas de reumatismo, o que reduziu seu valor para 80 mil réis. André era também um escravo “criolo”, mais velho, com 60 a 70 anos, e oficial de caldeireiro que foi avaliado por 51 mil réis.

Infelizmente, o inventário não determinou o trabalho efetuado pelos outros escravos, mas podemos assumir que fosse o trabalho agrícola. Isto porque, o reverendo, além de

prestamista da vila, era dono de um cafezal com mais de 50 mil pés e de uma fazenda, denominada Santa Ana de Itaim Mirim, na qual existia outro cafezal com mais 80 mil pés. Os escravos, provavelmente, moravam nas senzalas da fazenda Santa Ana, já que não foram anotadas moradas para escravos em seus outros bens de raiz (AHMT, 1824: 13-24).

No processo de inventário do sargento-mor Eusébio José de Araújo ocorreu a declaração de 53 escravos. Contudo, parece ter havido uma sub-anotação nos números de cativos, pois nas listas nominativas ele listou 62 cativos, em 1802, e sua esposa arrolou 66 escravos, em 1808, um ano após a viuvez. Ainda assim, os escravos inventariados e que apresentaram todas as informações somaram 47 peças, das quais 18 podem ser consideradas crianças (0 a 14 anos), 25 estavam em idade adulta produtiva (15 a 59) e quatro eram idosos (60 anos ou mais), o que resulta num plantel jovem de quase 25 anos, em média. O valor médio de seus escravos foi de 77\$390 réis, sendo os adultos avaliados em 101\$688 réis. O que significa que seus escravos valiam, em média, 53% do valor dos escravos do reverendo Francisco. Todavia, conforme anotado acima, o valor dos cativos variou muito após a Independência.

Na senzala do senhor Eusébio foram encontrados dezenove escravizados casados e um filho que vivia com seus pais. Houve a preferência por escravos homens, mas pequena, somando 26 homens e 21 mulheres. Também houve distribuição sobre as “naturalidades”, sendo doze africanos e mulatos, dezenove “criolos” e cinco “cabras”. E, a soma dos escravos inventariados alcançou a marca de 4:101\$680 réis. Por fim, um dos escravos do sargento-mor chamou atenção dos avaliadores. De acordo com a breve descrição feita para cada item, o escravo Lourenço é “cabra, 50 anos de idade, barbeiro, sabe ler e escrever” e foi avaliado por 128 mil réis, apesar da idade avançada.

O sargento-mor Eusébio, assim como o reverendo Francisco, foi senhor de engenho e dono de uma grande fazenda na vila. O seu sítio e terras constantes no bairro do Mato Dentro foram avaliados por 800 mil réis e, fora eles, ele também era dono de uma fazenda de criar animais, avaliada em 500 mil réis, um pequeno canavial (10 mil) e uma roça de milho de dez alqueires (40 mil réis). Às propriedades rurais somavam mais oito moradas na área urbana da vila e do bairro de Tremembé que totalizavam mais 880 mil réis (AHMT, 1807: Eusébio José de Araújo).

A atuação do sargento-mor não se resumia a atividade produtora, mas também alcançava o comércio. Na lista nominativa de 1802, o fogo do sargento arrolou a produção de milho, feijão, arroz, algodão e açúcar, e, também, a criação de porcos, gado e cavalos. A

sociedade com um de seus filhos, o ajudante João Gomes de Araújo, resultou na compra de 1.050 bois em Curitiba que se encontravam no Rio de Janeiro.

Por fim, o terceiro maior plantel anotado foi de Feliciano Pereira de Barros. No processo aberto por falecimento de Feliciano foi dada como inventariante sua mulher Dona Ana Maria Vieira que jurou sob os Santos Evangelhos apresentar todos os bens de seu marido para inventário. Os escravos foram o ativo que mais valorizou no período, embora os bens de raiz também tenham aumentado de valor, o que resultou numa média de 427 mil réis por peça. O plantel de Feliciano também era jovem, contando com catorze escravos crianças, 31 adultos e três idosos, e, em média, 25 anos de idade. A maior parte dos cativos eram “criolo” (33), havia 32 homens e 22 mulheres e foi anotado um único casal, o qual tinha filho morando com eles.

A atividade dos escravos não foi descrita no inventário, porém, assim como para o caso do reverendo Francisco Moreira da Costa, podemos assumir que eles estavam ligados à produção agrícola. Nos bens de raiz, o processo anotou oito propriedades rurais: um engenho de açúcar (200 mil réis), uma roça de alimentos (300 mil), três cafezais novos (4 contos de réis), um cafezal velho (960 mil) e um sítio com terras (somaram para 4:600\$000). Estas propriedades, somadas as duas casas, totalizaram mais de trezes contos de réis.

Em síntese, os três maiores plantéis de escravos da vila estavam nas mãos de sujeitos dedicados a agro produção, mas que também atuavam em outras atividades, como o comércio local e de gado, além da criação de animais e da venda de produtos importados. Essa situação torna-se mais nítida quando percebemos que outros ativos eram tão ou mais importantes na formação da fortuna de dois dos três sujeitos listados acima.

O sargento-mor Eusébio emprenhou somente 20% de sua fortuna em escravos e seu maior ativo eram as dívidas ativas, que somavam 32% de seu pecúlio, além disso, compunha sua fortuna os animais (26%) e os bens de raiz (15%). O inventário do reverendo Francisco Moreira da Costa mostrou 26% de sua fortuna utilizada na aquisição de escravos, empatado com os bens de raiz, enquanto as dívidas ativas representavam 47% de sua fortuna.

No banco de dados geral dos inventários existem dezenove entradas em que o investimento em escravos foi superior a 50% do total dos bens. O que significa que 20 entradas mostram um investimento menor de 50% em cativos, excetuando João Antônio Bernardes, que não possuía escravos, esse número se iguala em dezenove. Entre estes sujeitos alguns casos são significativos para compreender aquela sociedade.

João Gomes de Araújo, filho do sargento-mor Eusébio, faleceu no mesmo ano que seu pai, 1807. A abertura de seu inventário mostrou uma fortuna mais modesta que a de seu

pai, mas com o mesmo padrão de diversificação da fortuna. O seu principal ativo foram os escravos (43%), seguido das dívidas ativas (25%), animais (20%) e bens de raiz (6%). Numa proporção menor, o pecúlio de João repetia a configuração de seu pai, uma vez que seus investimentos eram variados, mas seu bem de raiz foi somente um pasto de criar, o que infere ser sua moradia um imóvel dos pais (AHMT, João Gomes de Araújo, 1807: 7-22).

João Moreira da Costa, falecido em 1818, deixou como pecúlio escravos (31%), bens de raiz (48%), animais (6%) e dívidas ativas (14%). Os seus bens de raiz foram uma morada de casas de taipa, uma chácara no bairro do Itaim, com “casas de vivenda”, e um sítio “na outra banda do Paraíba”, que somaram para um conto de réis. Os animais eram criados em seu sítio e totalizavam 60 porcos, duas juntas de bois e outros tantos cavalos, vacas e bois de diferentes tamanhos que somaram para 114 mil réis. O capitão João Moreira da Costa também arrolou onze dívidas ativas, total de 293 mil réis, e quatorze entradas de dívidas passivas, total de 606 mil réis (AHMT, 1818: 10-11).

Portanto, retornando ao Gráfico 3.2, indicado acima, e observando os inventários dos principais escravistas de Taubaté, pode-se afirmar que os mais ricos da vila empenhavam grande parte de suas verbas em escravos, cerca de 37%, mas executavam outros negócios na vila. Todavia, os grupos menores investiam ainda mais, totalizando a média de 60% entre os inventários com menos de um conto de réis. Esses números revelam que a dinâmica de constituição de fortuna variou intensamente entre os taubateanos, mas, na média, o escravo era um ativo primordial para a elevação da fortuna.

A sociedade taubateana era ruralizada e economicamente menor do que grandes centros mercantis, o que possibilitava uma menor diversificação nos negócios executados. Assim, o investimento em bens de raiz e em escravos possibilitava um ganho seguro, ainda que potencialmente menor do que a revenda de artigos importados ou o comércio de gado sulino, antes da década de 1820 (ARAÚJO, 2006:97-102). E, o aumento da procura por café, na segunda década do XIX, contribuiu com esse cenário, pois a produção agrícola passou a ter retorno financeiro maior.

O livro de Maria Lucília Viveiros Araújo sintetiza muito bem a dinâmica dos investimentos dos paulistanos nesse período. De acordo com a autora, na cidade de São Paulo os imóveis foram o principal investimento após a Independência, representando 32,1%, contra 16,1% do período anterior, de 1800 a 1824. Em sentido contrário, os escravos representavam 12,2% e passaram para 30,8% de um período ao outro. A explicação dada pela autora foi a conjuntura econômica e política do Brasil na década de 1820. Em suas palavras:

No final dos anos 1820, o Banco do Brasil e as fábricas faliram, e o Estado mudava constantemente de rumo. Essa conjuntura deve ter direcionado os investimentos para as atividades mais tradicionais. Os bens monetários também caíram [...]. Os anos 1830 apresentaram a maior alta da libra esterlina desse período. Isto pode ter provocado a substituição das moedas por outros bens. [...] Por outro lado, os bens pessoais tiveram melhor desempenho após a Independência, passando de 1,4% para 2,5%. O investimento nos animais foi pequeno nesses inventários (ARAÚJO, 2006: 101).

No Rio de Janeiro, Fragoso e Florentino, expuseram uma dinâmica em que a visão empresarial não era primordial para determinar os investimentos dos sujeitos abastados da Praça mercantil, em alguns contextos. De acordo com os autores, na sociedade colonial “ascender na hierarquia social necessariamente implica[va] em tornar-se membro da aristocracia [...]”. Como resultado, canalizam-se vultosos recursos adquiridos na esfera mercantil para atividades de cunho senhorial, muitas vezes esterilizando-os” (FRAGOSO e FLORENTINO, 1998: 27).

Também no século XVIII, Sampaio afirmou que a oposição entre elite mercantil e nobreza da terra não significou a impossibilidade de criação de pontes entre as duas elites. Na realidade, o cenário que o autor estabelece informa sobre uma sociedade em mudança, onde os negociantes estavam adquirindo poder, enquanto a nobreza da terra perdia renda com a redução do preço do açúcar. Porém, não houve “por parte da nobreza da terra” e nem pela “elite mercantil, uma busca sistemática de alianças entre as duas partes”. Estes casamentos eram feitos esporadicamente e, citando uma das famílias, “representava a absorção de um dos maiores negociantes do início do século XVIII” pela tradicional família Gurgel do Amaral (SAMPAIO, 2007: 252-263, citação 258).

Entretanto, o desenvolvimento da cafeicultura na vila de Taubaté fez com que o investimento em bens de raiz (imóveis) e em escravos não pudesse ser considerado uma esterilização das rendas familiares. Ao contrário, naquele cenário, a aquisição de imóveis rurais e de mão de obra significava, além de um investimento seguro, possivelmente, o melhor investimento em termos de custo-benefício.

3.3 – Bens de raiz: casas, sítios, chácaras, terras e cafezais.

No tópico anterior foi constatada a valorização do escravo na vila de Taubaté, devido ao desenvolvimento da cafeicultura na vila e, também, à conjuntura política atribulada da primeira metade do século XIX, principalmente com a proximidade do fim do tráfico internacional de escravos. Em grau similar, ocorreu a valorização dos bens de raiz.

Para analisar os bens de raiz com maior clareza, do banco de dados principal da pesquisa derivou-se outro banco, no qual foram armazenadas informações referentes exclusivamente aos bens de raiz. Nesse banco foram anotadas todas as propriedades, rurais ou urbanas, declaradas nos inventários. As denominações utilizadas foram: “sítios e terras”, “chácaras”, “plantação” e “casas de morada”. Em “plantação” foram anotados os canaviais, mandiocais, arrozais, feijoads e cafezais, mas os “engenhos” foram anotados em sítios e terras, pois não era somente a plantação de cana-de-açúcar, mas também, toda a aparelhagem para a produção do açúcar, geralmente acompanhado de uma morada e sempre acompanhado de terras. Os sítios, geralmente, foram transcritos nos processos em conjunto com as terras que compunham as propriedades, mas existiam propriedades descritas como terras que foram contabilizadas em conjunto com os sítios por se tratarem de um mesmo tipo de propriedade e com a mesma forma de exploração econômica, sendo a diferença a inexistência de casas nas “terras”. Acreditamos que os “sítios e terras” a que se refere a documentação seriam as propriedades rurais em que a Sede era a propriedade principal, em alguns casos valendo mais do que as terras em volta. As chácaras, porém, tiveram um caráter mais ligado ao pouso e descanso e não ao desenvolvimento de atividade econômica, aparentando possuir casas e não plantações, sendo, assim, anotada em separado. E, por fim, os imóveis urbanos foram denominados “casas de morada” pelos documentos, enquanto as casas rurais estavam unidas aos sítios.

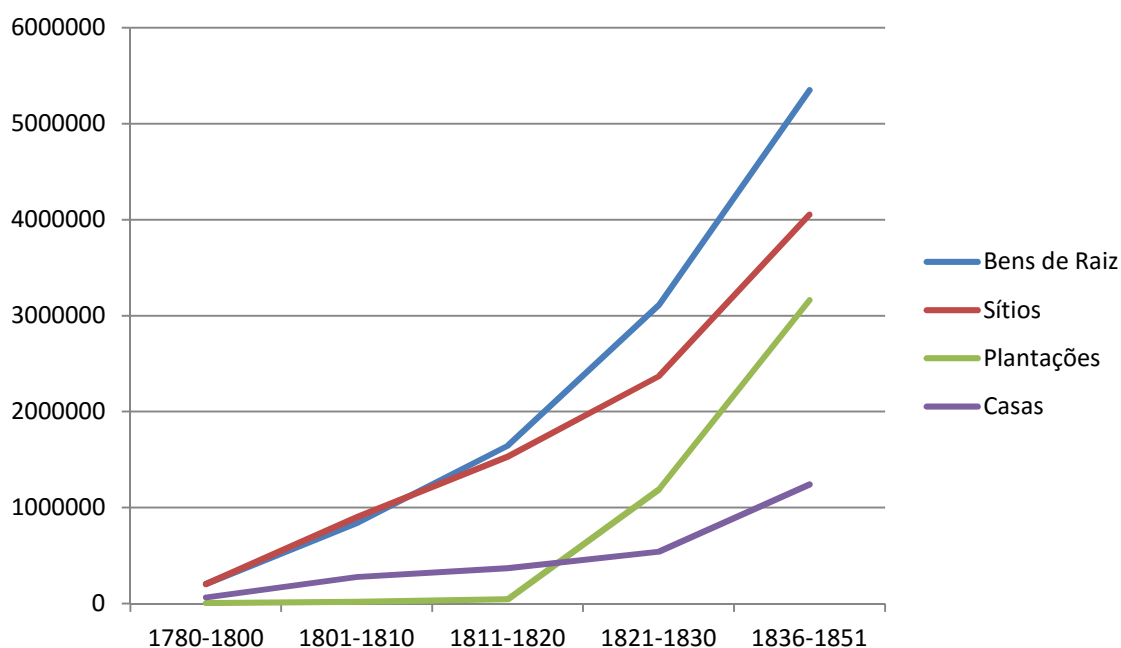
O banco de dados foi composto por 38 inventários, contando os três processos posteriores ao marco de 1830, visto que o alferes Antônio José Pinto de Souza (1830) faleceu sem listar bem de raiz, tendo provavelmente sido agregado de algum membro da família.

A soma dos bens de raiz arrolados alcançou a marca de 70 contos de réis para os 165 imóveis listados, numa média de 1:855\$346 réis por imóvel. Os sítios e terras contribuíram com 56 anotações, que totalizaram em 44:149\$000 réis e média de 1:576\$750 réis. As plantações computaram 39 entradas no valor de 13:669\$520 réis, média de 911\$311 réis. E, também foram listadas 64 propriedades em casas no valor de 14:060\$296 réis, o que significou uma média de 401\$723 réis por imóvel. Além disso, também foram anotadas seis chácaras pelo valor de 522\$800 no total. Assim como a posse de escravos, a propriedade de imóveis era hierarquizada e desigual, posto que os cinco maiores montes em bens de raiz representaram praticamente 70% do total dos valores empenhados nestes bens.

Para uma melhor visualização da conjuntura econômica em Taubaté, dividiu-se o banco de dados pelo período em que o inventário foi aberto, mesma metodologia adotada anteriormente. No primeiro período (1780-1800) foram anotados nove processos que

investiram, em média, 203\$531 réis em bens de raiz, contabilizando 18% de suas fortunas neste ativo. O segundo período (1801-1810) indicou um grupo de seis processos que totalizaram 843\$367 réis, em média. O terceiro grupo (1811-1820), por sua vez, anotou dez processos que empenharam 41% de suas fortunas na aquisição de bens de raiz, o que resultou em valor médio de 1:644\$164 réis por imóvel. O quarto período (1821-1830) também conteve dez processos que investiram 30% de suas fortunas na compra de imóveis, os quais foram valorados em 3:111\$561 réis, em média. Por fim, o quinto período foi composto pelos três inventários transcritos posteriores a data de 1830; eles apresentaram 5:351\$299 réis de média por imóvel, mas essa alta média ocorreu em virtude do inventário de Feliciano Pereira Barros ter dedicado 34% (13:589\$896) de sua fortuna na aquisição de imóveis. Esses números, para melhor visualização, foram resumidos no gráfico seguinte.

Gráfico 3.5 – Evolução dos preços de bens de raiz, em média (1780-1851)¹⁶



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”, coleção Inventários e Testamentos, cartório do 2º ofício.

O gráfico mostra a evolução dos preços de todos os itens ao longo do tempo, ainda que a variação das curvas tenha sido diferente para cada item. No caso, os sítios mantêm os maiores valores absolutos, mas são as plantações que apresentam o maior aumento proporcional em seu valor, variando de 5\$880 réis, no primeiro período, para 1:188\$600 réis no quarto período e 3:162\$000 réis no quinto período. Em outras palavras, as propriedades

¹⁶ As chácaras não foram utilizadas no gráfico, pois somente seis chácaras foram anotadas em todos os inventários e em dois períodos distintos. Ademais, o valor médio era muito reduzido frente aos outros itens que compunham os bens de raiz e haveria de descaracterizar o gráfico.

listadas sob a denominação “plantação” variaram mais de 53.000% entre o primeiro e o quinto período. Portanto, ainda que recebam a mesma denominação nos documentos, os itens que compunham esse ativo eram muito diferentes em valor de um período para outro.

Para explicar essa mudança devemos, novamente, analisar o período em questão. A curva das plantações se eleva rapidamente depois de 1820, período em que a cafeicultura se estabelece na vila de Taubaté. Portanto, a grande modificação que o item sofreu foi o surgimento e intensa valorização dos cafezais.

A comparação do pecúlio de Dona Margarida Florinda de Jesus (1820) e do reverendo Francisco Moreira da Costa (1824) exemplifica os diferentes tipos de plantações. No inventário da senhora em questão são anotados quatro itens em “plantação” – dois canaviais, uma roça de milho de sete alqueires, um arrozal “pequeno e inferior” e um quintal de amendoim – que somaram para 58\$640 réis (AHMT, 1820: 27-28b). O reverendo, por sua vez, anotou duas plantações – um cafezal com 50 a 60 mil pés e outro cafezal de 80 mil pés com “grandes formigueiros” – que totalizaram em 6:400\$000 réis (AHTM, 1824: 22b e 83).

A grande evolução das plantações acabou por eclipsar o aumento dos preços das casas de morada. Estes itens saltaram de 64\$514 réis, no primeiro período, para 541\$933 réis, no quarto período, e 1:241\$299 réis, no quinto período. O que corresponde ao aumento de 800% do primeiro para o quarto período e quase 2.000% do primeiro para o quinto período.

Por outro lado, os sítios e terras se mantiveram como o item mais valorizado por todo o período analisado. Entre 1780 e 1800, um sítio era avaliado em 203\$783 réis, em média, mas passou para 4:053\$000 réis, entre 1830 e 1851, o que significa um aumento similar ao anotado para as casas de morada, ficando num valor próximo de 2.000%. O que nos sugere que o desenvolvimento da cafeicultura ocasionou a valorização acelerada de todos os imóveis na vila.

A análise qualitativa das moradas indica que elas, geralmente, eram construídas de taipa de pilão ou pau e barro, possuíam poucas portas e janelas e eram cobertas de telhas. Alguns domicílios tinham cozinhas separadas da casa, feitos de taipa de pilão e também cobertos de telhas. A maioria das casas também apresentava quintal, murado ou fechado por arbustos. Não obstante, as casas com maior requinte tinham suas paredes pintadas, forros de madeira e assoalhos nos cômodos. Outras informações aparecem por preciosismo do escrivão, uma vez que não era a regra do documento.

No caso paulistano, na primeira metade dos oitocentos, “as casas do centro eram construídas em taipa de pilão e telhas. Telhados amplos protegiam as paredes de taipa das chuvas. [...] As casas bem-avaliadas eram forradas e assoalhadas, com três janelas, sacadas e

portas na frente, e algumas tinham portão lateral e quintal no fundo, com muros de taipa”. A descrição de outros cômodos surge a partir de 1820. As casas em sítios eram descritas, geralmente, com paredes de taipa de mão e poucos móveis. Por fim, neste período ocorreu o adensamento da parte central de São Paulo, ocasionando o aumento na quantidade de móveis descritos no inventário, preenchendo os espaços internos (ARAÚJO, 2006: 40-41). Em outras palavras, como veremos a seguir, a composição das casas paulistanas e taubateanas eram similares, havendo poucas diferenças entre as construções, embora, em Taubaté, as moradas em sítios tinham preços mais elevados que as da urbe.

O tenente João Antônio da Silva (1797) deixou para sua inventariante uma morada na Rua do Giz (ou Gizes) feita em taipa de pilão, “de dois lanços¹⁷, coberta de telhas” e com escritórios e alcova. Essa residência era assoalhada com tábuas e um dos escritórios estava recém-pintado. Ao todo, a casa tinha nove portas e janelas, duas para a rua e uma para o quintal. No quintal estava localizada a cozinha de dois lanços e também feita de taipa de pilão e coberta de telhas, além de dispensa com chave. O entorno da residência era murado e havia um portão que a fechava da rua. Os avaliadores anotaram o valor de 200 mil réis nesta residência (AHMT, 1797: 17).

O mesmo tenente João Antônio da Silva era proprietário de uma “sorte de terras”, as margens do Rio de Itaim Mirim, próximo ao seu sítio. E, em seu sítio, existia uma morada de casas de três lanços de parede de mão, coberta de telhas e um “sobrado, com sete portas, seis janelas e seis fechaduras”. Ademais, a mesma propriedade contava com um engenho de três lanços, coberto de telhas e palha, “com duas portas e suas fechaduras, com arvoredos de espinhos e outras qualidades de arvoredos”, o qual era cortado por “um rego de água”. A descrição dessa propriedade mostra um terreno grande e uma morada confortável, sendo assim avaliada em 600 mil réis (AHMT, 1797: 17).

O processo do conhecido sargento-mor Eusébio José de Araújo indica a existência de casas para aluguel na vila de Taubaté. A sua maior morada foi uma casa na Rua das Flores, de três lanços, com as paredes feitas de taipa e coberta de telhas. A frente da casa era forrada e a sala frontal e o corredor eram assoalhados de madeira. A casa era pintada e havia um oratório.

¹⁷ A definição de lanço não aparece de forma clara na documentação. Maria Araújo tentou identificar esta medida e encontrou no dicionário Afonso Ávila a definição de “sequencia de edificações”. E, por isso, ela afirmou que “as casas de um lanço ocupavam a metade da testada do terreno, com uma porta e janela” (ARAÚJO, 2006: 40). No dicionário de Raphael Blueteau encontramos as definições “extensão, espaço, comprimento de um muro, edifício [...] comprimento do homem da cabeça aos pés [...], quando do corpo de um edifício se estende para a mão direita ou esquerda outro pedaço de arquitetura” (WWW.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/lanço, acesso em 21/08/2015). Essa situação mostra que não existe, de fato, uma definição clara para o lanço, mas sugere que dois lanços são duas construções distintas num mesmo terreno, ou seja, uma propriedade que apresenta duas partes conectadas entre si.

A cozinha era separada da construção principal, era feita de pau e barro e coberta de telhas. Não havia quintal nessa residência, o muro era de taipa e havia pés de café no terreno. Os avaliadores valoraram em 300 mil réis. Somam-se a esse imóvel, na mesma Rua das Flores, mais cinco moradas de diferentes tamanhos e lanços, mas todas feitas em taipa de pião ou “juntum” e cobertas de telhas. O valor total desses imóveis foi de 850 mil réis. Estas casas, pela composição da descrição e pela quantidade, sugerem que eram alugadas para outros moradores.

A propriedade de maior valor, porém, foi um sítio com terras conjuntas no Bairro do Mato Dentro. Nessa localidade, o sargento-mor tinha uma morada construída com paredes de “pau e barro, coberto de telhas [...] com cinco portas e uma janela”, além de “várias senzalas” e arvoredos. Outra escritura apresentou mais terras, que compunham essa fazenda, e tinham 309 braças de “testada” e “meia légua de sertão”. A propriedade mais as terras foram avaliadas em 1:600\$000 réis (AHMT, 1807: 39b-40).

No mesmo ano, 1807, também faleceu o alferes José Luis de Camargo, filho do alferes João Garcia Cordeiro, também retratado nesta pesquisa. Entre seus bens, o alferes José deixou um sítio, no Bairro do Imboracéia, que contava com 1300 braças de testada e “umas léguas de sertão”, com quatro lanços de casas, cobertas de telhas, mas que as portas e janelas ainda não haviam sido instaladas. O sítio tinha, inclusive, um portal de entrada. Esse sítio foi avaliado por um conto de réis. Na área central da vila, o processo do alferes anotou uma morada de casa na Rua da Cadeia, feita de pau e barro, coberta de telha, de dois lanços, com oito portas e seis fechaduras. A cozinha da residência era coberta de telha e o muro era feito de taipa e pau a pique, sendo avaliada por 90 mil réis (AHMT, 1807: 18-18B).

No terceiro período (1811-1820) três casos chamam atenção pelos valores empregados em imóveis: o inventário de dona Margarida Florinda de Jesus (1820), viúva do sargento-mor Eusébio; Salvador Cursino dos Santos (1818); e, Inácio Vieira da Silva (1817).

No processo de Dona Margarida a principal propriedade foi um sítio e terras no bairro do Mato Dentro. Na descrição, a propriedade teria três lanços de casas novas e três lanços de casas velhas, com portas e janelas competentes e um oratório de altar, sendo avaliada por dois contos de réis. A maior parte da descrição do imóvel, porém, foi sobre a localização dele, indicando ser próximo ao Rio Una. Os processos não permitem constatar que se trate da mesma propriedade arrolada por seu marido anos antes, pois no processo de seu marido a propriedade não foi descrita com a mesma acuidade acerca de sua localização. Embora, caso seja a mesma propriedade, ela duplicou de valor, sendo orçada em 3:200\$000 réis (AHMT, 1820: 29).

Na Rua das Flores existia uma residência descrita no inventário do sargento-mor e que foi avaliada também no inventário de dona Margarida. Esta propriedade era de três lanços, feita de taipa de pilão e coberta de telhas. A casa estava pintada e havia dois oratórios, um na esquina e outro interno, com a imagem de Nossa Senhora do Terço. A cozinha foi descrita como “grande e usada” e o quintal era murado de taipa. Os pés de café e os arvores também se mantinham na propriedade. A avaliação, todavia, anotou 700 mil réis, mais que o dobro da avaliação feita no processo do sargento-mor (AHMT, 1820: 58). De resto, os outros imóveis anotados no processo eram um pasto para criação de animais, terras que faziam partes dos sítios ou imóveis urbanos, que, em sua maioria, estavam sob o controle dos herdeiros (AHMT, 1820: 24-58 e 95). Apesar do inventário não retratar o aluguel em todas as propriedades, durante a listagem das dívidas ativas, uma das filhas acusou o irmão Miguel José de Araújo de utilizar os pastos de criação sem pagar aluguel, o que resultou na dívida do filho em 64 mil réis (AHMT, 1820: 85). Portanto, podemos acreditar que os outros filhos ou mesmo outras pessoas também alugavam as propriedades, mas honraram seus compromissos.

No processo de Salvador Cursino dos Santos foram listados três tipos diferentes de propriedades: uma casa, um sítio e uma plantação. A plantação era um milharal de dez alqueires que foi avaliada por 70 mil réis. A casa era uma morada na Rua das Flores, “de dois lanços pequenos”, construída de taipa de pilão, coberta de telhas, com sete portas, cinco fechaduras e duas janelas. A cozinha era grande, aberta de um lado, mas coberta de telhas. O terreno da residência se estendia até a Rua do Tanque e o entorno era murado de taipa de pilão, sendo a morada avaliada em 115\$200 réis. Por fim, o sítio teve escritura passada pelo tabelião, Antônio da Cunha Viana, em setembro de 1812. Ele contava com três lanços de casas, cobertas de palha, com duas portas e feitas de pau e barro. O terreno contava com meia légua de testada e uma légua de sertão, sendo tudo avaliado por 1:200\$000 réis (AHMT, 1818: 10-12).

No inventário aberto pelo falecimento de Inácio Vieira da Silva (1817) foram anotados sete imóveis, sendo cinco casas e duas terras. As terras eram propriedades com menor valor entre os bens de raiz, excetuando as chácaras, provavelmente pela disponibilidade delas¹⁸. As duas “sortes de terras” anotadas somaram para 76\$800 réis e o

¹⁸ Herbert Klein e Francisco Vidal Luna descreveram a questão de terras em São Paulo da seguinte maneira: “[...] em muitos aspectos, foi uma fronteira aberta americana clássica, com muitas terras relativamente baratas, mas mão de obra (sic) relativamente cara [...] [porém] o governo só distribuía títulos de propriedade fundiária para grandes extensões de terras e era notoriamente favorável ao emprego da mão de obra escrava” (KLEIN e LUNA, 2005: 18). A interpretação de “fronteira aberta” foi utilizada para caracterizar a situação fundiária da vila na primeira metade do século XVIII. Neste período, a vila seria “uma zona de fronteira aberta em expansão, móvel [...] de acesso facilitado”, na qual o preço, por conseguinte, é baixo quando comparado com outros bens,

escrivão descreveu a localização, mas não o estado das terras ou que era feito nela. Por outro lado, o processo de inventário descreveu a disposição de cômodos e as condições dos imóveis urbanos, mas não informou o local da vila em que se situavam estes imóveis.

O seu principal imóvel foi dividido em duas entradas, pois era composto de duas moradas distintas e que foram avaliadas em separado, embora ocupassem o mesmo terreno, ao que tudo indica. A primeira foi descrita como uma morada de casa, de dois lanços, feita de taipa de pilão, coberta de telhas, com oito portas, três janelas e farrada por taboa. A cozinha estava anexa à construção principal, onde também existia um “fundo” valado, com muro de taipa na frente, além de bananais, limoeiros, laranjais e jabuticabeiras nos fundos. Outra morada estava “anexa” a primeira, tendo quatro lanços e também construída de taipa de pilão, coberta de telhas, com onze portas e sete janelas. Nesta casa estava também uma “tenda de ferreiro” e os fundos se estendiam até o córrego que abastecia o Tanque da vila, onde animais também eram colocados para descanso. Essas duas construções foram avaliadas em 155 mil e 205 mil, respectivamente (AHMT, 1817, Inácio Vieira da Silva: 12b).

As outras residências de Inácio Vieira da Silva eram menores. Uma estava localizada na Rua do Giz (ou Gizes), contava com dois lanços pequenos, era feita de taipas de barro e coberta de telhas, possuindo apenas uma porta e uma janela. O quintal dessa residência estava em frente à Rua do Tanque. No pátio do bairro de Tremembé havia outra residência pequena, de duas portas no interior e uma na frente da casa que era vizinha da capela. Por fim, em terras do Conselho da Câmara Inácio construiu uma residência de uma lanço e meio, coberta de telhas, com três portas, duas janelas, que tinha um pequeno bananal, oito pés de figueiras e um pequeno mandiocal. O imóvel também contava com uma cozinha anexa, aberta e coberta de telhas. Esses imóveis foram listados por 50 mil, 16 mil e 19 mil réis, respectivamente (AHMT, 1817: 13b-16b).

No quarto período (1821-1830) encontramos outras propriedades de grande valor. O inventário do reverendo Francisco Moreira da Costa arrolou um dispêndio de quase treze contos de réis em imóveis, enquanto Antônio Moreira da Costa (1830) investiu mais de oito contos e Soledônio Antônio de Andrade (1829) empenhou quase três contos de réis em seis imóveis.

sendo um sítio, com casa, avaliado em 140 mil réis e 200 braças de terras por 15 mil réis (ALVES, 1999: 42-43). Por outro lado, na primeira metade do século XIX, as terras na vila de Taubaté estavam sob o controle de um pequeno grupo de proprietários, destacando-se entre eles a dona Margarida Florinda de Jesus, Manuel Luís da Cunha Guimarães e o reverendo Francisco Moreira da Costa (RANGEL, 1990: 254). Portanto, o acesso a um pedaço de terra pode ter sido mais fácil, mas isso não assegurava a propriedade e, ao mesmo tempo, o tamanho desse pedaço de terra era limitado.

A fortuna do reverendo Francisco Moreira da Costa, conforme afirmado acima, estava distribuída em vários ativos, não ocorrendo uma predileção clara pela produção, embora ele tenha assinalado a existência de 130 a 140 mil pés de café em suas fazendas. Em seu longo inventário, foram anotados um cafezal de 50 a 60 mil pés e outro de 80 mil pés, mas este velho e com grandes formigueiros. Ainda assim, os dois juntos valiam 6:400\$000 réis (AHMT, 1824: 22b e 83).

O processo de inventário também anotou a fazenda Santa Ana que contava com um “sobrado” novo, tipo de construção incomum em Taubaté, que estava terminando de ser construído. De resto, havia casas velhas de pau a pique, “um oratório térreo” e, por fim, “engenho de fazer açúcar, com sua casa de purgar, tenda de ferreiro, carpintaria, senzalas e mais oficinas”. A fazenda Santa Ana foi avaliada por 4:800\$000 réis.

Na urbe, o pecúlio do reverendo arrolou uma casa sobrada, situada na Rua Direita, pintada, feita de taipa de palha e coberta de telhas. No mesmo terreno, encontraram-se outras casas térreas, de dois lanços, feitas de taipa de pilão e que receberam a anotação “muitas das mesmas”, o que nos faz imaginar várias pequenas casas térreas compondo o terreno do grande sobrado do reverendo Este imóvel foi avaliado em 1:600\$000 réis. (AHMT, 1824: 24).

Soledônio Antônio de Andrade (1829) era capitão reformado da vila, natural de Santo Amaro, e, na lista nominativa de 1825, descreveu três mil pés de café, engenho de açúcar e animais marcados, além de vinte escravos. Em seu inventário, o canavial esteve presente, anotando 12 mil réis, assim como “alguns pés de café” e, também, um mandiocal por 20 mil réis. Os imóveis construídos contavam com um sítio e duas casas. O sítio era no Bairro do Pinhão que tinha uma morada de três lanços com corredor e cozinha. Neste sítio estava montado o engenho, com casa de purgar e alambique, sendo toda a construção coberta por telha, o que resultou no valor de um conto e meio de réis. Uma de suas moradas ficava na área urbana de Tremembé e não foi descrita, mas avaliada por 51 mil réis. E, por fim, anotou uma casa na Rua Direita que fazia fundos com a Matriz, avaliada em 1:200\$000 réis. Infelizmente, esta casa não foi descrita, apenas situada e avaliada (AHMT, 1829: 22-26b).

Antônio Moreira da Costa (1830) era capitão, em 1825, e atuava na produção de café e também na criação de animais. A família era muito bem posicionada na vila. Um de seus irmãos era o capitão-mor Vitoriano Moreira da Costa e um de seus parentes era o reverendo Francisco Moreira da Costa, enquanto um parente de seu pai era o Tenente Coronel Antônio Moreira da Costa, arrolado no maço de 1802.

O capitão começou a escrever seu testamento, mas parece ter falecido antes de conseguir concluir o processo, que foi seguido pelo inventário. Neste, arrolou-se um cafezal

de doze mil pés por 400 mil réis, um feijoad por 16 mil réis e um quartel de cana-de-açúcar por 60 mil réis. Também descreveu uma casa nova, de cinco lanços, com quartos e oratório, estando estes cômodos forrados, mais uma sala que fazia frente à cozinha, sendo o imóvel avaliado em 300 mil réis. E, outra casa que “serve de paiol, tenda de ferreiro, quarto de hóspedes, com seis lanços e tudo com telha”, avaliada em cem mil réis. Por fim, seu sítio estava localizado no Bairro de Piratininga, cujo imóvel contava com $\frac{3}{4}$ de testada e uma légua e meia de sertão e foi avaliado em 5:625\$000 réis. Próximo ao Rio Paraíba do Sul também apontou ter terras de meia légua quadrada, avaliadas em 1:612\$500 réis (AHMT, 1830: 25b-26b).

A descrição dos imóveis de maior valor dividido em período pode favorecer os produtores e subanotar os negociantes da vila. Por este motivo, voltamos a dois processos de negociantes declarados, posto que eles possuíram loja de fazenda seca e arrolaram, inclusive, os gêneros que tinham a venda: o senhor José dos Santos Luz (1780) e o alferes José Antônio Nogueira (1820). Os dois sujeitos tinham lojas de fazenda seca na vila, mas o segundo também atuava no comércio de gado com seu sogro, o sargento-mor Eusébio José de Araújo.

No pecúlio de José dos Santos Luz (1780) foi anotado uma morada de casa de dois lanços, construídas em taipa e pilão e coberta de telhas, no valor de 60 mil réis, e, também, uma chácara na paragem de Itaim, no valor de 80 mil réis. Por sua vez, o pecúlio do alferes José Antônio Nogueira anotou quatro moradas no valor de total de 686\$200 réis e uma chácara de 50 mil réis. Uma de suas residências estava na Rua do Giz, tinha dois lanços, era feita de taipa de pilão, coberta de telhas e a metade da frente era forrada, valorada em 35 mil réis. Outra casa, sita na mesma rua, tinha lanço e meio, feita em pau e barro, coberta de telha e com três portas e uma janela, avaliada em 19\$200 réis. Em frente ao parque o alferes tinha uma residência avaliada em 32 mil réis. A sua principal residência estava na Rua da Igreja, era feita de taipa de pilão em quatro lanços e foi avaliada em 600 mil réis. Porém, a folha em que está a descrição desta última casa sofreu com tinta repassada e, por isso, grande parte da descrição está ilegível.

Em nenhum dos dois casos observa-se grande diferenciação em relação à casa dos senhores que eram produtores e comerciantes ao mesmo tempo, ou mesmo em relação aos criadores de animais. Portanto, novamente, a maior distinção entre os dois inventários se encontra na data de abertura dos dois, o que reforça a hipótese de aumento consistente de preços na vila à medida que a cafeicultura dominava o cenário produtivo local. Ademais, a implementação do café privilegiou os domicílios que detinham poder econômico suficiente para empregar em mão de obra escrava e adquirir novas terras, preparando-as para o plantio.

Esta situação podia se alongar por até cinco anos, período de maturação do café. Por outro lado, depois da instalação do café o plantio do mesmo se democratizou (RANGEL, 1990: 260-268; MOTTA, 1999: 147-152).

Contudo, a cafeicultura pode não ser apontada como a única causadora do aumento constante dos preços dos imóveis. A composição das fortunas da capitania/província do Espírito Santo mostrou-se similar ao registrado na vila de Taubaté, sendo ambas as localidades ruralizadas, mas existindo um grupo de mercadores que transacionavam víveres e produtos de exportação em troca de artigos europeus na Praça do Rio de Janeiro.

A análise do maior pecúlio capixaba, entre 1790 e 1821, indicou a proeminência de bens rurais na composição da fortuna do capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo (1818). Ele contava com 146 escravos e duas grandes fazendas no termo da vila de Vitória. A fazenda Maruípe tinha casas de vivenda, terras anexas, cercada e benfeitorias e foi avaliada em um conto de réis, enquanto a fazenda Jucutuquara, contava também com engenho, moenda e era produtora de variados gêneros – desde alimentos até açúcar e gado –, sendo avaliada em 2:400\$000 réis. De resto, o capitão-mor da vila de Vitória também tinha sítios, chácaras, terras e duas ilhas, além de duas casas alugadas, quatro sobrados e uma residência, também sobrada, no valor de 1:600\$000 réis. Ainda assim, o monte-mor foi avaliado em 27:963\$500 réis (CARVALHO, 2010:128-131).

Na cidade de São Paulo, no século XVIII, encontramos a elite mercantil investindo de 13,3% a 18,6% de sua fortuna em bens de raiz, sendo o maior ativo as dívidas ativas, que ficaram entre 24,5% e 49,2%. Entretanto, a maior diferença reside na declaração dos bens de raiz, posto que, “os valores atribuídos aos imóveis localizados na área central da cidade de São Paulo eram, em geral, muito superiores aos das zonas periféricas, nas quais havia modestas plantações e criação de gado” (BORREGO, 2006: 199).

No caso do Rio de Janeiro, observamos que a mineração proporcionou o desenvolvimento das elites mercantis. Portanto, a trajetória coletiva dos homens de negócio cariocas mostra que a primeira *geração* não se definia “como homens de negócio”, mas preferiam utilizar outras titulações nos documentos oficiais, tais como “moedeiros, Cavaleiros da Ordem de Cristo, familiares do Santo Ofício, ou mesmo sem titulação nenhuma”. Por outro lado, a segunda geração se identificou como homens de negócio e procurou fazer alianças com a nobreza da terra. O casamento entre as duas elites era uma estratégia interessante para ambos, pois a nobreza da terra possuía status e mando, mas encontrava-se sistematicamente endividada, especialmente na primeira metade do XVIII, enquanto para a elite mercantil a participação de uma casa tradicional abria portas na sociedade estamental do Antigo Regime

(SAMPAIO, 2007: 232-255). Logo, no Rio, os bens de raiz eram divididos entre as elites, sendo a elite mercantil detentora dos bens urbanos e a nobreza da terra concentrava as propriedades rurais.

Em síntese, os bens de raiz de Taubaté sugerem uma vila ruralizada, na qual os bens de raiz de maior valor eram sítios e plantações – principalmente com o desenvolvimento da cafeicultura. Esta situação é comparável com outras áreas rurais e ligadas à produção agrícola, mas distinta de grandes centros urbanos, como São Paulo e o Rio de Janeiro, onde as possibilidades de negócios foram ampliadas no século XVIII.

3.4 – Dívidas ativas: as redes mercantis no interior paulista.

A historiografia tem se dedicado aos estudos das redes sociais arquitetadas no seio da sociedade colonial, seja através do casamento, apadrinhamento ou empréstimos. Neste cenário, tornou-se significativo entender as dívidas ativas não somente como uma parte da composição de fortuna das elites taubateanas, mas também, talvez principalmente, como uma atividade que possibilitava o contato entre diferentes atores econômicos e sociais.

O primeiro passo é determinar o uso das dívidas ativas e passivas entre os inventários estudados. A listagem de dívidas ativas percorreu 33 dos 39 inventários estudados, um percentual de 84,6%. Os seis inventários que não arrolaram dívidas ativas foram Francisco Xavier de Camargo (1785), Pedro Moreira da Costa (1813), Filipe Vieira de Toledo (1816), Salvador Cursino dos Santos (1818), Francisco Vieira da Silva (1823) e o capitão-mor Vitoriano Moreira da Costa (1849). Isso significa que esse instrumento foi utilizado por grande parte dos sujeitos analisados nesse estudo, o que nos permite inferir que esse ativo não era exclusivo da elite mercantil.

A análise das dívidas passivas, por sua vez, revela que somente seis inventários não fizeram uso deste expediente: João Antônio Bernardes (1808), Filipe Vieira de Toledo (1816), Gaspar Leme do Prado (1826), Maria Leme do Prado (1826), Dâmaso Alves de Abreu (1836) e Vitoriano Moreira da Costa (1849). Portanto, somente Filipe Vieira de Toledo (1816) e o capitão-mor Vitoriano Moreira da Costa (1849) não arrolaram dívidas ativas ou passivas. O que indica que este ativo era disseminado entre o grupo selecionado por esta pesquisa e, conforme descrito abaixo, contemplou grande parte da população taubateana e vale-paraibana.

Também foram inseridas novas informações ao banco de dados para contabilizar a quantidade de pessoas para quem se emprestou ou de quem se emprestou, sabendo, assim, quais os maiores prestamistas e quais as pessoas que mais contraíram empréstimos. Essa

entrada do banco de dados mostra que somente seis inventários apontaram mais de 40 empréstimos distintos, sendo os maiores prestamistas o sargento-mor Eusébio José de Araújo (296 empréstimos), José dos Santos Luz (164), o alferes José Antônio Nogueira (155), o capitão-mor Salvador Correia de Siqueira (74), o reverendo Francisco Moreira da Costa (53) e Manuel Antônio Alves (47).

Os inventários foram divididos entre os superavitários e os deficitários. Os inventários que tinham maiores ativos do que passivos totalizaram vinte processos, enquanto os devedores marcaram dezessete entradas no banco de dados. Os proprietários de saldo positivo arrolaram montante líquido de 16:229\$286 réis e uma média de 811\$464 réis. Por outro lado, os proprietários deficitários foram dezessete e somaram um saldo negativo de 12:267\$368 réis, uma média de 721\$610 réis. A tabela seguinte indica o saldo dos inventários trabalhados na pesquisa.

Tabela 3.5 – Saldos das dívidas nos inventários taubateanos.

Nome	Data	Valor ativa	Valor passiva	Saldo	Entrada (A+P)*
José dos Santos Luz	1780	1.034.597	2.054.275	-964.618	176
Francisco Xavier de Camargo	1785	0	10.450	-10.450	3
Antônio Cordeiro Coutinho	1786	48.880	604.517	-555.637	33
Amaro Teixeira Bitencourt	1790	100.000	32.160	67.840	8
Antônio Moreira da Costa	1795	130.810	326.930	-196.120	56
João Garcia Cordeiro	1795	462.712	373.257	89.455	31
Guilherme Moreira Cabral	1796	60.080	9.020	51.060	15
João Antônio da Silva	1797	348.445	35.802	312.643	12
Francisco Leite do Prado	1799	421.200	66.450	354.750	11
Ana da Fonseca Teles	1801	35.700	9.100	26.600	5
Eusébio José de Araújo	1807	6.607.894	1.773.500	4.834.394	298
João Gomes de Araújo	1807	653.090	1.131.373	-478.283	28
José Luis de Camargo	1807	1.176.800	1.569.610	-392.810	13
Antônio Barreto Leme	1808	12.680	160.230	-147.550	5
José Antônio Bernardes	1808	24.000	0	24.000	2
Pedro Moreira de Castilho	1813	0	475.267	-475.267	8
Simão Martins Silva	1814	12.800	7.740	5.060	3
Inácio Vieira da Silva	1817	13.805	113.330	-99.525	13
João Evangelista de Camargo	1817	41.966	63.680	-21.714	7
João Moreira da Costa	1818	293.410	606.200	-312.790	25
Salvador Cursino dos Santos	1818	0	408.495	-408.495	1
Francisco Camargo de Machado	1819	10.960	10.000	960	3
Margarida Florinda de Jesus	1820	4.344.980	640.518	3.704.462	11
José Antônio Nogueira	1820	3.060.089	879.580	2.180.509	156
Joaquim dos Santos Alves de Abreu	1822	68.240	4.920	63.320	11
Manuel Antônio Alves	1822	1.235.253	2.039.426	-804.173	47
Francisco Vieira da Silva	1823	0	154.495	-154.495	9
Francisco Moreira da Costa	1824	23.975.463	22.014.814	1.960.649	70
José Correia da Silva	1824	29.360	247.795	-218.435	14
Gaspar Leme do Prado	1826	441.600	0	441.600	6
Maria Leme do Prado	1826	277.430	0	277.430	4
Salvador Correia de Siqueira	1829	1.403.620	368.738	1.034.882	85
Soledônio Antônio de Andrade	1829	700.000	2.860.566	-2.160.566	8
Antônio Moreira da Costa	1830	1.210.810	1.149.123	61.687	23
Antônio José Pinto e Souza	1830	676.475	99.390	577.085	17

Dâmaso Alves de Abreu	1836	160.900	0	160.900	6
Feliciano Pereira de Barros	1851	1.155.420	5.966.800	-4.811.380	6
Soma		50.229.469	46.267.551	4.016.978	1.229

* As entradas A+P se referem à quantidade de dívidas ou empréstimos arrolados no inventário, podendo ocorrer a transação mais de uma vez com um mesmo sujeito, mas não foram computadas as dívidas do funeral.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”, 2º cartório de ofício, coleção Inventários e Testamentos.

José dos Santos Luz (1780), nosso conhecido negociante de fazenda seca, citado anteriormente, foi um grande prestamista da vila, tendo emprestado diferentes valores para mais de 164 pessoas. Em uma das entradas afirmou-se que “várias pessoas da vila de Santos” deviam o valor de 40 mil réis. Estas pessoas, porém, não tiveram os nomes citados, sendo computadas como uma única entrada. Entre seus devedores contavam diferentes pessoas da vila e das localidades próximas. Na região do Vale do Paraíba foram anotados Ricardo Bicudo, morador de Tremembé, José Bernardes, morador de Guaratinguetá, Dionísio da Silva, morador de São José, o alferes João Bicudo, morador de Pindamonhangaba, José Pedro Lima, morador de Jacareí e, fora do Vale, anotou-se as várias pessoas da vila de Santos.

Contudo, o saldo foi negativo, pois o negociante José dos Santos Luz mantinha ativos negócios com o Rio de Janeiro, Parati, Rio das Mortes e o próprio Vale. O seu maior credor foi o capitão Francisco de Araújo Pereira, do Rio de Janeiro, que lhe adiantou em fazenda seca mais de um conto e trezentos mil réis. No Rio Janeiro, também, o agente Domingos José Ferreira emprestou 155\$668 réis. No porto de Parati, o capitão Manoel Fernandes Campos adiantou quase 30 mil réis, mesmo valor que os herdeiros de Vicente da Rocha, do Rio das Mortes, cobravam da inventariante. Em Pindamonhangaba, o tenente José Francisco de Almeida emprestou quase 28 mil réis, o que revela uma cadeia de negócios ligando o porto do Rio de Janeiro com diferentes partes.

Por fim, outras sete entradas dão conta de empréstimos feitos por taubateanos. Um destes empréstimos foi feito pelo próprio Conselho da Vila, no valor de 267\$600 réis. E, outro, foi feito pelo alferes Eusébio José de Araújo no valor de 88 mil réis, o que indica a prática de Eusébio anterior ao seu estabelecimento de fortuna, mas como estratégia para acumulação de riqueza (AHMT, 1780: 27-43).

O inventário do sargento-mor Eusébio José de Araújo indicou dívidas ativas no valor de mais de seis contos de réis e dívidas passivas que não chegavam a dois contos, por isso, o líquido de suas dívidas ficou em 4:834\$394 réis. O seu genro José Antônio Nogueira foi o principal receptor de empréstimos, contraindo mais de um conto e cem mil réis. No arrolamento da dívida, inclusive, informou-se que este valor foi utilizado para o arremate de

tropas em Sorocaba. Ao mesmo tempo, o genro José Antônio Nogueira emprestou 1:753\$500 réis ao sargento-mor.

Também podemos salientar que os empréstimos variaram de 320 réis, para Vicente Correia de Siqueira, até 1:102\$300 réis para o alferes e genro José Antônio Nogueira, citado acima. Neste ínterim foram feitos centenas de empréstimos, sendo 18,49% por crédito, e arquitetando uma rede de empréstimos que incluía mulheres (Maria Pedroza recebeu crédito de mais de 100 mil réis), negros (Jacinto Barboza era fiador de 9\$370 réis para um negro da capela Bom Senhor de Jesus) e oficiais locais e de outras partes. Neste grupo, podemos citar o capitão-mor da vila Manoel Correia Bitencourt¹⁹, que contraiu dívida no valor de 102\$400 réis, o capitão de Guaratinguetá Manoel José de Mello, que emprestou 128 mil réis e Manoel Lopes, capitão do Rio, que usou a amizade com o capitão Francisco Ignácio para emprestar com o sargento-mor.

Ao cruzar os dados com as Atas da Câmara de Taubaté, percebemos que na década de 1780, o sargento-mor tinha papel influente no centro decisório da vila. Em 1789, Eusébio José de Araújo, no posto de capitão, foi nomeado como tesoureiro de 600 mil réis doados por Manuel José Mattos para a construção de uma nova cadeia na vila. Em 1791, o capitão Eusébio foi à câmara pedir a eleição de um novo tesoureiro dos órfãos, posto que ele exercia em conjunto com seu cargo de Juiz de Órfãos. Este acúmulo de cargos era conflitante e, portanto, a câmara nomeou Dâmaso Alves de Abreu, guarda-mor, para Tesoureiro do Cofre dos Órfãos. Em janeiro de 1794, ocorreu a eleição para o posto de sargento-mor, cujo resultado indicou Eusébio como primeiro eleito, em segundo o alferes Francisco da Cunha e Souza e em terceiro o capitão Manoel Luiz da Cunha Guimarães (FILHO, 1943: 228-381). Depois dessa última eleição, o sargento-mor voltou à câmara periodicamente para assinar como “homem bom” nos assuntos que exigiam a presença dos principais da vila²⁰.

O inventário do capitão Antônio Cordeiro Coutinho também indica elevada dívida. Não se sabe ao certo a idade de Coutinho quando faleceu, embora cruzando a informação com o maço de população, ele deveria ter por volta de 59 anos. Em seu inventário, porém, o inventariante foi o sargento-mor e juiz de órfãos Eusébio José de Araújo, pois o capitão não

¹⁹ Infelizmente o inventário deste capitão-mor encontra-se perdido no Arquivo Histórico Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”, motivo pelo qual não foi trabalhado nesta pesquisa.

²⁰ Os “homens bons” ou “republicanos” foram convocados para votações sobre aspectos da vila que influenciavam a vida de grande parte da população. Ao todo, entre 1788 e 1796, foram realizadas cinco reuniões com a participação destes sujeitos: uma contribuição para a reforma da Matriz, em 1795; a divisão dos gastos pela festa em comemoração ao Nascimento da Princesa da Beira, em 1793; uma consulta sobre a melhor maneira de proceder ao abate da carne na vila, em 1793; o arremate das obras de carpintaria na construção da nova cadeia e também para limpeza do tanque da vila, em 1793; e, por fim, decidiram o local de ereção da nova cadeia, em 1793. Cf.: FILHO, 1943: 302-381.

tinha herdeiros e seu casamento com Luiza Fernandes foi nulo, tendo listado como parente somente o seu irmão o alferes João Garcia Cordeiro (1795).

As dívidas ativas do inventário somaram quatro entradas no valor de 48\$880 réis, sendo o principal devedor Inês Moreira de Toledo por 38 mil réis. Por outro lado, as dívidas passivas acumularam em 29 entradas, das quais, a principal foi uma dívida com a irmandade de Nossa Senhora da Conceição, da qual o capitão adquiriu uma fazenda por 95 mil réis. E, ao sargento-mor Eusébio também foi listado dívidas no valor de 143\$487 por três entradas: 23\$700 réis por fazenda seca; 55\$787 por alugueis não pagos; e, 64\$000 por reforma na casa do capitão. Além disso, o capitão Antônio também tinha dívida com o capitão de Pindamonhangaba, José Moreira, e com o “dizimeiro” Manoel Pires Lourenço (AHMT, 1786: 14B-17B).

As atas da câmara revelam que o capitão Antônio Cordeiro Coutinho compareceu, em 1780, em reunião para discutir o edital sobre as “bexigas” na vila, um problema que se estendeu por quatro anos. Nesta reunião, o seu irmão, o alferes João Garcia Cordeiro, era o vereador, atuando em conjunto com João da Mota Pais, juiz presidente, Antônio de Sousa Carvalho, também vereador, e José dos Santos Luz, procurador da vila (FILHO, 1943: 23-24). Em 1792, o capitão Antônio foi eleito para o cargo de almotacé, o que lhe facilitou o contato com os comerciantes locais e executava um importante papel de policiamento do andamento dos serviços públicos da vila²¹. E, posteriormente, o capitão ainda iria atuar como procurador da vila no lugar de Pedro Fernandes Oliveira, pois este se encontrava ausente (FILHO, 1943: 400-401).

O inventário do capitão Antônio Cordeiro Coutinho aparou algumas arestas da pesquisa. Ele indica os contatos possíveis através da atuação na câmara de Taubaté e, também, a relação que existia entre as elites locais. O mesmo sargento-mor que lhe alugava casas era o juiz de órfãos que será o inventariante com seu falecimento e, o negociante José dos Santos Luz, bem estabelecido nas redes mercantis que ligavam Taubaté aos portos cariocas, também atuou na câmara com o capitão.

Ao se voltar a tabela 3.3 notamos que o genro do sargento-mor Eusébio, o alferes José Antônio Nogueira, também foi um importante agente de crédito na vila, o que totalizou 156 entradas em empréstimos e um saldo demais de dois contos de réis positivos A única

²¹ O dicionário Antônio de Moraes Silva indica o termo almotacé ou almotacel como: “Almotacel somente ou almotacel pequeno: Juiz eleito pela Câmara; que tem inspeção sobre pesos, medidas, preços dos víveres, limpeza da Cidade, e outros objetos de polícia”. Dicionário Antônio de Moraes Silva, consultado online: <<http://www.brasiliiana.usp.br/en/dicionario/2/almotac%C3%A9%20almotac%C3%A9>> acesso em 01/09/2015.

dívida passiva arrolada foi no valor de 879\$580 réis que devia para seu genro, o capitão Antônio Moreira de Mattos.

Por outro lado, as dívidas ativas eram variadas, tanto em valor quanto em indivíduos. Por crédito, emprestou para Domingo Antônio Correia (520\$284), Feliciano Pereira de Barros (222\$000), Francisco Moreira da Costa (257\$415), José Gonçalves dos Santos (1\$604) e o capitão-mor de Guaratinguetá Manoel José de Mello (3:579\$950), o que totalizou em 4:581\$253 réis. Também por crédito emprestou para outros nove indivíduos, contando o alferes Gabriel Pereira do Couto Nogueira e o capitão José Fernandes Oliveira, da capitania de Minas Gerais, mas estas dívidas foram descritas como “incobráveis e quase perdidas”, as quais não foram contabilizadas no orçamento. E, por fim, concedeu empréstimo “sem créditos” no valor de 1:153\$260 réis para 142 pessoas diferentes. O principal débito estava em posse de Feliciano Pereira de Barros que foi arrolado devedor em 429\$320 réis (AHMT, 1820: 40-48b).

Antônio Moreira da Costa, falecido em 1795, foi inventariado por Dona Ana Maria de Jesus, sua esposa. Em seu pecúlio, anotou quatro escravos, quatro animais, uma casa, um sítio com prensa e mandiocal, uma plantação de algodão e dívidas passivas e ativas que somavam 56 entradas. O seu monte-mor, porém, não esteve presente no processo que, ao que parece, não se encontra completo no Arquivo Histórico Municipal de Taubaté, o que explicaria a falta da divisão do pecúlio e o fim abrupto do processo.

As suas dívidas passivas estavam repartidas entre os débitos com as irmandades de Taubaté que somavam em 17\$680 réis e as dívidas para particulares, as quais somavam em dezenove entradas e valor de 309\$250 réis. Ao capitão Domingos Fernandes de Lima havia a indicação de uma dívida de quase 200 mil réis, todavia, esse capitão não era morador de Taubaté e não houve anotação sobre sua morada.

Entre as dívidas ativas chama atenção as anotadas no *Livro de Contas*. Este livro apontava as dívidas assumidas por sujeitos de diferentes localidades, nos quais, geralmente, o credor e o devedor assinavam, dando ciência da dívida. Este expediente era mais comum por parte dos grandes prestamistas, mas não era comum na vila de Taubaté. Outro ponto interessante são os pequenos valores emprestados, nunca alcançaram 23 mil réis e tiveram por média pouco mais de 4 mil réis (AHMT, 1795: 8b-15b).

Este inventário chama atenção por dois motivos. Em primeiro lugar, a quantidade de entradas chegou a 56, embora os valores tenham sido reduzidos. Em segundo lugar, ele mostra a preocupação do jovem capitão em arquitetar sua rede de crédito, uma vez que, de acordo com o maço de 1793, Antônio Moreira da Costa tinha por volta de 30 anos quando

faleceu. O que nos leva a concluir que uma de suas estratégias para o aumento de sua fortuna tenha sido o adiantamento/endividamento, posto que ainda estivesse em idade para formação de sua fortuna e os outros itens tiveram importância reduzida em seu pecúlio.

O reverendo Francisco Moreira da Costa, citado ao longo dessa pesquisa, também tinha uma vasta rede de empréstimos na vila e região. As dívidas diretas foram anotadas para 31 pessoas diferentes, em valores que variaram entre 3\$000 e 209\$740 réis, o que resultou em média de 51.930 réis. Outras cinco entradas anotaram as dívidas por crédito que somaram em 1:162\$820 réis, sendo metade desses créditos passados para Francisco Antônio de Oliveira. O inventário também arrolou dívidas de sociedade que chegaram ao valor de 21:202\$800 réis em dezessete entradas. Os principais créditos concedidos pelo reverendo foram: ao Padre Joaquim Ferreira de Moura por 3:600\$000 réis; ao reverendo Valério Alvarenga Teixeira de 6:704\$000 réis; a João Rodrigues de Cunha de 2:816\$000 réis; e, por fim, ao capitão-mor da vila Manoel Correa Bitencourt de 600 mil réis.

Entre seus principais credores encontram-se seu irmão, Vitoriano Moreira da Costa, que foi capitão-mor de Taubaté e emprestou 928\$202, o capitão-mor Ventura José de Abreu (986\$834), o alferes Francisco Moreira da Costa (2:227\$000) e, principalmente, o capitão Manoel Guedes Pinto (13:925\$368) (AHMT, 1824-1825: 36b-42). Este capitão, inclusive, também apareceu no inventário de José dos Santos Luz e, como anotado acima, ele vendia para os comerciantes taubateanos produtos importados que eram revendidos na vila paulista. Portanto, ainda que o inventário não indique livro de conta ou contas de loja ou loja nos bens de raiz, podemos afirmar com alguma segurança que o reverendo Francisco Moreira da Costa, além de grande produtor de café, fazia parte das redes mercantis cariocas que se estendiam pelo centro-sul do Brasil, mas voltarei a este ponto adiante.

O último inventário de destaque no quesito dívidas é o do capitão Salvador Correia de Siqueira. Ao falecer, em 1829, Salvador deixou como inventariante sua mulher, Maria Moreira de Siqueira, e nove filhos. O pecúlio anotado por sua esposa revela uma grande ligação do marido com a criação e comércio de animais, tendo anotado mais de cem entradas de animais no valor de 390\$660 réis, e, também, com os bens de raiz, sendo proprietário de um sítio, uma sorte de terras e cinco mordas distintas, avaliados em 791\$600 réis. No entanto, a maior parte de sua fortuna (43%) estava empregada em dívidas ativas, somando 1:403\$620 réis para 74 entradas.

O cruzamento das informações de Salvador Correia de Siqueira nos bancos de dados foi dificultado pelos homônimos. Nos maços de população de 1825, quatro anos antes da morte de Salvador, existiam dois Salvador Correia de Siqueira, ambos com posto nas

ordenanças, um capitão e outro alferes. Este tinha dezesseis escravos, campos de criar, animais marcados e também anotou ser negociante de tropa. Aquele, por sua vez, era capitão efetivo da 4ª Companhia, proprietário de quatro cativos e produzia café, além de possuir fazenda de criar. Interessante notar que ambos apareceram na lista nominativa de 1830, embora, um dos dois tenha falecido no ano anterior. Por fim, ambos foram apontados com idades parecidas, entre 35 e 40 anos.

Os dados informados nos dois documentos nos fazem crer que o inventariado em 1829 foi o alferes Salvador Correia de Siqueira. Isto porque, entre os bens de raiz não existe a indicação de cafezal, embora exista um sítio. Por outro lado, o capitão Salvador arrolou dois mil pés de café na lista nominativa. Além disso, o capitão tinha quatro escravos e o alferes anotou 16 cativos na lista nominativa, enquanto o inventário apontou dez cativos.

As dívidas ativas somaram 1:403\$620 réis em 74 entradas. Metade destas foram passadas para homens da vila por crédito, computando 778\$410 réis, e a outra metade não foi por crédito e somaram 625\$210 réis. Inácio Alves de Moura pediu adiantamento por crédito no valor de 86\$960 réis e o tenente-coronel Antônio Moreira da Costa emprestou 84 mil réis. Por outro lado, as dívidas ativas somavam 368\$738 réis, divididas em onze entradas, sendo a maior a dívida para o alferes José de Oliveira Neves. Nestas dívidas também apareceu o nome do sargento-mor Eusébio José de Araújo, com débitos superiores a 70 mil réis. Esta anotação indica que mesmo vinte anos após o falecimento do sargento-mor os seus créditos ainda estavam por serem cobrados com os agentes da vila.

Novamente, comerciantes do Rio de Janeiro aparecem nestes ativos. João Barboza, “da cidade do Rio de Janeiro”, adiantou mais de 15 mil réis em duas entradas diferentes. E, Salvador Leme da Costa tinha dívidas para receber no valor de 18 mil réis, contando uma junta de bois que adquiriu em Parati de João Tameira (AHMT, 1829: 28b-37b).

As dívidas indicam que o crédito era moeda interna da vila de Taubaté, já que 95,7% dos adiantamentos/endividamentos foram feitos entre sujeitos da própria vila. Os 4,2% de empréstimos feitos ou tomados de indivíduos de outras localidades também indicam a proeminência das vilas próximas na concessão ou aquisição de crédito. Em números absolutos, houve seis trocas envolvendo agentes cariocas e outras quatro envolvendo pessoas de Parati, o que representaram 19,6% dos empréstimos de fora. As regiões mineiras somam treze entradas (25,4%)²². E, as vilas e áreas do Vale do Paraíba somaram dezoito entradas

²² O inventário do alferes José Antônio Nogueira arrolou nove empréstimos feitos em Minas Gerais, totalizando mais de novecentos mil réis, mas eles receberam as anotações “incobráveis e quase perdidas”. Todavia, como o

(35,2%). A tabela seguinte indica de forma mais clara a distribuição do crédito por parte dos agentes taubateanos.

Tabela 3.4 – Locais de adiantamento/empréstimo dos agentes taubateanos.

Localidade	Quantidade	Ativas	Passivas	Valor Total	Valor proporcional
Vale do Paraíba	18	204\$906	99\$614	304\$520	8,22%
São Paulo	2	0	19\$620	19\$620	0,52%
Rio de Janeiro	10	31\$360	2:192\$236	2:223\$596	60%
Minas Gerais	13	918\$566	30\$000	948\$566	25,6%
Outras Localidades	8	194\$810	12\$800	207\$619	5,6%
Soma	51	1:349\$642	2:354\$270	3:703\$912	100%

A tabela 3.4 informou a localidade de onde partiram ou aonde chegaram os empréstimos dos agentes arrolados nessa pesquisa. Devido à proximidade, os agentes do Vale do Paraíba representaram a maioria dos negócios efetuados, porém, foram com os sujeitos mais distantes que os maiores valores foram transacionados.

Em Minas Gerais, o alferes José Antônio Nogueira efetuou grande parte de seus negócios. Ao todo, seu inventário listou dez empréstimos feitos para mineiros no valor de 905\$506 réis. E, além do mais, também emprestou para Antônio Pereira, um sujeito “de outra banda”, mais de onze mil réis. Portanto, praticamente todo o crédito ativo dos taubateanos com Minas Gerais se deveu aos negócios do alferes. Todavia, em seu inventário foi anotado, ao lado dessas dívidas, que eram ativos “incobráveis e quase perdidas”. No computo de seu orçamento esse valor não aparece, o que sugere que, de fato, esses empréstimos tenham se perdido na inadimplência (AHMT, 1820, José Antônio Nogueira).

Por outro lado, a maior parte das dívidas passivas partia do Rio de Janeiro. Conforme apontado ao longo de toda essa pesquisa, esse porto era a rota principal de comércio para os taubateanos. Portanto, era de se esperar que os negociantes taubateanos recorressem aos seus pares cariocas para aquisição de gêneros importados e também para venderem sua produção.

Salvador Correia Siqueira e o sargento-mor Eusébio José de Araújo emprestaram mais de dezenove mil réis para os agentes João Barboza e Manoel Lopes na Praça carioca. Mas, José dos Santos Luz, proprietário de loja em Taubaté, anotou dois adiantamentos recebidos com o capitão Francisco de Araújo Pereira e Domingos José Ferreira no valor de 1:338\$740 e 155\$680 réis, respectivamente. Manuel Antônio Vaz, por sua vez, recebeu 635\$716 réis emprestado por Antônio Fernandes Vaz, também do Rio de Janeiro.

Em Parati, também na capitania/província fluminense, José dos Santos Luz recebeu crédito do capitão Manoel Fernandes Campos, no valor de 29\$900 réis, enquanto o alferes

intuito desta pesquisa é mostrar a mobilidade do crédito taubateano, utilizamos os valores ainda que, ao que tudo indica, estas dívidas tenham, de fato, se perdido (AHMT, 1820: José Antônio Nogueira).

João Garcia Cordeiro e Francisco Leite do Prado receberam 6\$480 e 25\$720 réis de Manuel Tomas de Araújo e do guarda-mor Francisco Cardoso Borba, respectivamente.

Para compreender as dívidas arroladas acima, porém, devemos pensar para além dos números. A arquitetura das redes mercantis influenciava a forma pela qual o crédito era concedido e, da mesma maneira, os conceitos abstratos de confiança e reputação eram significativos para os empréstimos efetuados entre taubateanos e cariocas ou mineiros²³.

Portanto, naquela sociedade, onde o dinheiro era escasso, o crédito era a moeda corrente. Mas, sendo uma sociedade hierarquizada, as oportunidades de crédito não estavam dispostas para todos de maneira igual. As redes eram formadas em estruturas sociais, representando escolhas dos agentes que eram guiadas por conceitos abstratos (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010: 23). A palavra passava então a ter um grande valor, principalmente quando era dada por terceiros que tinham boa reputação na localidade.

Ao analisar as redes mercantis e de crédito que se montaram no comércio de gado, Tiago Gil afirmou que dever não era um problema desde que a dívida fosse assumida. Isto porque, todos faziam uso desse instrumento e, assim, todos deviam para alguém, em linhas gerais.

A disponibilidade crédito estava vinculada à *confiança* depositada em si pelos outros sujeitos. Logo, o acesso ao crédito era garantido àqueles que mostravam ser dignos de confiança, àqueles que mostravam honrar seus compromissos e, principalmente, àqueles que tinham um terceiro avalizando a confiança no sujeito. Nas palavras do autor,

dever não é considerado algo condenável. É uma sociedade onde a moeda sonante é escassa, o tempo de concretização dos negócios é lento [...]. Ficar devendo e demorar no pagamento não é um problema tão sério quanto negar a dívida. Constituir-se devedor é agir com boa fé, honrar a palavra empenhada (GIL, 2009: 205-221, citação, p. 215).

Logo, as dívidas apontadas acima pelos agentes taubateanos não representavam somente o acesso ao capital, em seu sentido mais amplo, mas, principalmente, a existência de sujeitos locais com *reputação* e *confiança* suficientes para adquirirem crédito na principal Praça mercantil do Brasil. Não só isso. Estes taubateanos extrapolaram o poder local e construíram redes sociais ao longo do Vale do Paraíba, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Por fim, foram as experiências diárias, o cotidiano e mesmo a fofoca comunitária os meios mais comuns de se medir a *reputação* do sujeito e de seu grupo. A reputação “tendia a

²³ As dívidas arroladas nesta pesquisa foram encontradas nos inventários post-mortem. Contudo, as dívidas de inventários não eram, necessariamente, oficializadas em cartório. Elas não constituíam documento oficial, sendo acertos orais entre os agentes ou papéis particulares que podiam ser registrados. Isto ressalta a importância da confiança e da credibilidade do sujeito para a aquisição dessas dívidas. Cf.: GIL, 2009: 256.

assumir um caráter familiar, de grupo, de forma que a má atuação de uns podia obscurecer a boa atuação de outros” (GIL, 2009: 219). Ademais, pelo seu caráter informal e cotidiano a reputação se tornava mais fraca à medida que o sujeito se afastava de seu local de mando (GIL, 2009: 279-301).

A atuação familiar interferia, inclusive, nos postos de mando. Isso porque, no interior principalmente, os postos de comando eram ocupados pelos indivíduos de maior reputação local. A patente de capitão era a mais difundida e, ao mesmo tempo, representava a boa *reputação* local que o sujeito tinha ou era partilhado por sua família. A formação de um capitão, em geral, respeitava três modelos básicos: primeiro, o indivíduo que era de uma boa família, mantinha vasta rede de influência e negócios lucrativos, além de uma quantidade substancial de escravos; segundo, era alguém com destaque militar, tendo atuado nas “conquistas” da Coroa e na proteção dos interesses régios; ou, terceiro, arquitetou uma lucrativa rede mercantil aliada com a produção de gêneros voltados para a exportação, mantendo-se entre os homens mais abastados da localidade (GIL, 2009: 222-251). Nota-se, portanto, que a atuação individual tinha um papel importante na construção da reputação local, mas esta podia ser reforçada através da entrada de outros membros da família nas fileiras de mando.

Em Taubaté, a trajetória do Sargento-mor Eusébio José de Araújo pode ser utilizada como estudo de caso. Não foi possível determinar a data de chegada de Eusébio na vila de Taubaté, porém, sabemos que ele era natural de Santa Maria do Almazinho, bispado de Braga, e que chegou antes do ano de 1789. Isto porque, nesta data ele já se encontrava estabelecido na vila e com mais de quarenta escravos, único domicílio da vila a alcançar essa marca até 1802. Nos anos seguintes, o fogo de Eusébio continuou sendo listado entre os primeiros da vila, marcando sempre uma grande quantidade de escravos e subindo ao posto de sargento-mor, em 1797. A sua atuação na câmara, conforme anotado em páginas anteriores, ficou restrito à eleição de sargento-mor e a votação, como “republicano”, na reforma da Cadeia e da Matriz, em 1792 e 1795, respectivamente (FILHO, 1943: 380-381 e 315-316).

Contudo, os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino mostram que, em 1798, os oficiais da câmara de Taubaté enviaram carta para o Conselho Ultramarino na qual defendiam a atuação do governador e capitão-general Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, sendo o chefe deles o sargento-mor Eusébio José de Araújo.

Nos termos da carta, os oficiais do Corpo Militar, mesmo que não atendidos pelo Senado da Câmara, queriam afirmar o quanto eram gratos à atuação do governador, elogiando o “Real Trono” pela sabedoria em “mandar dignos chefes para reger a novas e mantê-los em

tranquilidade e respeito das leis”. Ao final da memória, os homens “do corpo Militar, Nobreza e povo da mesma Vila” assinaram, demonstrando o seu apreço ao governador. Entre as assinaturas encontramos o “chefe” e “sargento-mor Comandante” Eusébio José de Araújo, os oficiais da câmara (alferes João Leite de Miranda, José Antônio Nogueira, o alferes João Moreira da Costa e o alferes João Gomes de Araújo) e alguns dos sujeitos inventariados para essa pesquisa (João Evangelista de Camargo, Joaquim dos Santos Alves de Abreu, José Correia de Siqueira, etc.) (AHU, 1798, d. 710).

A carta em si demonstra o poder local exercido por Eusébio, mas a composição dos oficiais da câmara reforça esse poder. Um dos vereadores era José Antônio Nogueira, genro de Eusébio, enquanto o Procurador do Conselho era seu filho, o alferes João Gomes de Araújo. Além disso, vários sujeitos que assinaram a carta também participavam da rede de crédito de Eusébio.

Portanto, a trajetória de Eusébio mostra a participação em instâncias de mando, o que revela a aceitação por parte de seus pares taubateanos do poder exercido por Eusébio. E, ao mesmo tempo, o sargento-mor também atuou nas irmandades da vila, sendo professo da Ordem Terceira de São Francisco, o que mostra a sua inserção nas práticas costumeiras locais. Não obstante, a sua posição enquanto um dos principais da vila foi confirmado pela Coroa em diferentes momentos, por exemplo, pela concessão dos postos nas ordenanças. Em suma, Eusébio José de Araújo sintetiza o ritual das elites locais: sujeitos que, por critérios cotidianos, eram aceitos enquanto elites e tinham seu poder de mando confirmado pela Monarquia (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010: 29).

A sua *casa*²⁴ ramificou na Câmara de Taubaté, nos postos de ordenanças e nas dívidas. Os seus filhos estavam distribuídos pela vila com diferentes postos de mando. O primogênito era o capitão João Gomes de Araújo, homônimo do avô, que faleceu no mesmo ano do pai, deixando pecúlio líquido de mais de um conto de réis. O segundo entrou para as ordens religiosas, tornou-se o reverendo Miguel José de Araújo e foi morar em São Paulo. O terceiro filho foi o alferes José Gomes de Araújo que aparecia como capitão da 7ª companhia de ordenanças, em 1812, era produtor de diferentes gêneros e tinha sociedade com o irmão Francisco Gomes de Araújo. Em 1818, o mesmo Francisco, o quarto filho, apareceu nas listas

²⁴ O conceito de casa é assim entendido: “A ‘casa’ é essa grande unidade cimentada pelo poder do doméstico ou econômico, encabeçada pelo pai de família – que, do ponto de vista da república, coincidia com o cidadão –, a qual se prolongava na sua mulher e filhos, na sua parentela [...], na sua criadagem, e, no Brasil, na sua escravaria[...] nem a existência dos escravos parece modificar substancialmente o modelo” (FRAGOSO, ALMEIDA, SAMPAIO, 2007: 15). As coleções documentais analisadas não identificam alianças de apadrinhamento, mas acreditamos que esse expediente também tenha sido utilizado pela família, mesmo que não diretamente por Eusébio. Essa prática também foi executada na capitania/província de São Paulo, sendo o caso do alferes Joaquim Barbosa Neves de Porto Feliz um dos mais significativos. Cf. GUEDES, 2007.

nominativas como negociantes de fazenda seca, dono de dezenove cativos e assinou a lista como capitão da 5ª companhia de ordenanças, posto que manteve até a lista de 1830, aumentando seu plantel de escravos para 42 (em 1825) e anotando uma plantação de mais de 19 mil pés de café, além da criação de porcos²⁵.

Pelo que fica exposto, ao se admitir que “a sociedade [colonial] se fundamentava em uma ordem natural, estando devidamente hierarquizada”, podemos afirmar que alguns sujeitos anotados nessa pesquisa eram o topo da hierarquia local. O reverendo Francisco Moreira da Costa, supracitado neste capítulo, e seus familiares são outros exemplos de constituição dessas elites locais taubateanas.

Por fim, voltando às dívidas, podemos comparar a atuação do crédito na formação de redes sociais e da fortuna com a de outras partes do Brasil.

O quadro econômico e social da vila de Vitória indica uma dinâmica mercantil muito próxima à realidade taubateana. Os agricultores capixabas “adiantavam a venda da colheita para o consumo de gêneros junto ao comércio, enquanto os mercadores propiciavam tal consumo mediante pagamento a prazo”, o que estabelecia uma rede mercantil, sendo as dívidas o instrumento que possibilitava esse comércio (CARVALHO, 2010: 83). Nesse contexto, o negociante Matheus José Vieira e sua mulher apareciam com a fortuna de 8:096\$018 réis²⁶, sendo que mais de 90% da herança estava investida em dívidas ativas (CARVALHO, 2010: 96).

O caso de Matheus José Vieira, contudo, não foi a regra da configuração de pecúlios. Os outros sujeitos destacados da vila de Vitória investiram em diferentes ativos, sendo os escravos, as dívidas e os bens de raiz os investimentos principais. Na conclusão da autora, a diversificação de negócios servia para reduzir o risco de perdas e também para participar de diferentes núcleos, gerando o contato com diferentes indivíduos. Além disso, eles também facilitavam o matrimônio no interior de suas senzalas e a constituição de famílias escravas, criando sociabilidades entre as mais diferentes hierarquias locais (CARVALHO, 2010: 125-134).

²⁵ Não conseguimos rastrear informações sobre todos os filhos do sargento-mor Eusébio José de Araújo, mas acreditamos que a família não tenha perdido importância na vila de Taubaté. Ao contrário, a produção de café expandiu até o final do século XIX, processo que um dos herdeiros mostrou ter acompanhado. Todavia, muitos potentados locais transferiram sua residência para o Oeste paulista, em virtude do fértil solo de terra roxa, enquanto outros fizeram alianças matrimoniais, o que dificulta rastrear a família pelos inventários (SOTO, 2000).

²⁶ A autora indicou que esta fortuna era média para a Bahia, mas relevante para o contexto capixaba. Em Taubaté, esse pecúlio ocuparia uma posição mediana para alta (décima maior fortuna entre os inventários analisados), mas seria muito menor do que a fortuna dos quatro homens mais ricos da vila: Francisco Moreira da Costa (49:417\$217), Feliciano Pereira de Barros (39:961\$276), Eusébio José de Araújo (20:881\$113) e Antônio Moreira da Costa (20:280\$670).

No caso da cidade de São Paulo, os inventários alcançaram valores maiores que os do Espírito Santo e de Taubaté. Alguns sujeitos anotaram fortuna maior de 50 contos de réis, o que os colocava entre os homens mais ricos do Brasil, embora a maioria dos inventários arrolados na pesquisa de Araújo se situasse na faixa B – entre 10 e 50 contos de réis. O grupo A investiu mais em escravos do que em outros ativos, sendo as fortunas de negociantes àquelas ligadas ao crédito. O casal Francisco Pinto Ferraz foi tipicamente negociante, tendo, em 1805, investido a maior parte de sua fortuna em dívidas ativas (63%) e o restante distribuído em imóveis (23%), rendas diversas (5%) e escravos (2%) (ARAÚJO, 2006: 151-164).

Na região do Oeste paulista, em Porto Feliz, a trajetória do alferes Joaquim Barbosa das Neves mostrou as possibilidades de ascensão social na sociedade colonial/imperial. Depois de liberto, em 1797, Joaquim Barbosa das Neves atuou como alfaiate e montou loja de fazenda seca. Essas atividades iniciais lhe garantiram aumento de suas rendas e, ao mesmo tempo, as listas nominativas mostram a aquisição constante de escravos africanos. Ao fim da vida, em 1824, ele contava com o posto de alferes e um pecúlio diversificado, sendo formado por bens de raiz (20,2%), escravos (58,5%), dívidas ativas (7,6%) e fazendas de sua loja (4%). Ainda que as dívidas representassem uma pequena parcela de sua fortuna de mais de 21 contos de réis, elas mostram a ligação do negociante com a Praça mercantil do Rio de Janeiro, principalmente para a aquisição de mão de obra africana. A abertura de seu inventário também mostrou mais de uma centena de pessoas que deviam para eles, anotadas em mais de quatro cadernos de dívidas (GUEDES, 2007: 355-360).

Logo, assim como alguns sujeitos de Taubaté, o alferes conseguiu estabelecer uma fortuna considerável para a realidade paulista e, concomitantemente, estabeleceu redes comerciais e creditícias que o colocava em contato com negociantes de várias partes da capitania/província de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Por fim, as pesquisas centradas no Rio de Janeiro apontam que as possibilidades de negócios nessa cidade eram mais prolíficas que em outras partes, principalmente após o desenvolvimento da mineração no interior do Brasil, o que resultou em redes sociais mais extensas e ramificadas (SAMPAIO, 2010: 77-96).

Um exemplo disso era o comércio de panos indianos que, por muito tempo, foi “peça fundamental no tráfico atlântico de escravos e no desenvolvimento de manufaturas do Reino”. Assim, esses negócios “ligavam a América portuguesa, Angola e os vários espaços geográficos que formavam o Estado da Índia” (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2010: 23).

Em síntese, o crédito foi um expediente ao qual a grande maioria da população taubateana fez uso por seus significados monetários e, também, pelas conexões que formava ao longo de diferentes espaços geográficos. Ademais, salienta-se que o uso do crédito marcou grande parte da sociedade colonial/imperial, não ficando restrito aos negociantes, ainda que esses tenham privilegiado esse ativo na formação de suas fortunas. Por fim, cabe ressaltar que os sujeitos destacados por essa pesquisa estavam de acordo com os padrões percebidos em outras partes do Brasil, ainda que o volume de negócios e de capital, em seu sentido amplo, tenha variado.

Por fim, damos mais um passo na caracterização das elites locais taubateanas. Assim como as elites de outras partes, em Taubaté, as elites eram compostas por sujeitos que tinham fortuna, mas, principalmente, por àqueles que detinham o mando local e recebiam confirmações desse destaque social por parte da Coroa. Os postos nas ordenanças e a participação ativa na câmara foram as insígnias básicas de destaque social. Ao mesmo tempo, as redes creditícias indicam a boa opinião que os negociantes e produtores locais e regionais tinham desses sujeitos, uma vez que o empréstimo era feito pela *reputação* de quem pedia o adiantamento.

3.5 – O comércio de gado e as redes mercantis.

Um dos negócios mais lucrativos da vila de Taubaté foi o comércio de animais. Nesse quinto tópico, pretendemos apresentar a inserção dos taubateanos num ramo que tinham a Colônia do Sacramento como monopolizador da produção de animais e a Feira de Sorocaba como ponto nevrálgico de comércio.

Os animais eram criados na vila de Taubaté durante todo o período pesquisado. A quantidade de animais, todavia, variou bastante de ano para ano e, ao que parece, as listas anotavam as cabeças marcadas naquele ano, mas não o rebanho completo do fogo. Os maços de população também não anotaram os mesmos detalhes de ano para ano, o que significa que, em 1802, existem informações completas sobre a aquisição de rebanhos no Sul (principalmente Curitiba e Sorocaba), a composição dos rebanhos marcados em Taubaté e o comércio desses animais no Rio de Janeiro. Nas outras listas, entretanto, os animais criados foram anotados, mas as informações acerca da comercialização da tropa se tornaram mais escassas. Sendo assim, a lista nominativa de 1802 foi a base do estudo das criações de animais, o que foi completado pelas informações dos inventários.

Também é interessante assinalar que os animais de grande porte mais comuns foram os “cavalares”, “potros”, “gado vacum” e “bestas”, enquanto as anotações “capados”²⁷ e “porcos” eram as mais comuns para os suínos. Em alguns domicílios houve a criação de “gado ovelhum”, mas não foram encontradas informações relevantes sobre aves, nem nas listas e nem nos inventários.

Entre os primeiros domicílios da lista de 1802 notamos que somente o capitão-mor Manoel Correa Bitencourt não marcou animais e não fez o comércio de rebanhos. Por outro lado, o sargento-mor Eusébio José de Araújo, o seu filho e ajudante João Gomes de Araújo e o também ajudante José Pereira de Quadra marcaram 33 cabeças de animais e fizeram o comércio de 1.540 animais, o que mobilizou mais de 6 contos de réis. Eles, contudo, não foram os únicos a enveredarem por esse ramo, ainda que esse comércio tenha sido mais forte na primeira companhia (área central da vila).

Na residência do sargento-mor supracitado foi anotado “é sócio com seu filho, o ajudante João Gomes de Araújo, na compra de 1.050 bois, que se acha extraindo na cidade do Rio de Janeiro”. No fogo desse seu filho foram anotados os 1.050 bois comprados em Curitiba pelo valor de 4:400\$000 réis. Estes animais estavam no Rio de Janeiro e não haviam sido vendidos ainda. Os campos de criar dos dois anotaram juntos 23 cavalos marcados e 10 animais do tipo vacum.

No inventário do ajudante João Gomes de Araújo foram arroladas 96 entradas de animais, sendo uma delas 19 “cabeças de porcos entre machos e fêmeas”, outra entrada anotou “20 leitões” e uma terceira assinalou “cinco capados pequenos”. As outras entradas descreviam os animais, indicando o tipo, a cor, detalhe sobre o estado de saúde ou de conservação. Os tipos variaram entre potro, cavalo, mula, besta, burro, jumento, égua, potranca, burrico, boi, novilha e vaca, mas com detalhes diferentes. Além disso, também foram anotadas duas “juntas de bois de carro”. Ao todo, listou-se mais de cem animais que somaram para 530\$760 réis (AHMT, 1807, João Gomes de Araújo: 7b-15b).

No inventário do sargento-mor foram anotadas outras 133 entradas de animais e 3 entradas de tropas comercializadas. Os animais também foram de vários tipos, inclusive quatro juntas de bois de carro, dez capados e 30 cabeças de porcos “entre grandes e pequenos”, que somaram para 665\$740 réis. Uma das tropas foi formada por 207 bestas compradas em Sorocaba por 2:173\$500 réis, outra de 22 potros tinha o valor de 319 mil réis e

²⁷ O dicionário Antônio de Moraes Silva (1789) define capádo como: “substantivamente se entende do porco, e talvez do bode, castrados”. No caso da vila de Taubaté, acreditamos que a denominação se referia aos porcos que estavam castrados, em regime de engorda, para a venda. Cf.: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/2/cap%C3%A1do>>, acesso em 15/09/2015.

uma terceira de 49 potros de trote foi avaliada em 2:855\$800 réis. As três tropas somadas valiam mais de cinco contos de réis e foram vendidas para o seu genro, o negociante e alferes José Antônio Nogueira (AHMT, 1807, Eusébio José de Araújo: 17b-46b).

O ajudante José Pereira da Quadra não anotou campos de criar, mas revelou ter adquirido 490 bois em Curitiba do negociante Domingos Pereira Porto. Os animais foram vendidos na vila de Taubaté para Brás de Oliveira Arruda, o que lhe garantiu lucro de 200 mil réis. O mesmo negociante anotou a compra de um escravo de 22 anos no porto do Valongo, Rio de Janeiro. O que indica sua participação em negócios também na praça carioca.

O ajudante José Pereira da Quadra também fez comércio com o capitão-mor Manoel Lopes de Leão, todavia não foi revelado o que e nem os valores transacionados pelos dois negociantes. O que sabemos, contudo, é que Leão era ativo negociante de tropas, tendo, em 1802, comprado 50 potros em Sorocaba por um conto de réis e outros potros não especificados foram adquiridos em Curitiba e revendidos no Rio de Janeiro, mas deram prejuízo.

José Alves de Toledo, sargento da 1ª companhia, tinha negócios diversificados. Em Sorocaba, o negociante adquiriu uma boiada de 45 cabeças, a qual vendeu em Taubaté com lucro de 30 mil réis. Nessa vila, ele era dono de uma taberna e também vendia molhados, este rendeu 20 mil réis e a taberna garantiu lucro de 60 mil réis. Parte dos produtos vendidos na taberna foi adquirida em Parati, pelo valor de 214 mil réis. No Rio de Janeiro, ele comprou vinho, aguardente do Reino, bacalhau, vinagre e passas do Tenente Coronel Antônio Moreira da Costa²⁸, por um total de 126 mil réis. Sobre outros negócios, indicou ter enviado um de seus filhos para a vila de Lorena, para morar com Antônio Domingos, onde foi aprender o ofício de carpinteiro.

O capitão da cavalaria Manoel Luís da Cunha Guimarães foi outro prolífico negociante. O reinol, nascido em Guimarães, comprou 300 cabeças de bois em Sorocaba, mas teve “prejuízo” no comércio de animais, embora não tenha anotado os valores. Ainda assim, empenhou mais 2:400\$000 na compra de 650 bois do Tenente Coronel Francisco de Paula

²⁸ O Tenente Coronel Antônio Moreira da Costa foi anotado como o vendedor para José Alves de Toledo no Rio de Janeiro, porém, ele era morador de Taubaté. Provavelmente, o tenente coronel tenha fornecido o crédito para que o José Alves de Toledo comprasse os artigos. Mas existe a hipótese que o tenente coronel tivesse negócio próprio no Rio de Janeiro, de onde ele adquiria os produtos que comercializava na vila de Taubaté. Nenhuma das duas hipóteses, contudo, foi confirmada pela documentação selecionada. O que sabemos, contudo, é que o tenente coronel era irmão do citado reverendo Francisco Moreira da Costa que anotou o parentesco na lista nominativa de 1808, quando informou que Antônio estava falecido.

Ribas²⁹ da vila de Curitiba. Em seus campos de criar marcou 60 animais tipo vacum, 6 potros e 2 burros. Por outro lado, vendeu 450 arrobas de açúcar na Praça do Rio de Janeiro, em dois lotes distintos, garantiu-lhe lucro de 360 mil réis. Ao mesmo tempo, gastou 4:800\$000 réis em fazenda seca, também no Rio de Janeiro, o que lhe auferiu lucro de 160 mil réis. Em Curitiba, gastou 1:800\$000 também em fazenda seca, mas os produtos ainda estavam à venda. O capitão da cavalaria tinha como sócio em sua fazenda seca o seu sobrinho João José Lopes, sendo que cada um teve lucro de 100 mil réis com a loja.

Na mesma companhia, o tenente reformado da cavalaria Filipe Vieira de Toledo tinha sociedade com seu cunhado, Claudiano José da Silva, com quem manteve vários negócios. Na vila de Curitiba, adquiriu 400 bois do referido tenente coronel Francisco de Paula Ribas e obteve lucro de 100 mil réis ao vender para o guarda-mor de Taubaté, Manoel Ribeiro Pinheiro. No porto do Rio de Janeiro comprou um conto de réis em produtos de fazenda seca, o que lhe rendeu 75 mil réis de lucro. Em sua loja, também vendeu “artefatos”, pelo valor de 60 mil réis. No fogo de seu cunhado, Claudiano José da Silva, foi anotado o valor de 1:280\$000 réis na compra dos 400 bois em Curitiba e o lucro de 100 mil réis da venda para o guarda-mor. Claudiano também era comerciante de fazenda seca, tendo investido um conto de réis em produtos no Rio de Janeiro.

A propriedade do guarda-mor Manoel Ribeiro Pinheiro insere novas localidades nos negócios taubateanos. Manoel era natural de Vila Rica, Minas Gerais, mas efetuou seus negócios pela capitania de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em local indefinido formou uma tropa de 550 bois que vendeu no Rio de Janeiro pelo lucro de 100 mil réis. Em Itapetininga adquiriu outra tropa de 330 animais que vendeu no Rio de Janeiro, mas teve “prejuízo grande”. Na própria vila de Taubaté adquiriu 400 animais do alferes Joaquim Moreira, pelo valor de 2:400\$000 réis, e outros 400 bois do citado Claudiano José de Andrade, por 1:800\$000 réis. Ele também mantinha loja de fazenda seca na cidade de São Paulo, mas declarou “um prejuízo avultado”. De Minas Gerais trouxe ouro e prata que vendeu em São Paulo e Rio de Janeiro, conseguindo 50 mil réis cada lugar. E, por fim, no Rio de Janeiro comprou vinte escravos de “várias nações” por 2:400\$000 réis e ainda estava vendendo estas peças em Taubaté.

O capitão da cavalaria José Correia Leme Marzagão não marcou animais, mas indicou que alugava seus campos de criar por 50 mil réis. Conforme referido no capítulo

²⁹ O tenente coronel era muito bem estabelecido na vila de Curitiba, sendo irmão do capitão-mor Antônio Ribeiro de Andrade e articulador de uma vasta rede de crédito ligada ao comércio de animais (GIL, 2009: 277, passim.).

anterior, os campos taubateanos eram importantes locais de pousada das tropas pela sua proximidade com o Rio de Janeiro. Esses campos tinham por função o descanso da viagem, o trato nos animais e, em alguns casos, o controle do preço dos animais no mercado carioca. Isto porque, os maiores negociantes poderiam utilizar os campos próximos para descansar sua tropa e esperar um preço mais atrativo no porto carioca, uma vez que, embora tivesse que pagar os aluguéis dos pastos, compensavam o valor dos gastos pelo aumento do preço do produto (PETRONE, 1976; Cf. Capítulo 2, tópico 5).

Outro reinol, denominado Manoel José de Araújo, mudou-se da vila de Guaratinguetá para a primeira companhia de Taubaté, entre 1801 e 1802, mas manteve seus negócios com aquela vila. O negociante, que era também ajudante reformado das ordenanças, afirmou ter adquirido um lote de 80 potros em Curitiba por 512 mil réis que vendeu em Guaratinguetá com lucro de 50 mil réis. Além disso, para abastecer sua loja, Manuel empenhou 500 mil réis em ferragens e outros 300 mil em remédios no Rio de Janeiro.

No domicílio do Tenente Coronel Antônio Moreira da Costa existiam 35 escravos e uma vasta sorte de negócios. Como fazendeiro, ele anotou 16 animais do tipo vacum, 18 do tipo cavalariço, 19 bestas, e como senhor de engenho e agricultor assinalou a produção de 650 arrobas de açúcar, 25 barris de aguardente, 140 alqueires de milho, 40 alqueires de feijão, 30 de arrobas e 40 alqueires de farinha. A sua aguardente foi vendida na própria vila de Taubaté com lucro de 20 mil réis e o açúcar foi vendido no Rio de Janeiro, contabilizando lucro de 520 mil réis. Na própria vila comprou 600 arrobas de fumo que vendeu no Rio de Janeiro por lucro de 100 mil réis. Também no Rio de Janeiro comprou ferro (96\$000), aço (28\$000), fazenda seca (5:600\$000, vinho (28\$800), aguardente do reino (78\$800), vinagre (24\$000) e acetona (6\$400), o que totalizou em 8:102\$000 réis. Também no Rio de Janeiro, o tenente coronel comprou catorze escravos por 2:240\$000 réis e os vendeu na vila, com lucro de 400 mil réis, para “várias pessoas”. Os produtos de sua fazenda seca foram comprados no Rio de Janeiro, por 5:600\$000 réis, uma parte desses produtos foram repassados para o alferes José de Oliveira Neves e outra parte foi vendida na vila, o que lhe rendeu 200 mil réis de lucro.

O último grande exemplo de negociante de tropas da vila foi o Tenente Coronel Cláudio José de Camargo. Em seu fogo foram arrolados 22 escravos, sendo oito africanos, e a produção de açúcar, milho, feijão, farinha e arroz. Em seus campos criatórios marcou três capados, oito vacum e oito reses, sendo estes vendidos na vila por 32 mil réis. Porém, diferente dos casos citados acima, Cláudio José de Camargo não participou da compra de tropas em 1802, embora tenha marcado animais e também tenha indicado o comércio de

variados produtos no Rio de Janeiro e em vilas próximas – inclusive um casal de escravos que foi adquirido do tenente José Lobato de Moura, de São Luis do Piratininga.

Nos maços de população de 1808 em diante não houve a indicação dos negócios efetuados por tropas de animais, embora tenham sido assinalados campos de criar e “fazendeiros”. Esse é o caso de Gaspar Leme do Prado que, em 1812, tinha catorze escravos e informou ser fazendeiro, ter campos de criar e um sítio, mas os valores não foram informados.

Nos inventários encontramos 34 processos que arrolaram animais (87,17%) que somaram para quase dezoito contos de réis, o que revelou uma média de 427\$229 réis por processo. Assim como para os outros ativos, observamos uma valorização do investimento dos inventários em animais, porém, diferentemente dos outros ativos, não houve um monopólio claro na criação de animais, apesar de que o comércio de tropas tenha sido uma atividade de poucos.

Os três principais negociantes de tropas e criadores de animais foram: o sargento-mor Eusébio José de Araújo, Dâmaso Alves de Abreu e o capitão Antônio Moreira da Costa. Eles movimentaram juntos pouco mais de dez contos de réis nesse ativo, o que representava 59,76% de todo o valor empenhado nesse ativo. Ao mesmo tempo, analisando a composição da fortuna dos diferentes agentes percebemos que existiram, ao menos, três grandes faixas de investimentos em animais: os que investiram mais de 20% de sua fortuna, aqueles que empenharam entre 10 e 20% do pecúlio e os processos em que estes representavam menos de 10% da riqueza inventariada.

Contudo, arrolar os investimentos em tropas em relação ao monte-mor distorce a visão acerca da importância das tropas na formação das fortunas, pois mesmo os domicílios que possuíam poucos animais podiam ter grande parte da riqueza proporcional investida em animais, uma vez que o monte-mor era limitado – principalmente na faixa de fortuna C e D³⁰.

Assim, foi introduzida a coluna “entradas” no banco de dados específico sobre os animais, derivada do banco intitulado “resumo das fortunas”, na qual foi anotado o número de entradas que o inventário arrolou sobre animais. Porém, ainda assim, não podemos nos basear somente nessa informação, uma vez que algumas entradas eram “tem 60 porcos” ou “tropas de 110 bois”, o que altera profundamente o número de animais transacionados.

³⁰ O capitão Guilherme Moreira da Cabral investiu pouco mais de 60 mil réis em um único cavalo, mais caro do que sua escrava mulata Joana que tinha cerca de 40 anos de idade e foi avaliada em 50 mil réis. O seu monte-mor foi somado em 252\$440 réis, o que significa que o cavalo era quase 24% de sua fortuna. Embora o cavalo representasse um objeto de grande valor no processo do Capitão Guilherme, não podemos afirmar que ele fosse ligado à produção ou ao comércio de animais e transporte de tropas (AHMT, 1796: 9b).

Sendo assim, analisamos as diferentes informações que o banco de dados possuía e contemplamos, de forma global, quais eram os inventários que mais investiram em animais, procurando aqueles que, de fato, atuavam em criação/comércio de animais.

O primeiro caso que salta aos olhos é o processo do sargento-mor Eusébio José de Araújo que foi retratado no início desse tópico.

O segundo é o caso de Gaspar Leme do Prado (1826) que, embora não tivesse nenhum posto nas ordenanças, indicou 116 entradas de animais, fora uma grande quantidade de arreios e selas que não foram contabilizados pela pesquisa, mas mostram o tropeirismo por parte desse indivíduo. Os animais, ao todo, somaram para 848\$000 réis, o que correspondeu a 13,35% da fortuna de Gaspar. A composição da fortuna de Gaspar Leme do Prado mostra um perfil mais conservador, tendo investido em doze escravos (35,78%), um sítio, engenho com alambique, casa na freguesia de Caçapava e terras de criar (23,61%) e 116 animais, mas as dívidas ativas tiveram uma participação restrita em sua fortuna, representando somente 6,95% do pecúlio, e indicavam somente os herdeiros como credores de Gaspar (AHMT, 1826: 10-34).

O terceiro caso foi o do alferes Salvador Correia de Siqueira (1829). Conforme relatado acima, o nome Salvador Correia de Siqueira apareceu mais de uma vez em cada um dos maços populacionais da vila. Porém, constatamos que o sujeito inventariado era o alferes, falecido em 1829. Este senhor apontou, no maço populacional de 1818, atuar no comércio, anotando que era “negociante” e criador de quatro cavalos e quatro bois, além de ser “agricultor”. Nesse ano, ele apresentou a patente de alferes da 9ª Companhia. Na lista seguinte, em 1825, ele apresentou 16 escravos, anotou um sítio e um campo de criar, onde foram marcados 90 animais do tipo vacum e 24 cavaleiros. Ademais, executou comércio de tropas, o qual lhe rendeu cem mil réis. E, por fim, em 1830, seu nome aparece novamente tendo sítio, plantação de café (20 arrobas), engenho e produzindo aguardente (50 barris).

O processo de inventário foi aberto em 1829 e teve como inventariante sua mulher Maria Moreira de Siqueira com quem teve nove filhos. Este processo revela a pluralidade de negócios também na faixa de fortuna média, uma vez que seu monte-mor foi de 3:232\$985 réis. No inventário foram arrolados dez escravos, avaliados em mais de 580 mil réis, sete bens de raiz, valorados em quase 800 mil réis, dívidas passivas com onze sujeitos, no valor superior a 300 mil réis, e, principalmente, dívidas ativas e tropas de animais.

Os animais listados no processo de inventário *post-mortem* marcaram 102 entradas, sendo a maioria dos animais éguas, mas havendo também bois, cavalos e algumas vacas. Ao

final da listagem também se marcou cinco porcos capados e outros cinco porcos comuns. A avaliação total desses animais alcançou a cifra de 390\$660 réis.

Ao mesmo tempo, as dívidas ativas indicaram 74 entradas, sendo a maior parte por crédito, e anotaram o valor de 12 mil réis por uma junta de bois que foi comprada de João Tameira, da vila de Parati, e foi passada para Salvador Leme da Costa. Também indicou a venda de uma égua, por quatro mil réis, duas vacas por seis mil réis, um cavalo por dez mil réis e o aluguel de seus pastos para o Tenente Coronel Antônio Moreira da Costa pelo valor de cinquenta mil réis (AHMT, 1829: 8-20 e 28b-37b).

A mistura de negócios também foi percebida no processo do capitão José Correia de Siqueira, falecido em 1824. A inventariante, sua mulher, Dona Anna Francisca de Jesus era filha do sargento-mor Eusébio José de Araújo e dona Margarida Florinda de Jesus. O seu irmão era o alferes Salvador Correia de Siqueira, retratado acima. E sua filha, denominada Maria, era casada com Domingos Inácio de Siqueira, natural de Lorena, 1º sargento da 4ª Companhia.

No maço de 1818, Domingos Inácio Siqueira, embora tenha sido listado como 2ª sargento da 4ª companhia, afirmou viver a favor do sogro, o capitão José Correia de Siqueira. Não obstante, em 1825, Domingos Inácio Siqueira se apresentou como negociante de tropa solta e ser detentor de uma fazenda de criar, onde marcou, duas éguas, três cavalos e apontou outros nove potros “no ventre”. O desenvolvimento dos negócios de Domingos, provavelmente, esteve ligado à atuação de seu sogro que, como ato final, deixou de herança mais de 350 mil réis para cada herdeiro.

A vida particular do capitão mostra a relação sua com pessoas ligadas ao comércio na vila de Taubaté. A aliança com a família do sargento-mor deve ter lhe facilitado contatos em Sorocaba, Curitiba e Rio de Janeiro. Ademais, a atuação da *casa* não era individual, mas coletiva, e refletia nos aparentados, motivo pelo qual foram comuns os negócios em sociedade com irmãos e parentes, além de uma relação estreita entre os negócios dos diferentes membros de uma mesma família.

No inventário *post-mortem* de Domingos Inácio Siqueira, aberto por sua mulher, Dona Anna Francisca de Jesus, foram avaliados doze escravos, incluindo um casal com filhos, no valor de 1:400\$000 réis, e uma grande variedade de terras. Os bens de raiz de menor valor foram dois engenhos avaliados em 14 mil, no total. Uma casa de morada com engenho também foi anotada, no valor de 64 mil réis. Por fim, avaliou-se um pequeno cafezal de mil pés, avaliado em 40 mil réis, e um sítio com casa de morada por um conto de réis.

Os animais corresponderam a 62 entradas no banco de dados que totalizaram o valor de 554 mil réis. A maior parte de seus animais foram as éguas e potrancas que contabilizaram 32 animais, enquanto os cavalos foram somente quatro animais. Interessante destacar que alguns animais foram avaliados com suas ferraduras, o que aumentava o valor. As dívidas, contudo, não foram tão expressivas quanto às de seu irmão, computando doze dívidas passivas e somente duas ativas. Dentre as passivas encontramos créditos em aberto com os herdeiros de Dona Margarida Florinda de Jesus, com a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos e também com “a Nação deste Império”, as quais somaram 247\$795 réis (AHMT, 1824: 6-20b).

Por fim, o último caso a ser descrito é do capitão Antônio Moreira da Costa, falecido em 1830, que movimentou mais de dois contos em animais. O processo indicou a existência de criação de porcos, anotando dezessete porcos machos e doze ceifados por 69\$760 réis, uma pequena quantidade de vacum, somando 35 animais no valor de 1:135\$000 réis, tropas, contando com treze bestas arreadas e um cavalo selado avaliados em 988\$000 réis, e, por fim, um carro de bois e um touro, avaliados em 16\$400 réis. A soma total dos animais avaliados ficou em 2:209\$160 réis.

Os outros ativos do capitão informam a sua posição privilegiada na vila. Os seus 29 escravos foram avaliados em quase nove contos de réis – lembrando que nesse período ocorreu uma forte valorização desse ativo. O capitão também contava com um cafezal “velho de doze mil pés” de 400 mil réis, uma plantação de feijão avaliada em 16 mil réis e um quartel de cana de açúcar por 60 mil réis. Os bens de raiz de Antônio Moreira da Costa foram avaliados em pouco mais de oito contos de réis. E, por fim, as dívidas ativas mostraram emprestar dinheiro para 23 pessoas diferentes, totalizando 1:210\$810 réis, entre dinheiro, crédito e livro de contas (AHMT, 1830: 15-29b).

O inventário do capitão mostra, desta forma, a pluralidade de investimentos praticados nos domicílios dedicados à produção e ao comércio de animais. Porém, no caso específico do capitão Antônio Moreira da Costa, a família também tem uma grande influência nas atividades dos membros³¹.

³¹ A família Moreira da Costa foi um clã de enorme importância para a realidade taubateana até, pelo menos, a metade do século XIX. Isso porque, a família tinha membros de importância destacada na vila. Em primeiro lugar, o Tenente Coronel Antônio Moreira da Costa, falecido por volta de 1807, recebeu confirmação de carta patente por, entre outras coisas, ter doado 500 mil réis para a fundação do Jardim Botânico e Hospital Militar (AHU, cx. 30, d. 1320), apareceu nos maços como um dos maiores escravistas da vila e atuava como negociante entre Rio de Janeiro e Taubaté, além de ter o engenho mais produtivo da vila, em 1802. O Reverendo Francisco Moreira da Costa, a maior fortuna inventariada nessa pesquisa, era irmão do tenente coronel e do capitão-mor Vitoriano Moreira da Costa que, por sua vez, seria pai do Comendador Antônio Moreira da Costa Guimarães, um dos homens mais ricos da vila no século XIX que estabeleceu uma vasta rede social entre as elites e também

Em suma, podemos distinguir os criadores de animais dos negociantes de tropas. Aqueles podiam ser pequenos produtores que criavam porcos ou mesmo bestas em suas terras, com os restos de sua produção alimentícia e conseguiam, com isso, uma renda extra. Os negociantes de tropas, por outro lado, eram homens estabelecidos na vila e que investiam parte de suas riquezas na compra de animais do Sul, especialmente Sorocaba e Curitiba, e os revendiam no porto do Rio de Janeiro. Na maioria dos casos também adquiriam terras na vila para a criação da própria tropa, que também seria comercializada no Rio de Janeiro. Embora o Rio tenha sido o destino final da maior parte das boiadas, podemos inferir que parte dos animais eram consumidos na própria vila, fosse para tração, locomoção ou alimentação.

Além disso, os negociantes de tropas citados acima atuavam, geralmente, em sociedade com seus parentes e arquitetavam redes de crédito ao longo do caminho da boiada. Portanto, observamos que os inventários que faziam o comércio de animais também tinham uma vasta rede de empréstimos e mantinham relações sociais com capitães e negociantes de diferentes partes da capitania e do Rio de Janeiro.

Os estudos específicos de atividade tropeira mostram que a periodicidade dos inventários está de acordo com o desenvolvimento deste ramo na capitania/província de São Paulo. A Feira de Sorocaba, principal ponto de comércio de animais do Centro-Sul, teve uma “verdadeira explosão de consumo do gado” após a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. Esta situação teve reflexos na vila de Sorocaba e, também, nos negociantes de diferentes partes que atuavam neste comércio (BACELLAR, 2001: 26-41, p. 32). Logo, os principais inventários responsáveis pelo comércio de gado de Taubaté estão situados no período posterior a 1808, exceção feita ao sargento-mor Eusébio José de Araújo.

A passagem de tropas era uma atividade geograficamente localizada nos espaços sulinos, próximos à região criatória na divisa com a América espanhola. Suprinyak mostrou que o comércio de animais, após a Independência, era dividido em três agentes diferentes: o proprietário, o condutor e o fiador; sendo que os dois primeiros tipos podiam ser a mesma pessoa. Os proprietários e condutores vinham da área Sul de São Paulo e Paraná, principalmente, mas os fiadores eram, em geral, pessoas da própria vila de barreira, no caso Rio Negro e Itapetininga (SUPRINYAK, 2008: 91-106). O cálculo do índice Gini revelou que a maior parte dos proprietários de tropas passou uma única vez pela barreira, mas a maior parte dos animais e tropas foi transportada por negociantes que atuavam nesse comércio de

entre os escravos da vila, ocupando cargos de grande distinção social e participando ativamente das irmandades (RIBEIRO, 2010).

forma constante. Logo, havia uma grande concentração de animais e tropas nas mãos de poucos negociantes (SUPRINYAK, 2008; 81-87).

A tese de Tiago Gil aponta para o mesmo sentido: a maior parte dos animais era transacionada por poucos sujeitos que dominavam essa área de atuação e o crédito era a engrenagem que mantinha esse comércio funcionando, sendo sua disponibilidade determinada pela geografia e pelo prestígio social (GIL, 2009, principalmente cap. 11).

Mais do que isso, os estudos sobre boiadas coadunam ao mostrar que os maiores proprietários de tropas tinham controle sobre o mercado e uma estratégia bem definida de atuação. Nas palavras de Suprinyak, “períodos de prosperidade andam de mãos dadas com aumentos no nível de concentração, na medida em que os grandes negociantes ajustam suas atividades para tirar proveito da expansão do mercado” e o contrário também ocorria, ou seja, em período de depressão deste ativo os maiores negociantes investiam em outras produções (SUPRINYAK, 2008: 87).

E, os estudos também apontam para essa atividade de forma coletiva, na qual a atuação familiar, ou de *bando*, era importante para o controle do mercado. Em geral, homens de uma mesma família passavam com diferentes boiadas e estas famílias tinham membros que ocupavam cargos de mando, tais como postos militares e atuação na câmara onde residiam (SUPRINYAK, 2008: 116-128; BACELLAR, 2001: 101-127; GIL, 2009: 222-301).

Por fim, podemos afirmar que o cenário delineado pelos estudiosos do comércio de animais não é muito distinto da realidade taubateana, ainda que tenhamos que pensar numa participação mais reduzida dos taubateanos neste comércio e, também, numa importância menor destes sujeitos no computo geral de animais comercializados.

Os homens detentores das maiores fortunas da vila de Taubaté tinham uma vasta rede de créditos que ligava Sorocaba ao Rio de Janeiro, mas na qual o grosso dos empréstimos se encontrava no Vale do Paraíba paulista, possuíam variados postos nas ordenanças, sendo o posto de capitão o mais comum, e diversificaram os seus negócios de forma a ter, ao final da vida, a fortuna espalhada em diferentes segmentos econômicos. Eles também eram homens de poder sobre outros homens, pois eram detentores de muito escravos e, ao mesmo tempo, tinham grande prestígio na vila e nas áreas próximas. Por fim, apontamos que a diversificação dos negócios era uma estratégia dos principais sujeitos da vila que podiam variar o investimento dependendo da conjuntura econômica, ainda mais em períodos de incertezas políticas como o caso da vinda da Família Real e da Independência.

No capítulo 2 desta tese analisamos as produções mais comuns da vila de Taubaté. Aprendemos sobre os diferentes cultivos praticados na vila e suas inserções no mercado colonial. Alguns gêneros participavam de rotas mercantis atlânticas (açúcar, fumo, parte do algodão e o café), outra gama de artigos era utilizada no comércio local (milho e feijão) e um terceiro grupo de efeitos era comercializado nas duas localidades (algodão, toicinho, farinha de mandioca e arroz).

Neste capítulo observamos a composição da riqueza nos inventários *post-mortem*, que privilegiava os escravizados e as dívidas. O perfil delineado pelos inventários indica a composição da fortuna dos principais sujeitos da vila e a influência que as atividades econômicas tinham sobre esta fortuna. A análise sobre as atividades econômicas da vila, iniciada no capítulo anterior, auxiliam na montagem deste perfil da riqueza.

Os grandes senhores de escravos eram os mais abastados da vila. Em primeiro lugar, eles tinham disponibilidade de mão de obra, o que lhes permitia produzir diferentes gêneros. E, em segundo lugar, os escravizados eram os ativos mais valorizados na sociedade taubateana. Portanto, os sujeitos que tinham uma atuação diversificada, no capítulo 2, também era o sujeito com uma fortuna considerável, no capítulo 3.

O capítulo 3 também insere as informações acerca das dívidas, algo que é sugerido nos maços populacionais. As elites taubateanas criaram uma grande rede de crédito que expandiu para outras vilas do Vale do Paraíba e para outras capitâneas. Notamos a importância dos comerciantes cariocas na concessão de crédito e, em sentido contrário, os comerciantes de Minas Gerais como devedores de parte da elite econômica de Taubaté.

A sociedade colonial era caracterizada por conceitos de *prestígio* e *mando*. Ao mesmo tempo, as dívidas eram a síntese desses conceitos e formulava um terceiro: a *confiança*. Os empréstimos, especialmente em inventários, não eram oficializados e, portanto, dependiam da confiança na palavra do devedor. Desta maneira, os conceitos incidiam uns sobre os outros, o que influenciava as redes sociais e de crédito.

No capítulo seguinte, vamos matizar as redes sociais e de crédito. O *software* Pajek será utilizado para auxiliar a visualização das redes mercantis e creditícias. Para complementar as informações deste capítulo serão inseridos conceitos sobre redes sociais, utilizados nas ciências sociais. Por fim, as redes de crédito e redes de comércio poderão ser entrecruzadas. E, através das atas da Câmara da vila observaremos a arquitetura da estrutura de mando na vila. O intuito geral será montar um quadro amplo das variadas formas pelas quais as elites taubateanas se relacionavam entre si e com seus subalternos para estabelecerem a legitimidade do *mando*.

Trajetórias e Redes Sociais

Os capítulos anteriores buscaram identificar o padrão de produção e o perfil das elites socioeconômicas da vila de Taubaté. Na vila não houve a especialização dos produtores em um cultivo, a documentação revela uma pluralidade produtiva e diferentes rotas mercantis. O milho, o feijão e a farinha de mandioca eram gêneros de consumo, mas podiam ser comercializados no interior da vila e à beira dos caminhos que levavam para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O algodão, o arroz e o fumo eram produtos consumidos na vila, mas a principal vinculação se dava com a Praça do Rio de Janeiro. O açúcar era o gênero de exportação típico. Ele era produzido pelos principais senhores de escravos da vila, que receberam a denominação “senhor de engenho” na documentação oficial. A exportação deste efeito ocorria através do porto do Rio de Janeiro, embora alguns governadores paulistas estimulasse a exportação direta entre Santos e o Reino. Por fim, o café surgiu na vila no início do século XIX. Nas três primeiras décadas dos Oitocentos a sua produção aumentou consideravelmente, migrando para os domicílios mais enriquecidos da vila e monopolizando a atenção dos administradores locais. O café, no maço populacional de 1830, dominou alguns fogos que se especializaram em sua produção e comércio.

Os inventários também mostraram o surgimento da produção de café. Os primeiros processos *post-mortem* analisados não indicaram cafezais. Todavia, a partir da década de 1810, surgiu nos inventários a denominação cafezal. Os ativos de maior valor, ainda assim, eram os escravizados, seguidos pelos bens de raiz e pelas dívidas ativas. Os animais representavam cerca de 6% das principais fortunas taubateanas, embora existissem sujeitos dedicados ao transporte de boiadas e houvesse uma importante rota mercantil de animais.

Neste capítulo vamos nos ater ao crédito. A sociedade pré-capitalista desenvolvida no Império português tinha uma pequena circulação de moedas em suas rotas mercantis, o que abria espaço para os adiantamentos/endividamentos da população. Essa situação era típica das sociedades modernas e vinculava todos os segmentos sociais, não se restringindo às camadas superiores da população ou aos grupos inferiores. Desta maneira, retomaremos o capítulo 1 para indicar, resumidamente, as bases da sociedade formada em Taubaté e a importância do crédito para ela.

O objetivo do capítulo que se inicia é identificar os sujeitos centrais na concessão e aquisição do crédito. E, ao mesmo tempo, entender a relação desses homens com a instância de mando local e com outros prestamistas. Compreendemos que as elites locais dominavam vários ramos econômicos da vila, restringindo a mobilidade social para outros e mantendo a diferença

social. Uma das medidas adotadas para tal era a concessão de crédito. Portanto, mapear os agentes centrais na rede de crédito facilita apreender o funcionamento da sociedade taubateana no período de inversão econômica na cafeicultura.

Contudo, a análise individual dos sujeitos possibilitaria uma visão parcial de sua atuação na localidade. Isto porque, outra característica típica da sociedade de Antigo Regime era o exercício familiar das atividades. Em regra, as famílias agiam unidas nos diferentes segmentos econômicos e o *prestígio* era dotado para todos os membros do bando. Assim, vamos identificar os membros de destaque na vila, observando a formação de bandos de poder ou clãs.

Uma das principais instâncias de poder político na vila era a câmara. A participação nessa instituição era de suma importância para todos que tentassem alcançar prestígio e mando no local de residência. Através das atas da câmara de Taubaté, vamos mapear os participantes dessa instância administrativa, denominados “homens-bons”, e retrataremos importantes eventos que ocorreram nela.

Assim, estruturamos o capítulo em dois tópicos distintos. No primeiro, vamos apresentar as principais características da sociedade de Antigo Regime e a importância do mando e prestígio para aquela população. O *software* Pajek, apresentado no primeiro capítulo, foi utilizado para a constituição de grafos que representam as relações criadas, mantidas ou expandidas no seio do Senado da Câmara de Taubaté.

No segundo tópico, vamos nos dedicar à rede de crédito na vila. A maior parte dos inventários consultados apresentaram dívidas ativas e passivas, o que demonstra que esta ferramenta era comumente utilizada pelos taubateanos. Os relacionamentos que se desenvolviam na comunidade podiam ser utilizados para diferentes estratégias, inclusive para o crédito. A falta de moedas na sociedade colonial e a ausência de instituições que pudessem adiantar dinheiro transformaram o crédito numa saída comum para as necessidades do dia a dia. Os documentos mostraram uma vasta gama de situações em que o adiantamento foi concedido por particulares, o que envolveu todas as camadas sociais, embora o montante tenha variado.

O crédito também perpassou outros órgãos públicos da sociedade colonial. As irmandades, descritas por Boxer (2002: 286) como pilar gêmeo da Câmara, tiveram importante contribuição na rede de crédito. E, a fábrica de ferro da vila também concedeu crédito para alguns sujeitos, provavelmente envolvidos com a administração da mesma.

Além disso, veremos que a rede de crédito não ficou geograficamente restrita à vila de Taubaté. A maioria dos empréstimos e negócios ocorriam no interior da vila, mas encontramos várias outras localidades concedendo e recebendo empréstimos, principalmente as vilas do Vale do Paraíba. Áreas mais distantes também participaram da rede de crédito, mas com menos

ligações. Os negociantes do Rio de Janeiro foram prestamistas na compra de escravizados e devedores dos produtos exportados pelos taubateanos. A vila de Parati, no litoral sul da capitania do Rio de Janeiro, também foi ponto de ligação entre a produção taubateana e a importação de produtos do Ultramar. Observamos, portanto, que a rede de crédito, assim como a rede mercantil, desenvolveu-se pelo contato entre diferentes sujeitos que utilizavam suas estratégias sociais para expandirem seus negócios. Porém, devemos reforçar que foram poucos os casos de empréstimos fora da vila de Taubaté. Com isso, percebemos a possibilidade de expansão de crédito para um grupo de sujeitos que participavam destas redes.

Por fim, resta-nos informar que utilizaremos o *software* Pajek na construção das redes sociais e nos basearemos nos escritos da Análise de Redes Sociais (ARS)¹ para interpretar os grafos resultantes do uso do *software*. Estas imagens representaram as relações desenvolvidas na vila e foram feitas para auxiliar na interpretação de detalhes que são melhor explorados com o uso de imagens.

4.1 – Redes Sociais em Taubaté: a relação das elites locais nas vereanças.

No início do século XVIII, Antonil escreveu seu célebre livro “Cultura e opulência no Brasil”. Nele, o autor procurou identificar a melhor maneira de produzir o açúcar e as qualidades que os senhores de engenho deveriam nutrir, tendo em vista sua experiência no engenho Sergipe do Conde. Antonil iniciou o texto afirmando que

O ser senhor de engenho é um **título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos**. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino (ANTONIL, 1997: 75, grifos nossos).

No Nordeste da América portuguesa, ser senhor de engenho era um título que demonstrava mando e prestígio. A importância dada a essas duas qualidades decorria da visão de mundo da sociedade de Antigo Regime, que existia na Europa e que se montou na América (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2010). A sociedade colonial foi estruturada por reinóis que foram para o Ultramar com a expectativa de reproduzirem o universo mental e cultural que deixavam para trás. A estrutura do Antigo Regime era corporativa e fundamentava a sociedade em divisões de ordem natural e hierarquizada. O Monarca atuava como ponta da estrutura

¹ Os principais postulados desse ramo das Ciências Sociais foram apresentados no capítulo 1. E, ao longo do texto, iremos apresentando a *graphy theory* e outras teorias que apoiaram a formulação do texto. Os principais textos sobre Análise de Redes Sociais foram: BESSA, et.al., 2010; FELDMAN-BIANCO, 1987; BOTELHO, ANDRADE, LEMOS, 2013.

social², desempenhando o papel de legitimador da diferença entre as camadas. Para tanto, emanava dele as mercês régias, o fator de distinção social e que podia elevar o status individual. No Ultramar, a estrutura se tornou mais complexa. A adição de grupos escravizados africanos e indígenas criou novas camadas sociais, ocasionando modificações na formulação básica (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010: 13-16). Mantinha-se, ainda assim, as noções de mando e prestígio.

As hierarquias eram formadas pelas lógicas de prestígio e etiqueta, pela antiguidade e pelos serviços prestados à Monarquia. A administração local era executada por sujeitos que respeitassem esses atributos e recebiam legitimação régia e social. Além disso, esses sujeitos atuavam em conjunto com os membros de sua família. Uma família tradicional, recebia parentesco fictício e tinha alguns instrumentos próprios de manutenção e expansão do poder (HESPANHA, 2007: 13-17).

O primeiro e mais difundido instrumento era o matrimônio. Os casamentos eram alianças entre famílias diferentes ou visavam à manutenção do poder nas mãos dos membros da família. O segundo instrumento era o apadrinhamento, inclusive de famílias escravas. Isto significa que a ideia de família ia além do conceito básico de família extensa. Ela incluía também os servos e agregados. Por fim, a terceira ferramenta de parentesco era a participação nas Irmandades religiosas, pois essas confeririam uma relação mais próxima e sacramentada pela Igreja. Nas palavras de Tiago Gil, “mesmo uma irmandade significava um vínculo de parentesco que deveria ser considerado, assim como o compadrio e outras formas de parentesco fictício” (GIL, 2009: 21).

Os sujeitos estavam inseridos num contexto familiar e social. As ações de um indivíduo impactavam sobre todos os membros de sua família, sendo o objetivo do grupo o crescimento do prestígio familiar. Nota-se, assim, que as famílias de maior destaque social ocupavam diferentes instâncias de mando, criando bandos de poder. Em alguns casos, uma família de destaque social local podia ocupar a câmara com diferentes membros, revezando os cargos de mando local e criando uma espécie de oligarquia (COMISSOL, 2012: 83-91). De forma sintética, Maria Fernanda Martins nos apresentou a importância da prática relacional dos

² O poder régio, por vezes, poderia ser mais simbólico do que prático. Hespânia identificou na legislação do período uma série de autonomias que eram garantidas aos vice-reis e governadores das partes do Império. As câmaras municipais também podiam criar obstáculos para as ordenações régias e, no caso de Macau, praticava-se uma grande autonomia para os administradores locais sobre as ordens reais. Cf. HESPANHA, 2010: 45-75; HESPANHA, 2012. E, Laura de Mello e Souza também dialogou sobre as diferentes realidades que a administração pública enfrentou e construiu ao longo do Império Português: SOUZA, 2006.

bandos de poder para compreender a sociedade brasileira, mesmo após o processo de Independência:

Tratava-se de uma estrutura social onde a própria identidade individual ainda se encontrava fortemente vinculada às relações familiares e às redes sociais às quais estavam associados, o que fazia com que, com frequência, antes de serem homens públicos, fossem os representantes dos interesses e negócios dos grupos e famílias que os aproximara do poder [...]. No centro da noção de rede encontram-se, portanto, as famílias, uma vasta estrutura de integração que se verifica em diversos níveis (MARTINS, 2007: 408).

Mesmo o apadrinhamento dos escravos era feito, de maneira geral, por membros do bando, evitando que outros sujeitos influenciassem na dinâmica das senzalas (FRAGOSO, ALMEIDA, SAMPAIO, 2007: 68-72, 104-113).

A participação na Câmara de Taubaté e a inserção em redes de crédito eram reflexos de escolhas da sociedade colonial. No caso da câmara, as escolhas se davam dentro de um universo fechado, restrito e, relativamente, legalizado, mas não eram feitas diretamente. Em outras palavras, o camarário não escolhia os parceiros com quem ia atuar, embora fosse escolhido pelos outros “homens-bons”.

Em Taubaté, o primeiro critério de distinção social ocorria na posse de cativos. Os escravizados tinham importância econômica para as residências, pois aumentavam sobremaneira a produção do fogo (PETRONE, 1968: 100-119; ALVES, 2001: 42-48), e tinham um grande significado social. Os sujeitos que possuíam escravizados afastavam-se da lide, abandonavam os serviços mecânicos e passavam a ser servidos, nas palavras de Antonil. Portanto, para assemelhar-se aos senhores de engenho os indivíduos procuravam alguém que os servisse. Devemos lembrar, porém, que ser dono de um cativo não alçava o sujeito à posição de senhor de engenho, mas o distanciava daqueles que não possuíam nenhum cativo.

Os números indicam que ser servido era para poucos. Entre 1774 e 1835, Maurício Alves constatou que nos inventários taubateanos “somente um quarto da população possui cativos” (2001: 1). Nos maços populacionais completos de 1808 e 1830 encontramos um quadro ainda mais excludente. Em 1808, do total de 1.607 fogos arrolados somente 7,79% apresentaram cativos. E, em 1830, o total de domicílios foi de 2.319 e os sem cativos chegou a 1.849, cerca de 80%³. Portanto, ser proprietário de um escravizado era fator de distinção social na vila de Taubaté.

³ Os documentos utilizados mostram situações divergentes, pois determinam momentos distintos da vida de um sujeito. Os inventários eram produzidos após a morte de indivíduos que tinham bens a partilhar entre seus herdeiros. Os maços populacionais foram séries anuais que mostravam a produção de uma unidade agrícola em determinado ano. Logo, os documentos revelam instantes diferentes da vida dos sujeitos. Além disso, os inventários foram feitos para um grupo específico, mas os maços de população arrolavam todos os moradores de cada vila. Assim, os números que apontamos foram colhidos a partir dos maços populacionais (APESP, Maços de

O segundo critério também tinha importância local. As patentes de ordenanças eram disputadas pelos indivíduos, pois garantiam o mando sobre outros homens e simbolizavam o poder referendado pelos administradores régios. Ainda que as patentes de oficiais mais altas fossem restritas do grande público, as patentes mais baixas podiam ser conquistadas por camadas menores. Na vila de Taubaté, em 1802, arrolamos 110 fogos que tinham dez cativos ou mais, efetuavam atividades mercantis ou possuíam patentes militares. Encontramos, ao todo, 57 domicílios chefiados por sujeitos com patentes o que correspondeu a 54,28% dos proprietários analisados e 51,44% da escravaria anotada.

Tabela 4.1 – Relação de fogos chefiados por postos em Taubaté (1802)

Posto	Fogos	% fogos	Escravos totais	Escravos média
Soldado	6	5,45	16	2,66
Sargento	15	13,63	21	1,4
Alferes	20	18,18	149	7,45
Ajudante	4	3,63	22	5,5
Capitão	6	5,45	100	16,66
Tenente	3	2,72	28	9,33
Tenente-coronel	2	1,81	57	28,5
Sargento-mor	1	0,9	62	62
Capitão-mor	1	0,9	36	36
Total	57	51,81	481	8,43

A tabela revela a importância das ordenanças na formação das elites taubateanas. A maior parte dos fogos arrolada anotaram um posto na ordenança e os postos mais elevados arrolaram médias maiores de escravizados.

Contudo, a listagem completa mostra que os postos de oficial das ordenanças também eram para poucos. No maço populacional de 1808 encontramos 54 domicílios chefiados por oficiais das ordenanças, o que corresponde a 3,36% do total. Em 1830, a situação foi muito semelhante, pois somente 79 residências eram chefiadas por oficiais, o que representava 3,40% do total⁴. E, o censo de 1798 revelou que na capitania de São Paulo 40% dos senhores de engenho e proprietários de terras desempenhavam papéis militares. O que ressalta a importância dos postos de comando como instrumentos de diferenciação social, também restrito a uma pequena parcela da população paulista (IZECKSOHN, 2010: 489-492).

Esses números apresentados corroboram as afirmações feitas por Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. De acordo com os autores, o Vale do Paraíba teria uma forte concentração de renda, sendo o escravizado o principal ativo econômico (LUNA, KLEIN, 2005: 43-53). E,

População, vila de Taubaté, 1808 e 1830, acervo microfilmado). E, os números apresentados por Maurício Alves foram encontrados nos inventários sistematizados pelo autor, o que revela uma parcela específica da população taubateana.

⁴ Não contabilizamos os sujeitos que estavam ausentes ou que haviam se mudado da vila.

na vila de Bananal, próxima a Taubaté, foi anotado que os sujeitos que mantinham postos nas ordenanças e as mulheres descritas como Donas nos maços de população tinham, em média, mais escravizados que o restante da população. Mesmo no período de desenvolvimento da cafeicultura, a situação econômica não alterou, mantendo-se excludente e com forte concentração de cativos (MOTTA, 1999: 97-108, 141-149 e 158-164).

Portanto, constatamos que na sociedade colonial poucos sujeitos tinham acesso aos postos das ordenanças e, também eram poucos os que eram considerados *homens-bons* e podiam concorrer à Câmara. Passaremos, então, a entender melhor a atuação da câmara de Taubaté e os sujeitos que participavam dessa instância de poder.

As atas da câmara de Taubaté foram limpas, catalogadas, transcritas e publicadas, entre 1943 e 1944. Todavia, as atas das reuniões feitas entre 1798 e 1823 encontram-se perdidas no tempo. Os volumes publicados contemplam as atas de 1780 a 1798, no volume I, e aquelas posteriores a 1842⁵, nos volumes II a VII. Esta documentação revelou os homens que eram considerados *homens-bons* e participavam das vereanças. Também revelou os cargos que eles ocupavam e as relações que mantinham com o restante da população. Por fim, indicou parcialmente o cotidiano na vila, apontando assuntos expressivos, como as festividades religiosas, votações sobre cobrança de impostos e o arremate de impostos, além de assuntos rotineiros, petições e pedidos feitos ao governador.

Nosso intuito foi sistematizar a documentação, formulando bancos de dados e depois apresentar a relação dos sujeitos que participaram das vereanças através do *software* Pajek. Com isso, pretendemos dialogar com a situação encontrada na vila com a realidade apontada para outras localidades do Império Português.

Desta feita, mapeamos os sujeitos que participaram das reuniões da câmara e detalhes sobre a vida dos sujeitos, além de informações sobre as reuniões⁶. Em algumas vereanças encontramos os sobrenomes dos sujeitos invertidos e poucas explicações sobre as reuniões. Por exemplo, no dia 31 de dezembro de 1789, os camarários fizeram o arremate das rendas do Concelho, todavia, não indicaram quem foi o arrematante e nem a quantia envolvida (GUISARD FILHO, 1943: 232-233). Logo, o banco de dados requisitou constante atenção e reparos.

⁵ O volume V apresenta as atas das reuniões ocorridas entre 1823 e 1837, importante momento de instabilidade política no Brasil. Contudo, não encontramos nas bibliotecas e arquivos consultados esse volume específico. Por este motivo, infelizmente, utilizamos na pesquisa somente o volume I, referente à baliza cronológica da pesquisa.

⁶ O banco de dados foi formado no Excel. Da transcrição do documento formulamos o banco de dados denominado “Lista dos oficiais da Câmara”, no qual preenchemos os campos “página”, “data”, “nome”, “ocupação”, “detalhes”, “assunto da reunião” e “observações”.

Esse banco de dados principal nos mostrou algumas situações mais interessantes. Em algumas reuniões foi requisitada a presença dos homens-bons da vila ou de republicanos. No dicionário de Antônio de Moraes Silva (1789)⁷ homem-bom é definido da seguinte maneira: “de bem; fidalgo; nobre. *Nobiliar. Hum* homem bom *irmão* del Rei d’Inglaterra”. E, no mesmo dicionário, republicano é descrito assim: “que vive da República. Que aprova o governo das Repúblicas”; enquanto repúblico seria “Zeloso do bem público”. Entendemos essas denominações como similares na formulação dos bancos de dados, embora existam diferenças conceituais no uso das duas expressões.

A primeira convocação dos homens-bons ocorreu em 1780, quando eles se reuniram com os oficiais da câmara para votarem num edital sobre as bexigas, que parece ter sido um problema naquele ano. Em 1783, a segunda reunião foi marcada pelo início das obras na Matriz da vila. Nova reunião desse tipo somente ocorreu na década de 1790. Em 1792, os oficiais apresentaram aos homens-bons a chance de participarem da inspeção da nova cadeia. Isso porque, a antiga Cadeia havia sido derrubada por uma forte chuva. Ao final do mesmo ano, a câmara se reuniu para inspecionar o trabalho de reforma e constataram a necessidade de expandir o projeto.

Em 1793, três reuniões ocorreram na câmara para decidir sobre a dinâmica pública da vila. A primeira reunião aconteceu no mês de março, pois cinco sujeitos conhecidos peticionaram na câmara sobre a necessidade de limpeza do tanque, que abastecia a vila com água do rio Una. No mês seguinte, os oficiais consultaram “os melhores do povo” para decidirem sobre uma nova maneira de proceder com o abate de reses e sobre o comércio da carne, estabelecendo, inclusive, uma pena de trinta dias de reclusão e seis mil réis para quem desobedece. E, ainda em 1793, no dia 30 de novembro, os camarários reuniram os homens-bons que tinham interesse em dividir os gastos com as festividades em homenagem ao nascimento da Princesa da Beira, a primogênita de D. João VI, D. Maria Teresa de Bragança.

Por fim, a última reunião do tipo ocorreu em 1795. Os camarários reuniram os homens-bons e o reverendo vigário da vila para estabelecerem uma nova esmola para a Matriz. De acordo com o reverendo, a Igreja demandava uma série de reformas, as quais não havia dinheiro para executar sem uma nova cobrança. Na sessão foi apresentada uma fórmula de contribuição, aumentando a participação dos principais sujeitos da vila, a qual foi aprovada e assinada pelos

⁷ Os dicionários históricos consultados se encontram disponíveis pelo acervo eletrônico da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, no sítio << <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>>, as consultas foram feitas entre setembro de 2015 e março de 2016.

homens-bons presentes, oficiais e reverendo (GUISARD FILHO, 1943: 302, 315-316, 329-331, 332-334, 350-351 e 380-381).

As informações disponibilizadas pelas atas eram muito numerosas. Assim, esse banco de dados foi simplificado em novas planilhas, reduzindo a quantidade de informações contidas e adequando os nomes de maneira mais simples. Adotou-se um padrão para a listagem, sendo as preposições “de”, “da” e “dos” retiradas dos nomes e os postos nas ordenanças foram incluídos ao final dos nomes. Além disso, alguns sujeitos modificaram suas patentes no período analisado, buscando manter a uniformidade, mantivemos a maior patente alcançada. Estas alterações foram necessárias para que o Pajek interpretasse todas as entradas como um mesmo sujeito, caso contrário, para cada patente o software formaria uma nova “vértice”, ou seja, um novo indivíduo.

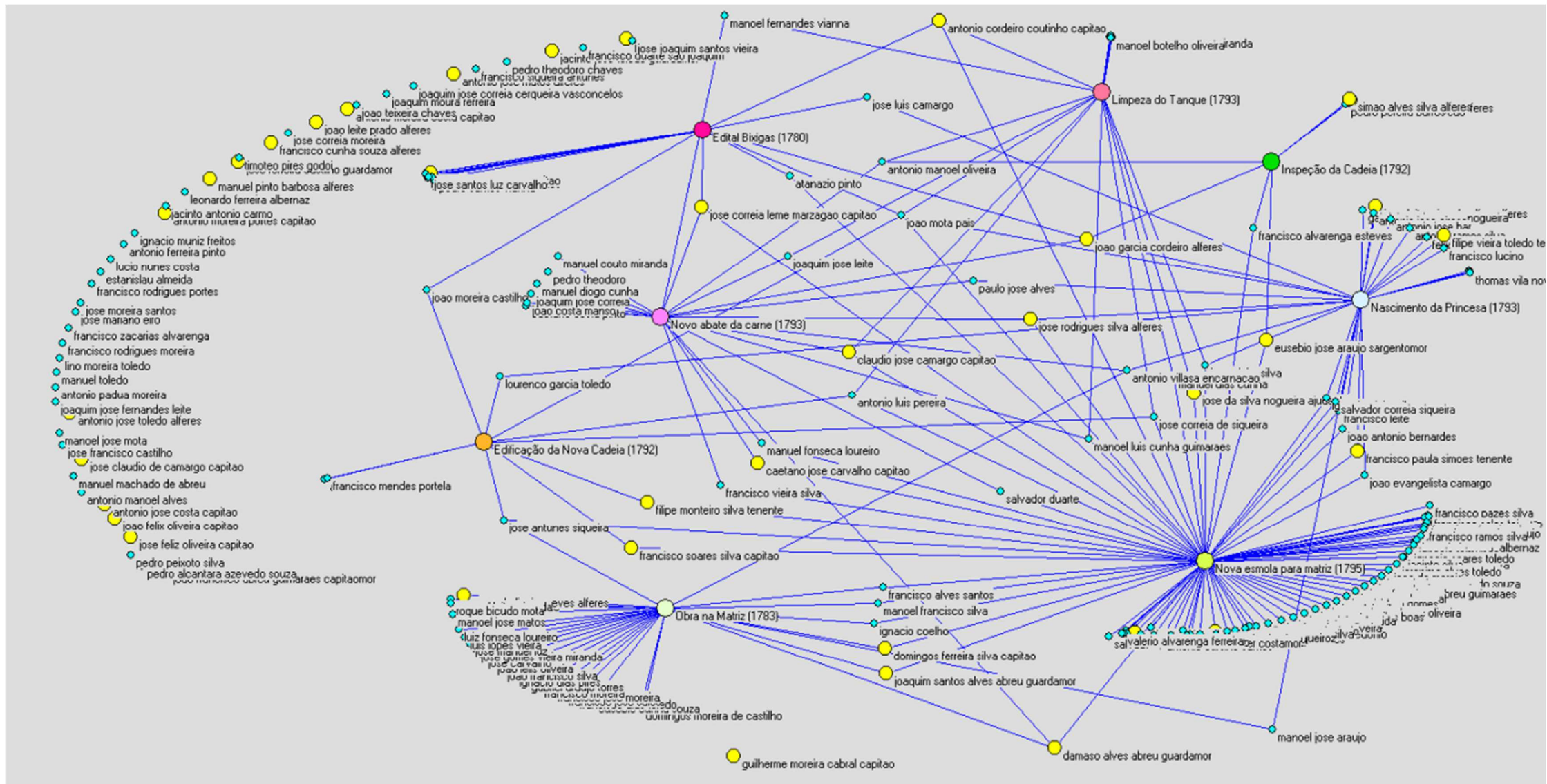
Depois dessas modificações nos bancos de dados, passamos a utilizar o Pajek propriamente. Relacionamos as vereanças com os sujeitos envolvidos nelas, tanto os oficiais quanto os demais eleitos: almotacés e alcaldes. A nossa hipótese era de manutenção de alguns sujeitos na Câmara. Embora não houvesse reeleição para os cargos, acreditamos que para alguns indivíduos a participação na câmara garantia o prestígio social e o “mando” ao qual Antonil se referia.

O Pajek permite algumas ferramentas interessantes para trabalhar com os grafos. Na instrução *partition* determinamos características diferentes para cada votação e separamos os homens entre os que apresentaram postos nas ordenanças e os sem. Na ferramenta *vector* criamos uma constante que alterava o tamanho dos vértices. As votações e vereanças receberam o valor 5, as ordenanças receberam o valor 3 e os homens sem postos eram 1. Isso pode ser verificado nas cores de cada vértice e no tamanho dos mesmos. Essas operações foram feitas para que se pudesse selecionar sub-redes⁸. A primeira delas está representada na figura abaixo⁹ e mostra os sujeitos que votaram como homens-bons, nas sete votações descritas acima.

⁸ As sub-redes podem ser extraídas através da função *operation>extraction from network>partition*. A partir dessa função, podemos selecionar as partições que atuam na sub-rede que temos interesse, motivo pelo qual foi necessário incluir as vereanças em *partition* diferentes e o mesmo para as votações.

⁹ Todas as redes e sub-redes sociais apresentadas no capítulo que analisaram a câmara de Taubaté tiveram por fonte as atas da câmara, publicadas por Félix Guisard Filho no volume I. Cf.: GUISARD FILHO, 1943.

Figura 4.1 – Votações dos homens-bons da vila de Taubaté (1780-1798)



A representação gráfica nos permite chegar a algumas conclusões¹⁰. Os vértices no canto esquerdo foram camarários, mas não participaram das votações. Logo, ser homem-bom e participar da câmara não garantia a consulta em determinados assuntos. Todavia, sugere que as votações sobre assuntos específicos da vila não tinham a participação de todos os indivíduos entre os principais da terra.

A votação da eleição da nova cadeia (1792) teve a participação de dez sujeitos, fora os oficiais da câmara, mas o Nascimento da Princesa da Beira (1793) contou com a assinatura de 33 indivíduos e na nova esmola da matriz (1795) houve a participação de 86 republicanos. A obra na matriz (1783) computou 35 assinaturas de homens bons, o que ajuda a entender porque existem mais ligações entre esta votação e a da nova esmola (1795), apesar de terem passado doze anos entre uma e outra, do que entre a nova esmola (1795) e a edificação da nova cadeira (1792), embora cronologicamente próximas.

Todavia, a constatação mais relevante para nós são os atores centrais na figura (posicionados não por acaso). Esses sujeitos mostram que estiveram presentes em mais de uma votação e não eram “especializados” em um assunto, mas eram vistos por seus pares como detentores de prestígio. A opinião desses sujeitos devia ser muito relevante na vila de Taubaté.

O alferes João Garcia Cordeiro participou de quatro votações: o Edital de Bexigas (1780), a Limpeza do Tanque (1793), o Novo abate da carne (1793) e o Nascimento da Princesa (1793). A votação sobre a reforma da matriz ocorreu na câmara em maio e o alferes veio a falecer em novembro do mesmo ano. Logo, há a possibilidade de o alferes não ter participado da votação sobre a reforma na matriz devido à sua condição de saúde. De qualquer maneira, a sua participação em diferentes votações, aliado ao posto de alferes revela a importância que esse sujeito tinha para a política local. Outro sujeito de importância e permanência na vila foi o capitão Antônio Cordeiro Coutinho. Este sujeito participou de três votações (Edital Bexigas, Limpeza do Tanque e Esmola para Matriz) que, como o anterior, mostra a sua longevidade na câmara.

Os dois sujeitos mostram o que pode ser a composição de um clã na vila de Taubaté. Isso porque, o alferes João Garcia Cordeiro faleceu em 1795, deixando entre seus herdeiros o reverendo João Antunes Cordeiro, o alferes José Luis de Camargo, Anna Antunes Cordeiro (falecida) e o capitão Antônio Cordeiro Coutinho (AHMT, 1795, Alferes João Garcia Cordeiro:

¹⁰ Decidimos manter os vértices que tinham uma única participação praticamente unidos, dificultando a visualização de seus nomes. Por um lado, perdemos a totalidade de participantes dessa rede social. Por outro lado, conseguimos uma visualização melhor daqueles que nos eram mais interessantes: os sujeitos que estiveram em várias votações.

1-4b). O processo de inventário *post-mortem* do capitão Antônio Cordeiro Coutinho apontou que ele não tinha herdeiros, posto que “fora casado nulamente com Luiza Fernandes, e que com ela não fizera vida marital e que por essa causa não tivera filho algum”, e indicou como testamenteiro e único herdeiro o sargento-mor Eusébio José de Araújo (AHMT, 1796, capitão Antônio Cordeiro Coutinho: 1-1b).

José Luis de Camargo, arrolado como alferes no inventário de João Garcia Cordeiro, pode ser o sujeito que assinou o Edital das Bexigas (1780) e dividiu os gastos com o nascimento da Princesa da Beira (1793). O testamento do alferes José Luis de Camargo foi feito em 1807, quando o alferes se encontrava doente, vindo a falecer no mesmo ano, e apontou ser filho do alferes João Garcia Cordeiro (AHMT, 1807, alferes José Luis de Camargo: 3-3b).

Portanto, entre os principais homens-bons da vila de Taubaté, entre 1780 e 1795, encontramos quatro sujeitos aparentados, embora somente dois sejam comprovadamente parentes naturais: João Garcia Cordeiro e seu filho José Luis de Camargo.

No mesmo sentido, o guarda-mor Dâmaso Alves de Abreu teve grande participação na câmara. Ele participou de três votações expressivas na vila: a obra na matriz (1783), o abate da carne (1793) e a esmola para a matriz (1795). Assim como seus parceiros anteriores, Dâmaso mostrou longevidade nos assuntos camarários e percorreu os cargos constantemente.

Em 1781, ele participou pela primeira vez, sendo eleito para o cargo de escrivão devido à moléstia do escrivão Francisco Teles Barreto. No mesmo ano, Dâmaso Alves de Abreu foi eleito para o cargo de almotacé, servindo nos meses de julho, agosto e setembro. Esse cargo tinha grande importância para a dinâmica da vila, pois era o responsável pelo cumprimento de pesos e medidas dos comerciantes locais, autuando e denunciando as irregularidades possíveis (SOUZA, 2003: 49-50). Em 1783, novamente Dâmaso foi eleito para o mesmo cargo e cumpriu o cargo de vereador, na ausência do eleito Salvador Correia de Siqueira. Em 1784, Dâmaso recebeu a incumbência de cumprir mais um termo no cargo de almotacé e na abertura do pelouro foi apontado como vereador para o ano seguinte. No segundo dia de janeiro de 1785, Dâmaso deu posse e fez juramento para cumprir no cargo de vereador da vila. Após cumprir essa função, Dâmaso voltou à câmara em dezembro de 1786, substituindo o guarda-mor Jacinto José de Toledo, que foi para Minas Gerais conduzir seus negócios. Em 1787, Dâmaso substituiu o procurador eleito, o alferes José Faustino de Alvarenga, que se encontrava ausente. Em 1788, ele retornou à câmara apresentando o cargo de guarda-mor e eleito para o cargo de Juiz Ordinário, o qual cumpriu integralmente, revezando as sessões com Thomas da Vila Nova Guedes. Na década de 1790, o guarda-mor Dâmaso Alves de Abreu não voltou à câmara, ao menos até 1798.

As outras coleções documentais fornecem novas informações sobre o guarda-mor. Os maços populacionais indicam que o guarda-mor arrolou este posto em 1789 e 1793. Contudo, depois desta data, não foi mais arrolado fogo sob a chefia de Dâmaso Alves de Abreu, nem mesmo nos maços completos de 1808 e 1830. Essa situação poderia indicar que, após 1793, o guarda-mor se mudou da vila ou que passou a ser agregado de outro fogo.

A longa exposição sobre Dâmaso Alves de Abreu foi feita para demonstrar uma das impressões que a análise qualitativa das atas da câmara revela: alguns sujeitos gravitavam ao redor da câmara por um determinado período. Essa situação fica mais evidente quando analisamos as vereanças formadas entre 1780 e 1798.

A Figura seguinte (4.2) apresenta a sub-rede das vereanças¹¹. Os vértices foram formados pelos sujeitos que ocuparam cargos nas vereanças e pelos anos em que serviram. Decidimos não informar os homens-bons que não participaram das vereanças, pois isso acarretaria numa dificuldade gráfica, ocupando a Figura com informações pouco úteis.

Essa sub-rede confirmou, ao menos em parte, a nossa expectativa. Alguns sujeitos, de fato, mantiveram-se gravitando em torno da câmara e ocuparam as vereanças em diferentes momentos de suas vidas. Através de cálculos do software¹² conseguimos determinar a quantidade de ligações que os sujeitos fizeram com as vereanças.

O ano de 1780 tem a maior quantidade de ligações, pois se ligaram a ele 26 linhas distintas. O ano de 1789 se conectou com outros 20 vértices, a segunda maior ligação da rede. E, em terceiro, o ano de 1787 se identificou com 17 sujeitos distintos. Lembrando que os anos não se ligavam, por razões óbvias. Por outro lado, os anos de 1794, 1781, 1788 e 1797 tiveram a menor quantidade de conexões: 6, 8, 9 e 9, respectivamente.

No caso dos indivíduos que compuseram a rede social podemos aplicar o mesmo cálculo. Todavia, alguns sujeitos ocuparam as vereanças de um ano em diferentes cargos, alterando o resultado final do cálculo do Pajek. Isso porque, o *degree* não mostra as linhas, mas as conexões.

Assim, João da Mota Pais foi representado por ligações com seis vereanças distintas, mas o software entendeu que ele mantinha nove conexões (duas ligações com a vereança de 1780 e três com 1796). O caso de João expõe que nem todos os homens-bons da vila necessitavam de postos nas ordenanças, embora grande parte tivesse. E, demonstra que sua

¹¹ As ferramentas *partition* e *vector* foram usadas para modificar os grafos. Primeiro, identificamos os anos de vereanças com a cor vermelho e com o vetor 5. Segundo, alteramos a partição e o vetor dos homens que dispunham de cargos nas ordenanças. E, por fim, mantivemos os sujeitos sem postos com a partição e vetor padrão

¹² O Pajek possuiu uma operação de grande valia para essa análise. O *degree of a vertex* indica a quantidade de ligações que um vértice faz na rede

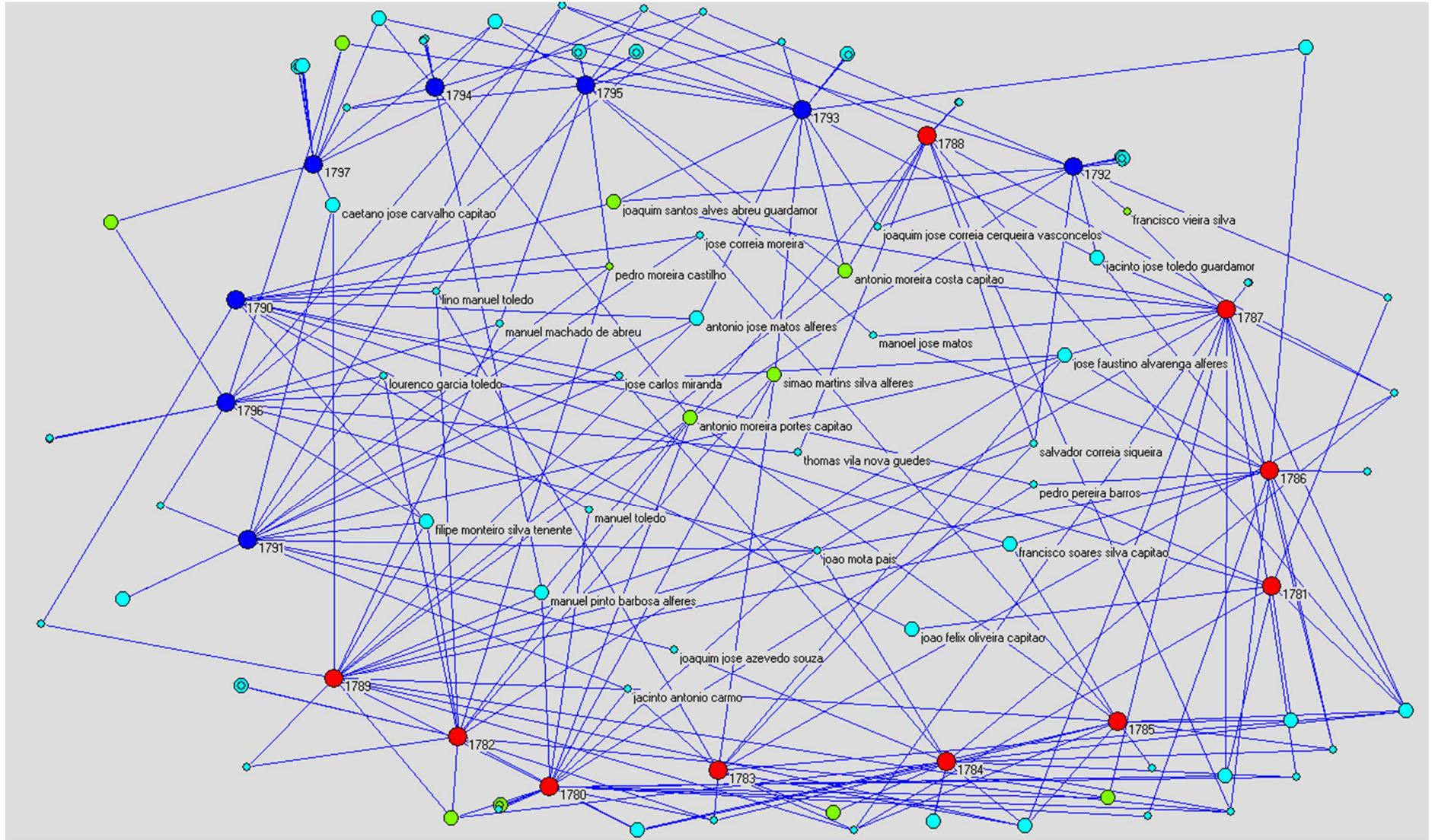
atuação política foi central nas decisões adotadas pelos camarários. João da Mota Pais ocupou a câmara como juiz ordinário em 1780, 1784, 1787, 1791 e 1796. Em 1786 e 1789 participou de vereanças no cargo de vereador, substituindo os ausentes. Portanto, todas as vezes que saiu no pelouro foi para ocupar o cargo de juiz ordinário, ainda que não saibamos informar as razões para isso. Ele também votou como homem-bom em quatro reuniões distintas: a nova cadeia (1792), a limpeza do tanque (1793), as festividades de nascimento da Princesa (1793) e a nova esmola para a matriz (1795). As outras coleções documentais, entretanto, não apresentaram informações sobre João da Mota Pais. Nem mesmo o seu inventário aparece no índice de inventários do Arquivo Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho”, o que nos sugere que ele tenha emigrado para outra vila.

O segundo grau (em tradução livre de *degree*) mostrou o guarda-mor Dâmaso Alves de Abreu e Jacinto Antônio do Carmo com oito pontos. O primeiro foi descrito acima e o segundo teve quatro ligações com o ano de 1780, quando cumpriu o posto de procurador substituto em várias ocasiões. No mesmo ano, Jacinto também foi eleito para almotacé. E, nos anos de 1783, 1785, 1789 e 1791 foi arrolado como procurador, eleito em 1783 e 1789 e substituto em 1785 e 1791. Assim como João da Mota Pais, as outras coleções documentais não assinalaram o nome de Jacinto Antônio do Carmo.

O capitão Antônio Moreira Portes recebeu sete pontos no grau feito pelo software. O capitão esteve conectado com cinco vereanças distintas: 1780, 1782, 1785, 1789, 1792 e 1794. As suas funções, todavia, foram distintas nas vereanças. Em 1780 e 1789 ele foi eleito para o cargo de almotacé. Em 1785 e 1794, ocupou-se das atribuições de juiz ordinários. Em 1782, atuou como procurador. E, em 1789 e 1792, foi eleito para o cargo de juiz de barreto, isentando-se na primeira eleição, mas cumprindo na segunda. Curiosamente, a despeito de ter servido à Câmara em inúmeras ocasiões, o nome de Antônio Moreira Portes não apareceu nas votações que necessitaram da presença dos homens-bons.

A partir do *degree* seis do software encontramos uma quantidade cada vez maior de sujeitos. Neste grau estão alocados o alferes José Faustino de Alvarenga, Gabriel Araújo Torres, o tenente Filipe Monteiro Silva e o capitão Francisco Soares da Silva. As trajetórias desses senhores, porém, não foram retratadas nas outras coleções documentais.

Figura 4.2 – A participação nas vereanças de Taubaté (1780-1798)



O alferes José Faustino de Alvarenga e Gabriel Araújo Torres estiveram presentes em diversas vereanças. O alferes exerceu os cargos de juiz, vereador, procurador e almotacé. Também assinou nas despesas com as festividades do nascimento da Princesa. Já Gabriel só ocupou o cargo de procurador e, em 1783, participou da decisão sobre a construção da nova Cadeia. Nenhum dos dois, porém, tiveram postos nas ordenanças antes de 1802 ou listaram dez ou mais cativos nos maços populacionais. Eles também não foram encontrados nos documentos do Arquivo Municipal de Taubaté. Portanto, temos poucas informações sobre estes senhores.

Sobre o capitão Francisco Soares da Silva encontramos sua participação em quatro vereanças distintas, 1785, 1786, 1789 e 1790, sempre como vereador. Ele também atuou como homem-bom em duas ocasiões, na edificação da nova Cadeia (1792) e na nova esmola para a Matriz (1795). No índice de inventários, contudo, não encontramos o nome do capitão. E, nas listas nominativas encontramos somente uma vez um fogo chefiado pelo capitão. Em 1802, o capitão, então reformado, informou que tinha dois escravizados e atuava em agências, possivelmente pequeno comerciante local, tendo rendimento de dezesseis mil réis naquele ano.

O tenente Filipe Monteiro Silva teve uma trajetória muito parecida com o capitão Francisco Soares da Silva. Ele exerceu o cargo de vereador em cinco anos diferentes (1782, 1789, 1790, 1791 e 1796) e votou na edificação da nova Cadeia (1792) e na nova esmola para a matriz (1795). Todavia, não listou o posto de ordenança nos maços populacionais. Em 1808, encontramos o fogo chefiado por Filipe Monteiro Silva e seus três filhos, José, Bento e Francisco. O posto de tenente não foi arrolado, mas seus filhos Francisco e Bento eram soldados milicianos. Na propriedade cultivaram milho, feijão, farinha e arroz, e criaram animais, bois e cavalos. O comércio dos animais era efetuado por seus dois filhos, José e Bento, que estavam em Curitiba, enquanto o outro irmão, Francisco, estava no caminho para São Sebastião, possivelmente para negociar os produtos agrícolas. O fogo contava, ainda, com o serviço de sete escravos: Manuel e Maria, casados; José e Rita, casados e pais de Adam; João e Domingas, solteiros. Somente o pequeno Adam, de oito anos, era natural de Taubaté, os outros tinham nascido na África.

As trajetórias dos homens-bons que participaram das vereanças indicam que esse status, embora exclusivo de uma parcela da população, não era sinônimo de grande fortuna, propriedades e escravizados. Na realidade, ao se contrastar as sub-redes percebemos que os homens-bons que participavam de votações eram sujeitos mais abonados e com mais predicados do que os que atuavam nas vereanças. Logo, existe uma distinção, talvez tênue, entre o sujeito que participava da câmara e aquele que era convocado para votações importantes.

Essa distinção devia ocorrer por vários motivos, começando pela hierarquia dos próprios serviços prestados à República. As vereanças eram ocupadas por vários cargos com uma hierarquia específica. O juiz ordinário efetuava o julgamento de litígios entre os moradores e influenciava na administração local. O seu poder sobre os demais era representado por uma vara com tiras, que era portado pelo sujeito, respeitando a simbologia do rito (SOUZA, 2010: 47). Os cargos de procurador e almotacé, por outro lado, eram serviços mais práticos. O primeiro atuava como uma espécie de promotor público. E, o segundo, tinha a atribuição de garantir a alimentação da população, principalmente em períodos de crise, e de verificar os pesos e medidas dos comerciantes. Para executar este trabalho, como almotacés deveriam servir “os melhores e mais honrados que houvessem na vila em mais sem cobiça e sem encargo de outros ofícios em que hajam de servir, para melhor poderem cumprir o que pertence ao seu ofício sem serem embargados uns ofícios pelos outros” (SOUZA, 2010: 49-51, citação p. 50).

Abrem-se algumas hipóteses para explicar a participação de vários sujeitos por anos a fio, mas que não encontramos nos maços de população. A população taubateana era muito restrita, o que inviabilizava critérios muito rígidos para a participação da câmara. Assim, sujeitos de estamentos mais populares e que não atuaria nesta instância em outras partes podiam ter chances de participarem da Câmara, ainda mais se conseguissem se aliar aos potentados locais.

Outra possibilidade que podemos estabelecer reside na profunda desigualdade social da vila. O grupo de maior prestígio tinha menos interesse em participar constantemente da câmara, pois este serviço ocupava por pelo menos um ano inteiro, o que significa que eles não poderiam viajar ou se ausentar da vila por períodos longos. Desta maneira, eles prefeririam inserir seus aparentados na câmara e manterem-se livres para se dedicarem aos negócios, enquanto detinham poder local através de seus aliados. Estes sujeitos que eram inseridos a mando de terceiros não apareciam nos maços populacionais porque podiam ser agregados ou não se encaixaram nas balizas da pesquisa. E, uma terceira possibilidade reside nas limitações das coleções documentais. Os maços populacionais anteriores às Atas da Câmara eram deficientes em vários detalhes, o que não nos permitiu encontrar vários sujeitos.

Em outro grafo, procuramos identificar os serviços prestados pelos homens-bons na câmara da Taubaté. A lista de serviços foi composta por diferentes cargos: juízes, vereadores, procuradores, almotacés, alcaides, tesoureiros e escrivães. Relacionamos os indivíduos que serviram nesses postos com o cargo em si, o que formou uma nova Figura no Pajek (4.3).

A Figura 4.3 nos permite identificar a exclusão dos alcaides dos outros serviços da municipalidade, pois aqueles que se envolveram com esse serviço não ocuparam outros cargos. E, podemos notar que o cargo de almotacé tinha a maior quantidade de ligações, pois eram eleitos pelos oficiais da câmara em número de oito por ano, um par para cada três meses. Os cargos de tesoureiro do cofre da cadeia, tesoureiro da reforma da cadeia e tesoureiro da reforma da matriz eram de conjunturas específicas da vila e foram distribuídos para sujeitos que, em geral, haviam servido em outros cargos da câmara – exceção feita ao tenente Filipe Vieira Toledo, nomeado para tesoureiro da reforma da cadeia.

A visualização da Figura¹⁴ nos permite constatar que os cargos oficiais de vereanças (juiz, vereador e procurador) e almotacé tinham mais conexões do que os outros cargos. Voltamos ao banco de dados para confirmar esses números. E, a partir do banco de dados formulamos a tabela seguinte, apresentando o número de vezes que o cargo foi servido pelo mesmo sujeito.

Tabela 4.2 – Frequência de ocupação dos cargos da câmara

Posto	Exclusivo num cargo	Incidência					Total
		1	2	3	4	5	
Almotacé	11	36	10	2	0	0	48
Alcaide	6	6	0	1	0	0	7
Juiz*	8	26	6	1	2	1	36
Procurador	5	14	6	3	0	2	25
Tesoureiro**	2	9	1	0	0	0	10
Vereador	18	32	16	2	4	1	55

Fonte: GUISSARD FILHO, Félix. **Taubaté**. Atas da Câmara (1780-1798). Documentos para a História do Vale do Paraíba. São Paulo: Editora Universal, 1943.

* O juiz ordinário, o juiz dos órfãos e o juiz de barreto foram contabilizados juntos.

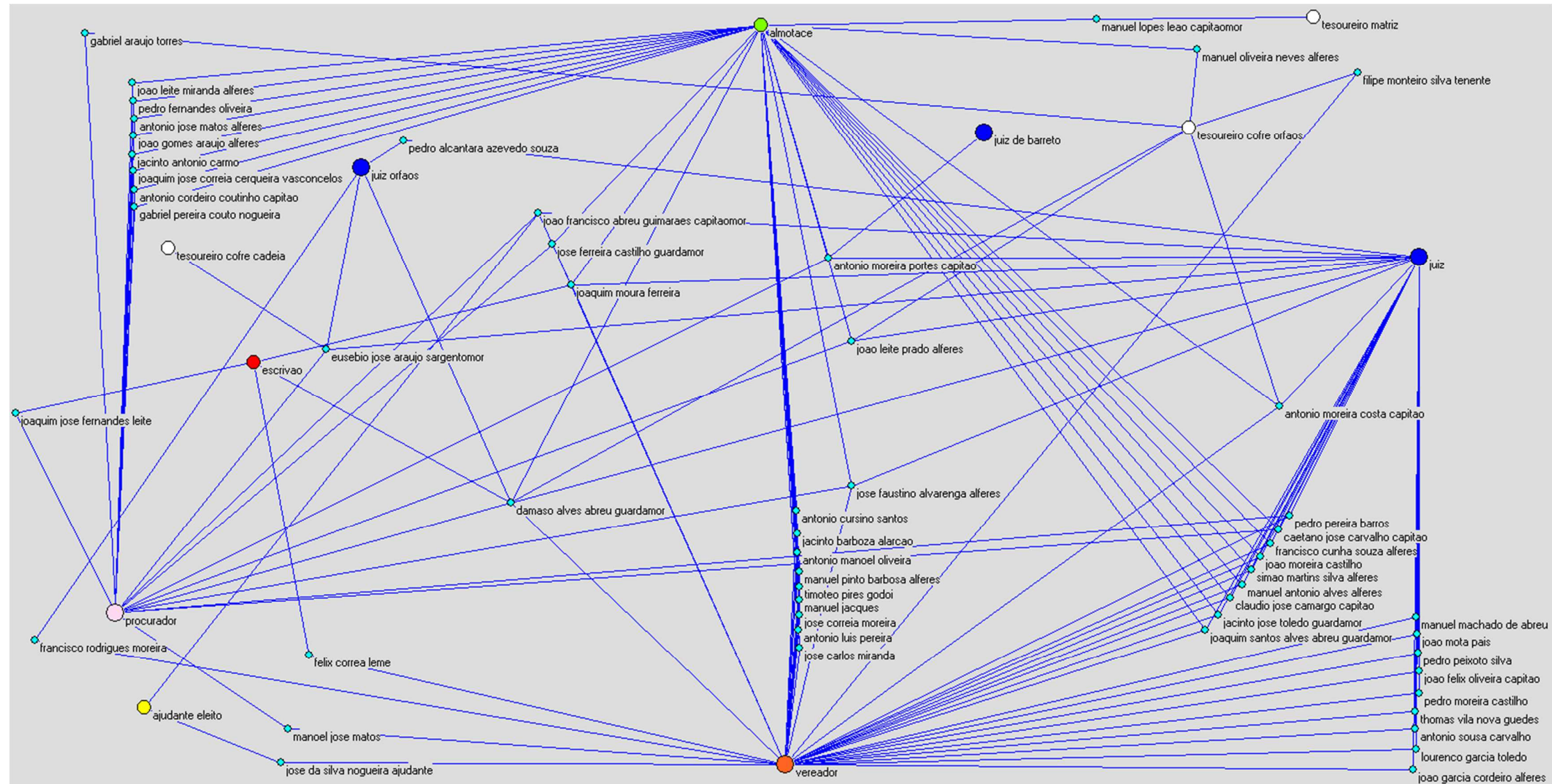
** Os diferentes tesoureiros foram somados.

Nesse momento vamos focar a análise nos quatro principais cargos da municipalidade: almotacé, juiz, procurador e vereador. Para estes, procuramos os indivíduos que foram exclusivos de um cargo, sem ter servido em outros. Em média, praticamente um quarto dos

¹⁴ Os sujeitos foram mantidos no formato padrão do software. Os vetores foram alterados para os cargos eletivos, que receberam a numeração cinco, e para os cargos nomeados, alterados para três. A *partition*, que visualmente altera a coloração do vértice, manteve a cor padrão para os sujeitos e modificamos o restante: juízes foram unidos na cor azul escuro e os tesoureiros na cor branca. Os outros cargos receberam colorações distintas. Também agrupamos todas as ligações similares de maneira a desocupar o espaço gráfico central, no qual ficaram dispostos os agentes que tiveram a maior quantidade de ligações. Os cargos ocuparam áreas marginais da figura de modo relativamente simétrico. Assim, priorizamos os sujeitos que exerceram cargos variados e garantimos a visualização integral de todos os *labels*.

sujeitos que ocuparam um desses cargos não retornou à câmara nesse período. Isso significa, por outro lado, que cerca de 75% dos camarários exerceram mais de um posto administrativo em Taubaté. Essa informação reforça a ideia de que a câmara tinha um poder de atração sobre os homens-bons, o que lhes fazia gravitar ao seu redor.

Figura 4.4 – Os maiores participantes dos cargos públicos na vila



Essa situação não era específica de Taubaté e nem mesmo da América Portuguesa. Antônio Manuel Hespanha afirmou que pela lógica combinada de “graça e da gratidão, do serviço e da mercê”, formaram-se nas diferentes partes do Império Português *bandos* que dividiam entre si “os lugares de poder dentro dos concelhos – câmara, misericórdia, patronato de igrejas ou conventos importantes, lugares de fazendas ou de milícias” (HESPANHA, 2007: 15-16). Essa situação dependia de um equilíbrio de forças entre os bandos, mas que nem sempre ocorria.

George Félix Souza, estudando a história dessa instituição no aparato jurídico-administrativo português, constatou que os bandos disputavam a eleição para a câmara dado que a participação nessa instituição garantia ganhos políticos e de prestígio. Logo, os cargos municipais eram “nobilidades” e, assim, montavam-se estratégias de controle sobre os cargos com o intuito de manutenção ou elevação do *status quo* (SOUZA, 2003: 52). No caso específico da câmara do Recife, o autor anotou que, na segunda metade do século XVIII, “as ocorrências de um mesmo indivíduo ocupando mais de um mandato aumentam em valores absolutos e proporcionais” e o cargo de procurador chegou a ser exercido seis vezes pelo mesmo indivíduo (SOUZA, 2003: 107).

Contudo, os dados compilados por George Souza, com auxílio de Luiz Vidigal, apontam para situações distintas entre as várias municipalidades do Ultramar (SOUZA, 2003: 108). Em Évora, Portimão e Tomar, entre 1751 e 1834, a quantidade de cargos únicos representaram 33%, 20% e 25%, respectivamente. Em outras palavras, nesses municípios foi relativamente comum os mesmos sujeitos exercerem mais de uma vereança. Por outro lado, em Goa e Recife, no mesmo período, os mandatos únicos foram 68% e 71% do total. O que significa que nestas duas câmaras houve uma rotatividade muito maior de sujeitos exercendo cargos públicos. Pelo que pudemos constatar, Taubaté se assemelhou aos casos de Évora, Portimão e Tomar, onde parece ter ocorrido uma solidificação maior das elites camarárias¹⁵.

João Fragoso apontou que, na segunda metade do século XVIII, houve conflitos pelo controle da câmara, devido ao desenvolvimento da elite mercantil do Rio de Janeiro. Os homens de negócio da Praça carioca se manifestaram para a Coroa, apontando a resistência dos *naturais* da cidade em elegerem os queixosos para os “cargos honrosos da governança da terra”. Os *naturais*, embora não controlassem as maiores fortunas da cidade, mantinham-se no topo da

¹⁵ A participação na câmara da vila de Mariana foi alvo de estudo recente. As historiadoras Regina Mendes de Araújo e Débora Cazalato de Souza também utilizaram o software Pajek e a participação em vereanças na vila de Mariana. As historiadoras constataram que alguns “indivíduos acabam permanecendo no poder muitos anos, o que revela a pouca mobilidade e o acesso de apenas alguns aos poderes locais [...]” e, continuam, “as elites locais acabaram se fechando e restringindo o acesso ao poder” (ARAÚJO, SOUZA, 2013: 109).

hierarquia social, baseada no costume e nas redes clientelares. Portanto, a despeito da penúria econômica que alguns homens experimentavam e de não serem considerados um estamento, conforme os fidalgos do Reino, os naturais defendiam os direitos estamentais e se auto intitulavam nobreza principal da terra. Isso decorria da maneira como essa elite se via, já que, após um longo processo de duzentos anos de serviços prestados à Coroa e ao bem-comum, esses naturais acreditavam ser “*algo de estamental*”, uma espécie de “*fidalgua dos trópicos*”, nas palavras do autor (FRAGOSO, 2007: 35-44, citação p. 41).

Em artigo mais recente, Hespanha sintetizou a relação das elites locais com a câmara, no qual deixou clara a importância para as elites locais em ocuparem esse espaço. Nas palavras de Hespanha:

A nobreza da terra, gente da governança, considerava-se representantes dos primeiros *conquistadores* da terra e, assim sendo, atuava como líderes naturais da república. Essa liderança dava poder a essa nobreza de apropriar-se e dividir com seus parentes, amigos e clientes os benefícios associados ao exercício do poder municipal [...]. Internamente, governar a municipalidade significou um amplo e extenso leque de possibilidades para recrutamento de clientes para formar suas casas ou bandos e, ao mesmo tempo, molestar e, eventualmente, dominar grupos oponentes (HESPANHA, 2010: 70-71; grifos do autor).

Não surpreende, portanto, que numa região de recursos mais limitados, como o caso de Taubaté, um grupo tenha tentado dominar os cargos da municipalidade. Agora, vamos voltar à Figura 4.3 para identificar os sujeitos que exerceram mais de um posto na municipalidade. Devemos destacar, antecipadamente, que os sujeitos com apenas uma ligação foram removidos da rede e os vértices com mais ligações foram centralizados na Figura para facilitar a visualização. Também escolhemos manter as ligações com o cargo de tesoureiro, haja vista que essa incumbência era determinada para aqueles que tivessem prestígio entre seus pares camarários.

Novamente, o personagem central na câmara foi o guarda-mor Dâmaso Alves de Abreu. Conforme descrito acima, o guarda-mor exerceu sete postos diferentes: procurador, escrivão, juiz de órfãos, almotacé, tesoureiro do cofre dos órfãos, juiz ordinário e vereador. Esses postos foram efetuados entre 1781, quando foi almotacé e escrivão, e 1792, ano em que foi nomeado juiz de órfãos, tendo ocupado o cargo de tesoureiro dos órfãos no ano anterior.

Na sequência encontramos sete sujeitos que se encarregaram de quatro funções distintas: o sargento-mor Eusébio José de Araújo, o capitão-mor João Francisco Abreu de Guimarães, o capitão Antônio Moreira Portes, o alferes João Leite do Prado, o alferes José Faustino de Alvarenga, o capitão Antônio Moreira da Costa e Joaquim Moura Ferreira. O único a não ter patente militar foi Joaquim Moura Ferreira.

Após identificar os sujeitos com maior participação nas vereanças, passamos a procura-los nas outras fontes. Nesse levantamento, encontramos o inventário de três sujeitos: Eusébio José de Araújo, João Francisco de Abreu Guimarães e Antônio Moreira Portes. E, nos maços de população encontramos, nos anos de 1789 e 1793, os fogos de Dâmaso Alves de Abreu, Eusébio José de Araújo, João Francisco de Abreu Guimarães, Antônio Moreira Portes e Antônio Moreira da Costa. No ano de 1797, encontramos a descrição dos domicílios de Eusébio José de Araújo, João Francisco Abreu Guimarães e Antônio Moreira da Costa. Por fim, em 1802, encontramos os fogos chefiados por Eusébio José de Araújo e Antônio Moreira da Costa. Os maços populacionais até 1802 não descreviam as produções efetuadas, somente os escravizados que habitavam o domicílio, a patente militar, o nome de todos os moradores e a idade. Assim, elaboramos a tabela 4.3 que mostra a evolução desses fogos e, em seguida, vamos analisar os inventários e o maço populacional de 1802.

Tabela 4.3 – O domicílio dos principais agentes da câmara de Taubaté (1789 e 1793)

Nome	Ano					
	1789		1793		1797	
	Posto	Escravo	Posto	Escravo	Posto	Escravo
Antônio Moreira da Costa	Sargento	10	Capitão	15	Capitão	24
Antônio Moreira Portes	Capitão	2	Capitão	4		
Eusébio José de Araújo	Capitão	44	Capitão	57	Sargento-mor	58
Damaso Alves de Abreu	Guarda-mor	12	Guarda-mor	11		
João Francisco de Abre Guimarães	Sargento-mor	8	Capitão-mor	14	Capitão-mor	20

Os sujeitos indicados na tabela eram proprietários de escravizados, o que os colocava numa posição favorável em relação a maior parte da população taubateana. Em geral, podemos afirmar que esses senhores tinham mais mão de obra compulsória disponível do que a maioria dos proprietários de escravos na vila. Dessa maneira, eles tinham cabedal suficiente para manterem escravarias relativamente grandes, o que os colocava numa situação econômica privilegiada na vila. O caso de Eusébio José de Araújo chama atenção devido à grande quantidade de escravizados arrolados, o que indica que, além de atuante nas vereanças, ele também estava entre as maiores fortunas da vila.

Os fogos descritos em 1802 apresentaram maiores informações, o que nos permitiu uma análise qualitativa. O domicílio de Antônio Moreira da Costa apontou a maior produção de açúcar e aguardente da vila, comercializada com o Rio de Janeiro, e gêneros de subsistência. Também arrolou o deslocamento de boiadas com diferentes tipos de animais. E, por fim, o comércio de gêneros importados do Rio de Janeiro na vila, desde fazenda seca até catorze escravizados. Moreira da Costa também portou a patente de tenente coronel agregado do regimento do coronel José Arouche de Toledo, em São Paulo.

A importância desse sujeito extrapolou a vila de Taubaté. Em 1807, o tenente coronel pediu a confirmação de sua carta patente à Coroa portuguesa. Em seu pedido, enviado pelo procurador Alexandre Pereira Diniz, afirmou que auxiliou na construção do Hospital Militar e do Jardim Botânico na vila de Santos, em resposta ao pedido feito pelo governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, doando o valor de quinhentos mil réis. E, “porque V.A.R. tem sido servido confirmar a maior parte dos oficiais que deram donativos para o dito Hospital”, ele pedia a mesma graça. Anexado ao documento, também foi a atestação do governador, comprovando por sua palavra que houve o pedido dele e a contribuição de Antônio Moreira da Costa (AHU_ACL_CU, Cx. 30, d. 1320, 1807). Infelizmente, não encontramos o inventário de Antônio Moreira da Costa no Arquivo Histórico Municipal de Taubaté.

Em 1802, o maço de população também apontou a residência de Eusébio José de Araújo. Eusébio apresentou o posto de sargento-mor, para o qual havia sido eleito na câmara, em 1794 (GUISARD FILHO, 1943: 354-355). Ele arrolou sua produção que incluía gêneros de alimentação, algodão e açúcar. Também criou animais e comercializou madeira. Nesse ponto da vida, porém, os negócios mais volumosos eram feitos por seus filhos. Isso transparece na informação anotada: “é sócio com seu filho, o ajudante João Gomes de Araújo, na compra de 1.050 bois que se acha extraindo na cidade do Rio de Janeiro”. O sargento-mor também arrolou 62 escravizados, o que o mantinha como o maior dono de escravizados da vila.

Eusébio José de Araújo era natural de Santa Maria de Almazinho, ao pé da cidade de Braga, e contraiu matrimônio com Margarida Florinda de Jesus, natural de Taubaté, com quem teve dez filhos. Alguns dos filhos de Eusébio e D. Margarida merecem destaque. O primogênito João Gomes de Araújo, seu sócio, também falecido em 1807 era alferes e deixou pecúlio de mais de um conto de réis, tendo atuado, principalmente, no comércio de animais. Francisco Florinda de Jesus, sua filha mais velha, casou-se com o alferes José Antônio Nogueira, comerciante de boiadas e atuante na câmara¹⁶. Outros, como veremos adiante, também participaram das ordenanças e tiveram papel relevante na economia taubateana.

A sua trajetória se tornou algo relativamente comum no século XVIII e em todo o Império Português. Ao analisar as câmaras de Goa e Macau, Boxer apontou que reinóis, mesmo aqueles de baixo nascimento, casavam-se com mulheres locais. Uma vez estabelecidos no local e com a ajuda dos sogros esses homens se inseriam na Câmara ou na Misericórdia, tornavam-

¹¹ O filho Francisco Gomes de Araújo, embora muito jovem na data da morte de seu pai, tornou-se, na segunda metade do XIX, alferes e depois capitão-mor. A filha Inês Maria do Rosário se casou com Luís Vieira da Silva e um dos filhos do casal, Manuel Gomes Vieira, tornou-se o Barão de Pedra Negra durante o reinado de D. Pedro II.

se parte da elite local e repetiam esse processo com seus filhos (BOXER, 1981: 270). Os reinóis também foram alvo de estratégias matrimoniais de famílias abastadas na cidade de São Paulo, participando dos principais grupos mercantis e fazendo parte da elite local (BORREGO, 2006).

Nos inventários compulsados a situação mais clara ocorreu com o capitão Simão Martins Silva. Ao falecer, em 1814, o capitão deixou testamento no qual afirmou ter nascido no Bispado de Braga, o que o coloca como reinol. Ainda em seu testamento, ele encomendou uma capela de missas para Eusébio da Silva, “da corte”, pois queria retribuir o favor prestado por esse sujeito que o aceitou como “caixeiro naquela cidade” (AHMT, 1814: Simão Martins Silva, 1-2b). Isso nos demonstra algo apontado por Borrego para a cidade de São Paulo: muitos negociantes e homens de destaque social nas vilas paulistas eram reinóis imigrantes que, na maioria dos casos, moravam com aparentados em diferentes vilas do Império português até conseguirem estabelecer negócio próprio (BORREGO, 2006: 35-61).

O inventário do capitão Antônio Cordeiro Coutinho mostra a imbricada relação entre os principais de Taubaté. Conforme citado no início desse tópico, o capitão faleceu sem constituir vida marital e seu matrimônio foi considerado nulo. Por estes motivos, o testamentário e herdeiro do capitão foi o sargento-mor Eusébio José de Araújo, embora não tenhamos encontrado relação sanguínea entre eles. O total de bens do capitão foi de cerca de um conto de réis, embora nem toda essa quantia tenha sido destinada ao sargento-mor. O fato mais importante é a relação estabelecida entre os dois sujeitos.

No inventário do sargento-mor encontramos monte-mor no valor de quase 21 contos de réis, o terceiro maior entre todos os pesquisados. As dívidas ativas representavam 32% do montante, distribuída em 296 entradas. Em resumo, o sargento-mor era um dos maiores prestamistas da vila, até o primeiro quartel do século XIX. Os homens que serviram junto com ele também apareceram no inventário. O tenente-coronel Antônio Moreira da Costa foi o juiz de órfãos e avaliador. E, o alferes João Leite do Prado e Joaquim de Moura Ferreira receberam empréstimos do sargento-mor de 9\$530 e 12\$230, respectivamente. O alferes José Faustino de Alvarenga foi arrolado nas dívidas ativas pela quantia de 71 mil réis, mas feita para o capitão Antônio Ribeiro, sendo o alferes um contato com o sargento-mor.

Portanto, podemos afirmar que existiam bandos, de acordo com o conceito de Hespanha, na câmara de Taubaté. Ainda que não tenhamos posse de todas as informações, podemos constatar que alguns sujeitos utilizaram a câmara como uma estratégia em prol de seus interesses e de seus pares. E, também é importante assinalar, que a atividade mercantil não impossibilitava o sujeito de atuar na câmara. Na realidade, como viemos apontando ao longo dos capítulos, dentro da elite econômica de Taubaté é muito difícil fazer uma distinção entre

negociantes e produtores. Em geral, os grandes produtores da vila também eram comerciantes, pois exportavam suas colheitas no Rio de Janeiro, de onde traziam produtos importados para serem comercializados na vila e, em alguns casos, envolveram-se com o comércio de animais vindos do Sul.

A atuação dos bandos de poder ficou demonstrada por uma carta enviada pelos oficiais e homens-bons da câmara de Taubaté para a Rainha, D. Maria I, em 1798. Na carta, os oficiais e demais signatários, conduzidos por seu “chefe, o sargento-mor comandante Eusébio José de Araújo”, requeriam louvar uma memória sobre o bom governo de Manuel Antônio de Mello Castro e Mendonça, o mesmo que recebeu doação de 500 mil réis de Antônio Moreira da Costa. Nas palavras dos oficiais, alguns sujeitos haviam enviado para a Rainha “algumas queixas contra o atual governador e capitão general”, mas elas eram “feitas por pessoas mal intencionadas”. Em seguida, os oficiais da câmara exprimem vários elogios ao governador, exaltando sua competência e boa administração, especialmente sobre os corpos militares. Ao final, os oficiais e homens-bons assinam (AHU_ACL_CU_023, cx. 15, d. 710, ant. 1800).

Entre os signatários encontramos o sargento-mor, o vereador e alferes José Antônio Nogueira, o vereador e alferes João Moreira da Costa, o procurador e alferes João Gomes de Araújo, o vereador Joaquim de Moura Ferreira, o capitão Antônio Moreira da Costa e o alferes José Faustino de Alvarenga, além de outras 53 pessoas. Os nomes revelam, em primeiro lugar, a participação de muitos dos sujeitos encontrados no banco de dados e nas imagens do Pajek. Em segundo lugar, entre os signatários duas famílias importantes em Taubaté se destacaram: os Gomes de Araújo e os Moreira da Costa. O capitão Antônio Moreira da Costa, posteriormente tenente-coronel, era irmão do alferes João Moreira da Costa. Ao mesmo tempo, o sargento-mor Eusébio era sogro do alferes José Antônio Nogueira e pai do alferes João Gomes de Araújo.

A carta, porém, não mostrou somente a forma de atuação de uma elite camarária no interior da capitania paulista. Ela também indicou os meandros políticos da própria capitania e seus governantes. Para entendermos a plena extensão do assunto, precisamos olhar a estratégia político-exportadora do governador antecessor e de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça.

Ana Paula Médicci analisou os governos de Bernardo José de Lorena e de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça. O primeiro nutriu amizade próxima com Jacinto Fernandes Bandeira, rico comerciante lisboeta que, durante o governo Lorena, arrematou por diversas vezes os dízimos da capitania. Os barcos enviados por Bandeira foram importantes para Lorena desenvolver sua política de exportação monopolizada e exclusiva. Para o

governador, a economia paulista somente se restabeleceria com o incentivo à exportação em direção a Portugal, sendo o comércio de cabotagem um desvio maléfico para as finanças locais. O governador arregimentou negociantes e produtores do Oeste paulista e da praça de Santos que investiram na infraestrutura da capitania e conseguiram desenvolver a indústria açucareira (MEDICCI, 2010: 120-134). Conforme apontou Thereza Petrone, essa medida privilegiou os produtores do quadrilátero de açúcar em detrimento dos produtores do Vale do Paraíba, mais ligados à produção de gêneros de primeira necessidade e ao comércio com a capitania do Rio de Janeiro (PETRONE, 1965).

O governo de Mendonça, entretanto, procurou reverter essa política, favorecendo aos produtores vale-paraibanos e aos comerciantes fluminenses. As medidas adotadas pelo novo governador foram duramente criticadas pelos produtores de Itu e pelos comerciantes de Santos, acostumados com os benefícios dados por Lorena. Entre as mudanças feitas pelo novo governador encontramos a liberdade comercial, o estímulo aos gêneros de alimentação e o arremate dos dízimos em ramos, o que favorecia negociantes menos abastados (MEDICCI, 2010: 134-149). A carta dos camarários de Taubaté, portanto, é uma resposta a essas críticas e uma defesa à liberdade comercial e às outras medidas adotadas pelo governador Mendonça.

Renato Mattos estudou especificamente a política de exportação entre os governos de Bernardo José de Lorena e Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça. Os documentos arrolados pelo autor transparecem a mesma situação, uma forte disputa entre dois grupos paulistas com objetivos distintos. Mattos afirmou que “o posicionamento favorável das câmaras das vilas do Vale do Paraíba em relação a Castro e Mendonça pode ser interpretado como uma resposta sintomática aos interesses de indivíduos ali, já que a própria localização geográfica tornava mais fácil aos negociantes venderem seus produtos através dos portos de São Sebastião e Ubatuba” e, assim sendo, a liberdade comercial retiraria entraves para os produtores/negociantes vale-paraibanos (MATTOS, 2009: 144-145).

Por fim, constatamos que a elite camarária que estamos mapeando formou uma oligarquia auto perpetuadora, na denominação de Charles Boxer. Em algumas câmaras, de acordo com o autor, havia vereadores que faziam “uma rotação dos cargos entre si próprios e os indivíduos de suas relações”. Estes sujeitos tinham, em geral, poder, influência e prestígio entre os pares e com a administração central (BOXER, 1981: 274). Ainda que a vila de Taubaté se situe numa região economicamente periférica da capitania paulista, podemos apontar que esses senhores identificavam na câmara a possibilidade de referendar o poder local e exercer o seu mando (relembrando, também, a citação de Antonil). Formaram, assim, bandos de poder que se aproveitaram da relação direta entre a câmara e a Coroa para tentarem influenciar nas

decisões concernentes a administração da capitania. Além disso, as estratégias desenvolvidas no seio do poder local foram capazes de superar períodos de ampla crise política, como foram os eventos de 1820, 1822 e 1831 (MARTINS, 2007: 408-413).

Ademais, diferentemente do que ocorreu em outras câmaras do Império Português (SAMPAIO, 2014: 328-332), não conseguimos perceber uma disputa aberta e declarada entre os participantes das vereanças taubateanas, o que sugere que as estratégias de cooptação política e o poder local das elites analisadas foram sucedidas o suficiente para reduzirem os conflitos sobre o bem público. Roberto Guedes e Márcio Soares identificaram que na cidade de São Paulo houve união matrimonial entre as famílias de comerciantes e as famílias de elites agrárias, o que possibilitou a ascensão de mercadores nas instâncias administrativas, pois eram respaldados pelos seus aparentados agrários (GUEDES, SOARES, 2014: 540-548). Uma situação similar a pode ter ocorrido em Taubaté.

4.2 – As redes sociais e sua influência sobre o empréstimo

A partir desse tópico pretendemos entender a composição do crédito na vila de Taubaté. Para isso, devemos compreender, primeiramente, o que era o crédito e qual a sua função na sociedade colonial. Retornaremos a discussão feita no capítulo anterior. Em seguida, vamos mapear os sujeitos que tiveram papel ativo e de destaque nas relações creditícias da vila. E, por fim, vamos relacionar a participação na câmara e as redes de crédito. Em outras palavras, precisamos entender como funcionava o crédito para perceber se existia relação entre os empréstimos feitos e a trajetória pública dos sujeitos envolvidos.

O crédito era um ativo presente por toda a sociedade colonial. Em Taubaté, somente 5% dos processos de inventário selecionados não descreveram dívidas ativas ou passivas. E, isso para todas as faixas de fortuna. Contudo, o crédito não estava disponível para todos os sujeitos de forma igualitária¹⁷.

A sociedade colonial se valia de noções de hierarquia, prestígio e confiança que influenciaram as redes de crédito. As sociedades pré-capitalistas tinham uma ausência crônica de instituições legalmente compostas para a concessão de crédito e reduzida circulação de moedas, o que abriu espaço para sujeitos enriquecidos cumprirem essa função. Por serem indivíduos que emprestavam ou adiantavam para outros sujeitos, os critérios de concessão

¹⁷ Sabemos da existência de outras formas de crédito e adiantamento na sociedade colonial da América Portuguesa. Porém, em virtude do nosso objeto e das fontes selecionadas, vamos trabalhar com as dívidas ativas e passivas, registradas em livros de contas ou não, que foram arroladas nos inventários analisados.

seguiam a visão subjetiva de mundo, em geral, correspondentes a noção hierarquizada de Antigo Regime. Os sujeitos que participavam das redes de crédito estavam imbuídos das noções de subordinação, clientela, amizade, parentesco e outros relacionamentos, sendo mesmo a fofoca uma maneira de se estabelecer a confiança na concessão do crédito (GIL, 2009: 25-37). De forma sintética: “é uma sociedade onde a moeda sonante é escassa, o tempo de concretização dos negócios é lento e a chance da perda (considerando que boa parte da população vive da agricultura ou da pecuária) é grande” (GIL, 2009: 215).

Os trabalhos com crédito identificaram que os prestamistas eram, em sua maioria, pessoas de relevância social, ocupavam importantes postos nas ordenanças, exerciam vereanças e compunham as principais famílias locais. No mesmo sentido, os maiores credores também eram sujeitos de relevância social que tinham obrigações morais com seus vizinhos e amigos. Tiago Gil anotou, em termos práticos, que capitães, tenentes, coronéis e outros sujeitos com cargos oficiais tinham maior acesso ao crédito de seus pares do que soldados, mulher *de alguém*, artesãos, forros, pardos, escravos e *chinas*. Isto não constituía uma regra exata de medição daquela hierarquia, mas impõe subsídios para pensar na estrutura social do período e sua influência sobre o crédito local (GIL, 2009: 268-272).

Para referendar as suas afirmações, o autor analisou a média de endividamento dos diferentes grupos sociais, nas vilas de Porto Alegre, Curitiba e Sorocaba¹⁸. As suas constatações mostram que “o valor médio de endividamento de um agente qualificado como capitão em Porto Alegre, nos anos 1770 é de 89\$200. Na década seguinte, 125\$545 e na de 1790, 72\$923”, mas o endividamento de um escravo *de alguém* foi de “1\$230 em Porto Alegre da década de 1770, 1\$940 na seguinte e 1\$220 na posterior. Em Sorocaba, na década de 1790, um *escravo de alguém* devia em média 1\$498” (GIL, 2009: 271).

Além disso, os comerciantes dependiam mais do crédito, uma vez que a aquisição dos produtos se dava por adiantamento aos produtores, no caso do comércio local, ou por adiantamento de outros comerciantes, no caso dos produtos importados no Rio de Janeiro. Logo, o crédito estava nas mãos de alguns poucos agentes que tinham maior capacidade de pagamento, efetuavam o mando local, tinham legitimidade sobre o restante da população e/ou atuavam em redes mercantis, conquistando boa reputação entre os mercadores (GIL, 2009: 231-238).

¹⁸ O autor, entretanto, não relatou a questão financeira sobre a disponibilidade de crédito. Os capitães, tenentes e outros oficiais tinham maior disponibilidade de crédito, pois tinham fortunas maiores, o que assegurava maior solvência. Com isso não queremos discordar da análise empregada por Gil, mas afirmar que existiam outras questões que também deveriam influenciar nos empréstimos.

Esses agentes que possuíam cabedal escolhiam para quem iriam fazer os empréstimos. As suas escolhas eram feitas de acordo com a reputação local do sujeito que pedia o adiantamento. A reputação estava vinculada a diferentes elementos e era produzida no dia-a-dia, nas experiências e no convívio. Além disso, ela tinha caráter familiar que extrapolava as ações individuais e mesmo nas Irmandades e Confrarias a atuação dos sujeitos estava sendo vigiada por seus pares (GIL, 2009: 215-221 e 269-271). Portanto, reforçando os números apresentados por Tiago Gil, constatamos que quanto maior o prestígio social que um indivíduo partilhava maiores eram suas possibilidades de se endividar.

Isso fica evidente quando selecionamos os maiores prestamistas de Taubaté e os comparamos com os maiores devedores. O maior prestamista era o reverendo Francisco Moreira da Costa que anotou quase 24 contos de réis em dívidas ativas, mas também era o maior devedor, com passivos na ordem de 22 contos de réis. O segundo maior prestamista foi o sargento-mor Eusébio José de Araújo, que emprestou 6:607\$894 (seis contos, seiscentos e sete mil, oitocentos e noventa quatro) réis e tinha dívidas passivas no valor de 1:773\$500 réis, o sexto maior devedor da vila. E, em quarto lugar como prestamista encontramos o alferes José Antônio Nogueira, genro do sargento-mor Eusébio, que emprestou mais de três contos de réis e tomou pouco menos de 900 mil réis em empréstimos, a décima maior marca da vila.

O estudo sobre as dívidas que vamos empregar nesse tópico não ficou restrito aos valores transacionados. No capítulo 3, apontamos para um crescimento sistemático dos preços dos ativos na vila de Taubaté e apresentamos os valores dos empréstimos. Neste capítulo estamos interessados na rede de crédito, ou seja, como os indivíduos se relacionavam entre si como uma estratégia para conseguirem adiantamentos e ampliarem seus negócios.

A restrição de moeda circulante, as dificuldades de transporte e o tempo lento para efetivação dos negócios impossibilitava um mercado sem crédito e a economia taubateana era economicamente menor do que outras praças mercantis. Assim, era esperado que houvesse dívidas passivas de grande valor, especialmente com credores de praças mercantis maiores, como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, as maiores fortunas encontradas para a vila de Taubaté eram de sujeitos que atuavam em vários ramos econômicos simultaneamente. Estes homens estavam envolvidos, na maior parte dos casos, em rotas mercantis de comércio de gado, no Sul da América Portuguesa, e na exportação da produção local, na Capitania do Rio de Janeiro.

Para compreender o funcionamento das dívidas e a arquitetura das redes sociais utilizamos, novamente, o Pajek. Os inventários transcritos e sistematizados nesta pesquisa apresentaram as dívidas ativas e passivas dos sujeitos. Em alguns casos, as entradas forneciam

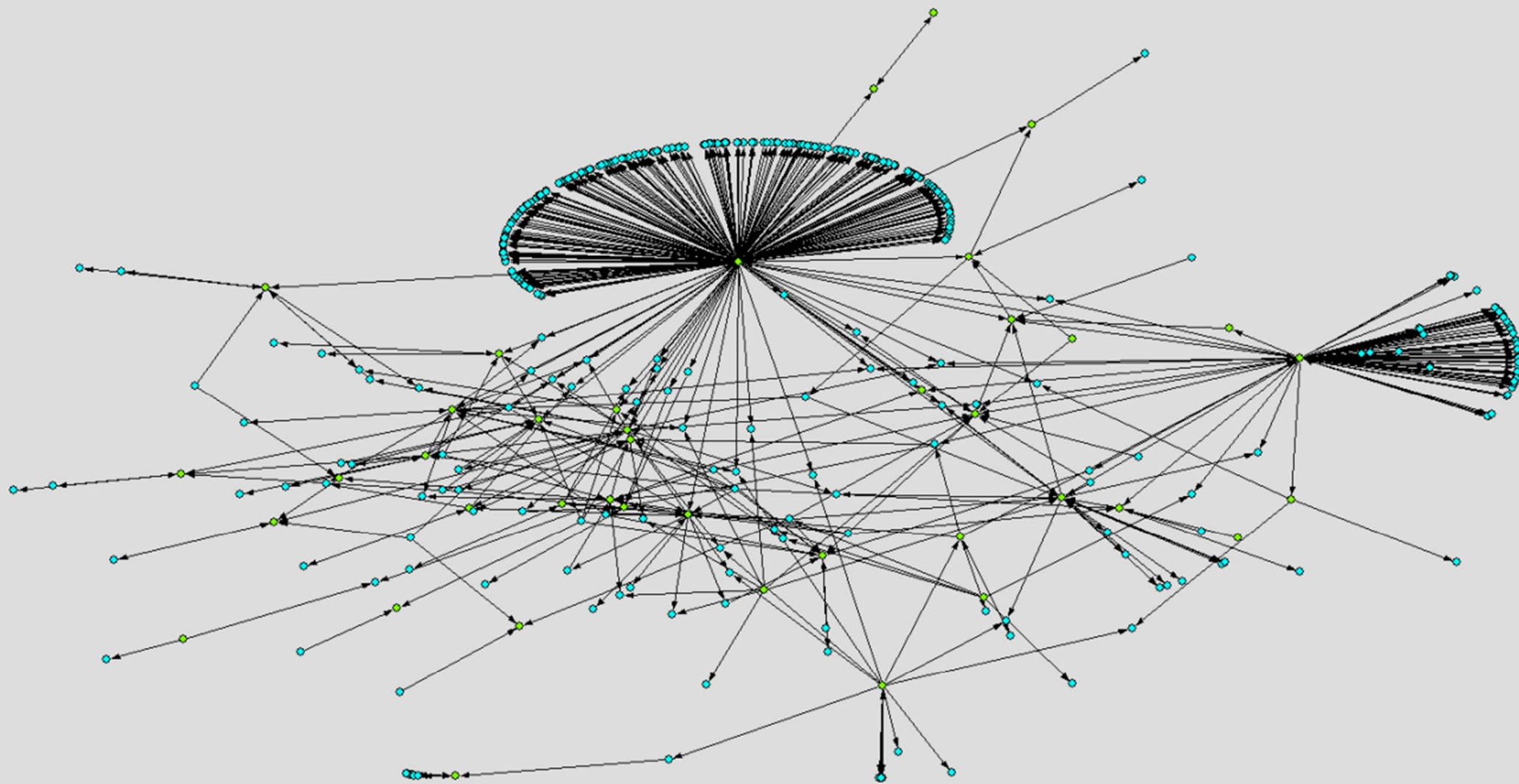
detalhes sobre o empréstimo, revelando para quem foi empregado o crédito ou quem era o fiador da dívida. Essas informações foram extraídas dos inventários e formaram um banco de dados Excel, composto pelas informações “credor”, “devedor”, “cidade”, “referência”, “valor”, “folha”, “Figura” e “inventário”. Mantivemos atenção constante para as informações que compunham o banco de dados, pois, como nas atas da câmara, alguns indivíduos exerceram diferentes postos ao longo da vida, o que fazia com que eles modificassem o posto apresentado em diferentes inventários. Desta maneira, padronizamos os nomes para o maior posto apresentado. A nossa análise começou com o inventário de José dos Santos Luz, em 1780, e se estendeu até o ano de 1830, com o inventário do capitão Antônio Moreira da Costa. Ao todo, sistematizamos cinquenta processos de inventário, mas somente 39 foram utilizados na pesquisa, por diferentes motivos¹⁹.

As pessoas que foram abonadas por outras ou, de alguma maneira, conseguiram os empréstimos por meio de outrem, tiveram seus nomes trocados para o dos fiadores. A ideia é mostrar um panorama da rede creditícia da vila. Portanto, não tenho interesse na quantidade de ligações ou no valor material dessas ligações, pois isso foi feito no capítulo 3; o que buscamos é a rede.

Outra modificação necessária na rede social ocorreu devido à grande quantidade de ligações. Em termos comparativos, o banco de dados completo das atas da câmara teve 574 entradas, contando as vereanças e as reuniões dos homens-bons, enquanto a relação geral das dívidas chegou a 1.172 entradas diferentes. Além disso, a maior rede mapeada com o Pajek para as atas das câmaras apresentou mais de 250 vértices (agentes), mas a rede creditícia geral contabilizou 927 vértices, como pode ser visualizado na Figura 4.5. Por este motivo, assim como fizemos com as redes sociais camarárias, excluimos, na Figura 4.6, as relações unitárias, ou seja, os homens que se ligavam somente ao sujeito que lhe emprestou dinheiro foram excluídos da rede. Nosso interesse reside na interconexão reveladas pela rede e, neste caso, as relações exclusivas se tornam irrelevantes.

¹⁹ Outros detalhes sobre nossa seleção podem ser encontrados no capítulo 1, no tópico 1.1, e três processos posteriores a 1830 também foram utilizados. O inventário *post-mortem* de Dâmaso Alves de Abreu, do capitão-mor Vitorino Moreira da Costa e o processo de Feliciano Pereira Barros foram sistematizados, pois eram sujeitos com participação significativa na vila, embora tenham falecido em data posterior ao recorte cronológico da pesquisa. Os inventários *post-mortem* fazem parte do acervo do Arquivo Municipal de Taubaté “Félix Guisard Filho” e foram extraídos do cartório de 2º ofício, que conservou os inventários referentes aos anos de 1646 até 1908. O arquivo publicou um índice dos inventários que sobreviveram ao tempo e às mudanças de guarda. Esses inventários podem ser consultados em: Biblioteca Taubateana de Cultura. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Felix Guisard Filho. **Índice de Inventários e Testamentos**. Achegas à História de Taubaté. Vol. IV. Athena Editora. São Paulo. 1939.

Figura 4.5 – Panorama geral do crédito na vila de Taubaté



A rede de crédito²⁰ esteve fortemente centrada nos inventários que sistematizamos. Uma vez que as informações completas vieram desses sujeitos, eles são os que tiveram mais ligações. Em certa medida, poderíamos esperar que a rede mostrasse somente a ligação deles entre si. Todavia, como o crédito era algo comum naquela sociedade, encontramos agentes de crédito em redes distintas que unem os inventários *post-mortem* e abrem espaço para análises mais completas.

A Figura 4.6²¹ mostra a rede de crédito na vila de Taubaté depois das múltiplas alterações. O que percebemos é uma rede ainda vasta, com mais de 130 agentes de crédito, incluindo cinco irmandades, duas delas de fora da vila de Taubaté, e a fábrica de ferro da vila. Devemos destacar o empréstimo da fábrica de ferro da vila que, embora não fosse um agente de crédito, cumpriu essa função em três oportunidades, emprestando para: Francisco Vieira da Silva, capitão Soledônio Antônio Andrade e Francisco José Bitencourt.

Os sujeitos com a maior quantidade de empréstimos foram os que se ligaram com a maior quantidade de agentes. O sargento-mor Eusébio José de Araújo manteve quase 300 entradas de dívidas ativas em seu inventário e duas entradas nas passivas. As suas dívidas ativas alcançaram a cifra de 6:607\$894 réis, uma média superior a 22 mil réis por empréstimo. Ele é figura de destaque na rede de crédito e se relacionou com grande parte da rede. A sua importância para a política e economia da vila foram retratadas diversas vezes ao longo dessa pesquisa. As suas dívidas passivas constituíram em um empréstimo recebido de seu filho, o reverendo Miguel José de Araújo, no valor de vinte mil réis, e um crédito concedido por seu genro, o alferes José Antônio Nogueira, referente à sociedade dos dois no comércio de animais que superou um conto de réis (AHMT, 1807: Eusébio José de Araújo).

O segundo inventário com a maior quantidade de empréstimos foi o processo de José dos Santos Luz, falecido em 1780. Este senhor deixou testamento, no qual afirmou ser casado com Catarina de Siqueira Antunes e filho de José dos Santos Luz e Isabel Maria de Sá, ambos falecidos. O seu pai era natural de Faial, bispado de Angra, no arquipélago de Açores e sua mãe era natural de Santos. Os seus testamenteiros foram: Miguel dos Santos Luz, seu irmão; o

²⁰ A figura 4.5 demonstra a necessidade de alterações nos grafos produzidos pelo Pajek. A grande quantidade de ligações entre os vértices impossibilita a identificação da rede propriamente. Desta forma, decidimos retirar as ligações únicas que foram feitas na rede, mantendo somente os sujeitos que se ligaram a mais de uma pessoa e nos preocupando com o equilíbrio entre a representação gráfica e a quantidade de informações presentes na figura.

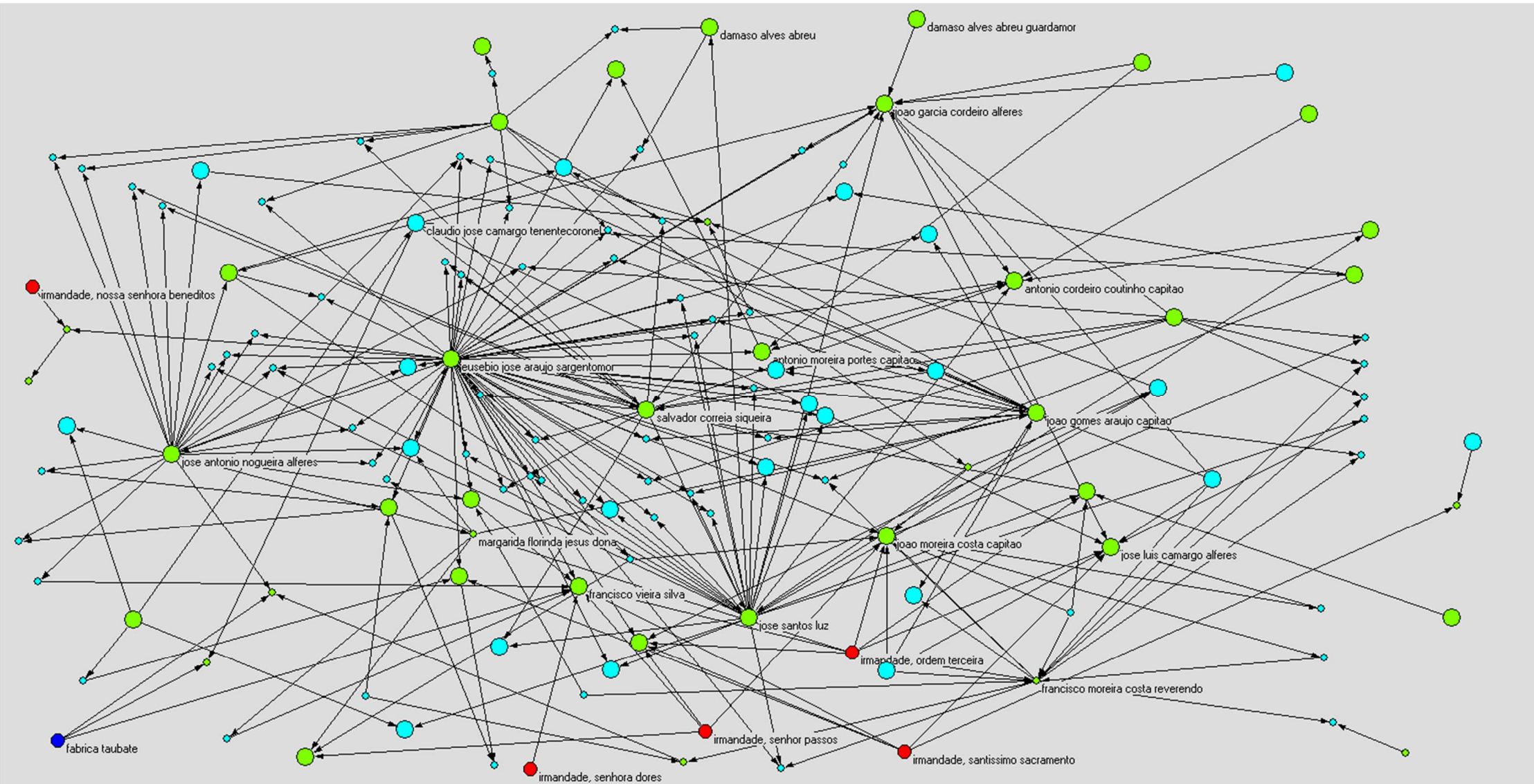
²¹ No caso das redes de crédito utilizamos a função *undirect*, quando não se escolhe os participantes da rede. Todavia, a rede de crédito parte da noção de escolha entre as pessoas envolvidas no crédito/adiantamento e, por este motivo, a rede possui setas que indicam quem o credor escolheu para seu devedor. Por fim, fizemos modificações nas funções *vector* e *partition*, aumentando a circunferência de instituições como Irmandades, da Fábrica de Taubaté e dos sujeitos que atuaram na Câmara, entre 1780 e 1798. Modificamos as cores dos vértices, sendo o vermelho escolhido para as irmandades, o azul escuro para a fábrica e o verde para os sujeitos que encontramos e sistematizamos os inventários.

guarda-mor Joaquim dos Santos Luz; e, o capitão Francisco Soares da Silva. Ele também anotou uma filha, de um ano, e afirmou que a esposa estava grávida. Estas informações sugerem que o casal fosse relativamente novo, pois tinham poucos filhos para a média encontrada. Os seus bens de raiz também informam algumas reformas, o que reforça a ideia de estabelecimento econômico na vila. Ainda assim, os seus sete escravos, avaliados em 340 mil réis, e o balanço da loja, que somou mais de um conto de réis, além das dívidas, mostram uma fortuna mediana para a realidade encontrada, apoiada, principalmente, pelo ramo mercantil.

As suas dívidas ativas mostram 164 empréstimos, avaliados em mais de um conto de réis, numa média de 6 mil réis, uma das menores médias encontradas na vila. Encontramos entre seus devedores sujeitos de toda sorte, alguns oficiais das ordenanças, outros que foram abonados por terceiros e moradores de diferentes vilas do Vale do Paraíba. A última dívida passiva foi anotada em quarenta mil réis e descrita como: “para várias pessoas da vila de Santos” (AHTM, 1780, José dos Santos Luz: 1, 14-48). Isto nos informou que o mercador manteve negócios com comerciantes da praça mercantil de Santos, de onde sua mãe era natural. Isto demonstra o uso das dívidas como uma estratégia econômica e social de inserção em diferentes redes mercantis, o que deveria facilitar a sua atividade de comerciante.

A análise dos arquivos do Conselho Ultramarino nos levaram a um documento da capitania do Rio de Janeiro, no qual os governadores interinos informaram terem recebido uma carta dos oficiais da câmara de Santos. Nessa carta, os santistas pediam aos governadores e ao Conselho Ultramarino que a os negociantes fossem “aliviados da contribuição destinada à reedificação e obras públicas de Lisboa” e que, ao invés da cobrança sobre farinha, feijão, frango e galinhas, fosse cobrado sobre “aguardente da terra” e toicinho. Entre os oficiais de Santos que assinaram a carta encontramos o nome José dos Santos Luz, primeiro vereador. O testamento revelou que José dos Santos Luz era homônimo de seu pai e sua mãe era santista, o que nos permite pensar que o vereador de Santos fosse, de fato, pai do negociante de Taubaté. Se esse for o caso, encontramos mais um caso de desenvolvimento de um bando de poder, mas que extrapolou os limites geográficos do domicílio dos mercadores (AHU_ACL_CU, cx. 23, 1763: d. 2186). Abre-se a possibilidade, desta maneira, que o vereador da Câmara de Santos fosse o pai de José dos Santos Luz, inventariado em Taubaté.

Figura 4.6 – Rede de crédito dos principais inventários em Taubaté



Na Figura anterior, verificamos que José dos Santos Luz tinha várias ligações, resultado dos múltiplos empréstimos que concedeu em sua Loja. Ele se conectou às principais fortunas da vila, especialmente com a família do sargento-mor Eusébio José de Araújo, recebendo deste senhor um crédito de quase noventa mil réis. Além disso, ele também conseguiu um adiantamento de produtos de fazenda seca de mais de um conto de réis do capitão Francisco de Araújo Pereira, morador do Rio de Janeiro. O carioca Domingos José Ferreira emprestou outros 150 mil réis e o morador de Parati, capitão Manoel Fernandes Campos, concedeu crédito de 29 mil réis (AHMT, 1780, José dos Santos Luz: 42b).

Este inventário *post-mortem* foi de grande valia por demonstrar a dinâmica fluída dos mercadores taubateanos. A vila era economicamente periférica, ligando-se a outros centros mercantis mais importantes. Os principais mercadores dependiam do crédito de outros negociantes, moradores destas praças, que tinham crédito disponível. Desta maneira, José dos Santos Luz, que participou da Câmara em 1780, manteve relações econômicas com sujeitos de Santos, Parati, Rio de Janeiro e outras diversas vilas paulistas. E, embora aparentasse ser novo, estava arquitetando uma rede de negócios ampla, estruturada no comércio para sua loja.

O terceiro sujeito com maior quantidade de empréstimos foi o alferes José Antônio Nogueira, genro do sargento-mor. O seu inventário arrolou 155 dívidas ativas e uma dívida passiva. Entre as suas dívidas encontramos uma série de empréstimos efetuados na capitania de Minas Gerais, nas quais constam as anotações “perdidas”. Podemos inferir que em suas andanças para comercializar animais acabou se envolvendo com transações que, ao final da vida, não conseguiu cobrar. A distância e a dificuldade de transporte inviabilizaram a cobrança de dívidas que chegaram ao valor de 773 mil réis. Em média, seus empréstimos superaram os 19 mil réis para cada devedor, incluindo os empréstimos falidos em Minas Gerais. Além disso, seus empréstimos de maior valor foram por crédito para o capitão-mor da vila de Guaratinguetá, Domingos Antunes Correia, e para Feliciano Pereira de Barros. Por outro lado, o alferes arrolou somente uma dívida passiva no valor de 879 mil réis que conseguiu com seu genro, o capitão Antônio Moreira de Matos (AHMT, 1820, José Antônio Nogueira).

A Figura 4.6 revela que o alferes José Antônio Nogueira entrou na rede de crédito de seu sogro. Alguns vértices mantiveram relações com José Antônio Nogueira e com Eusébio José de Araújo, o que mostra a proximidade dos negócios. E, ao mesmo tempo, faz-nos pensar que algumas famílias dominavam grande parte do crédito disponível na vila, obrigando a maior parte da população a se endividarem com essas famílias.

O inventário de Salvador Correia de Siqueira mostrou uma situação distinta dos anteriores. A composição de sua fortuna se deu, principalmente, pelas dívidas ativas, que

chegaram ao montante de 1:403\$620 réis. Porém, diferentemente dos anteriores, a sua principal atividade econômica foi a criação e comércio de animais. Isso fica evidente por dois fatores. O primeiro, os seus bens de raiz mostram que um sítio com campos de criar como o principal ativo, no valor de quinhentos mil réis. Fora esse, o processo apresentou outros bens de raiz, menores e mais modestos, que eram utilizados para aluguel. E, o segundo fator, foi a quantidade de animais arrolados. Ao todo, foram listados 109 animais avaliados em quase quatrocentos mil réis. Além disso, Salvador arrolou dez escravizados avaliados em pouco menos de seiscentos mil réis. Portanto, estamos diante de um pecuarista que participava da rede de crédito para viabilizar seus negócios, emprestando mais de um conto de réis para 74 pessoas diferentes e recebendo crédito de quase quatrocentos mil réis de onze sujeitos distintos. O senhor Salvador Correia de Siqueira se valeu de pequenos empréstimos para se inserir na rede de créditos e, em média, concedeu cerca de 19 mil réis para cada um de seus devedores. Assim, constatamos que, apesar dos negociantes terem uma participação grande na rede de crédito, sujeitos dedicados a outras atividades também participavam do crédito em situação de prestamista.

O inventário de Salvador Correia Siqueira nos interessa por outra situação peculiar. As suas dívidas arroladas marcaram como principais prestamistas o alferes José de Oliveira Neves e o sargento-mor Eusébio José de Araújo (AHMT, 1829: Salvador Correia de Siqueira). Essa situação confirma o tempo lento de processamento dos negócios na sociedade colonial, conforme apontado por Tiago Gil (2009), haja vista que o sargento-mor faleceu em 1807, 22 anos antes da abertura do inventário *post-mortem* de Salvador.

No campo religioso encontramos o reverendo Francisco Moreira da Costa que deixou pecúlio de quase cinquenta contos de réis, comparável aos negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro e de São Paulo (FRAGOSO, 1998: 310-315; ARAÚJO, 2006: 89-94). Os seus empréstimos foram distribuídos para 53 sujeitos, num valor de quase 24 contos de réis, a quarta maior média para dívidas ativas que encontramos: 452\$367 réis. Precisamos nos deter em suas dívidas ativas para compreendermos melhor a composição desse valor. Os seus empréstimos foram divididos em três categorias no inventário: dívidas ativas, dívidas ativas por crédito e dívidas da sociedade por crédito. Não houve explicação do que seria essa sociedade, mas foram concedidos créditos para outros reverendos, para o capitão-mor Manuel Correia Bitencourt e para Mariana Joaquina de Alvarenga. Os empréstimos feitos pelo reverendo para essa sociedade circularam no valor de 21 contos de réis, sendo o empréstimo para o reverendo Valério de Alvarenga Teixeira de quase sete contos de réis. Outro padre, Joaquim Ferreira de Moura, conseguiu adiantamento de três contos e meio de réis (AHMT, 1824: Francisco Moreira da Costa, 36b-40b).

Por outro lado, o reverendo tomou dezessete empréstimos no valor de mais de 22 contos de réis, o que lhe deu a média de quase um conto e trezentos mil réis por dívida. Alguns desses créditos mostram a importância de sua família na manutenção do poder e, ao mesmo tempo, a maneira pela qual os negócios com agentes enriquecidos de outras partes abriam novas possibilidades para os taubateanos. A família do reverendo tinha uma relevância muito grande na vila, economicamente e socialmente. Um dos empréstimos do reverendo foi concedido pelo seu irmão, o alferes Francisco Moreira da Costa, num valor que superou dois contos de réis. Outro empréstimo, de quase um conto de réis, foi concedido por outro membro da família, seu sobrinho, Vicente Moreira da Costa. Porém, a principal anotação foi quase catorze contos de réis para o capitão Manuel Guedes Pinto, o qual foi apontado ser um negociante de grosso trato do Rio de Janeiro, fornecedor de mão de obra compulsória (AHMT, 1824, Francisco Moreira da Costa: 36b-42).

O inventário apontou, portanto, que a expansão dos negócios do reverendo passava pelo crédito concedido por negociantes de outras partes. No capítulo anterior, mostramos que a fortuna do reverendo sofreu uma alteração ao longo do século XIX. Isso porque, em 1812, ele foi listado como senhor de engenho, produtor de açúcar e dono de 128 escravizados, sendo quarenta africanos. O mesmo cenário apareceu no maço populacional de 1818. Contudo, em seu inventário de 1824, ele descreveu a existência da fazenda “Santa Ana de Itaim Mirim”, na qual existia um “engenho de fazer açúcar com sua casa de purgar, tenda de ferreiro, carpintaria, senzalas, e mais oficinas”, e de vários cafezais, que somavam entre 50 e 60 mil pés. Também foi anotado o comércio de café no Rio de Janeiro, por intermédio de seu coerdeiro Vitorino Moreira da Costa, o capitão-mor de Taubaté. Em outras palavras, na segunda década do XIX, o reverendo decidiu explorar uma nova produção, pois, assim como grande parte dos produtores taubateanos, percebeu o aumento no preço do café. Também devemos assinalar que, embora não tenha aparecido um Balanço da Loja, o processo *post-mortem* do reverendo fez uma longa lista de produtos que aparentam estar disponíveis para o comércio. Além disso, ele também tinha criações de gado, ovelhas, carneiros e cabritos (AHMT, Francisco Moreira da Costa, 1824-1825: 22-24, 5-7, 34b-35b).

Ao apontar esses aspectos gerais podemos identificar um traço sobre a rede de crédito: os negociantes tinham papel influente nessa relação. Essa constatação se deve por alguns fatores. Os três principais agentes de crédito na rede – o sargento-mor Eusébio, o alferes José Antônio Nogueira e José Santos Luz – eram negociantes da vila. O primeiro comercializava produção de açúcar com o Rio de Janeiro, além de participar do comércio de gado do Sul com seus dois sócios: o seu filho (alferes João Gomes de Araújo) e o seu genro, o próprio alferes

José Antônio Nogueira. O segundo, além do comércio de gado, explicitou em seu inventário uma loja de fazenda seca, a qual abastecia com produtos importados do Rio de Janeiro. E, o terceiro, também mostrou em seu inventário ter uma loja de fazenda seca e, inclusive, várias dívidas em disputa no Rio de Janeiro e em Santos. E, por fim, o inventário do reverendo Francisco Moreira da Costa evidenciou a participação dos negociantes da vila de Taubaté com redes de crédito na Corte do Rio de Janeiro para aquisição de escravizados.

O grafo desenhado pelo Pajek nos permite analisar outros sujeitos, menos abastados, mas também importantes na rede de crédito. Salvador Cursino dos Santos, despeito de uma fortuna menor que os anteriores, conseguiu empréstimo com três dos principais agentes de crédito da vila: José dos Santos Luz, sargento-mor Eusébio e o reverendo Francisco Moreira da Costa. Ao falecer, em 1818, já havia quitado as dívidas com os dois primeiros, mas anotou uma dívida de quatrocentos mil réis com o reverendo, “cavaleiro professor na Ordem de Cristo” (AHMT, 1814: Salvador Cursino dos Santos, 15-18).

O alferes João Garcia Cordeiro apresentou um monte-mor de pouco mais que setecentos mil réis que, descontadas as dívidas passivas e o funeral legou 450 mil réis, que foi dividido entre a sua viúva, dona Maria Onistalda de Piza, e seus herdeiros. O inventário, aberto em 1795, mostrou que o alferes era agricultor, proprietário de um sítio com moendas, uma plantação de algodão, uma plantação de frutas e um cafezal²². A casa que compunha esse sítio era ampla e espaçosa, de acordo com a descrição. Porém, o valor era pouco maior que duzentos mil réis. As dívidas estavam, em sua maioria, “falidas” e somente o alferes José Luis de Camargo e o reverendo João Antunes Cordeiro, seus parentes, confirmaram dívidas no valor de dois mil e setenta mil réis, respectivamente. Contudo, ele anotou várias dívidas passivas. Entre os seus credores encontramos o sargento-mor Eusébio José de Araújo, o alferes Antônio José de Matos, que lhe adiantou artigos de fazenda seca, o guarda-mor Dâmaso Alves de Abreu, o capitão Antônio Moreira da Costa, o capitão Cláudio José de Camargo, entre outros. Além disso, ele também conseguiu crédito com a Ordem Terceira da vila, da qual era professo (AHMT, 1795, João Garcia Cordeiro: 8-23).

Essa descrição mostra que, embora sua fortuna fosse limitada quando comparada com a de seus credores, ele tinha prestígio suficiente na vila para conseguir crédito com os principais da vila. Isso fica mais claro quando lembramos da rede camarária demonstrada na Figura 4.2. Ela mostrou que o alferes teve uma participação ativa na câmara, atuando em três diferentes vereanças e votando em três matérias distintas como “homem-bom”. Podemos inferir uma

²² Esta informação nos mostrou que o café era tentado na vila antes do aumento de seus preços por demanda do mercado europeu no século XIX.

espécie de círculo virtuoso do prestígio na vila. Um sujeito com determinado prestígio entrava na câmara da vila e se relacionava com outros homens-bons. A relação deles podia migrar para adiantamentos que, ao serem aceitos, aumentava ainda mais o seu prestígio social, já que relacionar-se com alguém de prestígio lhe concedia um reconhecimento social. Em seguida, mantendo-se ativo na câmara, esse mesmo sujeito podia conseguir empréstimo com outro cidadão de relevância social, o que aumentaria ainda mais seu status perante o restante da população.

Como afirmou Tiago Gil, dever não era um problema e nem retirava confiança dos sujeitos enriquecidos da localidade, pelo contrário. Ao ser devedor de um sujeito de prestígio, o indivíduo entrava num grupo seleto de homens que tinham relação com as principais fortunas da vila. Por fim, a estratégia o levava a participar de outras instâncias administrativas locais, como as irmandades. Assim, esse sujeito se tornaria personagem de novas redes sociais, o que lhe abriria novas portas para empréstimos, negócios e sociabilidade. Isso nos ajuda a compreender um dos motivos implícitos para se manter ativo na câmara por vários anos.

A rede de crédito nos ajudou a mapear essa relação entre a câmara e o crédito. Os personagens que tiveram alguma participação na câmara foram modificados e seus tamanhos se tornaram maiores do que do restante, assim como as irmandades e a fábrica. Essa alteração se deu conforme o cruzamento dos bancos de dados. Contabilizamos, assim, 53 sujeitos que participaram dessa instância administrativa, o que representou 41% dos agentes que compuseram a rede de crédito. E, acreditamos que o percentual seria maior se as atas da câmara entre 1798 e 1830 tivessem sobrevivido ao tempo.

Não estamos, com isso, afirmando que as estratégias eram puramente conscientes ou que houvesse uma escada social definida e clara. As trajetórias e escolhas eram individuais. Todavia, acreditamos que a sociedade partilhava de uma visão e ordenamento da vida que lhes conferia um pensamento próximo. Também devemos destacar que essa estratégia não era possível para a grande maioria da população. Como vimos no início deste capítulo, grande parte dos taubateanos não possuía escravizados, faziam eles mesmos o serviço e não eram considerados homens-bons.

Os indivíduos de crédito de destaque que foram assinalados pela pesquisa, mantendo o *label* do vértice, participaram da câmara, exceto dona Margarida Florinda de Jesus, o reverendo Francisco Moreira da Costa e Amaro Teixeira Bitencourt. A primeira não exerceu cargo público, pois estes eram vedados às mulheres. O segundo não participou devido à sua posição como reverendo vigário. Já para Amaro não encontramos explicações para não ter participado da câmara.

A fortuna de Amaro Teixeira Bitencourt, falecido em 1790, era limitada a poucos itens, sendo o ativo de maior valor os seus nove escravizados, avaliados em quase quinhentos mil réis. A sua morada era bem simples, com parede de mão e coberta com telhas, foi avaliada em 25 mil réis. A dívida ativa era composta por uma única entrada para Manuel de Azevedo, morador da ilha de São Jorge, no valor de cem mil réis. As suas dívidas passivas, por outro lado, eram pequenos valores que ele havia conseguido como adiantamento. E, foram esses adiantamentos que o colocaram na rede de crédito. Entre seus credores encontramos o capitão-mor Manuel Lopes de Leão, falecido pela mesma época, Salvador Moreira de Castilho e o ajudante Manuel José de Matos. Verificamos, desta feita, que uma fortuna limitada a poucos itens de valor e avaliada em cerca de seiscentos mil réis tinha participação na rede de crédito (AHMT, 1790, Amaro Teixeira Bitencourt: 5b-8b).

O inventário de dona Margarida Florinda de Jesus, por outro lado, nos revela uma fortuna bem posicionada para a realidade taubateana. Viúva do sargento-mor Eusébio José de Araújo, a dona Margarida soube manter a fortuna familiar, embora o pecúlio do marido tenha sido repartido entre ela e os outros herdeiros. Ao final da vida, dona Margarida apontou um monte-mor de mais de treze contos de réis, mas deixou de investir na pecuária, já que este ramo era efetuado por Eusébio numa sociedade que foi desfeita com seu falecimento. Os bens de raiz passaram a ter uma importância maior na fortuna, cerca de 50%, assim como os escravizados, quase 30% da fortuna. Por outro lado, as dívidas representavam um quinto da riqueza inventariada, mas era um terço do inventário do sargento-mor.

Ao nos determos nas dívidas, notamos que dona Margarida acumulou poucas dívidas ativas em grandes valores, diferentemente do marido que foi credor de muitas pessoas. O principal devedor foi o capitão Francisco da Cunha e Souza que pegou dois créditos com dona Margarida, somando 1:690\$717 réis. Outro devedor de relevo foi o alferes José Antônio Nogueira, que tomou emprestado 1:516\$252 réis. Os outros empréstimos, que somaram 1:074\$011 réis, foram feitos para herdeiras e coerdeiros. Todavia, encontramos sua última dívida ativa feita para Rosa, sua escravizada que utilizou o empréstimo de 64 mil réis para comprar a própria alforria (AHMT, 1820, Margarida Florinda de Jesus: 37-85, 131b, 132b, 140). Essa dinâmica foi incomum nos inventários anotados, mas dona Margarida era próxima das redes clientelares de escravizados na vila de Taubaté. Estudos feitos mostram que essa senhora participava ativamente das Irmandades religiosas da vila, ocupando cargos, e estimulava a atuação de seus escravizados, especialmente em posições de comando dentro das Irmandades (RIBEIRO, 2010: 71-146).

Portanto, as fortunas de famílias bem posicionadas e com prestígio elevado na vila não deixavam de se relacionar com os grupos subalternos da sociedade. O próprio sargento-mor, que se posicionava como comandante da vila, fez empréstimo para um escravizado que exercia atividade na capela Senhor Bom Jesus e apresentou Jacinto Barboza como seu fiador (AHMT, 1807, Eusébio José de Araújo: 66b).

Na rede de crédito encontramos outro sujeito envolvido com as irmandades. Francisco Vieira da Silva, falecido em 1823, anotou como seus credores as Irmandades do Santíssimo Sacramento, Senhor dos Passos, Senhora das Dores e a Ordem Terceira. O mesmo senhor apontou dívidas passivas com a fábrica de Taubaté, com o tenente José Vieira Silva, seu filho, com Luis Vieira da Silva, também parente, e com Feliciano Pereira de Barros, seu genro. O seu monte-mor foi superior a dois contos de réis, sendo seu principal ativo os escravizados, seguidos pelos bens de raiz e dívidas ativas, já os animais eram para uso. Isso nos indica um perfil típico de produtor, pois não houve menção de loja ou artigos destinados ao comércio e havia poucos bens de raiz, o que dificulta pensar nesse senhor como rentista (AHMT, 1823, Francisco Vieira da Silva:7-36b).

Uma anotação no inventário anterior aprofundou a questão dos bandos de poder na sociedade colonial. Ao longo do inventário de Francisco Vieira da Silva houve a discussão dos herdeiros e coerdeiros sobre uma série de pequenas casinhas próximas à capela de Tremembé. No inventário foram anotadas casas destruídas pelas chuvas e que foram adquiridas pelo coerdeiro Feliciano Pereira Barros que, com o consentimento do sogro, reformou-as. Os herdeiros denunciaram a situação reclamando que as casas fossem avaliadas e colocadas no pecúlio. Feliciano, então, foi obrigado a dispor da propriedade. Outro ponto interessante mostrou que um pequeno boi estava na casa de Feliciano, embora constasse no pecúlio de Francisco Vieira da Silva. E, por fim, uma escravizada de Nação, de nome Joana, foi dada em dote para dona Ana e seu marido Feliciano Pereira Barros (AHMT, 1823, Francisco Vieira da Silva: 7b, 8b, 24). As relações intrincadas no seio familiar podiam ocasionar essas situações. Por outro lado, a família, apesar da disputa por uma propriedade, beneficiava-se de pertencer à rede social de Feliciano.

O inventário de Feliciano Pereira Barros, falecido em 1851, foi o último a ser utilizado para essa pesquisa. O falecimento desse senhor ocorreu anos depois do recorte cronológico da pesquisa, mas sua influência na vila no período analisado nos motivou a sistematizar seu processo *post-mortem*. Conforme indicamos nos capítulos 2 e 3, a vila foi influenciada pelo desenvolvimento da cafeicultura, especialmente após 1820. Os bens de raiz de Feliciano apontaram quatro cafezais no valor superior a cinco contos de réis e que cultivavam 92 mil pés,

dos quais grande parte era da sociedade com seu filho Jordão Pereira Barros, um dos homens mais ricos do Vale do Paraíba. No inventário também foram arrolados moradas, terras, sítios, roças e um engenho, que somaram para mais de oito contos de réis (AHMT, 1851, Feliciano Pereira Barros: 5b-8b). Desta forma, esse foi o primeiro inventário compulsado pela pesquisa que mostra claramente a importância da cafeicultura, ainda que o inventário do reverendo Francisco Moreira da Costa já apontasse a existência de um cafezal de grande volume.

No entanto, a trajetória de Feliciano Pereira Barros exemplificou essa dinâmica econômica na vila com mais detalhes do que seu inventário *post-mortem* sozinho. Isso porque, os maços populacionais apontaram que, em 1808, Feliciano era senhor de engenho, produzindo 600 arrobas de açúcar e cultivando gêneros de subsistência. Em 1812, a dinâmica se repete, mas, em 1818, ocorreu a migração para a cafeicultura paulatinamente. Neste ano, o nome de Feliciano apareceu no fogo de Pedro da Fonseca Teles, seu sócio, onde foram produzidas 380 arrobas de açúcar e 70 arrobas de café. Ambos os produtos foram exportados para o Rio de Janeiro, rendendo 380 mil e 144 mil réis, respectivamente. Os números por si mostram que o café tinha uma aceitação melhor na Praça mercantil carioca. Em 1825, o fogo de Feliciano não apontou a produção de açúcar, mas de café e a criação de porcos. Os dez mil pés de café renderam duzentas arrobas, que foram vendidas no Rio de Janeiro por quatrocentos mil réis. E, a criação de duzentos porcos resultou na venda de oitenta animais por 240 mil réis. Em 1830, por fim, o fogo de Feliciano produziu quatrocentas arrobas de café e comercializou 150 animais, o que lhe garantiu a soma de 640\$000 e 1:200\$000 réis, respectivamente (APESP, maços de população, vila de Taubaté: 1802-1830).

O clã de Feliciano Pereira Barros também era bem articulada na vila de Taubaté. Um de seus filhos, Jordão Pereira de Barros, ocupou vários cargos no Império e foi o fundador do povoamento que, no século XX, tornou-se a cidade de Campos de Jordão (PASIN, 2001: 199). A sua filha mais velha, dona Beralda Izilina, foi casada com Dâmaso Alves de Abreu, filho do guarda-mor Dâmaso Alves de Abreu. Inclusive, parte dos cafezais de Feliciano eram, primeiramente, propriedade de Dâmaso, falecido em 1836 (AHMT, 1836, Dâmaso Alves de Abreu: 10-10b). Essas relações entre os principais da terra reforçam a noção de bando de poder que estamos apresentando.

Por fim, devemos apresentar os processos *post-mortem* de dois capitães: Antônio Cordeiro Coutinho e Antônio Moreira Portes. O primeiro capitão foi casado com Luiza, faleceu em 1786 sem constituir vida marital e transmitiu sua fortuna para o sargento-mor Eusébio José de Araújo. Os bens constituíram em nove escravizados, no valor de 774 mil réis, um sítio com morada com grande porção de terras e uma chácara grande, avaliados em 90 mil réis, catorze

animais avaliados em 45 mil réis e quatro dívidas ativas que valiam quase 49 mil réis. As suas dívidas passivas somaram para 604 mil réis, embora no orçamento tenham contado 522 mil réis. Os bens lançados foram superiores a um conto de réis, mas somente 49 mil réis foram passados para o sargento-mor (AHMT, 1786, Antônio Cordeiro Coutinho: 4-20).

As dívidas de Antônio Cordeiro Coutinho fornecem novos detalhes para compreender a dinâmica social em Taubaté. Ele afirmou que adquiriu uma fazenda dos padres da Igreja Nossa Senhora da Conceição por crédito, no valor de 95 mil réis. Também era devedor da Igreja Nossa Senhora da Aparecida, da Nossa Senhora do Rosário e da capela Senhor Bom Jesus de Tremembé. O que demonstra a participação das Igrejas na circulação de bens e crédito na vila. As outras dívidas passivas contabilizaram quase quatrocentos mil réis e foram passadas por pessoas de diferentes situações. O sargento-mor Eusébio José de Araújo foi anotado em três empréstimos diferentes: quase vinte mil réis em produtos de fazenda seca, mais de cinquenta mil réis em aluguéis de suas casas e outros 64 mil réis em reparos feitos na casa. Um escrivão, um cirurgião, um tabelião e capitães de outras vilas também emprestaram para o capitão Antônio Cordeiro Coutinho (AHMT, 1786, Antônio Cordeiro Coutinho: 14b-19b). O posto nas ordenanças facilitava o acesso ao crédito, pois a sua fortuna era limitada a um conto de réis, do qual a maioria era composta por seus nove escravizados, avaliados em 774 mil réis, mas, ainda assim, conseguiu crédito com sujeitos de diferentes grupos sociais.

O segundo capitão, Antônio Moreira Portes, faleceu em 1795, deixando sua esposa Ana Maria de Jesus como inventariante. A ausência de testamento foi um problema em muitos processos *post-mortem*, pois era no testamento que os sujeitos identificavam seus pais, irmãos e filhos. Em vários casos a confirmação do parentesco se deu pelo testamento de um sujeito. Portes se mostrou conectado às Irmandades, pois foram arroladas dívidas passivas com a Irmandade do Sacramento e com a Igreja de Nossa Senhora das Dores, além de débitos abertos com a Ordem Terceira e esmola para São Francisco de Paula, que somaram em 17 mil réis. Os seus débitos com particulares somaram 309 mil réis, sendo seu principal credor o capitão Domingos Fernandes de Lima, que lhe concedeu crédito de 190 mil réis. Outro crédito foi concedido em produtos por um comerciante de São José dos Campos, no valor de cinco mil réis. E, “um homem de minas” concedeu crédito de seis mil réis. Essas informações mostram que nem sempre os créditos eram oficializados ou que se tinha um conhecimento profundo sobre os créditos passados e recebidos (AHMT, 1795, Antônio Moreira Portes: 8b-10).

As dívidas ativas se dividiram em particulares e dívidas do Livro de Contas. As primeiras foram, na maioria, créditos concedidos de pequeno valor. As dívidas do livro não foram créditos e reuniram pessoas da área rural do termo de Taubaté. Isso nos indica que o

capitão Antônio Moreira Portes era agente no comércio de pequenos produtos. A preocupação em anotar em Livro de Contas algumas de suas dívidas e o crédito para moradores de outras áreas indicam o comércio. Porém, o inventário terminou abruptamente, sem indicação de orçamento ou partilha (AHMT, 1795, Antônio Moreira Portes: 8, 14-15b).

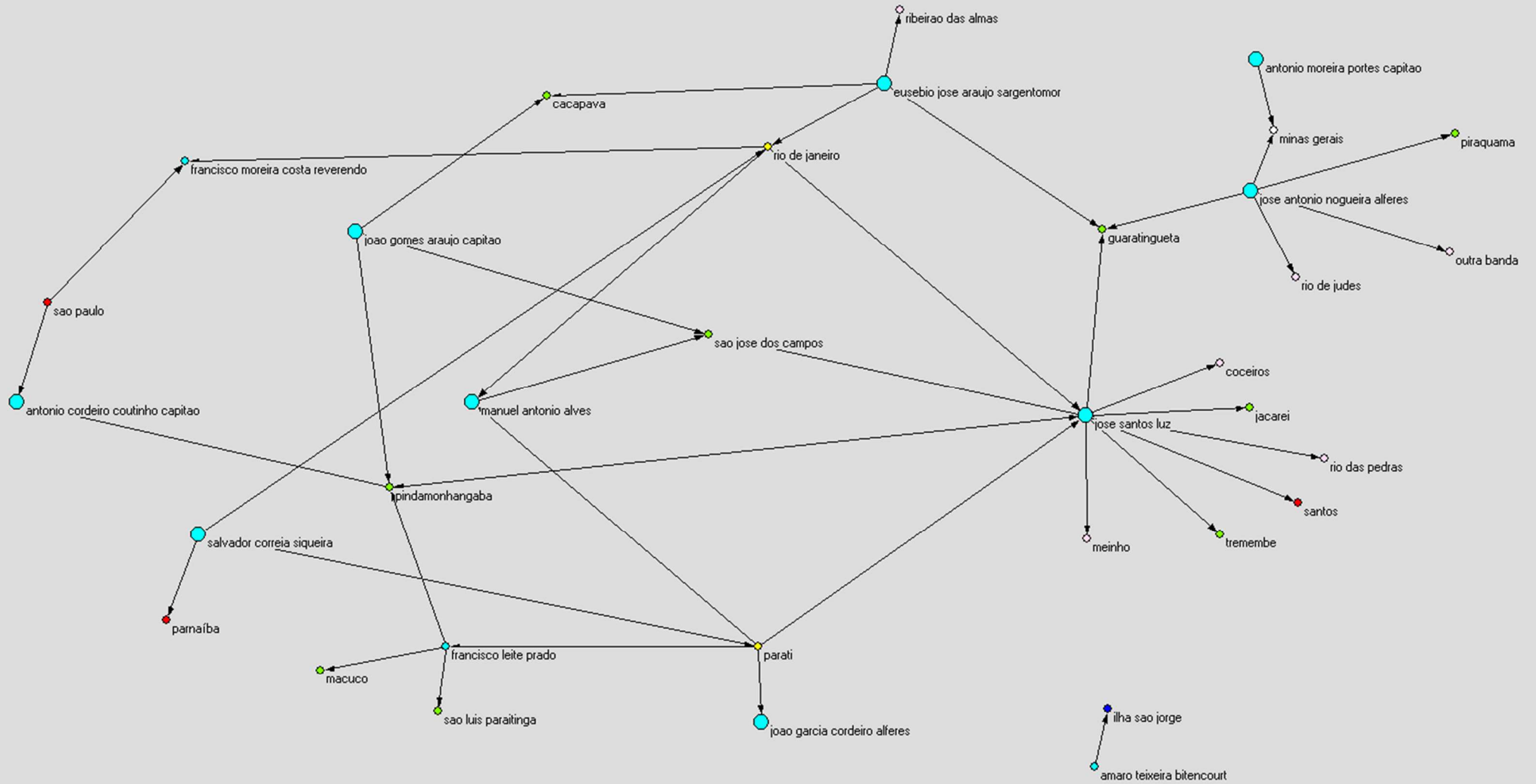
Os adiantamentos feitos pelas Irmandades mostram que as instituições públicas agiam sobre a economia local. A situação, todavia, não era *sui generis* à vila de Taubaté, mas era relativamente comum na América Portuguesa. Na Bahia de fins do século XVII, “a Santa Casa de Misericórdia era a principal responsável pelos empréstimos a lavouras, currais e ao comércio do Recôncavo Baiano” e, no Rio de Janeiro do mesmo período, existiam vários créditos concedidos pelo juízo dos órfãos, às pias instituições de caridade e aos mosteiros (FRAGOSO, GOUVÊA, 2014: 14-15), o que revela uma situação similar ao que encontramos para a vila de Taubaté.

Precisamos voltar ao detalhe da localização das dívidas para inferir outro aspecto sobre a rede de crédito: ela era dinâmica. Negociantes de outras partes eram capazes de influenciar na rede de crédito dos principais sujeitos de Taubaté. Anotamos ao longo da exposição diferentes localidades presentes na rede de crédito. Logo, o crédito era capaz de conectar diferentes vilas e cidades da América Portuguesa. Situação semelhante a demonstrada por Tiago Gil para os negociantes de gado do Sul da América (GIL, 2009).

A Figura 4.7²³ foi formulada para representar essas ligações regionais. Os sujeitos que indicaram o local onde realizaram as concessões de crédito foram mapeados. É possível que nem todas as transações efetuadas em outras localidades tenham sido descritas. Ainda assim, podemos sinalizar um padrão que nos ajuda a completar o mapa da rede de crédito. A grande maioria dos adiantamentos ocorreram entre sujeitos da vila de Taubaté. Todavia, notamos que alguns senhores conseguiram extrapolar o local de residência e tinham dívidas, em geral, com outras vilas do Vale do Paraíba. Outros ainda, expandiam mais suas redes e alcançavam outras vilas paulistas. Por fim, alguns poucos senhores entraram na rede de crédito das vilas da Capitania do Rio de Janeiro.

²³ As cores da Figura identificam a região onde o adiantamento/crédito ocorreu. A cor verde sinaliza as vilas do Vale do Paraíba. O vermelho indica outras vilas paulistas. A cor amarela anotou as vilas fluminenses. A cor branca anotou a capitania/província de Minas Gerais. O azul escuro marca os locais do Ultramar. E, por fim, o rosa claro foi utilizado para localidades sem identificação.

Figura 4.7 – A extensão geográfica das redes de crédito da vila de Taubaté



A partir dessa rede percebemos que o crédito era mais disponível quando se *estava* mais próximo da sua área de residência. Em outras localidades era mais difícil manter um relacionamento capaz de criar confiança suficiente para haver adiantamentos. Essa dificuldade aumentava à medida que o sujeito se afastava de sua residência. Assim, locais como São Paulo, Santos e Minas Gerais foram parceiros menos comuns do que Rio de Janeiro e Parati. Sobre essa situação pesava, também, a importância da praça mercantil carioca que era local privilegiado de exportação e importação para o Ultramar.

A partir do que foi exposto podemos afirmar que José dos Santos Luz, Eusébio José de Araújo, Francisco Moreira da Costa, Manuel Antônio Alves e Salvador Correia de Siqueira eram responsáveis por boa parte das relações comerciais entre Taubaté e o Reino. Esses homens conseguiram se relacionar com comerciantes da capitania do Rio de Janeiro, onde era feita a importação de produtos manufaturados e escravizados e onde ocorria a exportação de produtos para o Ultramar. Além disso, na segunda metade do XVIII, o porto do Rio de Janeiro se tornou a principal Praça mercantil do Centro-Sul da América Portuguesa (FRAGOSO, 1998). Logo, participar da rede creditícia desses negociantes era sinal de que estes taubateanos estavam bem posicionados regionalmente.

Acreditamos que a grande maioria dos moradores de Taubaté não utilizavam moedas, praticavam trocas com seus vizinhos e produziam todo o possível para a sobrevivência. Quando havia necessidade, buscavam apoio de mercadores que pudessem fornecer um objeto no crédito. Isto também ajuda a explicar as múltiplas dívidas de pequeno valor para taubateanos que encontramos nos inventários *post-mortem*.

Braudel apontou a necessidade do mercado de funcionar em circuitos fechados: “a cada trajeto de A a B corresponde uma certa volta, tão complicada e sinuosa quanto se queira, de B a A”. Estes circuitos permitem o desenvolvimento do crédito, pois passa-se a ter maior confiança no comerciante acostumado ao circuito. O mercado, contudo, é arriscado e a falência era algo frequente, ocasionando a diversificação dos negócios. Para poder atuar em diferentes praças e negócios o ofício de mercador depende de “uma rede de comparsas e sócios de confiança”, na qual “a família oferece efetivamente a solução mais procurada e mais natural” (BRAUDEL, 2009: 115-135, citação p. 117 e 127).

Por fim, Braudel pontuou sobre as características do mercado europeu. Em geral, os mercadores percorriam diferentes localidades e desenvolviam maior fortuna quando conseguiam ocupar locais de maior circulação de produtos. Onde os produtos se encontravam era onde ocorriam os maiores negócios. Essa dinâmica foi descrita pensando num mapa. O domicílio desses agentes era o ponto central do mercador. A expansão desse espaço significava

a maior possibilidade desse agente ser importante no comércio. E, concluiu o autor, “[...] o mercador faz fortuna – o que é óbvio – quando se incorpora solidamente à área de uma grande praça comercial” (BRAUDEL, 2009: 155-159, citação p. 157).

A existência de trocas de crédito entre os principais taubateanos e grandes praças mercantis, especialmente o Rio de Janeiro, leva-nos a acreditar numa hierarquia fluída de agentes. Alguns indivíduos que anotamos tinham grande controle sobre a economia local e se inseriram em outras redes mercantis e de crédito. A expansão dos negócios buscava praças mercantis maiores. A proximidade com a Capitania do Rio de Janeiro permitia aos grandes produtores/negociantes se inserirem nas redes creditícias cariocas. Por outro lado, a grande maioria dos agentes apontados não tinham condições de participarem em trocas de maior volume, o que os levava a buscar outros mercados. As outras vilas do Vale do Paraíba possibilitavam a expansão de negócios, ainda que de somas menores, o que auxiliava no enriquecimento dos agentes. Todavia, poucos foram os sujeitos que mantiveram empréstimos em outras localidades e o volume de crédito foi pequeno em relação ao total.

A direção das setas reforça a hipótese de as vilas paulistas servirem para expansão dos negócios taubateanos. Entre todas as dezoito ligações de agentes taubateanos com áreas e vilas do Vale do Paraíba, as mais próximas de Taubaté, somente encontramos o capitão Antônio Cordeiro Coutinho recebendo crédito de um morador de Pindamonhangaba. Em todas as outras ligações ocorreu o empréstimo de taubateanos para seus vizinhos. Contudo, as ligações efetuadas com a vila de São Paulo foram sempre no sentido contrário, ou seja, taubateanos buscavam esta praça mercantil para conseguirem crédito. No mesmo sentido, a praça do Rio de Janeiro funcionou como credora dos taubateanos, embora o sargento-mor Eusébio José de Araújo e Salvador Correia de Siqueira tenham concedido empréstimos para negociantes cariocas. Por fim, quatro agentes receberam crédito da vila de Parati e um emprestou para um negociante desta vila.

Assim, verificamos que a expansão dos negócios ocorria de maneira parecida com o descrito por Braudel. Os mercadores buscavam estabelecer seus negócios dentro da área de residência, mas, em certa altura, procuravam expandir seus interesses para novas áreas. O objetivo da diversificação dos negócios era a proteção contra eventuais revezes e, ao mesmo tempo, ao se inserir numa praça mercantil maior, os mercadores conseguiam ampliar significativamente seus negócios. A estratégia era reproduzida e os agentes aproveitavam o aumento de seus negócios para monopolizarem diferentes ramos econômicos da vila, conforme concluímos pelo capítulo 2 e 3.

O objetivo principal deste capítulo era mapear a estrutura do mando e as redes de créditos que permitiam a expansão dos negócios na vila de Taubaté. Procuramos relacionar o mando com o crédito, anotando a participação na Câmara e sua influência na disposição de empréstimos. Ao final, podemos pontuar que os senhores que participaram ativamente na administração da vila, em geral, tinham maior disponibilidade de crédito. Também verificamos que os sujeitos de maior fortuna e que eram grandes prestamistas na vila tinham grande quantidade de dívidas passivas, o que demonstra que o crédito era um ativo comum naquela sociedade.

Os principais produtores/negociantes da vila eram credores e devedores, pois a expansão de negócios economia colonial não era baseada no dinheiro amodado, mas na concessão de crédito e empréstimo. Nos inventários sistematizados para esta pesquisa identificamos que as dívidas eram o terceiro ativo em importância em todas as faixas de fortuna. O que significa que um indivíduo com fortuna significativa e outro detentor de uma riqueza menor utilizavam o crédito para expandirem seus negócios, mas em patamares distintos.

Todavia, o crédito não estava disponível para todos os sujeitos da mesma maneira. Pontuamos no capítulo 1 sobre algumas das características da sociedade desenvolvida na América Portuguesa e salientamos aspectos como *prestígio*, *mando* e *mercês*. Estas características também influenciavam o crédito, ocasionando uma situação em que as maiores fortunas controlavam a maior parte do crédito na vila e conseguiam adiantamentos em outras vilas. Uma pequena parcela dos inventários *post-mortem* indicou conceder crédito para negociantes do Rio de Janeiro, São Paulo, Parati e Minas Gerais. Estes sujeitos eram detentores de fortunas importantes na vila, relacionavam-se com outros indivíduos de prestígio e mantinham negócios diversificados, além de atuarem em instâncias administrativas políticas e religiosas.

A Câmara da vila de Taubaté foi um instrumento de relacionamento entre os principais moradores e, ao mesmo tempo, reforçava o mando local. Os homens eleitos para cargos eram obrigatoriamente “homens-bons”, o que significa que eram vistos por seus pares como sujeitos com pureza de sangue, detentores de predicados que os colocava entre os principais da região. Portanto, as atas da câmara permitiram mapear os sujeitos atuantes dessa instância administrativa e as questões do cotidiano, embora os detalhes fossem insatisfatórios em alguns casos.

A Câmara nos permitiu analisar a constante construção do mando e dos relacionamentos. Os grafos resultantes do emprego do *software* Pajek nos informaram sobre o relacionamento entre os sujeitos na câmara e mapeou a relação desses sujeitos com a própria

câmara. Observamos uma rede imbricada de serviços feitos à administração, na qual alguns sujeitos gravitaram ao redor do serviço público por vários anos. Quando cruzadas as informações, concluímos que esses sujeitos também tinham importante participação na rede de crédito. Logo, a administração local servia a, pelo menos, dois propósitos: reforçar o mando local e estabelecer relacionamentos vantajosos em diferentes aspectos.

Nos capítulos anteriores dessa pesquisa identificamos a evolução da cafeicultura e o aumento de escravizados na vila. Sugerimos que o desenvolvimento da economia paulista no final do século XVIII e no início do XIX estimulou os senhores enriquecidos a expandirem seus negócios, investindo em diferentes produções e aumentando o comércio. As relações sociais e de crédito demonstraram o poder de perpetuação destas famílias. O clã familiar de Eusébio José de Araújo e a família do reverendo Francisco Moreira da Costa foram importantes na vila por todo o período analisado, entre 1780 e 1830. E, as redes informam que seus parentes foram incorporados nos negócios da vila, em muitos casos dominando alguns ramos econômicos.

Por fim, voltamos aos escritos de Maurício Alves e Maria Martins. Ele identificou, para o século XVIII, uma estratégia de perpetuação da diferença social por parte das elites taubateanas. Nas palavras do autor, as elites faziam o "monopólio das atividades geradoras de maior riqueza", mas abriam espaços em setores de menor rentabilidade. Com isso, verificou-se que a maior parte da população se mantinha pobre, executando atividades menos lucrativas e "impedidas de ascenderem socialmente devido à expropriação", embora tivessem acesso aos "mecanismos mais baratos de produção (terras e escravos)" (ALVES, 1999: 4).

E, para Maria Martins, as elites político-econômicas não sofreram fortes modificações com os grandes eventos políticos do início do oitocentos. De acordo com a autora, o sete de abril foi o ponto máximo da abertura de participação das elites mais brasileiras do que portuguesas, "que vinham se afirmando institucionalmente e se organizava progressivamente em instâncias várias de poder". Isso não significa, porém, que estas fossem novas elites. Ainda de acordo com Martins, "quando se aproxima o olhar, verifica-se sua força e continuidade em relação aos períodos anteriores", tratando-se de "uma elite tradicional que já ocupava cargos administrativos coloniais e que se adaptava às conjunturas impostas pelo novo regime" (MARTINS, 2009: 406). Para confirmar esta constatação, em Taubaté, porém, precisaríamos das Atas da Câmaras no período entre 1798 e 1822, o que, infelizmente, não se encontra disponível.

Portanto, concluímos que a vila de Taubaté só foi tomada pelo café após a década de 1830, mas até essa data a maioria dos domicílios mantiveram vários cultivos. Também identificamos que a expansão dos negócios era feita através do crédito, principalmente dentro

da própria vila. O que sugere que a expansão da cafeicultura ocorreu com adiantamentos das próprias elites taubateanas para seus pares. Ao mesmo tempo, anotamos que a riqueza dos principais sujeitos da vila era formada por três ativos: escravizados, bens de raiz e dívidas. E, as maiores fortunas encontradas na vila tinham tendências monopolizadoras sobre todos os três ativos, além de participarem de todos os ramos de produção. Acreditamos que a manutenção de noções de Antigo Regime na sociedade taubateana reduziu os impactos das alterações políticas do século XIX e possibilitaram a permanência das grandes famílias como detentoras do poder e riqueza da região. Isso pode ser constatado pela ramificação dos familiares na Câmara e pelas pesquisas que estão sendo desenvolvidas para Taubaté no século XIX, que apontam para a permanência das mesmas famílias em posições de mando na província de São Paulo (SOTO, 2001: 28-47).

Considerações Finais

Maria Thereza Schorer Petrone escreveu na conclusão de seu livro o seguinte: “foi ela [a cana-de-açúcar] responsável pela modificação completa do panorama econômico e social da região” (PETRONE, 1968: 223). A nossa pesquisa mostrou que não foi somente a produção de açúcar responsável pelo desenvolvimento da economia paulista.

Na realidade, observamos na vila de Taubaté uma série de atividades econômicas com vinculações mercantis e que dependiam de uma estrutura de escoamento de produção. Se o açúcar demandava de um caminho confiável entre a área produtora e o porto de exportação, os animais comercializados com Minas Gerais e o Rio de Janeiro também necessitavam de bons caminhos. E, mesmo os produtos manufaturados, importados via Rio de Janeiro geralmente, necessitavam de estradas minimamente confiáveis.

Isto não significa que o açúcar não tenha sido importante para a econômica da capitania de São Paulo. Todavia, pudemos pensar além do principal produto exportável e visualizar as redes mercantis internas, que também tinham papel importante na composição da fortuna dos paulistas. A pecuária teve grande destaque nos séculos XVIII e XIX, sendo a Feira de Sorocaba importante ponto de comércio (BACELLAR, 2001), embora não fosse o único. O fumo e o algodão também eram envolvidos em redes de trocas locais e regionais, estimulando o comércio interno e possibilitando ganhos mais seguros para os produtores. Da mesma maneira, gêneros ligados a subsistência tinham mercado quase certo.

Além disso, a cafeicultura começou a se desenvolver na primeira metade do século XIX sobre bases tradicionais de plantio. Em Taubaté, os cafezais tiveram início em domicílios mais modestos, ainda no início do século, mas o aumento constante de preço no mercado ocasionou a migração da produção para os domicílios mais abastados. Por um lado, percebemos que a política de diversificação de gêneros, estimulado pelos governadores paulistas pós-restauração (1765), ocorreu na vila em questão. Por outro lado, não temos condições de identificar se a tentativa de novos cultivos foi parte de uma política dos governadores ou se foi uma resposta dos produtores a demanda do mercado. Sabemos, contudo, que a cafeicultura expandiu em Taubaté a partir de 1818 e dominou o cenário produtivo em 1830.

A documentação também nos ajudou a identificar a *mais-valia mercantil*. Os mapas de exportação da vila indicaram uma situação na qual os gêneros tinham preços distintos, dependendo do local em que o comércio ocorria. Os senhores mais abastados, que dispunham de tropas próprias para carregaram a produção e grande quantidade de mão de obra compulsória, preferiam comercializar seus efeitos nos portos do Rio de Janeiro e Parati. Isso

ocorria por dois motivos distintos e complementares: o crédito e o preço. O preço em portos mais distantes era superior, pois existiam os gastos com o transporte e a existência de um mercado pouco abastecido pelo gênero. E, ao mesmo tempo, os moradores dessas localidades, especialmente o Rio, tinham mais capitais disponíveis, o que permitia que eles adiantassem créditos em volumes maiores. Desta maneira, para os produtores/negociantes taubateanos manter o comércio direto com o Rio de Janeiro garantia preços melhores pela produção e a possibilidade de pertencer a redes de crédito que envolviam maiores valores.

Assim, pontuamos que a vila de Taubaté, tradicionalmente marcada como ponto irradiador de colonização no século XVII, estava localizada num ponto de contato entre diferentes caminhos. Os moradores se aproveitavam dessa situação para praticarem o comércio em beira de estrada. Também era uma região em que o movimento era comum, por existirem várias vilas próximas, partilhando da bacia do rio Paraíba do Sul, e na metade do caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro, além de porta de entrada para o Sul de Minas Gerais, era constante as tropas que passavam pela região, levando ou trazendo produtos.

Neste quadro, o comércio pode se desenvolver alicerçado em trocas e no crédito/adiantamento. Os moradores da vila eram os principais devedores dos taubateanos abastados. Os inventários *post-mortem* indicam uma grande quantidade de dívidas pequenas entre os inventariados e os outros taubateanos. Contudo, o mesmo documento revela que o movimento não era somente de mercadoria, mas de crédito também. Todas as camadas populacionais faziam uso do crédito, num panorama em que o credor de uns era devedor de outros. A estrutura da rede de crédito fazia com que a população mais pobre dependesse do comerciante local que, por sua vez, era devedor dos comerciantes de grosso trato de vilas próximas e do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Minas Gerais.

As elites taubateanas se inseriram nessas redes de crédito, hora como devedoras e hora como credoras. Encontramos, inclusive, alguns sujeitos abastados que se tornaram credores de comerciantes cariocas e outro que era credor de uma série de santistas. Essa situação mostra um quadro em que o comércio interno, de vila para vila, articulava capitais importantes no abastecimento e na reprodução do sistema produtivo. Com isso não queremos afirmar que ele fosse mais importante que o mercado externo, mas pontuar que existiam estruturas internas e externas funcionando em sintonia. Na realidade, o que conseguimos perceber sobre a fortuna e o padrão produtivo dos taubateanos é que a especialização em uma única produção ou única forma de comércio era raro. A norma foi um sujeito com grande quantidade de escravizados se vincular em diferentes atividades, ramos mercantis e produções, até a cafeicultura pelo menos.

Os maços populacionais indicaram um quadro em que as elites econômicas eram formadas por produtores, negociantes e criadores ao mesmo tempo.

Estes sujeitos ocupavam diferentes atividades com objetivos monopolizadores. As famílias tinham uma atuação em conjunto, sendo os sócios preferenciais para cada atividade. Isso decorria da visão corrente na sociedade colonial acerca de mando e prestígio, conceitos que incidiam sobre o grupo familiar e não sobre o indivíduo. Essa situação formulava bandos de poder ou clãs. Desta maneira, observamos trajetórias próximas entre pais, filhos, filhas, genros e todos os aparentados. Em geral, toda a família se ocupava de uma estratégia familiar de aumento de poder e bens.

Em Taubaté, conseguimos refazer as trajetórias de uma família, especialmente, na qual a mãe se ocupava das atividades religiosas, juntamente com os escravizados de sua escolha, enquanto o marido atuava em diferentes ramos, associando-se com seus filhos e seu genro. Os filhos tiveram postos nas Ordenanças ou entraram para o clero. Já as filhas contraíram matrimônio com sujeitos de relevância social, expandindo indiretamente os negócios da família. Essa ação em conjunto visava o crescimento da influência familiar e, ao mesmo tempo, dificultar o acesso aos negócios para outras pessoas.

A estratégia não se referia aos negócios, mas às instâncias de poder também. As atas da Câmara revelaram que os camarários ocupavam postos, geralmente, em mais de um ano. Também era relativamente comum um mesmo sujeito atuar em vários postos da câmara ao longo da vida. Isso se dava devido à pequena população taubateana, o que dificultava o surgimento de novos potentados. E, porque as elites locais desenvolveram estratégias de “manutenção da diferença”, ou seja, uma estratégia que garantia para uma elite abastada o controle, inclusive, sobre as instâncias administrativas, que eram responsáveis por referendar o poder local dos moradores.

Desta forma, esse trabalho delineou os principais aspectos políticos, sociais e econômicos da vila de Taubaté, buscando inseri-la ao quadro mais amplo da América Portuguesa. O estudo mostrou posições adotadas na vila similares a outras partes da América, mas também percebeu algumas peculiaridades locais. De um lado, percebemos que o interior da capitania/província de São Paulo possuía elites estruturadas, capazes de investirem na produção local e se vincular às redes mercantis mais amplas. Quando analisamos o pecúlio deixado por alguns senhores, encontramos similaridades com outras regiões da América, como Vitória, São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro.

Por outro lado, anotamos que estas mesmas elites procuravam estrategicamente excluir possíveis concorrentes dos postos de comando local, mantendo-se constantemente no poder,

mesmo em períodos de mudança política, como no processo de Independência. O que garantiu que não houvessem disputas no interior da sociedade. E, embates que ocorreram em outras Câmaras, entre a nobreza da terra e a elite mercantil, não tiveram espaço na vila de Taubaté. Isto porque, em geral, as elites taubateanas eram ao mesmo tempo produtores e negociantes de seus produtos.

Documentos e referências bibliográficas

Documentos dos Maços de População:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo microfilmado. **Maços de população**. Vila de Taubaté, 1789-1830: rolos 200-222.

Cartas, ofícios e etc., da coleção Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo:

“Contracto do sal”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Cardozo Filho, v. 3, 3ª Edição, 1913.

“Auto de estabelecimento da Junta de Justiça”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Cardozo Filho, v. 3, 3ª Edição, 1913.

“Aranzel ou Rotel de haver Ouro e Pedras preciosas dos Campos de Apreetuba entre o Sul e o Leste”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Cardozo Filho, v. 3, 3ª Edição, 1913.

“Ilmo. Exmo. Sr.”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Cardozo Filho, v. 3, 3ª Edição, 1913.

“Separação de São Paulo e Minas da capitania do Rio de Janeiro”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Diversos, v. 4. São Paulo: Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896.

“Para o capitão-mor desta cidade para se alistar gente para a segunda expedição”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Escola Tipografia Salesiana, v. 5, 1901.

“Para o capitão-mor da vila de Taubaté”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Escola Tipografia Salesiana, v. 5, 1901.

“Para o capitão José Correa Marzagão”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Escola Tipografia Salesiana, v. 5, 1901.

“Provisão régia abolindo o governo separado de São Paulo, 1748”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Divisas de S. Paulo e Minas Geraes. São Paulo: Tipografia a Vap. – Espindola, Siqueira & Comp., v. 11, 1896.

“A demarcação pelo vice-rei, Conde de Cunha”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Divisas de S. Paulo e Minas Geraes. São Paulo: Tipografia a Vap. – Espindola, Siqueira & Comp., v. 11, 1896.

“5 – Carta do Vice-rei ao governo de Lisboa, 1765”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Divisas de S. Paulo e Minas Geraes. São Paulo: Tipografia a Vap. – Espindola, Siqueira & Comp., v. 11, 1896.

“N. 32”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia da Indústria de São Paulo, v. 14, 1895.

"Agricultura". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia da Indústria de São Paulo, v. 14, 1895.

“Homenagem que fez o capitão-mor José de Araújo Coimbra pela Vila de Jacareí”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Diversos. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, v. 15, 1904.

“Homenagem que faz o capitão-mor Manoel Lopes Viana pela Vila de Jacareí”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Diversos. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, v. 15, 1904.

“Parecer do Ouvidor do Provedor da Fazenda Real sobre o conteúdo nesta Junta”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Diversos. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, v. 15, 1904.

“Termo da Junta que se fez com os procuradores da Câmaras das Vilas de Serra acima pertencentes a esta Capitania para efeito de se estabelecer rendimento para se pagarem os Soldos aos sargentos-mores da Cavalaria e Infantaria e seus Ajudantes das Tropas Auxiliares desta capitania na forma da ordem de S. Mag. de 22 de Março de 1766”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Diversos. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, v. 15, 1904.

“Relatório do Capitão-General Bernardo José de Lorena”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Diversos. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, v. 15, 1904.

“Para animar agricultura”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Correspondências do vice-rei, de Martim Lopes Lobo de Saldanha e outros. São Paulo: Tipographia Paulista, v. 17, 1895.

Sem título. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Correspondências do vice-rei, de Martim Lopes Lobo de Saldanha e outros. São Paulo: Tipographia Paulista, v. 17, 1895.

“Ilmo. Exmo. Senhor”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Correspondências do vice-rei, de Martim Lopes Lobo de Saldanha e outros. São Paulo: Tipographia Paulista, v. 17, 1895.

“Carta régia sobre a abertura do caminho de S. Paulo ao Rio de Janeiro”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Avisos e Cartas Régias. São Paulo: Tipographia Aurora, v. 18, 1896.

“N. 5”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Correspondência do Capitão-General Dom Luiz Antônio de Souza, 1767-1770. São Paulo: Tipographia da Companhia Industrial de São Paulo, v. 19, 1896.

“Carta ao Conde de Oeyras”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Correspondência do Capitão-General Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, 1766-1768. São Paulo: Tipographia Aurora, v. 23, 1896.

“N. 34. Carta ao Conde de Oeiras sobre o comércio fiado”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Correspondência do Capitão-General Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, 1766-1768. São Paulo: Tipographia Aurora, v. 23, 1896.

“N. 1. Descrevendo o estado em que achou a Capitania”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Correspondência do Capitão-General Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, 1766-1768. São Paulo: Tipographia Aurora, v. 23, 1896.

“N. 11. Sobre a ereção em vila em aldeia de S. José”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Correspondência do Capitão-General Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, 1766-1768. São Paulo: Tipographia Aurora, v. 23, 1896.

"Decreto sobre o provimento de cargos". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Aurora, v. 25, 1898.

“Primeiro alvará, ordenando a destruição das fábricas do Brasil”. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Aurora, v. 25, 1898.

"Cópia da Provisão sobre bens de ausentes, capelas e resíduos com Santos". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Aurora, v. 25, 1898.

"Do secretário de estado sobre o carregamento de um bergantim". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Aurora, v. 25, 1898.

"Do mesmo secretário de Estado sobre vias de comunicação e correios". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Aurora, v. 25, 1898.

"Ofício do Secretário do Estado sobre o cultivo da mandioca". 20.06.1795. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Aurora, v. 25, 1898.

"Para o Secretário de Estado". 22.11.1797. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899.

"Sobre o açúcar, meios de restabelecer a má reputação em que ele está em Lisboa, e mesmo no Rio de Janeiro". 31.01.1799. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899.

"Para o dito secretário de Estado sobre ter facilitado o Comércio interior da Capitania". 15.4.1799. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899.

"Para o mesmo acusando a recepção do ofício de 7 de Fevereiro de 1799 e alguns folhetos sobre a cultura do cânhamo". 16.01.1800. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, v. 29, 1899.

"Ano de 1800. N. 79". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Correspondência do Capitão-General Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, 1800-1802. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 30, 1899.

"Ano de 1801. N. 23". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Correspondência do Capitão-General Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, 1800-1802. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 30, 1899.

"N. 26. Sobre o Comércio e a Agricultura". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Correspondência do Capitão-General Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, 1800-1802. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 30, 1899.

"Ordem para se auxiliar Manoel Antônio de Carvalho na fundação da povoação de S. Luiz do Parahytinv. 3ga", 18.05.1771. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. v. 33, S.d.

"Ordem para o estabelecimento do correio entre S. Paulo e o Rio de Janeiro". 19.10.1772. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. s.d., v. 33.

"Ordem para o estabelecimento de paradas, etc.". 31.01.1774. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. s.d., v. 33.

"Ordem para todos concorrerem na abertura do caminho da Freguesia de Santo Antonio de Paraibuna para a vila de São Sebastião, etc." 25.02.1775. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**, v. 33.

"Ordem para os Juizes e Vereadores da Vila de Guaratinguetá impedirem os estragos que fazem as boiadas em trânsito nas plantações da nova vila de São José do Paraíba". 10.11.1775. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. s.d., v. 33.

"Do sobredito". 27.11.1797. **Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v. 39, 1902.

"Memória apresentada ao governador de S. Paulo Antônio José de Franca e Horta pelo seu antecessor Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, a 28 de dezembro de 1802". **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. Diversos. São Paulo: Tipografia Cardozo Filho & Comp., v. 44, 1915.

"Para se erigir em Vila a Freguesia da Piedade", 06.09.1788. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Duprat & Comp., v. 46, 1924.

"Para o Doutor Dezembargador e Ouvidor da Comarca Miguel Marcelino Velloso e Gama ampliar o Destricto da Villa Nova de Lorena", 06.09.1788. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Duprat & Comp., v. 46, 1924.

"Para o Doutor Dezembargador e Ouvidor da Comarca Miguel Marcelino Velloso e Gama ampliar o Destricto da Villa Nova de Lorena", 09.12.1788. **Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Duprat & Comp., v. 46, 1924.

"Instruções para as câmaras da Marinha". 22.06.1803. **Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 55, 1937.

"Para o Pratico da cultura dos fumos Luiz Garcia de Carvalho". 19.10.1776. **Documentos Interessantes para História e Costume de São Paulo**. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, v. 76, 1954.

Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados pelo Projeto Resgate Barão de Rio Branco:

"REQUERIMENTO do oficial da Câmara de Santana do Parnaíba, José Bicudo de Brito, ao rei [D. João V], para que lhe fosse passada carta de confirmação do posto de capitão-mor daquela vila". Ant. 6 de Outubro de 1729. AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, D. 89.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando conta das medidas tomadas para o fomento da lavoura e do comércio, assim como da intenção de fundar uma nova povoação nas margens do rio Piracicaba". AHU-São Paulo, cx. 5, doc. 28. AHU_ACL_CU_023, Cx. 5, D. 347

"Ofícios (cópia) dos oficiais, respectivamente, das câmaras das vilas de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luis do Paraitinga, Jacareí, Mogi das Cruzes e cidade de São Paulo, a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, datados entre 4 de novembro de 1775 e 7 de Dezembro de 1776, todos do mesmo teor, solicitando que se proíba as plantações de cana de açúcar e de tabaco nas Minas Gerais, assim como o fabrico de aguardente, na mesma região onde são notoriamente prejudiciais que se incentive naquelas vilas de São Paulo, que tanto necessitam de comércio próprio". 18 de novembro de 1775. Vila Nova de São Luiz da Paraitinga. AHU_ACL_CU_023, Cx. 7, D. 397.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo cópias das contas, documentos e mapas da praça do Iguatemi, enviadas pelo brigadeiro José Custódio de Sá e Faria e informações sobre a mesma praça, pelo capitão mor Regente José Gomes de Gouveia". 26 de Janeiro de 1776. AHU_ACL_CU_023, Cx. 7, D. 431.

"REQUERIMENTO do capitão de cavalaria do Regimento de Voluntários Reais da cidade de São Paulo, Joaquim José de Macedo, à rainha [D. Maria I], solicitando licença para dirigir-se à Corte, a fim de dar assistência à sua família". ant. 20 de Setembro de 1787. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 529.

"OFÍCIO do juiz de fora da praça de Santos, José Antônio Apotineiro da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro sobre a ordem que mandou para que a galera Santa Rita continuasse a sua viagem para Lisboa; do aumento da

produção da cultura do café, e da necessidade de expandir esta vila para melhor se fazer a arrecadação dos produtos comercializados para a Fazenda Real" 17.03.1788. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 532.

"REQUERIMENTO do capitão-mor Inácio Bicudo de Brito à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta de sesmaria de uma légua de testada e uma légua de sertão que principia na barra do Ribeirão chamado Taboão". Ant. 18 de Fevereiro de 1790. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 543.

"REQUERIMENTO do capitão-mor Lourenço Bicudo de Brito, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta de sesmaria que principia no novo caminho que vai da Paraibuna para vila de São Sebastião". Ant. 18 de Fevereiro de 1790. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 544.

"REQUERIMENTO do capitão de uma Companhia das ordenanças da vila de Cunha, Antônio José de Macedo, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". 27 de Janeiro de 1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 565.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando a calúnia do sargento-mor das ordenanças da vila da Cunha, Antônio José de Macedo, em ter dito que os postos das ordenanças são providos por acesso imediato, do mesmo modo como é praticado nas tropas pagas e auxiliares". 15 de Fevereiro de 1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 567.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando os mapas da carga que transporta a corveta Senhor dos Passos e Santo Antônio". 15.02.1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 568.

"REQUERIMENTO do capitão de uma das Companhias do Regimento de Cavalaria de Ligeiros Auxiliares de terra acima, José Gomes de Siqueira e Mota, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente". 21 de Abril de 1792, São Paulo. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 572.

"REQUERIMENTO do sargento-mor Agregado das ordenanças da vila da Cunha, José Álvares de Oliveira, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 19.06.1792. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 574.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de São Paulo, à rainha [D. Maria I], informando que após a ruína da igreja matriz desta vila, foi edificada uma Capela-mor, e esta necessita de ajuda de custo para poder pôr os seus ornamentos". 25 de novembro de 1792, vila de Taubaté. AHU_ACL_CU_023, Cx. 11, D. 577.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho, informando que enviou o mapa da carga do navio Senhor da Cana Verde, de que é mestre Felix Carneiro dos Santos" 02.07.1795. AHU_ACL_CU_023, Cx. 12, D. 605.

"REQUERIMENTO do capitão da Companhia da vila de Pindamonhangaba, Manuel Pereira Lima, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 17.09.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 651.

"REQUERIMENTO do capitão da Ordenança dos bairros Curupaituba e Pirapitingui do distrito da vila de Pindamonhangaba, Francisco Homem de Melo, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 13.10.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 12, D. 659.

"REQUERIMENTO do capitão da 2ª Companhia de Cavalaria do Regimento de Dragões Auxiliares de serra acima, José Antônio Moreira, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 22.10.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 660.

"REQUERIMENTO do capitão Auxiliar da Companhia da vila de Taubaté, Antônio José Argoso, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 08.11.1796. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 662.

"CARTA (cópia) de Jerônimo Martins Fernandes à rainha [D. Maria I], comunicando o mau procedimento do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, na sua administração, e dos vexames que vêm causando ao povo da cidade de São Paulo". 25.1.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 699.

"REQUERIMENTO do capitão de umas das Companhias do Regimento da Cavalaria de Ligeiros Auxiliares de serra acima, José Gomes de Siqueira e Mota, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 26.04.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 673.

"REQUERIMENTO do capitão da Nova Companhia da Ordenança dos moradores do bairro de um distrito da vila de Taubaté, Antônio Moreira da Costa, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 22.05.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 13, D. 679.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que enviou o mapa da carga do navio Santos Mártires Triunfo do Mar, que vai da vila e praça de Santos para a Corte" 17.08.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 683.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o envio do mapa da carga do bergantim Alegria, que segue viagem para Lisboa, de que é mestre José Lopes de Gouveia" 20.10.1797. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 685.

"REQUERIMENTO do capitão de Cavalaria Ligeira de Milícias da vila de Cunha, José Gomes de Siqueira e Mota, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, solicitando licença para tratar de seus negócios nas vilas de Guaratuba, São Luís e outros". 11 de Abril de 1798. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 689.

"REQUERIMENTO do capitão-mor da vila de São Luís da Paraitinga José Gomes de Gouveia Silva, à rainha [D. Maria I], solicitando a confirmação de sua patente". Ant. 7 de Setembro de 1798. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 690.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, solicitando ordens para poder definir quais as melhores formas de conceder sesmarias". 17.11.1798. AHU-Maranhão. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 694.

"MAPAS com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo" post. 1798. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 698.

"CARTA do juiz e oficiais da Câmara da vila de Taubaté à rainha [D. Maria I] solicitando a indicação de Joaquim José Pereira da Costa para pároco da vila de Taubaté". 30 de janeiro de 1799. Vila de Taubaté. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, d. 700.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que recebeu a carta de José Gomes de Sequeira e Motta contra o seu governo, e comunica que está enviando as respostas da sua defesa em forma de memórias". 12 de Fevereiro de 1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 701.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando o seu protesto contra as infâmias que seus opositores dizem do seu governo". 23.3.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 705.

"REQUERIMENTO do capitão Agregado a Companhia da vila de Taubaté, Antônio José Airoso, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente" ant. 16.05.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 14, D. 707.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Taubaté a rainha [D. Maria], prestando sua solidariedade ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, pelas críticas que seu governo tem recebido. Remetem a cópia do termo que se encontra registrado no Livro de Vereança, cujo conteúdo é um requerimento em apoio ao dito governador". 09.08.1799. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 710.

"OFÍCIO dos oficiais da Câmara da vila de São Luís, ao príncipe regente [D. João] sobre a capacidade do coronel de Milícias, Antônio José de Macedo para assumir o comando das vilas de Parati, Ubatuba e Cunha". 21 de Setembro de 1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 750.

"REQUERIMENTO do capitão da Companhia da Ordenança do bairro dos Mato-Dentro, do distrito da vila de Taubaté, João Moreira da Costa ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 26 de Setembro de 1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 15, D. 763.

"REQUERIMENTO do capitão da Companhia da Ordenança do bairro do Bananal, distrito da vila de Lorena, Pedro Gomes Nogueira, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 03.10.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 766.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que somente com a saída do atual prelado é que poderá atender melhor aos novos povoadores daquela capitania" 01.11.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 768.

"CARTA do presidente e mais oficiais da Câmara da vila de Ubatuba, ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no governo de São Paulo". 10.12.1800. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 785.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando o mapa da carga da Cruzeta Santíssimo Sacramento que partiu do porto de Santos com destino a Lisboa". 04.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 823.

"REQUERIMENTO do Fuzileiro da 4ª Companhia do Regimento de Milícias de Infantaria da vila de Cunha, Francisco Lourenço Guimarães ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 825.

"REQUERIMENTO do sargento-mor das ordenanças da vila de Cunha, Luís Manuel de Andrade ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 826.

"REQUERIMENTO do tenente da 6ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Milícias da Infantaria da vila de Cunha Antônio dos Santos Pereira, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 827.

"REQUERIMENTO do capitão da 6ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Milícias da Infantaria da vila de Cunha, Francisco José de Macedo, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 20.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 828.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Sorocaba ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 28.02.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, D. 833.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Taubaté ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 29.03.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 836.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Cunha ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 11.04.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 838.

"REQUERIMENTO de João Borges dos Santos, José Borges dos Santos e Antônio Querido Portugal solicitando confirmação da carta de sesmaria relativa a terras na vila de Cunha". Ant. 16 de Abril de 1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 840.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de São Sebastião ao príncipe regente [D. João], solicitando a permanência de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 18.04.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 842.

"OFÍCIO do governador de capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a queda de preço do açúcar e os prejuízos que esta vem causando aos proprietários de engenho desta capitania. Solicita os mesmos privilégios que foram concedidos aos produtores do Rio de Janeiro, pela provisão, de 26 de Julho de 1760" 02.05.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 845.

"CARTA dos oficiais da Câmara de São Luís ao príncipe regente [D. João], elogiando Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, governador e capitão general da capitania de São Paulo, pela escolha de Antônio José de Macedo para coronel de Milícias e comandante das vilas de Parati e Ubatuba". 1 de Junho de 1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 856.

"REQUERIMENTO do capitão das ordenanças da vila de Lorena, Antônio José de Babo, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 30.07.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 867.

"OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o envio do mapa da carga do bergantim Grão Penedo que partiu do porto de Santos, fazendo escala no Rio de Janeiro, com destino a Lisboa" 13.10.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 17, D. 885.

"OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando que tem se dedicado ao fomento da plantação e exportação de farinha de mandioca para o reino" 15.12.1801. AHU_ACL_CU_023, Cx. 18, D. 896.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de São Francisco das Chagas de Taubaté ao príncipe regente [D. João] queixando-se das atitudes do Bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, ao substituir, naquela vila, o pároco padre Joaquim Pereira da Costa por seu protegido, padre Manuel Francisco de Andrade, que no julgamento dos signatários, tinha costume devassos". 7 de fevereiro de 1802. Vila de São Francisco de Chagas de Taubaté. AHU_ACL_CU_023, cx. 18, d. 908.

"CARTA dos oficiais da vila de Cunha ao príncipe regente [D. João] sobre a escolha do novo capitão-mor daquela vila em substituição a José Gomes de Siqueira Mota, que dera baixa. Os signatários pediam que fosse reconduzido o escolhido por eles, José Vaz da Silva e não José Alves de Oliveira, ilegalmente levado ao cargo por Antônio José da Franca e Horta, o novo governador e capitão general da capitania de São Paulo". 1 de Fevereiro de 1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 944.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, enviando o mapa da carga do navio Pensamento Ligeiro, que partiu do porto de Santos com destino à Corte" 16.02.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 946.

"OFÍCIO (cópia) do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, dando conta, em conformidade com as ordens do destinatário e das suas Instruções, do que vinha fazendo na capitania, em prol do comércio, da lavoura, sobretudo a do anil, e a do algodão, do milho, feijão etc. Diz julgar que uma das melhores formas de incentivar a agricultura é promover a exportação dos gêneros, instituindo-se um comércio direto com as praças de Lisboa e Porto. Alude também à epidemia das bexigas e à possibilidade de se trazerem casais ilhéus para povoarem a costa de São Paulo" 19.02.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 947.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior sobre o envio pela corveta Nossa Senhora da Vitória, de que é capitão Sabino José da Silva, do mapa da carga que partiu do porto de Santos para cidade de Lisboa" 16.03.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 19, D. 955.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior sobre o envio do mapa da carga da Galera Astrea, que partiu do porto de Santos em direção a Lisboa" 26.06.1803. AHU_ACL_CU_023, Cx. 20, D. 979.

"REPRESENTAÇÃO dos povos das vilas do norte de São Paulo ao príncipe regente [D. João], solicitando a isenção na cobrança dos tributos sobre o contrato do sal que estas vilas comercializam". 10 de abril de 1804. Vila de Taubaté. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1040.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, José Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior sobre o envio do mapa da carga do navio Pensamento Ligeiro" 16.04.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1044.

"MANDADO (cópia) do Conselho Ultramarino, ordenando que se consulte sobre o restabelecimento da cultura de anil e algodão na capitania de São Paulo e dos demais gêneros como a farinha, feijão e milho, e a forma como deve ser feito o comércio entre esta capitania e a metrópole" 27.06.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1051.

"REQUERIMENTO de José Antônio Mendes da Costa, como procurador do capitão da 4ª Companhia da Ordenança do bairro de Caraguatá, distrito da vila de Taubaté, João Gomes de Araújo, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 10.07.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1052.

"CARTA do ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, ao príncipe regente [D. João], respondendo a representação feita contra ele por Antônio Pires Querido Portugal junto a Rainha [D. Maria I], pela qual o acusa

de tê-lo ofendido quando convocou Manoel da Silva Granito à sua presença para esclarecer uma questões de terras, situadas na vila de Cunha, que havia entre os dois há mais de vinte anos". 18 de Setembro de 1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1070.

"CARTAS dos oficiais das Câmaras das vilas de Cunha, Porto Feliz, Itu, Taubaté, Parnaíba, Sorocaba e Mogi das Cruzes ao príncipe regente [D. João] sobre os agradecimentos pela permanência de Antônio José de Franca e Horta no cargo de governador e capitão general da capitania de São Paulo". 30 de setembro de 1804. Vila de São Paulo. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, d. 1073.

"REQUERIMENTO de Joaquim Antônio da Silva, como procurador de João da Silva Costa e Bento Francisco Vaz de Carvalhaes, moradores na vila de São Sebastião, ao príncipe regente [D. João] solicitando confirmação de sesmaria que lhes tinha sido concedida na ponta de leste na Ilha de São Sebastião" ant. 23.10.1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1079.

"CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer favorável a respeito da readmissão de José Gomes de Siqueira, que tivera baixa de seu posto de capitão-mor da vila de Cunha, por ser acusado injustamente do homicídio do marido de Gertrudes Maria". 14 de Dezembro de 1804. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1095.

"REQUERIMENTO do ajudante da Ordenança da vila de Guaratinguetá, Francisco das Chagas Guimarães, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 24.01.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D 1106.

"CARTA dos oficiais da Câmara de São Luís de Paraitinga, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José da Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 27.01.1805, vila de São Luiz do Paraitinga. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1107.

"REQUERIMENTO de João Luís Pereira da Costa, com procurador de capitão Agregado a 8ª Companhia do Terceiro Regimento da vila de Cunha, Antônio José das Neves, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente" ant. 16.02.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1112.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhagaba, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José de Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 16.02.1805, vila Real de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1113.

"OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de São Paulo] Antônio José de Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio dos mapas da carga de duas galeras a saber: galera Astreia, de que é capitão Vicente Joaquim de Macedo, e do bergantim Pastor, de que é capitão Manuel José da Rocha, que partiram do porto de Santos em direção à Corte e à vila da Figueira" 07.03.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1118.

"RELAÇÃO de ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia,

[João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga da galera Mentor, de que é mestre Felix Carneiro dos Santos, que partiu do porto de Santos com destino a cidade do Porto" 13.03.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 24, D. 1126.

"CARTA do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer negativo ao requerimento do coronel do Regimento de Milícias da vila de Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, no qual solicitou o posto de brigadeiro com o comando do seu Regimento, e das vilas de Cunha, São Luís do Paraitinga, Ubatuba e São Sebastião, além do hábito de Cristo". 20 de Abril de 1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1142.

"CARTA dos oficiais da Câmara de Guaratinguetá, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José da Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 29.04.1805, vila de Guaratinguetá. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1145.

"CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Nossa Senhora da Piedade de Lorena, ao príncipe regente [D. João], solicitando a conservação de Antônio José da Franca e Horta como governador e capitão general da capitania de São Paulo". 29.04.1805, vila de Nossa Senhora da Piedade de Lorena. AHU_ACL_CU_023, Cx. 25, D. 1146.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga do navio Pensamento Ligeiro, de que é mestre José Luís Pereira, que partiu do porto de Santos com destino a Lisboa" 02.05.1805. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1151.

"CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João sobre o requerimento do coronel do Regimento de Milícias da vila de Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, que solicitou o posto de brigadeiro de Milícias, o hábito de Cristo, com o comando de seu regimento, e das vilas de Cunha, de Paraitinga e de São Sebastião". 5 de Fevereiro de 1806. AHU_ACL_CU_023, Cx. 27, D. 1220.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga do navio Conceição Minerva, de que é capitão Francisco de Sales Silva, que partiu do porto de Santos com destino a Corte" 21.04.1806. AHU_ACL_CU_023, Cx. 27, D. 1237.

"OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior] sobre o envio do mapa da carga do navio Correta Vitória que, partiu do porto de Santos para a Corte" 28.06.1806. AHU_ACL_CU_023, Cx. 27, D. 1257.

"CARTA do ouvidor geral da comarca de São Paulo, Joaquim Procópio Picão Salgado, ao príncipe regente [D. João], solicitando providências contra os abusos do atual governador em determinar, por suas portarias, as eleições da Câmara da vila de São Sebastião". 31.03.1807, São Paulo. AHU_ACL_CU_023, Cx. 29, D. 1309.

"REQUERIMENTO de Alexandre Pereira Diniz, como procurador do tenente-coronel Agregado ao 2º Regimento de Infantaria de Milícias da capitania de São Paulo, Antônio Moreira da Costa, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente". Ant. 1 de Junho de 1807. AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1320.

"REQUERIMENTO do coronel de Milícias da vila da Cunha da capitania de São Paulo, Antônio José de Macedo, ao príncipe regente [D. João], solicitando licença para poder passar com sua mulher, Maria Francisca da Fonseca, e alguns escravos para o reino". Post. 1807. AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1339.

"OFÍCIO de Antônio José de Macedo para o ex-governador e capitão da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça comunicando que seu compadre, o sargento-mor Luís Manuel de Andrade, que está indo para o Reino, para ser confirmado no posto de tenente coronel da dita vila, e na falta deste posto lhe seja dado quaisquer mercê". 18 de Maio de 1808, vila de Cunha. AHU_ACL_CU_023, Cx. 30, D. 1350.

"Ofício de Manuel Pereira Lima ao [secretário de estado da Marinha Ultramar], sobre o cumprimento em informar aos senhores João de Almeida e Pedro de Noronha do pagamento de seus créditos". 10 de fevereiro de 1809. Vila de Taubaté. AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 1355.

"PROVISÃO (Cópia da) de D. José (I) ordenando ao governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro (conde da Cunha, D. Antônio Álvares da Cunha) que informasse sobre a representação dos oficiais da Câmara da vila de Santos de 15 de junho de 1757, que junto remeto". 5 de março de 1763. Rio de Janeiro - AHU_ACL_CU_023, Cx. 23, D. 2186.

Referências Bibliográficas:

ABREU, L. **O papel das Misericórdias dos "lugares de além-mar" na formação do Império português**. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, v. VIII, n. 3, 2001, p. 591-611.

AIDAR, Bruno. **Uma substituição luminosa: tributação e reforma do Antigo Regime português em D. Rodrigo de Souza Coutinho ao final do século XVIII**. Belo Horizonte, *Nova Economia*, v. 21, n. 1, jan.-abr. 2011, p. 137-156.

ALDEN, Dauril. **O período final do Brasil Colônia, 1750-1808**. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. São Paulo: Editora USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In: NOVAIS, Fernando. SOUZA, Laura de Mello (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

ALVES, Maurício Martins. **Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)**. Taubaté, SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1998.

_____. **Formas de Viver: formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848**. 2001. 416 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

AMADOR, Filomena. **O terremoto de Lisboa de 1755: coleções de textos do século XVIII**. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jan.-mar. 2007, p. 285-323.

ANDRADE, Marcos Ferreira. **Indicação sobre a produção e o comércio do fumo sul-mineiro: análise do livro de notas do negociante Antônio José Ribeiro de Carvalho**. Belo Horizonte, MG: Cedeplar-FACE-UFMG, Seminário de Diamantina, 2008. Texto disponível em: http://www.ufmg.br/seminario/seminario_diamantina/2008/D08A014.pdf acesso em janeiro de 2014.

ANDRADE, Mateus Rezende, LEMOS, Gusthavo. *Terras de compadres: família e enraizamento social em Guarapiranga, século XVIII e XIX*. In: BOTELHO, Tarcísio R., ANDRADE, Mateus Rezende de, LEMOS, Gusthavo (Org.). **Redes Sociais e História**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2013.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

_____. **Reflexões sobre a pesquisa historiográfica dos testamentos**. Porto Alegre, Revista *Justiça e História*, v. 5, n. 10, 2005, p. 1-14.

ARAÚJO, Regina Mendes, SOUZA, Débora Cazelato de. *As redes sociais dos homens-bons: Mariana, 1711-1800*. In: BOTELHO, Tarcísio R., ANDRADE, Mateus Rezende de, LEMOS, Gusthavo (Org.). **Redes Sociais e História**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2013.

ARRUDA, José Jobson de Andrada. **Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII**. Revista USP. n.º. 46. São Paulo: editora USP, 2000.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.

_____. **Arrolando os habitantes do passado: as listas nominativas sob um olhar crítico**. *Locus: revista de história de Juiz de Fora*, v. 14, n. 1, 2008, p. 113-132.

BASSO, Leandro. **Economia e corte de madeira no litoral norte paulista no início do século XIX**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BARNES, J. A. *Redes Sociais e processo político*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

BARROS, Edval de Souza. **Redes de clientela, funcionário régios e apropriação de renda no Império português (séculos XVI-XVIII)**. Curitiba, PR: Revista de sociologia e política, n. 17, 2001, p. 127-146.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas**, volume 2. 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberali. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2. Ed., 2007.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o Império**. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria F. FERLINI, Vera L (org.). **Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português séculos XVI-XIX**. São Paulo: ALAMEDA, 2005.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2002.

BOXER, Charles. **O império marítimo português (1415-1825)**. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial**. 2006. 352 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOTELHO, Tarcísio R., ANDRADE, Mateus Rezende de, LEMOS, Gusthavo (Org.). **Redes Sociais e História**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2013.

BRILHANTE, Neuma. **Nas franjas do império ultramarino português: a experiência insular de São Tomé e Príncipe no despertar dos oitocentos**. São Paulo: Revista História, v. 28, n. 1, 2009, p. 71-97.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, 1ª reimpr. da 1ª ed. de 1987.

CARVALHO, Enaile F. **Redes mercantis: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial de 1770-1821**. Vitória/ES: Secult, 2010.

_____. *Negociantes e rede de crédito: relações financeiras no Espírito Santo, 1801-1818*. In: BOTELHO, Tarcísio R., ANDRADE, Mateus Rezende de, LEMOS, Gusthavo (Org.). **Redes Sociais e História**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2013.

CHAVES, Cláudia M. G., GONÇALVES, Andréa L., VENÂNCIO, Renato P. **Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX**. Ouro Preto, Belo Horizonte: Editora UFOP, APM, 2010.

CLETO, Marcelino P. **Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la.** In: *Roteiros e notícias de São Paulo colonial (1751-1804)*. São Paulo: Governo do Estado. Coleção paulística v.1, 1977.

COMISSOLI, Adriano. **“Tem servido na governança, e tem todas as qualidades para continuar”**: perfil social de oficiais da Câmara de Porto Alegre (1767-1828). Rio de Janeiro, *Topoi*, v. 13, n. 25, jul.-dez. 2012, p. 77-93.

COSTA, Iraci del Nero. MOTTA, José Flávio. VALENTIN, Agnaldo. **Distribuição e concentração de riqueza com base em inventários *post mortem* na presença de casos de riqueza líquida negativa.** São Paulo, *Revista História*, v. 32, n. 2, jul.-dez. 2013, p. 139-162.

COSTA, Leonor Freire. **Império e Grupos Mercantis entre o Oriente e o Atlântico (século XVII).** Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

CUNHA, Mafalda Soares. **Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI.** Algumas reflexões. Lisboa: Revista *Penélope*, n. 29, 2003, p. 33-48.

DANIELI, Maria Isabel B. C. **Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo, séculos XVIII e XIX.** 2006. 273 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

_____. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** 2ª Ed. Rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial.** São Paulo: Brasiliense: CNPq, 1988.

FERNANDES, Paulo J. da S. **Elites locais e poder municipal.** Do Antigo Regime ao Liberalismo. Lisboa: ICS, Revista *Análise Social*, v. XLI, n. 178, 2006, p. 55-73.

FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto.** Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX).** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOGEL, Robert W. ENGERMAN, Stanley L. **Time on the cross: the economics of American Negro slavery.** Nova York: W.W. Norton & Company, 1995.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria. **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1998.

_____. **Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII**. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Rio de Janeiro: UFF, Revista *Topoi*, v. 11, n. 21, 2010, p. 74-106.

FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO (org.). **Conquistadores e negociantes: Histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos**. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no Império português, século XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª Ed., 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

FURTADO, Júnia Ferreira. “*O Oráculo que S. Majestade foi buscar*”: d. Luís da Cunha e a geopolítica do novo império luso-brasileiro. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no Império português, século XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho**. Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). 2009. 371 f. Tese (Doutorado em História Social)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GODOY, Marcelo M. PAIVA, Clotilde A. *Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro. **Revista brasileira estatística populacional**. V. 27, n. 1, jan.-jun., 2010, pp. 161-191.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GUEDES, Roberto. **Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (sécs. XVII-XIX)**. Rio de Janeiro, Revista *Topoi*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, p. 379-423.

GUISARD FILHO, Félix. **Taubaté**. Atas da Câmara (1780-1798). São Paulo: Empresa Editora Universal, v. I, 1943.

_____. **Índice de Inventários e Testamentos**. Achegas à História de Taubaté. São Paulo: Editora Athena, v. IV, 1939.

HAMEISTER, Martha Daisson. GIL, Tiago Luís. **Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos**. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO (Org.). **Conquistadores e negociantes:**

Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

HESPANHA, António Manuel. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco C. T. **Região e História agrária**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 17-26.

KLEIN, Herbert. LUNA, Francisco. **Escravidão no Brasil**. Trad. Laura Teixeira Motta. 1ª ed. São Paulo: Edusp - Imesp, 2010.

MAGALHÃES, Juliana de Paiva. **Moçambique e Vale do Paraíba na dinâmica do comércio de escravos: diásporas e identidades étnicas, séc. XIX**. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MALERBA, Jurandir. **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MARANHO, Milena Fernandes. **O moinho e o engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial português, 1580-1720**. 2006. (Doutorado em História Social)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos**. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARCONDES, Renato. SUPRINYAK, Carlos. **Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturantes do mercado de animais na segunda metade do século XVIII**.

MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil-Portugal 1750-1808**. São Paulo: Paz e Terra. 3ª ed., 1985.

_____. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822).** 2010. 286 f. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. **Expansão mercantil em São Paulo: 'decadência' e 'vadiagem' nos discursos dos memorialistas, viajantes e autoridades públicas, 1782-1822.** São Paulo: Almanack Braziliense, n. 1, 2005, p. 94-102.

MENEZES, Mozart Vergetti. **Colonialismo em ação.** Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755). 2005. Tese (Doutorado em História Social)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MENZ, Maximiliano M. **Centros e periferias coloniais: o comércio do Rio de Janeiro com Santos e Rio Grande (1802-1818).** Revista de História USP. n.º. 154. São Paulo: editora USP, 2006.

_____. **Entre Impérios: formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1765-1822).** São Paulo: Alameda, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2ª reimpressão, 1999.

MOURA, Denise A. Soares. **Região, relações de poder e circuitos mercantis em São Paulo (1765-1822).** João Pessoa, PB: *SAECULUM*, n. 14, Jan/Jun, 2006.

_____. **Subsistemas de comércio costeiros e internalização de interesses na dissolução do Império Colonial português (Santos, 1788-1822).** São Paulo: Revista *Brasileira de História*, v. 30, n. 59, 2010, p. 215-235.

_____. **Disputas por chão de terra: expansão mercantil e seu impacto sobre a estrutura fundiária da cidade de São Paulo (1765-1848).** São Paulo, *História*, n. 163, jul.-dez. 2010, p. 53-80.

MOURA, Denise A. Soares, CARVALHO, Margarida Maria de, LOPES, Maria-Aparecida. **Consumo e abastecimento na História.** São Paulo: Alameda, 2011.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829).** São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial.* In: **Brasil em perspectiva.** São Paulo: DIFEL, 1969.

_____. NOVAIS, Fernando A. *Condições da Privacidade na colônia*. In: NOVAIS, Fernando. SOUZA, Laura de Mello (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

NOVAIS, Fernando. SOUZA, Laura de Mello (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

ORTELLI, Sara. **Las reformas Borbónicas vistas desde la frontera**. La élite neovizcaína frente a la injerencia estatal en la segunda mitad del siglo XVIII. Boletín del Instituto de História Argentina y Americana. 3ª série, nº 28, 2º sem., 2005.

PASIN, José Luiz. **Os barões do café**. Titulares do império no Vale do Paraíba paulista. Aparecida, São Paulo: Vale Livros, 2001.

PASSIANI, Enio. **Não existe pecado abaixo do Equador?** Algumas considerações sobre o processo de formação da sociedade de corte no Brasil (1808-1829). Revista *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 3, set.-dez. 2012, p. 571-593.

PAZ, Carlos D. **Conflictos y redes sociales en el proceso de legitimación del poder indígena en las fronteras Chaqueño-Satafesinas**. Segunda mitad del siglo XVIII. Revista ANDES, n. 18, 2007, p. 1-23.

PAROLO, María Paula. **Categorías ocupacionales y actores económicos**. Los sectores mercantiles en Tucumán (1800-1870). Boletín del Instituto de História Argentina y Americana. Terceira série, n. 27, 2005.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. 1995. 620 p. Tese (Doutorado em Sociologia)– Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968.

_____. **O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.

PICOITO, Pedro. **Centro e Periferia**. A percepção das regiões no Estado medieval português (1245-1416). Lisboa: Editora Celta, Revista Penélope, n. 26, 2002, p. 7-29.

ORTIZ, Bernardo José. **São Francisco das Chagas de Taubaté**. Taubaté Colonial. Livro 2º. Taubaté, SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 2ª Ed., 1996.

_____. **Velhos Troncos**. Tomo I, 3ª edição, revista e ampliada. Taubaté, SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1996.

_____. **Velhos Troncos**. Tomo II, 3ª edição, revista e ampliada. Taubaté, SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1996.

_____. **Velhos Troncos**. Tomo III, 3ª edição, revista e ampliada. Taubaté, SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1996.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

RANGEL, Armênio de Souza. **Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté, 1765-1835**. 1990. 410 f. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1990.

REGINALDO, Lucilene. **“África em Portugal”**: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. São Paulo. Revista de História. N. 28, v. 1, 2009, pp. 289-319.

REIS, Paulo Pereira dos. **O caminho novo da piedade do Nordeste da capitania de São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1968.

RIBEIRO, Fábila Barbosa. **Caminho da Piedade, caminhas de devoção: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba Paulista – século XIX**. 2010. 272 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, José Damião. **"Para o socego e tranquilidade publica das Ilhas"**: fundamentos, ambição e limitas das reformas pombalinas nos Açores. Rio de Janeiro: Revista Tempo, v.11, n.21, 2006, p. 157-184.

RUSSELL-WOOD. A.J.R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América**. Miraflores, Portugal: DIFEL: Difusão editorial, 1998.

_____. **Centros e periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 18, n. 36, 1998.

_____. **Ports of Colonial Brazil**. In: KNIGHT, Franklin. LISS, Peggy. *Atlantic port cities: economy, culture, and society in the Atlantic World (1650-1850)*. Knoxville, Estados Unidos: The University of Tennessee Press, 1991.

_____. **Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a "Atlantic History"**. São Paulo: Revista História, v. 28, n. 1, 2009, p. 17-70.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo**. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., s.d.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Historiografia brasileira em debate: “olhares, recortes e tendências”**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

_____. **Lavoura canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos*. In: FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO (Org.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Os homens de negócios e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII*. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no Império português, século XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª reimpressão, tradução Laura Teixeira Motta, 2011.

SERRATH, Pablo Oller Mont. **Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)**. 2007. 316 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, Sudeste, século XIX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.

SOUZA, George Felix Cabral. **Os homens e os modos da governança**. A câmara municipal do Recife do século XVIII num fragmento da História das instituições municipais do Império Colonial português. Recife: Gráfica Flamar, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOTO, María C. M. **Pobreza e conflito: Taubaté: 1860-1935**. São Paulo: Annablume, 2001.

SPIX. MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

SUPRINYAK, Carlos E.; RESTITUTTI, Cristiano C. **Os muares e as minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX**. Belo Horizonte, MG: Cedeplar-FACE-UFMG, Seminário de Diamantina, 2006.

SUPRINYAK, Carlos E. **O mercado de animais de carga do Centro-Sul do Brasil Imperial: novas evidências**. São Paulo: Estudos Econômicos, v. 38, n. 2, 2008, p. 319-347.

TEIXEIRA, Paula Chaves. **Família e Negócios: as redes comerciais de Gervásio Pereira Alvim (1850-1880)**. In: XIII Seminário sobre a economia mineira, Diamantina. Anais Eletrônicos do XIII seminário sobre a economia mineira, 2008.

TOLEDO, Francisco de Paula. **História do Município de Taubaté**. Taubaté, SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 2ª ed., 1976.

VALENTIM, Alexandre. **Os sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

VALENTIN, Agnaldo. **Comércio marítimo de abastecimento**: o porto de Iguape (SP), 1798-1880. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica ABPHE, 2003, Caxambu - Minas Gerais. Cadernos de Resumos do V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003. p. 68-68.

_____. **Uma civilização do arroz**. Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880). 2006. 405 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

VARELA, Alex G. LOPES, Maria M. **As atividades científicas do naturalista Martim Francisco Ribeiro de Andrada na capitania de São Paulo (1800-1805)**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jul.-set., 2007, p. 947-972.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Pobreza estrutural e Pobreza conjuntural no Rio de Janeiro, 1750-1808**. In: BOTELHO; SAMPAIO; CERQUEIRA; MARQUES; FAVERSANI (org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

VILLALTA, Luiz Carlos. **1789-1808**: o império luso-brasileiro e os brasis. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

XAVIER, Ângela Barreto. **“Nobres per geração”**. O sentimento de si dos descendentes de portugueses na Goa setecentista. Évora, Portugal: Paper apresentado no XXV Encontro da APHES, Universidade de Évora, 2005.